



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - DOUTORADO**

JOELMA TITO DA SILVA

NINA RODRIGUES: OS NÁUFRAGOS DO TEMPO E A ESFINGE DO FUTURO

FORTALEZA/CE

2015

JOELMA TITO DA SILVA

NINA RODRIGUES: OS NÁUFRAGOS DO TEMPO E A ESFINGE DO FUTURO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos

CIDADE

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- S586n Silva, Joelma Tito da.
Nina Rodrigues: os naufragos do tempo e a esfinge do futuro / Joelma Tito da Silva. –
2015.
331 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2015.
Área de Concentração: História Social.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos.
1. Rodrigues, Nina, 1862-1906. 2. História. 3. Duração. 4. Miscigenação. I. Título.

CDD 920.001

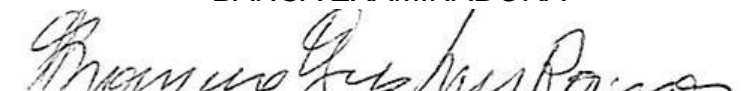
JOELMA TITO DA SILVA

NINA RODRIGUES: OS NÁUFRAGOS DO TEMPO E A ESFINGE DO FUTURO

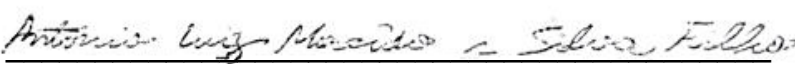
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: 28 / 09 / 2015.

BANCA EXAMINADORA



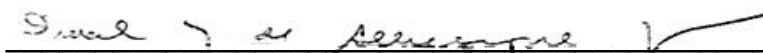
Prof. Dr. Francisco Régis Lopes Ramos (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof. Dr. Antônio Luiz Macedo e Silva Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Profª. Drª. Kênia Sousa Rios
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Jr.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)



Prof. Dr. Temístocles Américo Corrêa Cezar
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

À memória de Maria de Fátima Tito, minha
mãe.

AGRADECIMENTOS

O exercício da pesquisa e da escrita carregam alguma solidão. Porém, a construção desta atividade não é, apenas, a ação de uma mão que escreve, ela é formada pelo corpo inteiro, um corpo atravessado pela sensibilidade dos parceiros que, direta ou indiretamente, participam do processo.

Desta forma, agradeço à CAPES pelo fomento desta pesquisa que circulou entre a Bahia e o Ceará.

Aos professores do Doutorado em História da Universidade Federal do Ceará, importantes para a minha formação através das discussões realizadas nas disciplinas cursadas, cujo desenrolar me aproximaram das leituras de Reinhart Koselleck.

Muitas foram as dificuldades no desenvolvimento deste trabalho, a principal delas foi marcada pelo problema proposto aqui: o tempo. O fardo do tempo, de certa forma, me acompanhou e, diante dos desafios, a participação do professor Régis Ramos, orientador deste trabalho, foi fundamental. Nos nossos diálogos (poderiam ter sido mais intensos se esta que vos escreve fosse mais disciplinada em relação ao indizível tempo), ele me estimulou a rever questões teóricas, a repensar as minhas certezas em relação à construção do trabalho.

À professora Kênia Rios e ao professor Antônio Luiz que estiveram presentes na banca de qualificação e colaboraram, com suas observações precisas, para a realização desta tese. Destaco a participação da professora Kênia em minha formação desde o mestrado.

Em especial, ofereço este trabalho ao professor Eurípedes Funes, um amigo, um mestre, que admiro de forma incondicional.

Agradeço aos servidores da Biblioteca Pública do Estado da Bahia e da Biblioteca Gonçalo Moniz, da Faculdade de Medicina da Bahia, pela gentileza com a qual me receberam.

Deixo minha imensa gratidão aos amigos de sempre Elisgardênia, Francijesi, Leila e Lailson que sempre me acolhem em Fortaleza. Apesar de nossos encontros terem ocorrido de forma inconstante durante os últimos quatro anos, no reencontro tudo permanece como se nos víssemos sempre. Agradeço, igualmente, aos colegas e amigos do doutorado, em particular a Jaison Castro e Ana Paula.

Á todos os companheiros do IFRN que fazem de Pau dos Ferros a melhor cidade do mundo e me ensinam todo dia, sem saber. Em especial, à Carol, dona Lúcia e o pequeno Pedro.

E, por fim, à minha família: Mariana Luiza (companheira de todas as horas), Maria (e toda a prole), Socorro, Dona Rita, Sandrinha, Seu Titi, Andrea e o petit Nicolas.

“Vivo sempre no presente. O futuro, não o conheço. O passado, já o não tenho. Pesa-me um como a possibilidade de tudo, o outro como a realidade de nada”
(Fernando Pessoa).

RESUMO

Esta tese versa sobre o tempo e Nina Rodrigues, aparece como possibilidade de entendermos as muitas camadas temporais que se entrecruzam e se separam na barafunda de experiências sobre o presente, passado e futuro. Não se trata de realizar uma reflexão sobre o pretérito ou os contextos, mas de um esforço que busca entender como o tempo foi mobilizado de diversas maneiras, primeiro, nas construções de um médico-cientista obcecado pelo futuro no embate com a duração lenta atribuída ao Outro, para o qual o presente aparece como lugar da ação, possibilidade de uma missão associada à razão. Esta experiência foi associada pelos seus leitores ao pessimismo, uma categoria temporal que nos remete ao desencantamento produzido pela certeza de que o vir-à-ser estaria marcado pela decadência motivada pela mestiçagem. O desencantamento nos aparece como um lado desta experiência com o tempo, encantada com as possibilidades advindas da racionalidade, da ciência e seus objetos, dos seus ritmos e rituais, dos prognósticos que a racionalidade poderia produzir. E assim, Nina Rodrigues lança-se a promover a ideia de sua própria originalidade, tal como lobo solitário a produzir conhecimento científico em um ambiente classificado, por ele, como refratário às verdades produzidas pela ciência. A construção desta ideia o colocava em ação no presente. Optamos, portanto, pela metáfora do *náufrago* do tempo para pensarmos a mediação entre o desencantamento e a esperança. Entendemos, pois, que ao lançar-se para o futuro, a degenerescência e sua esfinge estavam no horizonte ao lado das promessas da ciência moderna. Em segundo lugar objetivamos analisar como as leituras sobre Nina Rodrigues o localizaram em um tempo do legado e da distância a partir de atividades editoriais e comemorativas que exumaram seu corpo escrito muitas vezes, a elaborar memórias acerca da produção do conhecimento antropológico sobre o negro não apenas nos anos de 1930, mas durante todo o século XX. No escopo desta análise fizemos usos particulares de teorias que, à primeira vista, se separam, tais como os estudos sobre a experiência temporal moderna em Reinhart Koselleck e a reabilitação do anacronismo no trabalho do historiador proposta por Jacques Rancière. Porém, o problema do tempo como experiência subjaz as propostas de ambos os autores e possibilita um emprego singular de pensamentos tão distintos.

Palavras-chave: História. Duração. Ciência. Mestiçagem.

ABSTRACT

This thesis is dedicated to understand the relation between time and Nina Rodrigues. Appears as a possibility to us to know about the several temporal layers that cross each other and split off in a mess of experiences about the present, past and future. It is not examining the question in the past tense or contexts, but an effort that seeks to understand how the time was mobilized in several ways, first of all, in construction of a physician-scientist obsessed with the future in the struggle with the slow duration attributed to the other, for which this appears as a place of action, the possibility of a mission associated with the reason. This experience was associated by its readers to pessimism, a temporal category that brings us to the disenchantment produced by the certainty that the coming-to-be would be marked by decay motivated by miscegenation. The disenchantment appears to us as one side of this experience with time, amazed with the possibilities arising from the rationality of science and its objects, its rhythms and rituals of the prognostic that rationality could produce. So, Nina Rodrigues launches to promote the idea of his own originality, as Lone Wolf to produce scientific knowledge in a classified environment, for him, as refractory to the truths produced by science. The construction of this idea put him in action in the present. We choose therefore the time castaway metaphor to think mediation between disillusionment and hope. We understand therefore that by launching himself to the future, degeneracy and its Sphinx were on the horizon beside the promises of modern science. Secondly we aimed to analyze how the readings about Nina Rodrigues located him at a time of the legacy and distance starting from editorials and commemorative activities that his body have exhumed written many times, to draw up memories about the production of anthropological knowledge about not only black in the 1930s, but throughout the twentieth century. In the scope of this analysis we made particular uses of theories that, at first, separate, such as the studies of modern temporal experience in Reinhart Koselleck and rehabilitation of anachronism in the historian's work proposed by Jacques Rancière. However, the problem of time as experience underlies the proposals of both authors and provides a unique employment as distinct thoughts.

Keywords: History. Duration. Science. Miscegenation.

RESUMEN

Esta tesis trata sobre el tiempo y, Nina Rodrigues aparece como una posibilidad de comprender las muchas categorías temporales que se entrecruzan y se separan en el desconcierto de las experiencias sobre el presente, pasado y futuro. No se trata de realizar una reflexión sobre el pasado o de los contextos, sino de un esfuerzo que busca entender cómo el tiempo fue movilizado de varias maneras, primero, en las construcciones de un médico-científico obsesionado por el futuro en la lucha con la duración lenta atribuido al Otro, para el cual el presente aparece como un lugar de acción, posibilidad de una misión asociada a la razón. Esta experiencia fue asociada por sus lectores al pesimismo, una categoría temporal que nos acarrea al desencantamiento producido por la certeza de que el devenir estaría marcado por la decadencia motivada por el mestizaje. El desencantamiento se nos presenta como un lado de esta experiencia con el tiempo, encantada con las posibilidades que surgen racionalidad, de la ciencia y sus objetos, de sus ritmos y rituales, de las predicciones que la racionalidad podría producir. Así, Nina Rodrigues se lanza a promover la idea de su propia originalidad, tal como lobo solitario para producir conocimiento científico en un ambiente clasificado, por él, como inaccesible a las verdades producidas por la ciencia. La construcción de esta idea, lo colocaba en acción en el presente. Optamos, por lo tanto, por la metáfora del naufrago del tiempo para pensar la mediación entre el desencantamiento y la esperanza. Entendemos, pues, que al lanzarse para el futuro la degeneración y su esfinge estaban en el horizonte junto a las promesas de la ciencia moderna. En segundo lugar tuvimos como objetivo analizar como las lecturas sobre Nina Rodrigues lo situaron en un tiempo del legado y de la distancia a partir de actividades editoriales y conmemorativas que exhumaron su cuerpo escrito muchas veces, la elaboración de memorias sobre la producción del conocimiento antropológico acerca del negro, no solo en los años de 1930, sino a lo largo del siglo XX. En la finalidad de este análisis hicimos usos particulares de teorías que, en un principio, se separan, tales como los estudios sobre la experiencia temporal moderna de Reinhart Koselleck y la rehabilitación del anacronismo en la obra del historiador propuesto por Jacques Rancière. Sin embargo, el problema del tiempo como experiencia subyace en las propuestas de ambos autores y posibilita un empleo único de pensamientos tan distintos.

Palabras-clave: Historia. Duración. Ciencia. Mestizaje.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Crânios medidos e analisados por Nina Rodrigues	56
Figura 2 – Capa da 2ª edição de <i>Os Africanos no Brasil</i>	161
Figura 3 – Propaganda da Livrara Quaresma em 1941.....	168

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Trabalhos aceitos no 3º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia	97
Tabela 2 – Circulação dos jornais em Salvador (1892).....	119
Tabela 3 – Publicações recebidas pela redação da Gazeta Médica da Bahia (1890-1893).....	122
Tabela 4 – Estudos publicados por Nina Rodrigues internacionalmente e/ou em língua francesa entre 1895 e 1903.....	134
Tabela 5 – Títulos publicados pela Biblioteca de Difusão Científica (1934-1938).....	213

LISTA DE SIGLAS

AIN	Academia Imperial de Medicina
BDC	Biblioteca de Difusão Científica
CBMC	Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia
CEN	Companhia Editora Nacional
GMB	Gazeta Médica da Bahia
SMCRJ	Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: SONHOS, ANACRONIAS E AS ORDENS DO TEMPO.....	15
1.1	Anacronias: A danação da História?	20
1.2	As ordens do tempo	23
1.3	Náufragos do tempo: ilusão, realidade e memória.....	28
1.4	As camadas do texto.....	32
2	O MODERNO, A ORIGINALIDADE E OS NÁUFRAGOS DO TEMPO	38
2.1	Mais que um colecionador de ossos	51
2.2	Os congressos científicos e a atualização do tempo.....	66
2.3	As temporalidades do impresso	101
2.3.1	<i>Bispo, antes de tudo um fraco: notas sobre o tempo patológico dos textos...</i>	103
2.3.2	<i>A imprensa especializada: o tempo acelerado dos textos.....</i>	115
2.3.3	<i>Os jornais diários: leituras e contendas intelectuais.....</i>	127
2.3.4	<i>Das revistas aos livros – do português ao francês</i>	132
3	A EXUMAÇÃO DO CORPO ESCRITO DE NINA RODRIGUES	139
3.1	Da dispersão à unidade: uma crise na ordem do tempo	147
3.2	Os Africanos no Brasil e outras “Disjecta Membra”	178
3.2.1	<i>Os infortúnios do texto: entre a maldição e a reparação</i>	187
3.2.2	<i>A exumação de uma obra e a psicologia social</i>	205
3.2.3	<i>Edições e disputas pela ciência</i>	212
3.3	Nina Rodrigues, o cientista. Manuel Querino, o autodidata	225
3.4	História, memória e fabulações:	236
4	NINA RODRIGUES E A ESFINGE DO FUTURO: ENTRE A PROSA DO TEMPO E A POÉTICA DA DURAÇÃO.....	246
4.1	O futuro como um fardo e a alegoria da esfinge:.....	251
4.2	Os usos da história:	273
4.3	Desterrados e sobreviventes: sobre a duração lenta e a ausência de coetaneidade do Outro	290
4.4	As sobrevivências e o inconsciente folclórico	297
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	307
	REFERÊNCIAS E FONTES.....	315

1 INTRODUÇÃO: SONHOS, ANACRONIAS E AS ORDENS DO TEMPO

Para falar sobre o tempo racional da ciência moderna, nada mais indicado do que começar pela imaginação. Muitos tempos cabem nos sonhos, na literatura e no cinema, tal como as cenas metafóricas, cheias de sensações, atravessadas pela loucura onírica em *Muholland Drive* (2001), de David Lynch, filme aclamado pela falta sentido, cujas histórias se conectam em pontos improváveis e deslocados. A ausência de sentido é aqui o excesso da possibilidade de existir infinitas narrativas sempre colocadas à deriva quando procuramos emprestar-lhes nexos de uma razão prática. Tal como aquela sensação que experimentamos depois do sonho, na qual ao acordar perdemos o fio que conferia aos eventos imaginados uma estranha coerência. De olhos abertos, tudo parece absurdo. Com os olhos fechados todas as experiências temporais são possíveis, tudo e todos podem alterar um lugar, não há nem começo, nem destino narrativo e as mudanças não prescindem de explicações que localizam causas e efeitos. Neste filme, que figura como alegoria à Hollywoody, no Clube do Silêncio uma cantora dramaticamente latina entoa Llorando, cadeiras tremem, a cantora cai exausta, desmaia, a música continua. De repente, aparece uma caixa azul, uma chave e a história se abre para outros mundos. Nada nos revela, nos faz cair como se, acordados, fossemos expectadores da barafunda que habita o mundo dos sonhos.

Na escrita de Alan Lightman sobre Einstein e seus sonhos a dinâmica temporal aparece em igual pluralidade, porém, em mundos separados¹. O ano é 1905, cada sonho do jovem cientista, depois conhecido por inventar a teoria da relatividade, é demarcado pelo autor do livro em dias e meses, de forma a organizar a narrativa sobre as diferentes dimensões do tempo. Em algum mundo onírico, o tempo assume o formato de um círculo onde tudo se repete. Na loja os funcionários sabem que seus objetos sairão e voltarão às prateleiras. Ao cair da tarde os lojistas voltam para as suas casas e reencontram, como todos os dias, suas famílias. Ou seguem, mais uma vez, para as tavernas e bebem cervejas afim de, alegremente, estarem na companhia dos amigos, divertindo-se como se fosse a última vez, sem saber que estão fadados ao retorno. Em um hospital, uma mulher se despede do marido sem saber que tudo

¹ Ver LIGHTMAN, Allan. **Sonhos de Einstein**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

começará novamente, que ela nascerá outra vez, terá outros filhos, voltará à escola, casará e experimentará os ritmos da vida, pretensamente, rompidos pela morte. Nessa dimensão, todas as coisas que acontecerão no futuro já ocorreram milhões de vezes. Este mundo destinado à volta compartimentado no mundo onírico de Einstein através da escrita de Lightman encontra par com o tempo cíclico antigo que, no caso dos gregos, emerge a partir do conceito de Grande Ano. No *Timeu* de Platão este tempo da repetição aparece enquanto duração do movimento de alinhamento da lua, do sol e dos planetas em uma mesma posição². Embora Ludwing Edelstein demonstre que entre os gregos havia produção de conhecimento não fundamentado no tempo da volta³, os estoicos, por exemplo, acreditavam que no movimento dos corpos celestes haveria sempre um ponto de restauração e retorno completo. Posteriormente, Nemésio (séc. IV), em leitura estoica, afirmava as imagens do tempo semelhante aquelas reveladas pelo sonho de Einstein: “Sócrates e Platão e cada homem individual viverão, novamente, com os mesmos amigos e os mesmos concidadãos. Passarão pelas mesmas experiências e as mesmas atividades”. A conclusão do bispo de Émeso é categórica: “jamais haverá qualquer coisa nova senão o que houve antes, sendo tudo repetido até os mínimos detalhes”⁴.

O retorno pode figurar como um fardo, o fardo do ser com a responsabilidade do exemplo. Em outras palavras, a constatação, por negação, de “que a vida que desaparece de uma vez por todas, que não volta mais, é semelhante a uma sombra, não tem peso”⁵. Essa afirmação de Milan Kundera na construção de seu romance recupera a concepção nietzschiana sobre o tempo do eterno retorno como o mais pesado dos fardos, considerando, de forma dramática, que “se cada segundo de nossa vida deve se repetir um número infinito de vezes, estamos pregados na eternidade como Cristo na cruz”⁶.

Voltando ao cruzamento entre os sonhos de Lightman e Einstein, podemos identificar o tempo como um curso de água desviado, vez em quando, por alguns detritos. Metáfora aos exilados do tempo que foram transportados do passado ou do futuro para algum presente e se converteram em fantasmas. Ambos temem a

² WHITROW, G. J. **O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p.58.

³ Ver EDELSTEIN, Ludwing. **The idea of progress in late of antiquity**. Baltimore: Jonhs Hopkins University Press, 1967.

⁴ Nemésio *Apud* WHITROW, G. J. *Idem*.

⁵ KUDERA, Milan. **A insustentável leveza do ser**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p.9

⁶ *Idem*, p.10.

desordem que possam provocar no curso do tempo, por isso seguem a caminhar discretos, nas sombras, apavorados com a certeza de que suas ações podem modificar ou destruir o futuro. Conflitos que nos faz lembrar aqueles experimentados pelo Dr. Emmett Brown e Martin McFly, personagens da trilogia *De volta para o futuro* (1985), nos quais o dilema está no desejo de não perturbar o ainda não realizado. Nessa experiência, o presente que não lhes pertence é experimentado como fardo temporal. E assim, à distância, estes espectros testemunham eventos evitando tomar parte deles.

O tempo aparece agora em três dimensões, tal como o espaço, a mover-se perpendicularmente em uma tripla direção: horizontal, vertical e longitudinal. Na cadeia dos acontecimentos temporais, um objeto pode, igualmente, participar de três futuros perpendiculares, nos quais cada vir à ser torna-se real, como os futuros simultâneos do homem que deve decidir se encontrará ou não uma mulher em Friburgo ou escolhe comprar ou não uma roupa nova. O tempo tem infinitos mundos para as mesmas pessoas. Nenhum futuro aparece como alternativa de outro, eles ocorrem em simultaneidade, pois não há flecha única a lançar, inexoravelmente, os homens a um destino.

Noutro mundo não há o futuro. O tempo é experimentado como uma linha que fenece no presente. Nesse lugar de despedidas, a solidão é definitiva e, no horizonte, apenas o nada aparece como certeza de que, em cada presente, as pessoas estão à beira do abismo, contemplando o tempo, inertes, tomando café, olhando fotografias. Essa experiência carrega alguma similitude com aquela descrita por Zygmunt Bauman à propósito do final do século XX e do tempo instantâneo. Para ele, a “sedutora leveza do ser”, atravessada pela instantaneidade do mundo dos softwares, e a necessidade de produção de repostas imediatas, teria criado uma redução na distância, de modo a separar as noções de começo e de fim. O tempo da realização imediata e do momento resulta, portanto, na “exaustão e desaparecimento do interesse”⁷. Em Lightman-Einstein, este tempo desinteressado, marcado pelo império do momento e do desencanto, encontra seu oposto na pressa daqueles que correm velozmente em busca do tempo, sem renunciar à espacialização pela duração dos relógios e dos prazos. Aqui, o futuro não espera, o tempo é curto, deve-se correr contra a provisoriedade em busca do vir-à-ser. Ali, a brevidade do tempo é de tal

⁷ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 139.

maneira radical que não vale à pena deslocar-se, pois o futuro e o presente se confundem na consciência do “momento”.

Agora o tempo tem duas dimensões: uma mecânica e outra corporal. No primeiro, a rigidez metálica dos pêndulos e dos relógios transforma as ações em maquinário, de modo a construir o esquecimento sobre a existência afetiva do corpo, transformado em máquina a seguir ponteiros. Neste ponto, podemos recorrer às palavras de Nibert Elias acerca do tempo mecânico e tratar o corpo-máquina pontual e regido por relógios como matéria a seguir o passar de um tempo imerso em “processos físicos que a sociedade padronizou, decompondo-os em sequências-modelo de recorrência regular”⁸. Corpo dessacralizado, desencantado, massa biológica, química e física sujeita às leis universais da eletricidade e da mecânica que permitem capitar velocidade e distância em qualquer ponto do globo terrestre da mesma forma. Nesse mundo, “o corpo não é uma coisa que se obedece, e sim uma coisa que se manda”⁹. No segundo, o coração pulsa no ritmo dos humores e dos desejos, enquanto o tempo do relógio caminha no vazio. O corpo é o império de todas as ações e relógio não serve à medição da duração, torna-se adorno. E, assim, o tempo segue espasmodicamente alheio aos movimentos dos ponteiros.

Peter Pál Pealbart recuperou a narrativa de Alan Lightman sobre os sonhos do cientista para tratar dos sonhos do filósofo Deleuze, no entrecruzar dos sonhos de Einstein-Lightman, Bergson, Plotino, Hölderlin, Borges e outros. Mas, na passagem do cientista para o filósofo, o autor encontra um desvio, um ponto de diferença que se expressa na crítica à Leibniz, para o qual a existência das múltiplas naturezas do tempo somente é possível em outros mundos, cada tempo seria, assim, uma possibilidade compartimentada e fronteira, encerrada em mundos próprios¹⁰. Numa trama temporal que classifica como insana e delirante, Pealbart pretende encontrar, na análise sobre Deleuze, a concomitância de todos os tempos presente na produção de um filósofo acusado de “não respeitar os tempos da filosofia, de extrair conceitos de seu contexto”, de “pilhar” extravagantemente a história da filosofia e que entendia o tempo como diferença, numa lógica de multiplicidade, na qual a metáfora do rizoma torna-se fundamental. Isto porque, “num rizoma entra-se por qualquer lado, cada ponto se conecta com qualquer outro (...). Um rizoma não remete a uma unidade nem

⁸ ELIAS, Nibert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 7.

⁹ LIGHTMAN, Alan. *Op. cit.* p. 26.

¹⁰ PEALBART, Peter Pál. **O tempo não-reconciliado**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

dela deriva, não tem sujeito nem objeto”¹¹. Ao pensar o tempo a partir da insólita lógica rizomática, Pealbart e Deleuze estão mais próximos a David Lynch do que a Alan Lightman.

Deleuze é, sem dúvida, personagem apropriado para tal análise sobre as múltiplas conexões do tempo, visto que o entendia como algo não conciliável com um princípio orientador do sentido da história. No nosso texto, assim como Lightman, partimos da análise sobre o cientista. Porém, não adotaremos a repartição Leibziana do tempo, pois pretendemos entender o entrecruzar das várias experiências temporais, nas relações entre futuro, passado, presente, duração, velocidade e morte. Tais dimensões serão fundamentais para a nossa narrativa que se passará sobre um terreno marcado pela busca da fixidez dos tempos: o da ciência moderna, e terá um personagem improvável: Raymundo Nina Rodrigues, médico-cientista que não cessou de desejar a compartimentação do tempo, entre o mundo da ciência (do laboratório, do gabinete, da faculdade) e os outros mundos. Sugerimos, assim, que, a vontade pela conciliação do tempo (para usar expressão análoga àquela empregada por Pál Pealbart em seu título), envolveu uma experiência angustiada em relação ao futuro e experimentava um sentimento de diferença em relação ao presente nacional. É sobre esta angústia, precisamente, que se expressa a hipótese do trabalho apresentada nesta tese ao evocar um homem-relógio como asseverou Gilberto Freyre¹² no começo de 1943. Trata-se de pensar a relação entre a fé na razão e a duração lenta do Outro construída através olhar da ciência. Para aquele que não poderia perder tempo, o presente torna-se lugar privilegiado de uma ação missionária da razão científica, cujos prognósticos identificavam, no horizonte, a degenerescência como resultado da mestiçagem. Pretendemos pensar como Nina Rodrigues espacializava o tempo em dois movimentos que se cruzam: aquele da ciência e do progresso, com seus objetos e durações, a passar inexoravelmente em direção ao futuro, e aquele que precisava repartir a humanidade em origens distintas para classificar a diferença geográfica do tempo, a separar as mudanças próprias da consciência histórica da “civilização” e as sobrevivências “primitivas”. Sugerimos, pois, que tal diferenciação não foi renunciada pelas leituras daqueles que utilizaram seus trabalhos como ponto de oposição e de referência, de modo a exumar seu corpo escrito e denegar o seu biologismo. Em outras palavras, marcando um corte

¹¹ *Idem*, p. XXII-III.

¹² FREYRE, Gilberto. **Euclides e Outros Perfis**. Rio de Janeiro: José Olimpyo, 1944, p. 212.

geracional na diferenciação do duplo oposto raça/cultura, os ditos discípulos não exorcizaram a localização do tempo do “Outro” a partir da ideia de distância e permanência.

1.1 Anacronias: A danação da História?

A intuição do passado como dado objetivo para a história desde o século XVIII “fizera do tempo o elemento impensado de uma disciplina que não deixava de utilizá-lo como um instrumento taxonômico”¹³. Essa passagem de Michel de Certeau, recuperada por François Hartog¹⁴, resume de forma especialmente feliz a relação de aproximação e distanciamento estabelecida entre o historiador e o tempo nos últimos trezentos anos. Aproximação porque aprendemos, desde cedo, que é condição do fazer história o lidar com as lógicas temporais, tais como os recortes, os contextos, as durações curtas e longas, a cronologia etc. Não seria essa relação íntima que confere sentido a conhecida máxima de Marc Bloch, segundo a qual a história é a ciência dos homens do tempo¹⁵? Sem a percepção da alteridade e do movimento seria pensável a existência de uma escrita da história? Não há dúvidas, o tempo subjaz a disciplina que o nomeia e o organiza pela escrita e o historiador lida, necessariamente, com tal dimensão mesmo quando não se propõe a pensá-la. Ocorre que a presença necessária do tempo como elemento inerente à produção historiográfica provocou um distanciamento, uma ausência.

Ora, ao tornar-se autoevidente, a experiência temporal deixa de ser interrogada nas diferentes articulações entre passado, presente e futuro. A tentativa de suspensão do tempo pelo historiador, de localizar os contextos através dos documentos, poderia nos remeter à intenção de atribuir certa inteligibilidade ao passado transformado em objeto, de modo a torna-lo pensável, no desejo de encontra-lo em seus próprios termos. Foi assim, que Eric Hobsbawm denunciou a projeção, no passado pesquisado, de intensões próprias do presente como opção de

¹³ Ver CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise – entre ciência e ficção**. Belo Horizonte: Autêntica. 2011.

¹⁴ HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da História: a ordem do tempo. **Rev. de História**, São Paulo, n. 148, p.19, 2003.

¹⁵ BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 2001, p. 55.

primeira ordem para aqueles que pretendem escrever a história satisfazendo os interesses de determinados coletivos, através de uma atitude anacrônica¹⁶. Para a história social, a anacronia figura, então, como índice de interesses capazes de tornar o passado opaco em função de suas suspeitas relações com o presente. Cabe, neste ponto, fazer uma objeção, à saber: ao separar o “joio do trigo”, a ação do historiador que escreve e a realidade descrita, uma certa ideia de “pureza” do passado, ainda que mediada pela alteridade, permanece subjacente, se não como evidência, pelo menos como condição do trabalho do historiador.

A consciência de que a história compõe o gênero da narrativa e a percepção de que a sua escrita constitui uma operação¹⁷ embaralham a relação cômoda entre a história e seu objeto. A crise do referente, para Paul Ricoeur não implicaria em recusa à objetividade, mas na adoção de “realismo crítico”. Diz ele, “esperamos da história uma certa objetividade, a objetividade que lhe convém”¹⁸.

De qualquer forma, com a certa objetividade do realismo crítico, o anacronismo permanece no limbo. Em Jacques Rancière, a reabilitação deste conceito insere possibilidade de indagarmos o tempo no interior de suas múltiplas possibilidades de forma radical. Sendo assim, o pretérito pode nos aparecer como algo mais que um dado perdido em algum lugar na espiral do tempo, sujeito à régua cronológica dos recortes que o organiza e o delimita pelas coincidências seguras entre o agente histórico e o contexto. Ao contrário, os acontecimentos convertidos em objetos e documentos para o historiador se conformam a “multiplicidade das linhas de temporalidades, dos sentidos do tempo incluídos em um ‘mesmo’ tempo”. Essa “é a condição do agir histórico”, diz Jacques Rancière na sua recusa ao expurgo do anacronismo da atividade do historiador e defesa da existência de anacronias como “modos de conexão” entre “acontecimentos, significações que tomam o tempo de frente para trás, que fazem circular sentido de uma maneira que escapa a toda contemporaneidade, toda a identidade do tempo com ele mesmo”¹⁹. O passado não é um presente puro do que foi possível ser em um dado contexto, mas, é formado por

¹⁶ CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre/RS: EDUFRGS, 2002. p.15.

¹⁷ CERTEAU, Michel de **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

¹⁸ RICOEUR, Paul. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968, p.24.

¹⁹ RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e verdade do historiador. In: SOLOMON, Marlon. **História, verdade e tempo**. Chapecó/SC: Argos, 2011, p. 47-49.

camadas temporais a comportar expectativas, a reinventar, a seu modo, aquilo que o antecedeu e deixou de ser.

Em análise sobre as várias camadas temporais existentes no afresco Madona das Sombras, localizado no convento de São Marcos e produzido por Fra Angélico, Didi-Huberman parte de igual premissa no campo da história da arte: “Ante a una imagen – tan reciente, tan contemporánea como sea – el pasado no cessa nunca de reconfigurarse (...) La imagen a menudo tiene más de memoria y más de porvenir que o ser que la mira”²⁰. Ao afirmar isto, o autor se contrapõe, com Rancière, a uma recomendação que parece inquestionável ao historiador: não impor ao passado as próprias realidades, conceitos, gostos e valores para não perturbá-lo com as impurezas do presente e evitar o pecado mortal do anacronismo. O autor classifica tal atitude canônica como “eucrônica”, uma vez que o historiador tende a buscar no passado indícios capazes de compor um relato sobre a ferramenta mental pretérita que permitiu a produção de uma obra de arte. Rechaçado do trabalho do historiador, em Didi-Hurbemann o anacronismo assume caráter epistemológico capaz de tratar da montagem de tempos heterogêneos que se cruzam, se interpenetram, rompendo com a linearidade do relato histórico. Não se trata de considerar a anacronia como recusa da alteridade, mas enquanto possibilidade de encontrarmos a alteridade em todas as dimensões do tempo. O anacronismo tem, para Didi-Hubermann, função operatória: “El anacronismo es necesario, el anacronismo es fecundo, cuando o pasado se muestra insuficiente, y construye incluso, un obstáculo para la comprensión de si mismo”²¹ Nas palavras de Beatriz Sarlo, Didi-Huberman sugere que as imagens (objetos) “nos colocam diante de um tempo que excede o marco de uma cronologia”²², pois as imagens comportam camadas de sentidos e experiências que extrapolam os fatos ou os objetos. Assim, se para Didi-Huberman, diante da imagem estamos sempre diante do tempo, podemos nos apropriar dessa ideia para inferir que diante de outros objetos, tais como os livros, estamos sempre diante do tempo.

Ao ler um livro de Nina Rodrigues publicado final do século XIX, nos anos de 1930, ou um fragmento de seus textos inseridos em livros de Arthur Ramos ou Edison Carneiro não entramos no túnel do tempo, a nos conduzir de volta ao passado,

²⁰ DIDI-HUBERMANN, Georges. **Ante el tiempo**: História del arte y anacronismo de las imágenes. 3. ed, Buenos Aires: Adriana Hidalgo Ed., 2011, p. 32.

²¹ *Idem*. p. 42 .

²² SARLO, Beatriz. **A paixão e a exceção: Borges, Eva Perón, Montoneros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 253.

isolando o texto e o suporte num tempo-identidade. Certamente, o livro tem uma duração diferente do afresco que permanece nas paredes do convento, mas, estamos aqui diante das muitas durações do objeto (neste caso, o texto e seu suporte), durações que constroem as muitas montagens do livro. Nas edições mais recentes, a publicação atende a um padrão estranho às tipografias antigas, alteridade presente na textura, na cor, no cheiro, na grafia das páginas amareladas. O livro não é o mesmo. A cada nova publicação, uma camada de sentidos, a cada nova leitura tempos se cruzam. Nas mãos, com o livro publicado em primeira edição, as camadas do tempo não se reconciliam com o passado, aquele objeto antigo não é o mesmo, não poderá ser o mesmo. Não é um cadáver embalsamado do passado chamado subitamente à vida. Os objetos nos colocam diante dos diferentes “estratos do tempo” como afirmava Koselleck ao usar uma metáfora geológica para falar do tempo como atravessado por “diversos planos, com durações diferentes e origens distintas, mas que, apesar disso, estão presentes e atuam simultaneamente”²³.

Não se trata de pensar o tempo a partir de referências externas, como ocorre, por exemplo, com o tempo geográfico que se move lentamente a seguir os ritmos impostos pelo meio, noção formulada por Ferdinand Braudel para o estudo das longas durações²⁴, mas de interrogar as relações que estabelecemos com diferentes ordens temporais, de modo a perturbá-las, a invadi-las, a corroê-las pela dessemelhança. Como afirma Rancière, a diferença é a condição de toda a história, pois desfaz o acordo velado entre tempo, eternidade e verdade²⁵.

1.2 As ordens do tempo

O tempo é uma experiência e para analisar a constituição dessa experiência, François Hartog propôs o uso heurístico da categoria de regimes de historicidade como ferramenta útil a indagação das crises e tensões que se operam na ordem do tempo. Em consonância com o estudo da semântica dos tempos históricos de Koselleck, Hartog identifica, no século XVIII, a passagem do regime

²³ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo – Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014, p. 12

²⁴ BRAUDEL, Ferdinand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II**. Lisboa: Martins Fontes, 1983, p. 25.

²⁵ RANCIÈRE, Jacques. *Idem*. p. 45-47.

antigo de historicidade – no qual as histórias orientavam-se pelos exemplos, pelo retorno, por um passado que se igualava ao futuro através da repetição, mesmo instaurando a espera no juízo final num tempo transcendente e linear, o futuro cristão já era conhecido, nada de novo aconteceria até o encontro de todos com a eternidade – para o regime moderno, que concebe a ideia de história como um singular coletivo. Em estudo sobre o vocabulário alemão, Koselleck encontra na substituição de *Historiae* (termo de origem latina que significa relato) para *Geschichte*, (referente ao acontecimento em si) o indicativo de que, em meados do Setecentos, as histórias exemplares cederam lugar à história universal e o tempo tornou-se imanente ao próprio tempo. A história torna-se um singular-coletivo que funciona na relação com outros singulares-coletivos: progresso e revolução. As histórias nacionais podem, enfim, figurar como componente universal. A partir desse momento, o futuro se abre ao inédito, o progresso emerge como palavra de ordem e o tempo se acelera. Numa nova experiência temporal o futuro emerge como novidade. Não é de se estranhar que, no início do século XX, ao analisar o porvir incerto de um país mestiço, o médico brasileiro Raymundo Nina Rodrigues lançasse mão dos mistérios antigos da esfinge como metáfora para o futuro. O enigma proposto por tal esfinge do tempo estava a devorar, em angústias e expectativas, a duração transitória do presente. Era preciso fazer a história através da Razão.

Koselleck considera que, na construção moderna do tempo, orientada pelo ponto de vista do futuro, o presente torna-se consciência da transitoriedade e o tempo histórico é concebido enquanto produto da distância entre os espaços de experiências e o horizonte de expectativas, alargada pela aceleração, cada vez mais intensa, da noção de mudança²⁶. Para Paul Ricoeur o uso do duplo meta-histórico espaços de experiências e horizontes de expectativas possui a vantagem de colocar em evidência as variadas relações que estabelecemos com diferentes dimensões temporais, sem recair na univocidade que ela denuncia. Nessa análise, Ricoeur decompõe ambas as expressões a fim de expor os caminhos que elas indicam. A “experiência” possui vasta dimensão, não encontrada na ideia de persistência do passado. Com efeito, ela se refere, tanto no nível das experiências privadas ou coletivas, “a um estranhamento superado, de um saber adquirido, que se tornou um *habitus*”. Por outro lado, a palavra “espaço” demarca percursos múltiplos “na reunião e na estratificação numa estrutura

²⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado** – contribuição à semântica dos tempos históricos, Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 289.

foleada que faz o passado assim acumulado escapar à simples cronologia. A expectativa lança seus tentáculos terminológicos para uma imensidão de sentidos que inclui “esperança e temor, o desejar e o querer, a preocupação, o cálculo racional, a curiosidade”, em uma palavra, o futuro. O horizonte, como expressão do “ainda-não” (superação), inscreve o ponto de diferença em relação aos espaços da experiência. Nesse sentido, o horizonte de expectativa não converte-se em derivação da experiência²⁷.

É precisamente no intervalo a separar as experiências e as expectativas que Francois Hartog situa suas indagações acerca da relação que a modernidade estabeleceu com o passado, presente e futuro, de modo a evocar momentos de tensões e crises na ordem do tempo. Nesse sentido, a categoria de regimes de historicidade torna-se operacional:

Entendidos como uma expressão da experiência temporal, regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (Erfahrung) do tempo que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de e vivenciar nosso próprio tempo²⁸.

Há, sem dúvida, correlação entre essa operação conceitual e a categoria de “tipo ideal” weberiana, entendida como ferramenta de análise, constructo que não pode ser encontrado na realidade pesquisada e presente em termos empregados de forma comum pelos historiadores e sociólogos como “homem econômico”, “feudalismo” e mercantilismo. O objetivo de Weber era tornar consciente o uso objetivo de categorias que, apesar de encontrar alguma referência na experiência não se impunha a ela e não poderia ser verificado na empiria²⁹. Sobre o trabalho do historiador, Jorn Rüsen sentencia que as teorias funcionam como “referências para perguntas ou constructos de hipóteses com os quais é possível apreender estados de coisas empíricos”³⁰. Por isso mesmo, não encontraremos tratados sobre os *regimes de historicidade* nas fontes, adverte François Hartog ao enfatizar a

²⁷ RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa 3**: O tempo narrado. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 354-5.

²⁸ HARTOG, François. *Op.cit*, 2003, p. 12.

²⁹ Ver GERTH, H.H; MILLS, C. Wright (Orgs). *Introdução*. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982, p. 78.

³⁰ RÜSEN, Jorn. **Reconstrução do passado** – Teoria da história II: princípios da pesquisa histórica. Brasília: EDUNB, 2007, p.78.

contemporaneidade de tal categoria, utilizada por ele como uma ferramenta heurística na análise histórica dos movimentos de idas e vindas do/no tempo, dos passados e dos futuros em disputa, do presentismo³¹. O uso de categorias formais não contemporâneas aos acontecimentos transformados em objeto específico de pesquisa é entendido por Koselleck como uma das possibilidades abertas ao historiador quando este “mergulha no passado” e transforma vestígios em fontes. O outro caminho é o da linguagem dos documentos. Segundo esta proposição, os dois tipos de linguagem (da ciência e das fontes) podem distinguir-se ou estar associados entre si, “mas não o estão necessariamente”³².

Com efeito, o regime de historicidade moderno, aparece como uma categoria que serve de instrumento para a análise de uma economia do tempo construída a partir do século XVIII, na qual o ponto de vista do futuro orienta as articulações entre passado e presente. Entretanto, um regime de historicidade não constitui um modelo fechado e inquestionável, ele é assaltado por crises, deslocamentos e questionamentos. Nesse sentido, Hartog admite que um regime de historicidade “não existe em estado puro”. Segundo o autor:

Um regime de historicidade não é uma entidade metafísica, descida do céu, mas um quadro de pensamento de longa duração, uma respiração, uma rítmica, uma ordem do tempo que permite e proíbe pensar certas coisas. Contestado tão logo instaurado, um regime de historicidade reformula, ‘recicla’ elementos anteriores da relação com o tempo para fazê-los dizer outra coisa de maneira diferente³³.

O reparo de Hartog sobre a dimensão construída e extensiva da categoria de regimes de historicidade, dissolvido, contrariado, pressionado, no momento mesmo em que se afirma, deve ser acrescentado a advertência de Paul Ricoeur sobre o duplo espaços de experiência e horizontes de expectativas. Entendidos como autênticas categorias transcendentais que assumem o lugar de prescrições, emprestam a escrita da história a possibilidade de pensar o tempo na relação variável que estabelecem entre si. Dessa forma, o topos do progresso como protagonista, a retrair cada vez mais a primeira e expandir vorazmente a segunda pode, ao ver de Paul Ricoeur, começa a

³¹ HARTOG, François. **Regimes de historicidade** – presentismo e experiências do tempo, Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2012, p. 36

³² KOSELLECK, Reinhart. *Op. cit.* 2006, p. 305-6.

³³ HARTOG, François. Tempos do mundo, história e escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 132.

ser demolido ao mesmo tempo em que se instaura. A modernidade, portanto, não aparece como um projeto acabado³⁴.

No trabalho que ora desenvolvemos acerca das tensões do tempo, a partir do estudo sobre Nina Rodrigues, as variáveis que atravessam as categorias meta-históricas de espaços de experiência e horizontes de expectativa e o conceito formal de regimes de historicidade são, particularmente, operacional, pois, nos propomos a entender os pontos de inflexão que abalaram, no final do século XIX e início do XX, o desejo de conciliação entre a história do Brasil e a marcha da história universal, rumo à civilização, num momento de crítica direta ao lirismo romântico e à sedução da retórica. Sendo assim, sugerimos que o descompasso alegado entre a modernidade, retoricamente celebrada, e o tempo, entendido como verdadeiro, no qual o Brasil ocupava o lugar do atraso foi mobilizada, por Nina Rodrigues, em duas frentes: a primeira consistia na análise da composição mestiça do brasileiro como negação, em fins do século XIX, à existência concreta de um povo unificado. Nesse sentido, o enigma do futuro resulta da transitoriedade do tempo, marcada no corpo, nas heranças físicas e morais, na qual subsistia a grande esfinge do por vir: “o problema do negro”, entendido não só do ponto de vista atávico, mas, sobretudo, de suas sobrevivências culturais. Em outras palavras, o tempo acelerado do progresso, dos bondes, das largas ruas, da circulação dos jornais, reservado à poucos, estava tensionado com outro, abrangente, disseminado e desacelerado. A segunda, refere-se à exigência de uma racionalização nas instituições (penais, médicas, de ensino e de assistência pública). A reforma do aparelho do estado e adoção de uma atitude científica, baseada na observação do real, geradora de novos fatos científicos romperia com o tempo lento da compilação, da repetição, da cópia. Essa angústia entre a proliferação do tempo do Outro e o desejo pelo vir-á-ser consiste no processo de instauração e dissolução do progresso imposto como uma necessidade na modernidade. O pessimismo estabelece uma relação com o futuro através da angústia e da possibilidade do nunca realizado. Em última análise, a angústia figura como ponto de suspeição do desejado, expõe a possibilidade de uma realização. Em suma, é o indicativo do naufrágio.

³⁴ RICOEUR, Paul. *Op. cit.* p. 364-5.

1.3 Náufragos do tempo: ilusão, realidade e memória

Recorramos, então, a um romance para lançarmos alguma luz sobre as experiências temporais sobre as quais objetivamos escrever, bem como sobre os “náufragos”, termo escolhido para compor o título deste trabalho. Começamos com a questão da transitoriedade do presente em relação ao passado e ao futuro. A referência ao “náufrago do tempo” aparece na passagem do livro *O Ateneu*³⁵, cuja narrativa trata das desventuras do personagem Sérgio, interno em um colégio para rapazes, recebe carta de Paris enviada por seu pai. Nela, lê-se o seguinte:

(...) salvar o momento presente. A regra moral é a mesma da atividade. Nada para amanhã, do que pode ser hoje; salvar o presente. Nada mais preocupe. O futuro é corruptor, o passado é dissolvente, só a atualidade é forte. Saudade, uma covardia, apreensão outra covardia. O dia de amanhã transige; o passado entristece e a tristeza afrouxa. Saudade, apreensão, esperança, vãos fantasmas, projeções inanes de miragem; vive apenas o instante atual e transitório. É salvá-lo! Salvar o náufrago do tempo³⁶.

Aqui, o náufrago torna-se metáfora para o presente, tempo em fuga que, ao atualizar-se se esvai constantemente ameaçado pelas saudades (passado) e pelas apreensões e expectativas (futuro). A advertência do pai ao filho nos coloca diante de uma consciência moderna do movimento, do tempo enquanto transitoriedade. Desafiando qualquer enquadramento rígido em correntes literárias e, precariamente, situado por seus analistas nas regiões fronteiriças do impressionismo, romantismo, realismo ou simbolismo, o livro de Pompeia evoca, através da carta, recuso típico do individualismo romântico, o desencanto de um homem recluso numa grande cidade. Atormentado pelas contingências do tempo e doente, assalta-o a sensação de que a vida lhe escapa, frente a efervescência acessível apenas aos outros que passam e desaparecem. Abre a janela e contempla, triste, na condição de voyeur, o espetáculo da ebulição animada e ruidosa dos que se movem efusivos pelo bulevar a carregar sonhos arrivistas de fortunas. Diante desse quadro que vislumbra de dentro para fora, da janela para o bulevar, de Paris para o Ateneu, o remetente conclui “a agitação não faz bem”, pois trata-se de uma efervescência sem duração e, apenas a consciência

³⁵ Definido por Alfredo Bosi como uma metáfora ao Segundo Reinado, o *Ateneu* foi escrito por Raul Pompeia em 1888. Cf. BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 203.

³⁶ POMPEIA, Raul. **O Ateneu**. São Paulo: Publifolha, 1997, p. 211.

do momento, poderia servir de alento e escape para as ilusões da saudade e das esperanças³⁷.

O futuro incerto, sombrio ou luminoso importava, assim como o passado revelador ou perdido, ainda que a evocação das categorias temporais seja mobilizada para demonstrar desencanto ou desilusão, numa fórmula que a crítica literária do não cessou de definir a partir de uma atitude presentista. Os “céticos” em face do passado e do futuro, defendiam a sua posição como confronto com a verdade nua, capaz de desfazer ilusões, miragens, exorcizar fantasmas. Razão pela qual o pai de Sérgio considera o esforço em apreender o presente como forma de espantar um falso tempo, a enfraquecer e enganar os sentidos. Propõe-se, então, a reconciliar-se com a realidade – entendida como um ente externo, onde habita a verdade inerente das coisas. Quando o garoto entra no colégio, a despir-se de suas ilusões infantis e domésticas, aparece, mais uma vez, a encenação do encontro com a “realidade”:

“Vais encontrar o mundo, disse-me meu pai, à porta do Ateneu. Coragem para a luta”. Bastante experimentei depois a verdade deste aviso, que me despia, num gesto, das ilusões de criança educada exoticamente na estufa de carinho que é o regime do amor doméstico, diferente do que se encontra fora, tão diferente, que parece o poema dos cuidados maternos um artifício sentimental, com a vantagem única de fazer mais sensível a criatura à impressão rude do primeiro ensinamento, têmpera brusca da vitalidade na influência de um novo clima rigoroso. Lembramo-nos, entretanto, com saudade hipócrita, dos felizes tempos; como se a mesma incerteza de hoje, sob outro aspecto, não nos houvesse perseguido outrora e não viesse de longe a enfiada das decepções que nos ultrajam³⁸.

Ao conhecer o mundo, o menino cresce e sente saudades, inventa os “felizes tempos” do passado, desilude-se sem, no entanto, ser acolhido a “estufa” de carinho materno, descobre, enfim, as incertezas do tempo. Sozinho e em contato com a novidade trazida por um ente exógeno e impositivo chamado realidade, o menino percebe que as ilusões perdiam lugar. Seu pai estava certo, era preciso ir à “luta”.

Em fins do século XIX e início do século XX, a oposição entre ilusão e realidade, evocada até aqui a partir do romance de Pompeia, foi, igualmente, mobilizada por outros letrados que, de diferentes formas, tratavam de situar ou criticar a inserção do Brasil na ordem do tempo do progresso e civilização.

³⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Op. cit.* 2006, p. 288.

³⁸ POMPEIA, Raul. *Op. cit.* p. 30.

Dissipar ilusões e dar a ver a realidade, esta foi a proposta de Sylvio Romero que, em janeiro de 1908, diagnosticou, tal como um psicólogo, aquele que, acreditava, era o maior entre todos os males brasileiros, a patologia das patologias, o flagelo dos flagelos, capaz de superar os efeitos nefandos da febre amarela, das secas do Norte, dos rigores do clima tropical, das oligarquias ou da politicagem. Segundo ele: “o maior mal do Brasil (...) é pretendermos ser, como nação, como todo político social, o que não somos realmente” e assim, “darmo-nos a nossos próprios olhos uma superioridade, uma grandeza, um poderio, um progresso, uma cultura, um adiantamento, uns predicados quase sem par por ali além entre as demais nações”. Expor esse descompasso imiscuído numa imagem progressista do Brasil constituía, segundo Romero, o difícil papel do crítico e psicólogo que tinha como missão expor uma farsa inconscientemente vivida, de modo a “desfazer miragens, reduzir phantasias, dissipar ilusões”. Tributário da verdade e consciente no meio da inconsciência coletiva (ingênua ou interessada), o crítico seria capaz de situar a fase vivida pelo Brasil na marcha do tempo da história universal, sem vergonha de evidenciar os seus atrasos, ao passo que a “instrução palavrosa, superficial, falsa, cheia de mentiras” continuava a alimentar a “dôce ilusão de que para nosso andar desassombrado no mundo, fazendo nelle a mais brilhante figura, não temos mais que copiar as constituições e leis dos povos mais cultos”³⁹. Sendo assim, postulava-se que a “ilusão” de superioridade e a “cópia” das instituições de alhures inseriam o Brasil em um tempo que não era seu, a fantasiar um progresso que não lhe pertencia, a marchar imaginariamente para o futuro sem vencer o próprio atraso.

Durante o Império, no reinado de D. Pedro II, não era outra a posição do Visconde do Uruguai que, em 1862, tratava a legislação imperial e a estrutura administrativa do Estado como uma cópia servil dos regulamentos ingleses, franceses e americanos. A lógica mimética de bricolage caracterizava, para ele, toda a engenharia política e social brasileira, sem que estas instituições, criadas para fazer funcionar a engrenagem jurídica e administrativa, correspondessem às experiências históricas concretas⁴⁰

³⁹ ROMERO, Sylvio. Nosso maior mal. In: __. **Provocações e debates** – contribuições para o estudo do Brasil social. Porto: Livraria Chardon, 1910, p. 102-5.

⁴⁰ COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999, p. 62-63.

Na recém instaurada república, durante os primeiros anos do século XX, a crítica em relação a uma atitude inautêntica dirigida à reinvenção da Belle Époque no Brasil, cosmopolita e bovarista, assume em Lima Barreto um tom quase dramático de missão literária. Como observou o historiador Nicolau Sevcenko, na concepção de Lima Barreto, o bovarismo figurava, com efeito, enquanto construção de uma ilusão e expressava uma das “atitudes mistificatórias característica da nova elite e prenhe de graves consequências para o conjunto do país”. Inspirado no idealismo/relativismo de Jules de Gaultier, Barreto definia o bovarismo como uma atitude na qual o sujeito se concebe como alguém que ele não é, de modo a produzir um afastamento imaginário entre sujeito e realidade. Segundo o literato esta ficção de si com um outro teria a vantagem de direcionar a ação dos homens para “uma evolução contínua. Porém, quando carente de uma sólida base crítica que o regule, evitando que o indivíduo submerja na fantasia completa, torna-se prodigiosamente nefasto”⁴¹. Essa imagem desfocada interferia no acesso à realidade, conduzindo o desejo para o apenas imaginado, obscurecendo, assim, qualquer possibilidade de ação social concreta. Considerando todas as diferenças existentes entre o Visconde do Uruguai, Sylvio Romero e Lima Barreto, as considerações deste último a propósito dos intelectuais e políticos brasileiros constitui mais uma face da construção dos pares opostos realidade/ilusão e cópia/originalidade como estilo de crítica.

No nosso texto, a passagem ziguezagueante pelo Ateneu, pela oposição entre ilusão e realidade durante o final do século XIX e início do XX, serve para explicitarmos a opção por evocar Nina Rodrigues como ponto a atravessar toda a tese. Interessa-nos a natureza dessa angústia que opõe verdade e aparência, numa experiência do tempo colocada em negociação com o tempo do Outro. A presença deste como esfinge do futuro, como afirmava Nina Rodrigues em 1905, parece radicalizar o descompasso entre o Brasil, na sua tentativa de tornar-se uma nação, e a sonhada civilização. Miseravelmente o “Outro” considerado “primitivo” era também o “Nós” e o “Nós” desejado era o “Outro civilizado”. Com efeito, se a modernidade criou a transitoriedade progressiva e laica como mar aberto do tempo, ela trouxe junto consigo os naufragos a tatear nas contingências do presente, situados precariamente entre um futuro inédito e um passado em disputa.

⁴¹ SEVECENKO, Nicolau. **A literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras. 2003, p. 212.

1.4 As camadas do texto

O tempo configura-se como problema central para o trabalho que ora apresentamos, partindo de um autor cuja imagem está, sem embargo, associada a temática racial, mas que não cessou de ser apresentado a partir de categorias temporais como pessimismo e originalidade, de ser localizado enquanto autor datado, capaz de servir como ponto de origem e de superação para diferentes campos de estudos, tais como a Medicina Legal, a Psicologia Social e a Antropologia. Por isso, em nossa argumentação as diferentes camadas temporais formam verdadeiros palimpsestos compostos através da configuração e reconfiguração de Nina Rodrigues, dos seus textos, suas teses, seu corpo, sua memória. Possibilitando, assim, uma montagem de vários tempos em páginas de jornais, em brochuras, nos anais de congressos, no laboratório social e médico, nos instrumentos de pesquisa, na escolha e no tratamento de objetos de pesquisa, na construção de uma memória e de uma tradição atravessada pelas noções de morte e de reparação, nos catálogos das coleções e na fortuna crítica de seus livros. Nesta montagem do tempo ressalta-se a impossibilidade de o encontrarmos como personagem datado. Desta forma, a fim de pensar essa montagem do tempo dividimos o texto em três capítulos: O moderno, a originalidade e os naufragos do tempo; A exumação do corpo escrito de Nina Rodrigues e A esfinge do futuro: entre a prosa do tempo e a poética da duração.

No primeiro capítulo trataremos do entrecruzar entre o tempo dos objetos, no espaço particular do laboratório, o tempo público da atualização através dos encontros científicos, o tempo patológico/pedagógico da leitura, da durável construção do livro e da reconfiguração do tempo na fortuna crítica dos livros e na construção de memórias sobre o notável racista. Neste ponto, cabe advertir o leitor sobre o caráter estritamente didático de tal compartimentação. O interior do laboratório e seu mundo particular de não humanos não se separa e nem se confunde com o espaço aberto de encenação/promoção do “homem de ciência”, do qual o 3º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia – realizado em outubro de 1890 na capital baiana, que contou com a participação efetiva de Nina Rodrigues como tesoureiro, tendo submetido e apresentado o maior número de comunicações entre os congressistas – será, apenas um exemplo. Nesse espaço, aberto para o estabelecimento de redes de contato entre os profissionais de medicina no Brasil, os médicos ligados à Sociedade Médica da Bahia procuravam mostrar-se enquanto estudiosos atentos e atualizados em relação

as práticas científicas mais modernas, ao mesmo tempo em que denunciavam o “sono profundo” no qual vegetava a “classe médica” daquele Estado. Isto é, os oradores e comunicadores como Pacífico Pereira, Silva Lima e Nina Rodrigues acusavam a indiferença de seus pares em relação à produção do conhecimento médico e, ao mesmo tempo, deles se afastavam para mostrarem-se atualizados e modernos. Ainda nesse capítulo, problematizamos os ritmos da circulação do tempo através impressos. Na perspectiva de Nina Rodrigues, a escrita e leitura de periódicos comportaria a maravilha da disseminação do conhecimento e o perigo da difusão de ideias consideradas patológicas e radicais. Isso porque a materialidade dos impressos comportaria uma função pedagógica, capaz de (in)formar leitores ideais, vistos como críticos e, paradoxalmente, patológica ao acelerar o processo de deformação de indivíduos degenerados e socialmente segregados. O leitor delirante aparece como sugestionável e passivo. Nina Rodrigues coloca em destaque o lado perigoso do jornalismo em estudo sobre o alagoano Marcelo Bispo que teria sido sugestionado pelo editor-chefe de O Jacobino para assassinar o Prudente de Moraes. Por outro lado, o médico acreditava que a imprensa tinha outras nuances e servia ao progresso do conhecimento científico, na medida em que fazia circular ideias rapidamente, permitia criar redes de relações entre profissionais em diferentes partes do mundo. Nina Rodrigues fez incursões pela imprensa médica na condição de redator-chefe, fundador de periódicos como a Revista Médico-legal, distribuiu seus textos por diversas publicações. Os periódicos, assim como os congressos, constituem dispositivos provisórios do conhecimento uma vez que reatualizavam e faziam circular ideias, criavam espaços de sociabilidade de modo a reiterar o pertencimento do profissional ao mundo da ciência. Sobre esse assunto, Nina Rodrigues destacava as dificuldades enfrentadas pelas Sociedades Médicas no Brasil para organizarem-se e fazer circular estudos, uma vez que a dispersão dos profissionais de medicina no país e a pouca inclinação para os estudos experimentais impossibilitaria a construção de uma medicina nacional, capaz de constituir-se em redes, condição para figurar no universal através da singularidade. Para ele as tentativas de criar conexões e dinamizar o contato entre profissionais formando uma “classe médica” nacional resultava de esforços individuais e ações localizadas, com a criação de Sociedades Médicas, a edição de periódicos e a realização de congressos. Em sua prosa científica, Nina Rodrigues parte com frequência da identificação de uma situação geral

problemática que avança como uma doença silenciosa ameaçando o futuro. No corpo doente da nação em fase de construção, o tempo corria, para ele, em ritmo patológico.

Ao final do capítulo, faremos incursões sobre dois livros de Nina Rodrigues: *L'animisme fétichiste des négres de Bahia* (1900) e *Os Africanos no Brasil* (1933). O primeiro refere-se à reorganização e revisão de artigos publicados entre 1896 e 1897 na *Revista Brasileira*. Fixado em um novo suporte, o texto foi publicado na Bahia em língua francesa com o objetivo de encontrar leitores externos⁴². Nos rascunhos e provas de *Os Africanos na América Portuguesa*, Nina Rodrigues operou uma leitura retrospectiva acerca dos estudos por ele realizados sobre a raça e a mestiçagem desde os anos de 1890. As críticas ao Animismo Fetichista foram apresentadas e rebatidas nas notas de rodapé do esboço do livro que não chegaria a publicar. O todo da obra inacabada era composto de rascunhos manuscritos, algumas provas prontas para impressão e artigos publicados em periódicos científicos. A reunião deste material teria como finalidade compor o primeiro volume de uma série de livros não produzidos em razão da morte de Nina Rodrigues. Os fragmentos textuais, de publicação póstuma na década de 1930 com o título de *Os Africanos no Brasil*, podem ser inseridos numa zona de tempo fronteiriça entre o passado do presente e o futuro do presente da escrita. Ora, Nina Rodrigues defendia a própria autoria, colocava-se em paralelo com estudiosos estrangeiros sobre a religião sudanesa. Ao narrar retrospectivamente sua trajetória intelectual, Nina Rodrigues se apresentava na condição de autor de outros livros. O problema do negro na América Portuguesa seria, para ele, o resultado maduro de seus estudos sobre a mestiçagem no Brasil, realizados durante quinze anos. Por outro lado, ao projeto do livro comportava expectativas em relação ao “futuro da pátria”, mote empregado por ele como justificativa à produção de estudos sobre o negro enquanto problema científico.

O segundo capítulo trata dos leitores de Nina Rodrigues que, no século XX, transformaram-no em ponto de referência e de alteridade, em um duplo movimento de exumação. No primeiro, tratava-se recuperar páginas associadas ao esquecimento, remexidas do túmulo por aqueles que se consideravam tributários de uma herança e imbuídos de uma missão: colocar os textos de Nina Rodrigues em catálogo e as redes construídas por coleções (tais como a *Brasiliana*), figuravam como espaços privilegiados para a publicização de autores escolhidos pelos editores e

⁴² MAGGIE, Ivnone; FRY, Peter. Notas e Apresentação. In: NINA RODRIGUES, **O animismo fetichista dos negros baianos**. Ed. fac-simile. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Ed. UFRJ, 2006. p.7.

transformados em referência de leituras para o entendimento do Brasil. Na unidade da coleção, assim como na unidade da ideia de nação, o livro convertia-se em parte de um coletivo coerente capaz de transformar-se em vestígios do passado. Ao mesmo tempo em que as referências eram selecionadas e autorizadas pela edição de livros, os promotores de tais escolhas alçavam-se a posição de autores, publicavam as suas obras ao lado dos escritores tornados canônicos. O outro corpo a ser exumado foi o do negro como tema de análise para a ciência.

Por fim, no terceiro capítulo procuraremos testar a hipótese de que o tão discutido pessimismo, percebido como inerente aos trabalhos de Nina Rodrigues, não encerra a análise sobre as angústias do tempo em um autor convencido da degenerescência do mestiço e devotado à ciência. O negro transformava-se em problema científico ou, nos dizeres de Nina Rodrigues: uma esfinge ao futuro da nação. Em 1905, um problema estava delineado e um fato científico construído: a inferioridade do negro como condição da inferioridade do futuro povo brasileiro. Mas, afinal, de qual negro estamos falando? A certeza da inferioridade produziria um entendimento homogêneo sobre este Outro no tempo? Ora, o nosso médico propôs escutar as diferenças entre os grupos de africanos para criar nova hierarquia e postular a força, beleza e desenvolvimento dos sudaneses. Em verdade, na ampla certeza sobre a existência de povos “civilizados” e “primitivos” delineavam-se outros matizes na hierarquização do tempo. E assim, a duração do Outro não seria analisada, apenas, pelo atavismo biológico, mas, também, através da noção de sobrevivência e, portanto, vinculada à não coetaneidade e a lentidão. No interior desta distância temporal atribuída ao Outro foi possível estabelecer hierarquias e classificar a “superioridade” sudanesa em oposição à “inferioridade” banto.

Se concordarmos com Koselleck que a concepção moderna de tempo afasta o espaço da experiência do horizonte de expectativa, verificaremos que a vontade de uma realização futura se caracteriza pela esperança na utopia projetada, mas, também, pelo desejo do inverossímil. Nessa perspectiva, a história não serve à exemplaridade como em um movimento circular. Em tal constructo temporal a história não se repete, pois, o futuro não coincide com o pretérito. Quanto ao presente, transforma-se em lugar de ação para a concretude de um porvir desejado, mesmo quando o horizonte aparece nublado por prognósticos indesejáveis. Nos movimentos e deslocamentos do agora um destino manifesto pelos jogos lógicos da razão se cumpre e o enigma da esfinge começa a se desfazer, não por guardar uma

anterioridade secreta em retorno inexorável, mas por comportar um vir a ser sonhado. Entretanto, nesse processo, pode-se desejar o não-esperado, o imponderado. Nas palavras do autor:

(...) é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico. Isto se pode mostrar com particular clareza (...) na estrutura de um prognóstico. O teor de verossimilhança de um prognóstico não se baseia em primeiro lugar naquilo que alguém espera. É possível se esperar também o inverossímil. (...) Mas os prognósticos também são determinados pela necessidade de se esperar alguma coisa. Voltada para um campo de ação mais amplo ou mais estreito, a previsão libera expectativas, a que se misturam também temor ou esperança. As condições alternativas têm que ser levadas em conta, pois sempre entram em jogo possibilidades que contêm mais do que a realidade futura é capaz de cumprir. (...) Fazer um prognóstico já significa modificar a situação de onde ele surge. Noutras palavras: o espaço de experiência anterior nunca chega a determinar o horizonte de expectativa⁴³.

Partindo das considerações de Koselleck sobre o tempo, podemos inferir a presença de dois aspectos fundamentais para nosso estudo: primeiro, a espera de um futuro sonhado está eivada de sensações de esperança e horror. Portanto, fazer projeções implica em estar à mercê da dúvida diante de algo que se afasta do campo das realidades previamente conhecidas, pois, o porvir não se confunde com o pretérito, e, segundo, qualquer prognóstico sobre o devir histórico não se forja exclusivamente na vontade racional, no cálculo das ações, ele se constitui, também, no nível do irracional, do não-crível. Assim, Nina Rodrigues desejava o imponderável e mantinha a fé na ciência quando olhava para o futuro da nação com base nas certezas preconizadas pelas teorias raciais do século XIX, para postular a degradação progressiva das raças híbridas. Atitude paradoxal que comporta a complexidade da experiência temporal moderna no processo de instauração e ruína da vontade de progresso.

Com base nessa ideia sobre a incoerência do desejo em relação ao futuro, pretendemos sugerir, como hipótese, que a experiência da temporalidade em Nina Rodrigues é complexa, não se resumindo às definições usuais sobre o pessimismo presente em seus trabalhos. A vontade em relação ao futuro, nesse caso, poderia não se conectar completamente com os resultados produzidos pela pesquisa.

De resto, cabe uma objeção teórica ao nosso trabalho: a suspeita relação entre as anacronias de Rancière-Didi-Hubermann e as ordens do tempo em

⁴³ KOSELLECK, Reinhart, *Op. cit.* 2006, p. 313.

Koselleck-Hartog. Como defesa à nossa arriscada escolha, devemos dizer que fazemos uso particular destes autores, tão diversos, mais igualmente preocupados com o tempo enquanto problema a ser pensado pela história. Então, vamos à leitura e veremos se o risco assumido valeu a pena.

2 O MODERNO, A ORIGINALIDADE E OS NÁUFRAGOS DO TEMPO

Podemos escrever uma história a partir da demarcação do tempo em contextos centrados no presente da experiência e suas possíveis conexões com o passado, muitas vezes, tecidas a partir de relações de causa e efeito, ou como uma flecha teologicamente articulada a um futuro indefinido. Teremos, assim, a única e confortável certeza do historiador: a de que a história passa em processo, no qual cada recorte pode descrever uma singularidade do objeto em contextos coincidentes. Se avançarmos sobre a história das ciências, a determinação da natureza pela cultura pode ser uma analogia ao domínio do contexto sobre o tempo. No primeiro, estamos diante de uma “simetria restrita” que busca explicar a ciência pelo coletivo social e a natureza pela cultura, em reação ao substancialíssimo radical que centrava a explicação para a existência de teorias “vencedoras e vencidas” no grau de racionalidade e no maior acesso do pesquisador à natureza das coisas⁴⁴. Lança-se, então, a uma determinação do coletivo, bem localizado no tempo cronológico, como única condição para o entendimento do fazer científico. No segundo, temos o pesadelo da anacronia e o tempo em contexto. Diversa desta premissa será a nossa posição aqui, não porque, de resto, ela não tenha alguma razão de ser para a escrita da história, mas, porque, para fins deste trabalho, será operatório colocar o tempo em suspensão a formular conexões diferentes. Dito de outra forma, compartilhamos do pressuposto de Koselleck sobre a análise dos diferentes estratos temporais, para o qual não basta atestarmos a mudança dos fatos singulares demarcados numa janela do tempo capaz de ligar determinado personagem à sua coetaneidade, de modo a inserir esta mesma história particular em uma lógica processual, baseada nas sucessões das singularidades, mas, considerar que “a repetibilidade é uma precondição de todos os casos individuais”, isto é, que uma experiência datada comporta diferentes camadas temporais⁴⁵. Partimos, pois, do uso de um topos ou uma constante antropológica que aparece como condição imanente ao movimento histórico das teorias e conclusões científicas: a noção originalidade a colocar em marcha o

⁴⁴ LATOUR, Bruno. Os objetos têm história? Encontro de Pasteur com Witehead num banho de ácido láctico. História, ciência e saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.2 n.1, p.9, mar-jun/1995.

⁴⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo – Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014, p. 21.

conhecimento. Certamente, esta é uma questão ampla e diz muito sobre a posição dos estudiosos brasileiros que, não somente no final do século XIX, afirmavam a inexistência de um pensamento científico original no país como condição do atraso em relação às nações europeias. Nina Rodrigues não deixará de se inserir neste debate e, ao que parece, conseguiu algum sucesso neste intento, afinal nas reutilizações de seus estudos para, não raro, a ideia de que ele fora, à sua maneira, um estudioso original:

Pode-se afirmar sem receio; a mingoa de uma vida científica própria, com trabalhos e opiniões originaes, as mais das vezes os antigos pontos de these não fazião mais do que desfarçar, sob a capa do brilhante enunciado de entricadas questões médicas, a realidade de nossa extrema pobreza de sciencia⁴⁶.

É curioso observar como Nina Rodrigues, preso embora às concepções de sua época, da escola francesa da degenerescência e das theorias italianas sobre o atavismo no crime e na loucura, reagia, às vezes, com certa violência, contra estas concepções demasiado estreitas⁴⁷.

A primeira observação a fazer é sobre a inegável audácia que representava, no século XIX, um pesquisador brasileiro propor, em língua francesa e no território de seus pares, em uma revista científica, uma explicação alternativa às explicações então em voga sobre a questão racial, particularmente sobre a mestiçagem⁴⁸.

São indiscutíveis as diferenças paradigmáticas que separam os trechos acima recortados se os analisarmos como singularidades de um tempo em contexto. No primeiro fragmento, trata-se de um confronto proposto por Nina Rodrigues em face do contraste entre a retórica e a ausência do trabalho empírico nas teses apresentadas pelos médicos brasileiros no século XIX. O objetivo direto por ele posto é o de colocar em xeque uma maneira de apresentar a produção científica, qualificada como puramente retórica, em favor da emergência das razões reveladas pela observação nua e neutra da realidade. No segundo, estamos diante do prefácio, realizado por Arthur Ramos, a uma coletânea composta por artigos publicados por Nina Rodrigues majoritariamente em revistas internacionais, organizados em 1939 no formato de livro. No espaço deste texto, interessa-lhe demonstrar a possibilidade de atualização dos trabalhos de Nina Rodrigues como operatório para os estudos de

⁴⁶ GMB. Salvador/BA, ano XXII, Fev/1891, p. 373.

⁴⁷ RAMOS, Arthur. Prefácio. In: NINA RODRIGUES, Raymundo. **As collectividades annormaes**. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 1939, p. 13.

⁴⁸ CORRÊA, Mariza. “Nossos mulatos são mais exuberantes”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.4, p.1110, out-dez/2008.

psicologia social, em particular, e de forma ampla, aos estudos culturais dos anos de 1930. Por fim, no terceiro, Mariza Corrêa produz, em 2008, um texto introdutório à tradução do artigo *Métissage, dégénérescence et crime*, publicado originalmente em 1889, no Arquivo de Antropologia Criminal de Lyon. Nessa espécie de resenha, Corrêa observa ser “clara a intenção do autor em marcar a diferença de sua abordagem em relação a outras, sobre uma questão que era debatida sem fundamentação empírica”, posição recorrente nos textos de Nina Rodrigues que, segundo a autora objetivava diferenciar-se das posições sobre a mestiçagem correntes no século XIX, ao afirmar a fertilidade “exuberante” dos mulatos brasileiros em contraponto com postulados estrangeiros. Se, em um primeiro momento, a autora sugere que o próprio Nina Rodrigues, “um dos mais racistas de nossos pensadores racistas”, buscava na referência à realidade pesquisada o seu quinhão de diferença, mais adiante recomenda ao antropólogo a leitura do artigo, sem deixar de atentar para os muitos “problemas metodológicos” daqueles estudos. Desta forma, estudiosos contemporâneos teriam muito a “aprender, analisando trabalhos como esse, como uma observação bem-feita e afinada com as teorias científicas mais atualizadas pode ser posta a serviço de uma ideia culturalmente definida por sua época”⁴⁹. A empiria aparece como elemento capaz de singularizar e tornar úteis aqueles trabalhos, enquanto a metodologia corresponde a um contexto ou, nas palavras de Corrêa, a uma época, na qual seria possível para a história da antropologia considerar a “utilidade dos erros”⁵⁰. Cada um destes textos possui singularidades quanto à intenção da escrita. Enfim, com Michel de Certeau podemos afirmar que nestes escritos os estudiosos partem de diferentes lugares de fala⁵¹. Todavia, em todos os casos estamos diante da identificação de certa ideia sobre a originalidade que emana da prova empírica.

Se por um instante nos propormos a estranhar as referências de tempo cronológico com as quais fomos acostumados a conceber as coisas, de modo a suspender o movimento linear que resguarda a cada contexto um lugar condicionante da fala e atribui ao passar dos acontecimentos uma lógica processual, poderemos conectar flexões na história do pensamento, cuja análise epistemológica não cessou

⁴⁹ *Idem.*

⁵⁰ *Idem.*

⁵¹ CERTEAU, Michel de. *Op.cit.* 2011.

de caracterizar enquanto mudança, superação e revolução⁵². Ainda que tal exercício possa fazer supor ao leitor alguma arbitrariedade anacrônica – sinistro pesadelo que assalta a prática do historiador – a suspensão do tempo desestabiliza o conforto produzido pela noção de contexto como parâmetro do igual e do diverso e nos possibilita supor a existência de sinuosidades temporais, ou mais propriamente, de diferentes estratos do tempo. Na nossa análise, os três fragmentos servem como mote para pensarmos as curvaturas presentes na ideia de novidade, categoria comum quando se trata de sugerir a individualidade do gênio intelectual, contra a qual se posicionaram Ludwik Fleck e Michel Foucault⁵³. Partimos, pois, de um caso particular: a ciência de Raymundo Nina Rodrigues, e as considerações feitas acerca do desenvolvimento de sua produção científica.

Quais as implicações oferecidas pela presença “transcendente”⁵⁴ no mundo das hipóteses científicas de categorias como “originalidade, reação e audácia”, conforme apresentam as passagens textuais supracitadas? Certamente, tais palavras encetam diferenças, no entanto, todas elas projetam a necessária existência de certa ousadia, cuja ação denota o sentido não mimético do trabalho de Nina Rodrigues e indicam ao pesquisador um caminho a seguir. De forma inicial, podemos inferir que tais fragmentos comportam a ideia de que a produção de estudos originais resulta da

⁵² Sobre tais formulações acerca do conhecimento científico podemos destacar as ideias de Thomas Kuhn, para o qual do desenvolvimento histórico da ciência apresenta dois tipos de mudanças: uma normal e outra revolucionária. A primeira representa a imensa maioria dos casos e se trata de uma concepção acumulativa, na qual o processo de descoberta resulta do acréscimo de formulações sobre algo que já era conhecido. Quanto à segunda, se refere às mudanças que não se acomodam às ideias antecedentes. São construções inteiramente novas e, nesse sentido, Kuhn as define como “invenções”. A passagem da astronomia ptolemaica para a copernicana é apresentada como exemplo desse movimento, na medida em que a natureza das concepções sobre os astros foi radicalmente alterada, tornando-se difícil continuar a conceber o Sol e a Lua como planetas. Isso posto, observamos que Kuhn traça caminhos para a ciência articulados a partir uma lógica processual, reta e mutável assaltada, vez em quando, por revoluções que demarcam possibilidades inteiramente novas do conhecimento. Cf. KUHN, Thomas S. **O caminho desde a estrutura**. São Paulo: UNESP, 2006, p. 23-25.

⁵³ Em que pese as diferenças entre ambos os autores, os textos se aproximam pela crítica ao gênio individual do conhecimento. Na década de 1930, o médico judeu-polonês Ludwik Fleck tratava do coletivo de pensamento – e pode-se acrescentar das práticas – enquanto fundamento para entendermos a construção de um fato científico, sem reduzi-lo à figura do especialista individualizado e neutro. Ver FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactun, 2010. Michel Foucault se posiciona, igualmente, contra a existência do grande gênio individual, cuja maravilhosa desordem criadora seria responsável pela elaboração primeira de uma ideia. Nesse caso, o gênio criador é entendido como uma das unidades do discurso, situada nos limites de uma história do conhecimento, interessada em organizar linearmente a trajetória do pensamento a partir de noções como obra, autor, espírito de uma época, influência etc. Cf. FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 24.

⁵⁴ Ver a análise sobre os “fenômenos de repetição que ultrapassam os limites do cotidiano” e que “podem ser chamados de ‘transcendentes’ (...) não no sentido de um além, mas no sentido de que se estendem por várias gerações” Cf. KOSELLECK, Reinhart. Op. cit, 2014, p. 25.

conexão entre a observação empírica particular e o consumo/apropriação de conceitos considerados coletivamente legítimos e reconhecíveis. Sendo assim, a observação científica no Brasil deveria associar os dados de uma realidade singular e o uso parcimonioso das teorias produzidas alhures. Essa equação seria capaz de garantir a particularidade das teses elaboradas por estudiosos brasileiros. Certa aversão à imagem do intelectual de gabinete, distante do laboratório e refratário à observação do pesquisador aí se projeta.

Como já sublinhamos, há diferenças de concepções entre uma interpretação que expõe a ideia de atraso, evidenciando a necessidade de se elaborarem pesquisas originais, outra de caris quase doxológico, que afirma a fuga do médico dos determinismos de uma época para atualizar seus estudos na década de 1930 e, por fim, uma análise que, no século XXI, sugere a compreensão crítica das interpretações de Nina Rodrigues para além dos lugares comuns sobre os conceitos da antropometria, convidando o leitor a encontrar a riqueza do trabalho empírico do médico no trato da realidade local. Paradoxalmente, o desejo pela singularidade como pressuposto do conhecimento constitui o elemento subjacente em todas essas interpretações.

Mais uma vez, porém, devemos alertar ao leitor de que a regularidade heurísticamente posta para os propósitos de nossa análise comporta, certamente, inconvenientes. No entanto, essa formulação, aparentemente arbitrária, tem utilidade e não dispensa as noções de tempo, mas, ao contrário, trata das experiências de temporalidade articuladas no âmbito das ciências. Ora, as noções de “atraso”, “atualidade”, “novidade” e “fundação” – que aparecem em diversos matizes nas apreciações de Nina Rodrigues acerca da ciência médica no Brasil e em trabalhos que fazem referência direta aos seus estudos – implicam noções sobre tempo.

No final do século XIX, Nina Rodrigues chamava atenção para o fato de que o trabalho empírico rigoroso seria capaz de vencer o atraso, segundo acreditava, característico do pensamento médico brasileiro. Distante do idealismo, acusava a devoção dos nossos estudiosos às teorias estrangeiras oriundas, especialmente, da França, como causa da produção de trabalhos repetitivos, carentes de originalidade e pouco aplicáveis aos casos concretos. Essa preocupação não o particulariza, nem tampouco é singular às discussões no âmbito da ciência médica. Encontramos, por exemplo, tal mito da cópia mal realizada em debates políticos sobre temas como a construção da legislação brasileira. Em 1862, o Visconde do Uruguai se ressentia dos

remendos e arranjos que organizavam a estrutura administrativa imperial, marcados pela cópia servil dos regulamentos ingleses, franceses e americanos. Uma lógica de bricolagem atravessaria, portanto, a elaboração da engenharia social e política brasileira⁵⁵.

Sem dúvida, encontramos nas discussões de Nina Rodrigues semelhante disposição em denunciar a existência de uma bricolagem deformada – ou, para sermos mais precisos, de uma mimese servil – quando trata das teses desenvolvidas pelos médicos que lhe são coetâneos. Apesar disso, não deixa de ser curioso o fato de que Nina Rodrigues, em 1891, lançasse mão de uma leitura estrangeira para criticar o uso inconsequente e preguiçoso das teorias produzidas na Europa, notadamente na França, pelos intelectuais brasileiros, de forma a ressaltar as possibilidades oferecidas pela experimentação empírica. Trata-se dos comentários e da tradução que fez acerca de um folhetim escrito por J. L. Petit e publicado na *Gazette Hebdomadaire de Medicine et Chirurgie*, cujo sugestivo título era *Como se faz uma tese*. Como devia se fazer.

Nina Rodrigues considerava oportuna a tradução desse texto no momento em que o ensino da medicina no Brasil passava por reformas. Através do Decreto n. 1270 de 10 de janeiro de 1891 – assinado pelo então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios e da Instrução Pública, o General de Brigada Benjamin Constant Botelho de Magalhães – foram sancionados os Estatutos das Faculdades de Medicina e de Farmácia que, entre outras providências, estabelecia que o exercício da arte de curar nos Estados Unidos do Brasil era exclusivo aos graduados ou licenciados pelas Faculdades, encarregadas de conferir títulos de parteiras e cirurgiões dentistas. A legislação centralizava cada vez mais a arte de curar na figura do médico formado, atribuindo às instituições por eles administradas a prerrogativa de definir o perfil do profissional que deveria atuar na área.

Sendo assim, o dispositivo legal buscava incorporar à prática regular, ocupações como a do cirurgião-barbeiro e das parteiras, de modo a expulsar os praticantes das artes curativas, classificados como “charlatães”. Entre os assuntos contemplados no documento legal, há uma disposição que trata especificamente das regras para a escrita das teses de doutoramento. Segundo o Artigo 24, os trabalhos de conclusão deveriam versar sobre todas as matérias cursadas e de uma dissertação

⁵⁵ COELHO, Edmundo Campos. *Op.cit*, p. 62-63.

direcionada para uma das cadeiras. Além disso, o problema de uma formação basicamente teórica foi regulamentado através do Artigo 6º, no qual determinava-se como finalidade primeira das Faculdades o ensino de “medicina em todos os seus ramos, dando-lhes o maior desenvolvimento prático”, que teriam lugar em hospitais e laboratórios⁵⁶.

As alterações geradas por tal reforma foram utilizadas como mote para Nina Rodrigues justificar a tradução do guia produzido por L. Petit e destinado aos estudantes envolvidos na produção de uma tese. O texto do esculápio francês, publicado na Europa entre os anos de 1883 e 1884, foi traduzido pelo o professor da Faculdade de Medicina da Bahia (FMB) com o objetivo de expor o excessivo uso das teorias estranhas aos problemas nacionais e, ao mesmo tempo, dizer aos alunos e aos mestres dos cursos de medicina no país que a produção verdadeiramente científica carecia do gênio observador de dados concretos, capaz de produzir a novidade em cada hipótese levantada:

Se conseguíssemos sacudir, porfim, o jugo da tutela scientifica estrangeira à reprodução e compilação de cujos trabalhos parece que exclusivamente se haviam destinado as nossas theses e fazer refletir n’ellas a luz, pallida e morna embora, da nossa acanhada vida scientifica, com observação clínica bôa ou má que possuimos, com todo nosso atrazo na real aquisição dos progressos realizados pela arte, nos quaes apenas nos dá exuberância de instrução theórica que nos intoxica e nos esteriliza; poderíamos affirmar que a reforma nos havia prestado um serviço bem relevante. Condemnando os doutorandos a se servirem dos meios de observação de que dispomos e libertando-os da suggestão muitas vezes estéril dos pontos officiaes, estimamos que as dissertações das nossas theses possam descer um pouco das elevadas regiões teóricas em que se livraram as melhoras em beneficio do estudo modesto, porém mais proficuo da realidade que nos cerca⁵⁷.

Intoxicada e esterilizada pelas formulações de alhures, a produção do conhecimento nas teses dos doutorandos brasileiros aparecia, para Nina Rodrigues, como inexistente. Tratavam-se, a seu ver, de reproduções que multiplicavam os originais produzidos em outras partes do mundo e a partir de situações que, conforme acreditava o médico, não podiam se comportar do mesmo modo no Brasil. Em suas breves considerações ao didático texto de L. Petit, as compilações e as reproduções inócuas conferem substância à noção de “atraso” e, concomitantemente, positivam a

⁵⁶ ACTOS DO PODER EXECUTIVO, **GMB**, Salvador/BA, ano XXII, n.8, p. 354-62, fev/1891.

⁵⁷ **GMB**, Salvador/BA, ano XXII, n.8, p. 372-3, fev/1891.

busca pela “originalidade” como fundamento da ciência. Complacente com a possibilidade do “erro”, desde que ocasionado por uma atividade voltada à observação dos fenômenos, Nina Rodrigues apelava para a necessidade do desenvolvimento de pesquisas baseadas na singularidade da observação clínica, ainda que essa fosse “boa ou má”. Através do experimento e das observações, as hipóteses lançadas pelos médicos brasileiros poderiam ser conciliadas com os objetos nacionais e, teriam, portanto, utilidade prática.

Ao vasculhar o mundo dos dicionários no século XVIII e XIX encontramos algumas definições para o termo “original”, uma delas refere-se à ideia de “pecado original” e trata do conceito de origem enquanto gênese. Na *Origem do Drama Barroco*, Walter Benjamin se empenharia por diferenciar ambas as categorias para conceber o caráter profundamente histórico da origem (Ursprung) e o componente absolutamente metafísico de gênese (Entstehung). Este último consiste em uma expressão atemporal do paraíso perdido, “num além mítico”, ou do comunismo primitivo, “num aquém utópico”. Por outro lado, o Ursprung não preexistiria à história e se constituiria em uma relação com o tempo fundamentada em “saltos e recortes” que “estilhaçam a cronologia tranquila da filosofia oficial, interrupções que querem também parar este tempo infinito e indefinido”⁵⁸. A construção da ideia de “originalidade” na ciência moderna caminha exatamente em sentido oposto e aparece como a condição de avanço e progresso do pensamento, na qual as mudanças ocorreriam não como interrupção, mas enquanto condição e garantia de um movimento homogêneo do tempo. A cada novidade descoberta, a certeza de que a flecha do tempo lançava-se ao futuro. Nas palavras de Michel Serres “a evolução complica-se até o caótico”, de forma platônica “cada corte sincrônico dispõe uma tal distribuição, opera uma reestruturação, que a forma seguinte é neste ponto um elemento principal e, em outro ponto, um resíduo abandonado”. Aqui, Serres estuda a Matemática e sua relação com a “origem” e com o horizonte, de forma a pôr “diversos tipos de temporalidades em jogo”. O corte na tradição, o reestabelecimento da continuidade, uma recorrência, um retorno à origem, o reestabelecimento de uma teleologia, tal qual a história do Menon, “o professor e o ignorante estão juntos numa temporalidade quase circular, indefinidamente alterável”⁵⁹.

⁵⁸ GANGNEBIN, Jeanne-Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 7-16.

⁵⁹ SERRES, Michel. **Hermes: Uma filosofia das ciências**. Rio de Janeiro: Graal, 1990, p. 12.

A “observação modesta” da realidade, proposta por Nina Rodrigues no lugar da aquiescência irrefletida de teorias estranhas, não seria mais que uma maneira de entender a novidade em ciência, com sentido comum àquele presente nos dicionários que, além da referência à queda no Genesis, definem a palavra original como “primeiro”, algo realizado em “primeira mão”. Este sentido está presente no Dicionário da Língua Brasileira de Luiz Maria da Silva Pinto, publicado em 1832, que resume o entendimento sobre o termo apresentado em detalhes no Vocabulário Portuguez e Latino (1728) e no Dicionário da Língua Portuguesa, (1789). No dicionário de Raphael Bluteau, o termo original comporta o mesmo sentido e remete a: “escrituras ou pinturas, & quaesquer outras obras feitas da primeira mão, feytas sem modello para tirar cópias”⁶⁰. Em 1823, Moraes e Silva reforça tal definição e atribui à palavra, ainda, o significado de “exemplar de uma obra da qual se fez tradução”⁶¹. A noção de “original” aparece, então, como elaboração material de alguma coisa que servirá como imagem primeira para futuras reproduções, sem prescindir a figura do gênio individual à procura da realidade inscrita na natureza das coisas.

Como observou Ian Watt a propósito do romance em Daniel Defoe, Samuel Richardson e Henry Fielding, a acepção moderna da palavra original emerge nos dicionários no século XVIII e passa a indicar o “não-derivado, independente e em primeira mão”, de forma a deslocar o sentido medieval de gênese ou “o que existiu desde o começo”. Essa concepção moderna de “original” articula-se à noção de caráter individual e inovador do gênio particular em busca da verdade, como acreditava Descartes e Locke no século XVII. O romance aparece para Watt como forma literária “de uma cultura que, nos últimos séculos conferiu um valor sem precedentes à originalidade, à novidade” e buscava desafiar a tradição numa escrita obsedada pela experiência individual e pela descrição da realidade, colocando-se em contraste com passado⁶².

Assim como no romance, a ciência do século XIX elaborava as suas narrativas sobre a realidade, numa forma que não se pretendia literária, de modo a postular o “original” como aquele que comporta uma capacidade de multiplicação

⁶⁰ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez & Latino**. 1728. p. 119. **Acesso em:** 10 de outubro de 2012. **Disponível em:** http://www.ieb.usp.br/catalogo_eletronico/.

⁶¹ SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 1813. **Acesso em:** 10 de outubro de 2012. **Disponível em:** http://www.ieb.usp.br/catalogo_eletronico/.

⁶² WATT, Ian. **A ascensão do romance:** estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 13-15.

particular e individualizada de postulados sobre a natureza íntima das coisas, inicialmente inusitada, mas que, paulatinamente, se transformará em parâmetro para outros trabalhos que encontrarão novas singularidades. Semelhante ao entendimento de John Locke sobre as condições de realização do princípio da individuação, existente em relação ao espaço e ao tempo, ainda que as ideias fossem gerais⁶³, Nina Rodrigues advogava pela necessidade de construção de modelos propriamente nacionais, aplicáveis aos casos específicos sem, no entanto, renunciar ao uso de teorias externas. A intenção incide, portanto, na multiplicação dos “originais”, de maneira a inserir o Brasil numa geografia do conhecimento, mesmo de forma “modesta”. Curiosa engenharia transformada em justificativa para a tradução feita por Nina Rodrigues do guia de L. Petit ao tratar de um assunto que coloca em pauta a utilização exclusiva de autores estrangeiros e seus resultados como modelos irreduzíveis dos problemas locais.

Entre o original e o universal, o cientista se lança, assim, ao futuro e procura provar sua originalidade, ainda que acredite na existência de leis gerais. A ciência que professa prima pela particularidade, mas não cessa de buscar o universal. Avesso à repetição tudo o particulariza, mesmo que a existência de suas hipóteses necessite do reconhecimento dos outros para fazer sentido. Deslocamentos surpreendentes, arranjos retóricos, ponderação e mil formas de diplomacia fazem com que a novidade do cientista seja aceita e participe do verdadeiro do discurso. Isso tudo evitando transformar hipóteses e fatos científicos em cópias dos modelos teóricos vigentes.

* * *

Na literatura de ficção científica do século XIX, mais precisamente nos escritos de Júlio Verne, podemos encontrar alguns indicativos preciosos sobre essa relação entre a novidade e a acomodação da hipótese científica pelos pares. Em seu livro *Viagem ao Centro da terra*. Verne conta a história do excêntrico mineralogista Otto Lindenbrok e sua prodigiosa expedição pelo subterrâneo terrestre. Partindo do vulcão Sneffels, na Islândia – tal como teria feito o alquimista Arne Saknussemm – o professor contava apenas como a ajuda de Hans, caçador irlandês, e de seu sobrinho

⁶³ *Idem*, p. 22.

Axel. Estes seriam os solitários ouvintes diretos de suas renitentes palestras, proferidas a cada novo achado segundo os padrões acadêmicos no meio do improvável interior terrestre. Um dos momentos emblemáticos da viagem foi a descoberta de um fóssil exposto loquazmente pelo eminente mineralogista diante de uma plateia imaginada:

Como vocês podem ver (...) ele não tem dois metros de altura e estamos longe dos pretensos gigantes. Quanto à raça a que ele pertence, decerto é caucasiana. É da raça branca, de nossa raça. O crânio deste fóssil é um ovoide regular, as maçãs do rosto são um pouco desenvolvidas, e não há projeção maxilar. Não apresenta nenhum traça de prognatismo que modifica o ângulo facial. Vocês podem medir este ângulo: ele é quase noventa graus. Mas, eu vou mais longe ainda nestas deduções e me aventuro a dizer que este espécime humano pertence à família jafética, a qual se propagou desde as índias até os limites da Europa. Não riam senhores!⁶⁴

Esta detalhada descrição sobre um “fóssil humano” da era quaternária não foi proferida em conferência repleta de expectadores atentos ou na sala de aula de alguma faculdade por um cientista que acabara de fazer sua mais brilhante descoberta, mas por um homem distante do meio intelectual e internado nos recônditos do mundo. Axel, narrador da incrível história, define a reação do cientista depois da descoberta da seguinte forma: “após alguns instantes de silêncio, o tio se retirou e surgiu o prof. Otto Lindenbrock, que, levado por seu temperamento, esqueceu as circunstâncias de nossa viagem, o ambiente em que estávamos e a enorme caverna que nos abrigava” e diante da presença ilusória de seus alunos ou colegas de profissão “assumiu um tom professoral” para exhibir a inovação representada pelo achado. O excêntrico cientista estabelecia uma relação com vozes e formas que ali não estavam, mas, o obsedavam renitentes. Sendo assim, a inovação deveria ser anunciada imediatamente, uma vez que o professor não estava certo de que um dia regressaria para o seu mundo.

Distante do colégio de Johannaen, onde lecionava, ou mesmo dos jornais especializados e dos bancos da academia, o professor não cessava de articular imaginariamente em sua exposição protocolos que, normalmente, regem o saber formal. O encontro, ao acaso, daquele corpo quase intacto deveria ser enunciado pelo desbravador de terrenos profundos, dado que as possibilidades de retorno do subsolo para a casa eram incertas. A novidade representada pelo achado não faria sentido se

⁶⁴ VERNE, Júlio. **Viagem ao centro da terra**. Rio de Janeiro: Globo, 1994, p. 193.

não fosse comunicada aos seus alunos e colegas de profissão. Isto é, sem o estabelecimento de possíveis interlocutores que reafirmariam ou não a validade da tese e do vestígio apresentado pelo orador. Sem tal performance o encontro experimentado pelo cientista estaria esvaziado de qualquer significação. Após o primeiro momento de excitação, a experiência da descoberta se completa pela cumplicidade dos outros e, assim, o sonhado encontro deve ser comunicado. Isso garante o efeito particular e coletivo da novidade. Em sua exposição imaginária, quase esquizofrênica, as palavras do Dr. Lindenbrock tinham sentido em uma relação de diálogo diante de interlocutores imaginados. O cientista considerava, previamente, as possíveis reações dos seus pares diante daquela apresentação que pretendia alterar a compreensão sobre trajetória humana na terra.

Para o cientista, vaidoso de sua empreitada rumo ao improvável interior terrestre, a novidade representada pelo achado revolucionaria as pesquisas sobre a origem da humanidade sem comportar os enganos que vestígios anteriores carregavam. Para ele, “nesse caso, a menor dúvida será uma ofensa à ciência”, dado que as provas estavam expostas aos olhos de todos: “o cadáver está aí! Vocês podem vê-lo, tocá-lo! [...] tal como está, esse corpo vai nos contar sua própria história”⁶⁵. A observação da prova concreta, representada pelo corpo exposto, era a condição primordial para diferenciá-lo das especulações forjadas anteriormente. Outros já haviam falado do homem quaternário, mas, Lindenbrock seria o primeiro a demonstrar sua existência e impactar o meio científico. Sem uma prova concreta, as especulações do passado transformavam-se em “erros”. Agora o mineralogista confronta-se e desmascara tais equívocos para revolucionar o conhecimento científico. Este processo guarda semelhanças com o caso particular de Nina Rodrigues e sua contumaz defesa ao trabalho de experimentação empírica.

Lindenbrock iniciou aquela fantástica viagem, orientado por uma experiência anterior. Seguindo os passos originais do antigo alquimista, entrou em contato com situações e objetos que estavam à espera de um espírito aventureiro, capaz de aceitar o desafio. Nessa narrativa sobre a ciência, o fóssil do homem quaternário esteve guardado por uma longa duração nas entranhas da terra, bastava o cientista curioso internar-se por territórios incertos e profundos para acessá-lo. Ideia também encontrada nas situações apresentadas por Nina Rodrigues em suas

⁶⁵ VERNE, Júlio. *Idem*. p. 194-6.

considerações ao texto de L. Petit. Ora, as reproduções das teorias europeias nas teses eram seguras, partiam da autoridade de pesquisas reconhecidas como legítimas pela comunidade científica e, de forma prática, garantiam o recebimento do título de doutor pelo concluinte, ao passo que a observação clínica particular demandaria esforço e traria o imponderado. Imprevisibilidade que, tanto para Lindenbrock-Verne, quanto para Nina Rodrigues, descreve a originalidade almejada. Sendo assim, as patologias brasileiras estavam espalhadas por um vasto território à espera dos seus desbravadores e viajantes da ciência. O cientista substancialista crer na originalidade do sujeito do conhecimento enquanto produto da capacidade racional de tradução do real e descoberta de coisas externas e anteriores ao olhar do observador, mas, perfeitamente apreendidas pela razão. Estaríamos, assim, diante do protótipo do descobridor no encontro com uma realidade ignorada, tal um Júlio César, na arte do confronto, torna-se vitorioso em batalhas e segue a famosa máxima: *Vim, vi e venci*⁶⁶.

Isto posto, passemos a nos ocupar com mais densidade sobre o problema do tempo, eixo central de nossa análise ao longo do texto. Certamente, a categoria de “originalidade” em ciência, tratada frequentemente como descoberta revolucionária, está diretamente associada à noção de aceleração. Não parece impróprio dizer que, para o homem do século XIX, inserido nas instituições de produção e reprodução da ciência, o tempo deveria correr apressado, no ritmo dos inventos originais, das observações diárias e do maquinário tecnológico, numa experiência com o tempo, que não se expressa apenas nos discursos, mas nas práticas, no cotidiano do trabalho científico, no laboratório, nos objetos e suas durações, na atividade de divulgação, nos momentos de encontros com pares em congressos científicos e no “coletivo de não humanos”⁶⁷. Começemos, então, a entrar no interior do laboratório de Medicina Legal entre ossos, objetos, anotações e fuligem.

⁶⁶ FLECK, Ludwik, Op. cit. p. 133.

⁶⁷ Ver a crítica de Bruno Latour sobre a história social das ciências, o construtivismo e o kantismo nas análises sobre as descobertas científicas que obrigam o cientista a escolher entre sociedade e natureza. O objetivo do autor é minimizar esta diferença. Cf. LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos** – ensaio de Antropologia simétrica. Rio de Janeiro: ed.34, 1994).

2.1 Mais que um colecionador de ossos

Na noite de 02 de março de 1905 um grande incêndio tomou conta das dependências do prédio da Faculdade de Medicina da Bahia. Segundo matéria do Jornal de Notícias, publicada na tarde do dia seguinte, o porteiro do prédio, Marinho Moreira Sérgio, havia se retirado por volta das cinco da tarde e fechado as portas principais voltadas para a praça 15 de Novembro⁶⁶. Depois disso, mais ou menos às sete horas, o mestre carapina que superintendia algumas obras, saiu pelo almoxarifado e fechou o portão do lado das Portas do Carmo. Ambos não teriam percebido qualquer movimento estranho. Os mistérios sobre como teria começado o fogo foram agravados pela indefinição sobre qual teria sido a primeira testemunha ocular a perceber a fumaça e feito a denúncia. Alguns relatos apontavam para um empregado da Linha Circular, empresa de transporte urbano. Outros diziam que o estudante de humanidades Archimedes Pessoa e um amigo seriam os primeiros a presenciarem o incêndio por morarem nas imediações da Faculdade. Havia ainda a versão de que o incêndio fora descoberto por uma senhora, também moradora nas vizinhanças e que vivia no prédio n. 6 da rua do Carmo. Segundo esta versão, ao chegar casualmente à janela, a referida senhora teria notado a grande quantidade de fumaça e ouvido o estrépito das labaredas a queimar madeiras. Diante do choque provocado pela imagem catastrófica das chamas que irrompiam, a testemunha fora acometida por um ataque nervoso e desmaiou. Socorrida por familiares, acordou e relatou o fato. Assim como o fogo, a notícia fora rapidamente propagada.

Após a identificação do sinistro, chegou ao local um piquete de polícia, comandado pelo alferes Guimarães Cova. A igreja de São Domingos deu os primeiros toques de incêndio e Irineu, um mestre ferreiro, cuja oficina ficava no prédio⁶⁸, rompeu o cadeado do portão e, depois, abriu à força as portas do almoxarifado e da biblioteca de onde saía a quantidade mais espessa de fumaça. Às onze horas o fogo continuava a consumir o prédio e estendia-se às residências vizinhas, cujos moradores apavorados deixavam o local.

De forma geral, os jornais de grande circulação, como O Bahia, Diário da Bahia e Jornal de Notícias, davam conta de que o serviço do corpo de bombeiros não estava estruturalmente preparado para enfrentar uma ocorrência daquela magnitude.

⁶⁸ Rua também chamada de “Terreiro de Jesus”.

Faltavam bombas adequadas e aparelhos em condições de serviço. Além disso, durante a primeira diligência, não havia acesso à água, pois as chaves dos registros não se encontravam com o funcionário da Intendência que, por isso, foi preso, nem tão pouco com a Companhia de Queimados. Quando o acesso à água foi garantido, as mangueiras da segunda diligência estavam comprometidas, sendo necessário remendá-las. A última bomba, pertencente à estação da Preguiça, era a vapor e fora enviada tardiamente ao local sob o comando do Tenente Teixeira da Cunha. No noticiário ressaltava-se o aspecto estarrecedor do “grande edifício reformado”, em meio a “estudantes e lentes, povo e bombeiros” que “se entregaram ao afan de salvar os moveis e aparelhos dos gabinetes ameaçados”⁶⁹.

A tentativa de salvar das chamas os materiais de estudo ameaçados pelo incêndio, que teria começado pelo almoxarifado e invadiu a biblioteca e gabinetes, levou alguns estudantes de medicina que se encontravam na cidade – outros estavam fora, pois era período de férias – a lançarem-se, desordenadamente, pelas janelas e portas, arrombadas a soco e a ombro a fim de resgatar materiais de pesquisa e documentos institucionais. A ação teria resultado na recuperação de parte do gabinete de História Natural Médica, do Dr. José Rodrigues da Costa Dorea, de grande parte do gabinete de Farmacologia e Arte de Formular, do Dr. Antônio Victorio de Araújo Falcão, então Intendente Municipal, presente no local do sinistro, além do resgate do arquivo da Faculdade, cujos documentos foram jogados pelas janelas da secretaria.

Na manhã seguinte, o balanço das perdas dava conta de que haviam sido completamente destruídos o almoxarifado, a biblioteca e os gabinetes de Anatomia Patológica, regido por Guilherme Pereira Rebello, de Bacteriologia, cujo lente era Augusto Vianna, de Medicina Legal, regido por Nina Rodrigues, e de Química Médica, do Dr. José Olympio de Azevedo. Nos dias seguintes, começou o processo de captação de recursos para reconstrução da Faculdade pelo Dr. Alfredo de Brito, então Diretor, cujas negociações com o governo Rodrigues Alves foram intermediadas por Joaquim José Seabra, à época Ministro da Justiça. Além disso, alunos, professores, jornais e grupos como a Associação Baiana mobilizavam-se para recompor o acervo da Biblioteca a partir de doações de livros e teses por particulares e casas editoras.

⁶⁹ **Jornal de Notícias**. Salvador/BA, ano XXVI, n.7515, 03 de Mar/1905, p.1-2; **A Federação** – Orgam do Partido Republicano, Porto Alegre/RS, ano XXII, n.65, 17 de Mar/1905. p.1. Neste último jornal trata-se de uma republicação de notícias que saíram em *O Bahia* e no *Diário da Bahia*, respectivamente, nos dias 03 e 04 de março.

Por seu turno, diante da destruição completa do gabinete de Medicina Legal, Nina Rodrigues enviou ao Jornal de Notícias um arrolamento detalhado dos artefatos, aparelhos e manuscritos perdidos. Assim, o professor, assinante e colaborador deste jornal, fazia uma espécie de inventário singular e listava os componentes do patrimônio arruinado, ao mesmo tempo em que marcava uma memória sobre os objetos e peças, entrelaçando-a a própria trajetória de estudos. A descrição de cada material compõe mais que uma descrição sobre objetos perdidos pelo fogo. O prédio da Faculdade de Medicina havia passado por reformas que, em 1903, elevaram a despesa deste ano de 635:000 (seiscentos e trinta e cinco contos), em caixa, para a \$782:500 (setecentos e oitenta e dois contos e quinhentos réis). Em Sessão da Congregação realizada em 1904, Alfredo de Brito relatava aos lentes a realização de reparos na “pintura externa, o acabamento da fachada, do almoxarifado, do vestiário e do arquivo”; a ampliação do fornecimento de luz e ventilação através da eletricidade para vários compartimentos do edifício, a construção de um biotério comum a todas as cadeiras, “com secções especiais para coelhos, rãs, cobaias, pombos e cães”; além da aquisição de novos aparelhos e materiais solicitados pelos lentes dos diferentes laboratórios. Entre estes novos instrumentos, figuravam o material elétrico do laboratório de odontologia, melhoramentos nos pavilhões de higiene e anatomia e estruturação do laboratório de bacteriologia com canalização de gás para o funcionamento de fornos e estufas. Enquanto o laboratório de Medicina Legal adquiria novo maquinário e passava a contar com uma câmara escura especial para a realização de trabalhos com fotografias⁷⁰. A maravilha causada pela aquisição de objetos parecia forjar uma sensação de tempo acelerado não apenas pela novidade, mas pela capacidade de medição e precisão atribuído aos aparelhos, os “não humanos” de Bruno Latour. Talvez por isso, Alfredo de Brito se gabasse da quantidade de dez microscópios presentes no laboratório de bacteriologia e da aquisição de outros quatro destes instrumentos prevista para o ano de 1905, “ao passo que o seu congênere da Faculdade do Rio, segundo confessou o próprio Ministro do Interior no último relatório dispõe apenas de 1 microscópio”⁷¹.

Entre a descrição dos pormenores do acervo do laboratório de Medicina Legal, divulgada por Nina Rodrigues depois do incêndio, ficamos sabendo que, até

⁷⁰ Acta da Sessão de Congregação em 1º de Março de 1904. Faculdade de Medicina da Bahia, fls.3v-4.

⁷¹ Acta da Sessão da Congregação de 1º de Março de 1905, Faculdade de Medicina da Bahia. fl.2.

aquele movimentado 02 de março de 1905, ali guardava-se uma grande quantidade de ossos, notas, registros, manuscritos originais, fotografias, manchas e aparelhos para a pesquisa. O laboratório, montado por Nina Rodrigues, resultava da recente separação institucional entre Química Toxicológica e Medicina Legal. Tendo recebido, assim, novo maquinário para estudo, organizado pelo catedrático do gabinete em quatro sessões: Antropometria, Toxicologia Instrumental, Psicometria e Espectroscopia.

A partir dessa disposição dos aparelhos, poderíamos entrar no ambiente laboratorial simplesmente como espaço destinado à guarda, observação e manipulação de objetos. Porém, aqui propomos a análise do laboratório como lugar (repleto de objetos, papéis e aparelhos) e texto investido de relações complexas com o tempo. A partir dessa premissa, podemos observar desde as relações sociais que envolvem o cotidiano da atividade de pesquisa, através das redes construídas com outros acervos, médicos locais e estudiosos estrangeiros, até o tempo das peças, das máquinas e da pesquisa, compondo um curioso lugar construído para a novidade e, ao mesmo tempo, para coleção.

Começamos, então, nossa visita peculiar ao laboratório pelo que enunciam os objetos ali dispostos acerca das relações pessoais presentes na composição do acervo através da prática da doação de peças. De forma específica, encontramos dados referentes à doação pós-morte e a criação de uma espécie de partilha por herança que reconhecia, naquele gabinete, o local propício para a salvaguarda do material. Como exemplo concreto, chegamos ao caso da viúva do Dr. Sá de Oliveira, ex preparador da cadeira de Medicina Legal e autor do livro Craneometria Comparada das espécies humanas na Bahia sob o ponto de vista evolucionista e médico-legal (1895), que ofertou ao gabinete uma coleção de 70 crânios de populares baianos oriundos do acervo particular do falecido professor e, também ao caso do filho do Dr. José Mariano, responsável pela doação de uma mão de feto e um canivete, referentes a crime ocorrido em Pernambuco, que consistiu na retirada de uma mão de anjo do ventre materno, com o fim de transformá-la em talismã. Uma herança de objetos que situa-se entre a atividade prática de pesquisa, o acervo quase museológico e o pitoresco.

Seguindo nosso itinerário podemos visualizar objetos que dizem mais do que as relações sedimentadas por uma lógica da herança. No montante das peças e coleções arroladas por Nina Rodrigues e dispostas no laboratório há aquelas que

ligam o gabinete estabelecido na Bahia e os laboratórios do “velho mundo”, regidos por consagrados professores, como francês Alexandre Lacassagne, de Lyon. Este teria sugerido ao médico brasileiro a realização de um estudo comparativo das medidas de ossos longos de 100 esqueletos de indivíduos negros (50 de cada sexo), em complemento às pesquisas desenvolvidas em seu laboratório pelo professor Etienne Rollet, sobre a “raça branca”. Para o fim desse estudo, Nina Rodrigues guardava 60 esqueletos e uma coleção de 720 ossos longos, medidos e registrados. Do amplo trabalho desenvolvido, fora publicada a memória *Contribuição ao estudo dos indícios osteométricos na identificação da raça negra*, na *Revista dos Cursos da Faculdade*, baseada nos registros de 18 esqueletos, sugerindo, assim, que o estudo estava em curso quando as chamas irromperam no gabinete. Neste trabalho, Nina Rodrigues pretendia demonstrar de forma introdutória, imerso nos números e nas medições ósseas, a identidade física da população brasileira. Tratava-se de um projeto que se inseria no processo de emergência da Medicina Legal e, de forma ampla, na tentativa de mapear características nacionais entranhadas no corpo. Os ossos tornavam-se objetos inscritos numa geografia do conhecimento a cotejar os dados levantados a partir do material do laboratório de Nina Rodrigues com aqueles obtidos por Topinard, Rollet, Soularue e Broca. Em comum a estas pesquisas, a certeza de ser a medida do antebraço do africano mais alongada em comparação ao do branco. Premissa delineada desde 1799 com White e, posteriormente, confirmada por Lawrence e Humphry. Uma diferença tornada fundamental, a expressar, pela análise dos índices osteométricos, a essência fundante das raças⁷². Típica conclusão poligenista que, em polêmica com os monogenistas, admitiram “a existência de um ancestral comum perdido nas brumas da pré-história”, embora postulassem a separação de raças por uma longa duração, como causa de abissais diferenciações hereditárias entre os povos⁷³. Populações apartadas num tempo natural e geográfico, em cuja natureza distinta as formas do corpo dava depoimento.

⁷² NINA RODRIGUES, Raymundo. *Contribuição ao estudo dos índices osteométricos dos membros na identificação da raça negra*. **Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina da Bahia**. Rio de Janeiro, Ano I, Tomo I, p.56, 1904.

⁷³ GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 65.

Figura 1 – Crânios medidos e analisados por Nina Rodrigues



Fonte: Nina Rodrigues. *Idem*, 1904. p.55-77.

Ao tratar do caráter inédito dos crânios e dos registros, o professor Nina Rodrigues valorizava as peças perdidas e, paralelamente, lembrava que este material fazia parte de um corpo documental montado para o desenvolvimento de estudos em processo de realização. O inédito comportava, assim, um componente de mistério científico e, ao anunciar o que não poderia mais ser publicado como prova empírica a fundamentar hipóteses, Nina Rodrigues sedimentava uma memória desses objetos. Foi assim, que os leitores do *Jornal de Notícias* tomaram conhecimento da existência de dois crânios queimados no incêndio, junto com os registros de suas medidas: o de um índio assassino decapitado (recolhido da coleção do médico inglês Jonathas Abbott⁷⁴) e do soldado de polícia Paulino, responsável pelos assassinatos de um soldado e um oficial na Serrinha, em 1897.

Em última, análise, a listagem das peças que comportariam observações inéditas, aponta para um futuro em processo e um presente da ação na atividade do médico-cientista, em conexão com a produção de trabalhos com extensa publicação e que não comportam mistérios ou promessas de novidade. Tal como as observações e fotografias publicadas na *Revista dos Cursos* nas memórias: *Os crânios anormais do laboratório de Medicina Legal* e *Os crânios patológicos do laboratório de Medicina Legal*, em 1904. O primeiro baseado nas notas sobre a coleção de crânios do Dr. Sá

⁷⁴ Professor de Física da Faculdade de Medicina da Bahia que, insatisfeito com o ensino prático oferecido pela instituição, criou, em 1858, o gabinete de Anatomia com recursos próprios. O acervo do laboratório contava com 300 “preparações esquetológicas”. RIBEIRO, Marcos Augusto Pessoa. **A Faculdade de Medicina da Bahia na visão de seus memorialistas (1824-1924)**. Salvador/BA: EDUFBA, 1997, p. 47.

de Oliveira classificados como anormais e o outro na coleção de 12 crânios fraturados, adquiridos em autopsias judiciárias.

Nesta categoria, há, também, as publicações oriundas das observações obtidas pela análise dos célebres crânios de Antônio Conselheiro e do bandoleiro Lucas da Feira. Na análise de ambos os trabalhos, publicados em revistas europeias, Arthur Ramos e Mariza Correa lembram que Nina Rodrigues teria mostrado alguma disposição em não se alinhar completamente as explicações da escola criminalista italiana e da antropometria francesa. O mundo das ideias científicas e suas narrativas partem de uma ficção de coerência interna que, ora pode implicar na definição de um estudo como original, ora como reprodutor de conceitos. Geralmente, o “original” estaria na fronteira a irromper o que Thomas Khum chamaria de paradigma.

Não apenas os discursos, mas as coisas, os materiais, os objetos ali dispostos transformam o laboratório em ambiente privilegiado para observarmos como Nina Rodrigues colocava-se em rede através de revistas e, como vimos, da cooperação laboratorial a partir do reforço de relações com um coletivo obsedado pelos esquemas de medição do corpo e do tempo. Afinal, aquele espaço comportava diversos objetos utilizados com a finalidade de produzir resultados numéricos e foi no âmbito do desenvolvimento de estudos no campo da frenologia, craniometria e, depois, da antropologia física que se deu a proliferação de instrumentos⁷⁵. Não parece estranho, portanto, que o laboratório de Medicina Legal comportasse aparelhos capazes de aferir resultados quantitativos precisos, como os osteógrafos e goniômetros de Broca e a caixa antropométrica de Topinard, além de ter adquirido, em 1904, aparelhos de medição de tremores e o cronógrafo d'Arsoval para estudos psicométricos, que consistiam em mensurar processos mentais⁷⁶. A quantificação e os instrumentos de medição rondavam a prática e os anseios dos médicos cientistas na segunda metade do século XIX e permanecia a povoar o imaginário científico no

⁷⁵ SÁ, Guilherme e *et all.* **Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX.** v.15, n.1, p. 197-208, jan.-mar. 2008, p. 199.

⁷⁶ Psicometria consiste no desenvolvimento de teorias e técnicas de medida dos processos mentais. Portanto, caracteriza-se pela busca de uma representação precisa de fenômenos, com base na premissa de construção científica de uma verdade inerente ao objeto. A emergência dos estudos na área de psicometria teria ocorrido a partir das pesquisas psicofísicas, desenvolvidas pelos professores alemães Ernst Heinrich Weber e Gustav Fechner, bem como à criação de testes para mensurar fenômenos mentais de Francis Galton. Ver PASCUALI, Luiz. **Psicometria.** *Rev. da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, n. 43, p.993, 2009.

início do século XX. De forma sintomática, concluímos com Bruno Latour que “vivemos em sociedades que tem por laço social os objetos fabricados em laboratório”⁷⁷.

O crescente desenvolvimento da antropologia acompanhou a emergência de um fascínio irresistível pelas quantidades, baseado na crença de que medições rigorosas garantiriam “uma precisão irrefutável e seriam capazes de marcar a transição entre especulação subjetiva e uma verdadeira ciência, tão digna quanto a física newtoniana”⁷⁸. O desejo pela quantificação repercute na aquisição de aparelhos tecnológicos, a transformarem-se em signos de modernidade e emblemas de cientificidade.

Em outras palavras, esses objetos demarcavam um tempo acelerado do conhecimento ao medir corpos e durações. Neste último item, o cronógrafo é um instrumento particularmente significativo no amplo espectro de um desejo geral pela medição e pela aferição do tempo, produzida pela imposição das durações mecânicas na marcação dos fenômenos psicológicos, aferidas em uma razão de centésimos de segundos. Em última análise, ao mecanizar e impor certo controle às durações os aparelhos mobilizam a narrativa da precisão onde, em verdade, o cientista constrói uma forma peculiar de atribuir sentido ao tempo.

Se a posse dos aparelhos de medição denotava alguma modernidade, a presença de um grande volume de ossos e crânios arrolados no espólio do laboratório demonstravam trajetos de pesquisa e de trabalho na área da Frenologia, Antropometria e Medicina Legal que encontrava no corpo expressões inerentes e inequívocas das identidades populacionais. O uso de tais materiais em nossa análise não implica em afirmar, pelo mundo das coisas, uma apropriação de via única dos estudos europeus operada por Nina Rodrigues, mas em ressaltar a tessitura de redes expressas na escolha dos signos materiais da atividade científica. Os ossos, manchas, fotografias, aparelhos, papéis e crânios compunham um amontoado de durações reunidas num mesmo ambiente, a partir de uma estranha e íntima unidade, transformada em memória no inventário divulgado por Nina Rodrigues.

Ao entrarmos rapidamente no cotidiano daquele gabinete, podemos encontrar uma coleção de manchas e marcas recolhidas em doze anos de atividades médico-legais, cujo resultado dependia da espera, em uma duração lenta, que permitiria ao observador determinar, com precisão cronológica, o valor dos processos

⁷⁷ LATOUR, Bruno. *Op. cit.* 1997, p.27.

⁷⁸ GOULD, Stephen Jay, *Op. cit.* p. 65.

de exames em manchas antigas. Por outro lado, o cronógrafo d'Arsoval e as promessas de mensurações rápidas das manifestações mentais, traduz um tempo acelerado pelo uso de objetos, que remete ao controle dos ritmos e intervalos. De um lado, a duração da reação de manchas antigas em relação ao passar do tempo, de outro o controle das dimensões temporais presentes no campo das conformações psíquicas através da medição das sensações nervosas. Estas compõem dimensões diferentes da atividade de pesquisa guardadas no interior do laboratório.

Por vezes, algumas partes do acervo foram apresentadas como exemplares “curiosos” de um cenário da obsessão criminosa ou das particularidades bizarras de indivíduos classificados enquanto degenerados, como a cabeça conservada pelo método Dubois-Lacassagne, decapitada no conhecido crime da rua do Uruguai; vestígios ósseos singulares e o frasco de conservas com uma solução de iodureto e potássio, recolhidos do assassinato do velho Vilella, porteiro do hospital, e as peças “muito curiosas” do suicídio de um homem ginecoplasta e castrado por automutilação, classificado pelo professor como degenerado.

Apesar da curiosidade científica nem sempre partir de uma atitude utilitarista, o laboratório era entendido pelo catedrático, sobretudo, como o abrigo privilegiado da verdade observável e do trabalho. Premissa presente na Memória Histórica escrita por Nina Rodrigues sobre o ano de 1896, recusada em 1897 pela Congregação. Neste documento, Nina Rodrigues apontava o pouco tempo dedicado pelos seus pares ao exercício da ciência nos laboratórios da Faculdade e constatava que a vida científica no interior daquela instituição de ensino era precária, dissonante do ritmo veloz das descobertas. Nina Rodrigues traçou um quadro desalentador sobre as condições do ensino prático e da estrutura dos laboratórios.

No gabinete de Medicina Legal, apontou as goteiras do teto, que ameaçava desabar, as paredes sem rebocos, nem caiação, e a falta de água e gás⁷⁹. A polêmica movimentava as reuniões da Congregação nos idos de 1897 ao tratar, sobretudo, da identificação de um descompasso entre a ruidosa divulgação de trabalhos, com a ampla distribuição de aprovações por distinção, e a precariedade das atividades práticas nos laboratórios. O contraponto consistia, portanto, no problema da existência efetiva do ensino prático na Faculdade que ocupou as páginas de muitas Memórias Históricas, instituídas pela Reforma da Instrução Superior do Império em 1854, que

⁷⁹ Ver NINA RODRIGUES, Raymundo. Memória Histórica apresentada à Egrégia Congregação da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia. **GMB**. Salvador/BA, v.73, p.5-30, out/1976.

determinava a obrigatoriedade da narração dos fatos notáveis do ano e o grau de desenvolvimento das doutrinas nos cursos, facultando ao memorialista a inserção de reflexões pessoais⁸⁰. Produzidos pelos lentes da Faculdade ao longo da segunda metade do século XIX e durante o século XX, encontrou em Nina Rodrigues um crítico mordaz do ensino médico ali praticado. Se por um lado, alguns memorialistas criticavam a forma precária que assumia o ensino prático, como reconheceu em 1858 o memorialista José de Góis Siqueira, outros o avaliavam o caráter insatisfatório do ensino teórico, como afirmara em 1877 o médico Egaz Moniz de Aragão. De todos os lados, a crítica apontava na conclusão do atraso científico do Brasil que levara Rodrigues Seixas afirmar, em 1863, o seguinte: “no imenso mundo científico não passamos de um anão exposto ao sol das letras”⁸¹.

A demarcação do oposto teoria/prática como problema parte da premissa de que o pensamento brasileiro não marchava no ritmo dos centros de produção do ocidente. Tornava-se importante ressaltar uma recusa à utilização retórica dos quadros de referências teóricas produzidos alhures a transformar, artificialmente, em semelhante o dessemelhante. A “realidade” – concebida enquanto um mundo de coisas desconhecidas – deveria ser desvendada pelo trabalho racional e prático. As formulações sobre o lugar ocupado pelo Brasil na marcha do tempo universal do conhecimento possuem nuances, nas quais há muito mais em jogo do que pode sugerir a seguinte conclusão de Melo Moraes e Filho:

No santuario commum da humanidade, as nacionalidades celebram separadamente seus ritos. É d’esse templo que os séculos vem desfilar as bandeiras diversas cada povo, symbolisadas nos seus gênios nas sciencias, artes e lettras⁸².

Parece que não havia certeza quanto à figura que os “gênios” brasileiros fariam nesse santuário comum da humanidade, como demonstram as críticas que pululavam de muitas Memórias Históricas da Faculdade de Medicina, fundamentadas na seguinte constatação: haveria um hiato entre o mundo prático, real, e as elaborações retóricas sobre o estado de coisas que se passava no Brasil. Essa era a posição de Nina Rodrigues que, como vimos, evocava a observação empírica rigorosa

⁸⁰ Ver RIBEIRO, Marcos Augusto Pessoa. *Op. cit.* p. 19-26.

⁸¹ *Apud* RIBEIRO, Marcos Augusto Pessoa. *Idem.* p. 21.

⁸² MORAES FILHO, Melo. **Curso de Literatura Brasileira ou Escolha de vários trechos em prosa e verso de autores nacionais antigos e modernos**. 3. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1895, p. 6.

como instrumento de combate à compilação e à reprodução, pois acreditava ser a realidade nua, simples, defeituosa e sem disfarces retóricos o principal motor o orientar o trabalho do esculápio.

Por isso, empenhava-se em combater os agentes do “atraso” que do alto, do futuro, do progresso tomado de empréstimo a outros povos, modelavam suas teses, sem observar a realidade “modesta” que os cercava. Atribuía a esta atitude a decadência da Sociedade de Medicina da Bahia, incapaz de despertar o interesse de atuação entre os seus sócios. Em agosto de 1891, ele tratou nos seguintes termos a questão:

A verdade é que nós não trabalhamos e temos por isso o máximo interesse em conservar-nos n’uma penumbra prudente evitando os perigos da exposição à luz (...)
 Não pode existir meio científico n’uma sociedade em que não há permuta de idéas, onde não se defende convicções científicas, onde cada qual limita-se a estudar apenas nos recessos de seus gabinetes, os meios de fazer uma adaptação forçada dos trabalhos que importamos do estrangeiro (...)
 Fechem-se as sociedades científicas, supprima-se a imprensa médica, desprezem-se os frutos da observação clínica e não mereçam atenção os estudos práticos; mas tenhamos consciência do nosso atrazo (...)⁸³.

Em vez de exibir uma imagem idealizada de “si” ou de “nós”, Nina Rodrigues parece crer na confissão do atraso como forma de regular descompasso temporal camuflado pelo uso de teorias modernas e a ausência de uma vida científica no Brasil. A posição agressiva de Nina Rodrigues em relação à situação dos estudos práticos na Faculdade de Medicina da Bahia apareceu de forma mais aguda na Memória Histórica de 1896, na qual afirma: “O tema sofisticado de que fino champanhe requer taça de prata – não consegue mais iludir. (...) A taça de prata não transforma em puro vinho o vinho falsificado. Fraseado pomposo não encobre ignorância”⁸⁴.

Esse tom polêmico mobilizou a sessão da congregação de 09 de abril de 1897, na qual, entre outros temas espinhosos, tratou-se da acusação agressiva de Nina Rodrigues em relação ao ensino de bacteriologia como curso complementar realizado no gabinete de higiene. Em sua defesa na Congregação, Nina Rodrigues foi ao ataque, afirmando ter sido uma invenção do Dr. Saraiva a inserção da cadeira de Bacteriologia no Gabinete de Higiene. Segundo ele, esta iniciativa não encontrava par

⁸³ NINA RODRIGUES, Raymundo. **GMB**, Salvador/BA, ano XXIII, n.2, p.194, ago/1891.

⁸⁴ NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* 1976, p. 14.

em outras Faculdades, como a de Paris, onde o curso prático no campo bacteriológico era realizado por um professor de Química Aplicada. Com profunda ironia, disse ele:

É para lamentar que o Snr. Saraiva não tenha compreendido a minha allusão ao seo curso de bacteriologia e me force a dar explicações completas. Alludindo essa falta, eu só tinha a intenção de arrancar de sobre mim o peso de um elogio que há longos cinco annos me traz acabimentado⁸⁵.

Nina Rodrigues foi o primeiro professor substituto desta cadeira e enfatizou ter recebido elogios do Dr. Saraiva pelo desempenho brilhante, “cheio de abnegação”, no resumido curso de cultura e contagem de bactérias presentes no ar e na água. Eis que Nina Rodrigues se impõe de forma ainda mais ácida:

Ora, meus senhores, nada caracteriza melhor a fantasmagoria e pouca seriedade de um curso prático do que este elogio. O professor assim elogiado declara à Congregação que não sabe nem nunca soube distinguir, sequer ao microscopio um bacillo de uma bactéria. O curso que alli fiz consistiu no preparo de uns caldos de cultivo de pureza muito duvidosa, que eram apresentados aos alumnos em... tubos de analyse de ourina, nos seos respectivos apportes. E é a este ridículo que eu não sei como os alumnos não deram a merecida sancção de um apuro, que se vem chamar de curso de bacteriologia applicada. E pretende o Snr. Saraiva que eu hei de consenti n’este conchavo de passar um dia para o futuro por ter sido um bacteriologista elogiado por elle, assim sem protesto, sem mais nada! Foi para não ser comparsa de uma comedia que eu fui o primeiro a vir declarar na minha Memoria histórica que entre nós não havia curso pratico de bacteriologia applicada à hygiene (...). Não abri excepção para o gabinete de hygiene no numero d’aquelles em que não se fazem estudos experimentaes particulares do professor⁸⁶.

A contundente crítica do professor sugere o rompimento com um acordo retórico tácito. Mais uma vez, o combate às ilusões e a apologia à realidade marcada pelo atraso aparece para demonstrar que a retórica era utilizada como mecanismo a encobrir mazelas. Um atalho a deixar o Brasil no passado e a desencaminhá-lo dos trilhos que conduz ao futuro a ser buscado do lado de dentro. Em 1907, Sylvio Romero publicou um texto com o sugestivo título Realidades e ilusões no Brasil, no qual constatava que o Brasil vivia em uma fase de “ilusionismo” e, por isso, se afastava da sua verdadeira rota para o progresso. Segundo ele: “É quase impossível fallar aos homens que dançam. Ébrios de prazer, alheados da realidade ambiente ei-los

⁸⁵ Acta da Sessão da Congregação de 9 de março de 1897, Faculdade de Medicina da Bahia. fl.188v.

⁸⁶ *Idem*. fl.189.

envolvidos no vórtice das fascinações de momento, se julgam no melhor dos mundos”⁸⁷. Os ébrios, enganados pelo momento iriam sofrer as lições do tempo, das quais a crise econômica de 1892 era apenas um sintoma.

Nesse ponto, a dimensão definida como deturpadora da realidade existia apenas como falsa promessa de futuro fundada na fantasia do progresso nacional. Motivo pelo qual, Romero elogiou o “pessimista” inovador e crítico, protótipo do representante da geração de 1869 e 1889:

Mil vezes o santo pessimismo que não é cego diante das torpezas do presente, que tem a coragem de estigmatiza-las, sonhando com um futuro melhor. Este é o pessimismo orgânico e criador; é o optimismo ás avessas: pessimismo por fóra, dentro – optimismo renovador e salutaríssimo⁸⁸.

A desilusão era, assim, capaz de assegurar o verdadeiro horizonte possível na medida em que conciliaria a nação com seu próprio tempo. Em um de seus últimos trabalhos Nina Rodrigues coloca diretamente seu posicionamento em relação à polaridade otimismo/pessimismo em termos temporais a tratar das desigualdades entre povos no globo terrestre de forma a espacializar o tempo separado geograficamente por processos distintos de evolução. Procurava, portanto, não se situar nem do lado dos pessimistas, nem tão pouco dos otimistas. Nesse sentido concluiu, em 1905, que, se por um lado o curto espaço do período histórico não permitia “a afirmação categórica de uma impossibilidade futura de civilização do negro”, haja vista que ensinava:

(...) a explicação evolutiva, que andavam errados todos os calculos ou computos da idade humana e que por millenios de séculos se devem contar as aquisições lentas e progressivas do seu aperfeiçoamento, não é argumentando com o que nos ensina o curto período do conhecimento historico dos povos que se pode lavar a condennação do negro a uma estagnação eterna na selvageria⁸⁹.

Por outro lado, considerava que o peso do tempo exporia a incoerência ou o “pecado” dos otimistas, pois, para Nina Rodrigues, estava esvaziada de sentido a crença em serem “os povos negros mais cultos” da África repetidores da “fase da

⁸⁷ ROMERO, Sylvio. *Op.cit.*, p. 171.

⁸⁸ *Idem.*, p. 173.

⁸⁹ NINA RODRIGUES, Raymundo. **Os Africanos no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1935, p. 399.

organização política medieval das modernas nações europeias (Beranger Feraud)”. Esta conclusão baseava-se, segundo ele, em vans “esperanças de que os negros possam herdar a civilização europeia e, menos ainda, possam atingir a maioria social no convívio dos povos cultos” e propõe um “estudo imparcial dos povos negros”⁹⁰. Certamente, há contrapontos a uma compreensão do pessimismo como otimismo às avessas, colocado em evidência por Romero, ou como olhar imparcial da ciência capaz de captar a realidade, despojada de sentimentos de condenação ou empatia, conforme acredita Nina Rodrigues. Nas refutações à polêmica memória da Faculdade de Medicina da Bahia sobre o ano de 1896, o médico Guilherme Rebello fez seu contraponto às críticas presentes naquele libelo que, para ele fora escrito “num momento de mau humor”, no qual Nina Rodrigues transpirava um “pessimismo mórbido” e “bilioso”. Segundo ele:

Disse o Snr. Dr. Nina em aparte ao Snr. Dr. Saraiva que a Memória histórica não pode ser um panegyrico. Mas se não deve ser um panegyrico não deve ser o poste de execução summaria da honrabilidade e brios do professorado com detrimento da justiça e da verdade histórica. Como Flaubert e Zola, o autor da memória buscou somente o lado mau das coisas para d’essa massa fermentada e cinzenta fazer o exposto exclusivo de sua Penna. Se é nocivo o optimismo não o é menos o pessimismo, verdadeiro estrabismo moral que desvirtua a obra do historiador maculando-a de suspeição e desmoralizando-o. Do historiador devem ser inseparáveis a verdade e a justiça, o critério e a imparcialidade⁹¹.

Em sua resposta, o Dr. Rebello defendeu a incompatibilidade entre a posição “pessimista” do redator da Memória Histórica e a realidade dos fatos, pois, a pretendida neutralidade ácida do memorialista de 1896 deixava exposto o seu interesse em exercitar a vaidade pessoal e a distinção em relação aos outros médicos, de modo a apresentar-se como “flôr solitária a boiar n’esse imenso mar morto”, no qual todos eram corrompidos⁹². Como já vimos, a Congregação não recebeu com benevolência a Memória Histórica e disso deu mostras o repúdio de Joaquim Saraiva contra “as referências que julgou offencivas a honrabilidade, zelo e proficiência do corpo docente” e de João Cerqueira que “protestou contra todos os pontos da Memória que se referiam à incompetência technica do professorado”⁹³. Por determinação

⁹⁰ *Idem.*

⁹¹ Acta da Sessão da Congregação de 9 de Março de 1897, Faculdade de Medicina da Bahia. fls.181v-182.

⁹² *Idem*, fl.84.

⁹³ *Idem*, fl.85.

regimental o redator deveria ater-se a descrição de fatos e primar pela neutralidade. Leia-se aqui, evitar fazer críticas aos pares, à instituição e à República.

Alfredo Ferreira de Magalhães, memorialista em 1912, atribuía ao documento a função de produzir a “história exata” daquele estabelecimento de modo a constituir-se em documento para o futuro. Sendo assim, era preciso criar uma imagem conciliadora e positiva para os futuros leitores. Foi com o intuito de regular a produção de tais Memórias e evitar as opiniões contrárias à estrutura de funcionamento da instituição que, em 1871, os Estatutos da Faculdade passaram a prever a realização de emendas por parte da Congregação ao texto original e proibiam qualquer consideração sobre as ações administrativas do governo e da diretoria⁹⁴.

Todos os lados envolvidos no embate usavam a apologia à verdade como forma de legitimar seus argumentos. Enquanto o memorialista de 1896 indagava a confiabilidade das fontes produzidas pela Congregação para falar de si mesma e, assim, acusava os seus colegas de esconderem a precariedade dos laboratórios, a inexistência de ensino prático e as relações de apadrinhamentos entre professores e alunos, de modo a “fazer justiça com a verdade” e dissipar enganos, a Congregação rejeitou a memória partindo da mesma lógica e protestava contra a parcialidade do redator que, por “ vaidade”, havia entrado em confronto direto com seus pares, tecendo-lhes críticas à moda de Zola e Flaubert.

Em tempo: essa oposição fundamenta-se na busca por maior autonomia da faculdade em seu espectro de ação, isto é, na sua capacidade de intervenção social⁹⁵. Mas, além disso, a polêmica atinge o centro identitário desta instituição de ensino de modo a situá-la em uma geografia do conhecimento moderno, ao definir qual seria, afinal, o modo de produzir e construir a ciência. É assim que, ao lado dos discursos e polêmicas, os materiais dispostos no laboratório conforme o relato de 1905, ou a necessidade de tê-los para um efetivo trabalho prático, conforme a memória de 1897, compõem uma mesma lógica de entendimento sobre a ciência, a proliferar objetos e instrumentos. Ossos e aparelhos de medição, manchas de sangue e fotografias, constituíam signos materiais a recolocar a Faculdade em seu próprio ritmo rumo ao progresso. Porém, para vislumbrar o futuro, primeiro seria necessário reconhecer, no presente, o atraso. Os instrumentos de pesquisa científica e a

⁹⁴ RIBEIRO, Marcos Augusto Pessoa. *Op. cit.* 1997, p. 25

⁹⁵ Ver LUZ, Madel T. **Medicina e ordem política brasileira**: políticas e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro: Graal, 1982.

atividade de observação científica acelerariam este processo, paralisado por uma ilusão do tempo. Quanto ao laboratório de Medicina Legal diferentes durações se cruzam: a dos objetos de análise e dos aparelhos, das observações, das publicações. Não seria diferente a compreensão sobre laboratório social no trato da medicina coletiva e no estudo das multidões e das populações negras e mestiças, no qual o tempo da ciência encontra-se com o tempo do Outro. Desta forma, os gabinetes deveriam funcionar como ambiente de trabalho, de elaboração de projetos e de acúmulo de materiais que encontrava comunicação e articulação na atividade de divulgação e proliferação de textos através de revistas, memórias, livros, teses e manuais, bem como, a construção de redes entre pares nos congressos científicos. O cientista caminha entre dois tempos: de um lado o ritmo cotidiano, privado, íntimo, silencioso da pesquisa e da escrita, do outro, o tempo público, ruidoso, das revistas e das comunicações.

2.2 Os congressos científicos e a atualização do tempo

Corria o ano de 1890, noite do dia 15 de outubro. A biblioteca, a secretaria, o salão nobre e o amplo saguão da Faculdade de Medicina da Bahia encontravam-se especialmente iluminados para fazer funcionar as atividades da terceira edição do Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia. O acender daquelas luzes, alocadas provisoriamente ali pela diretoria da instituição, se repetiria durante as nove noites seguintes para dar lugar às conferências, reuniões e apresentações de memórias, teses e notas. À semelhança dos encontros anteriores, os debates suscitados no auditório versavam sobre assuntos gerais da profissão, tais como os progressos da medicina, os campos de atuação do saber médico, o lugar político ocupado por este profissional nas engrenagens que construiriam a almejada “civilização” e a necessidade de transformar as chamadas “assembleias dos homens de ciência” em ponto de exposição e, ao mesmo tempo, de acumulação do conhecimento em várias partes do mundo. Esses temas foram discutidos associados às questões específicas da área, como a clínica médica, os novos experimentos farmacológicos, a saúde pública e a higiene. Além disso, os congressistas apresentaram seus posicionamentos sobre o processo político de matiz republicano que, no ano anterior, havia desalojado o regime monárquico e criado os Estados Unidos do Brasil.

As dependências da faculdade acendiam-se para dar lugar às sessões do evento e, como uma relação metafórica entre objetos e discursos, seus organizadores e participantes pareciam conceber encontros daquela natureza como um elogio às luzes da ciência. Essa conhecida metáfora a polarizar luz/escuridão, conhecimento/ignorância compunha a fala de Pacífico Pereira, orador oficial do evento, cujo discurso iniciava-se da seguinte maneira: “Senhores, o descambar do século 19 parece iluminar nossos horizontes, d’essa luz brilhante que guiou os velhos povos no caminho da civilização e do progresso” e, mais adiante, conclui: “não desanimemos quando as nuvens negras do obscurantismo e da ignorância carregam o horizonte de nossas esperanças; nosso país ha de obedecer à lei fatal do progresso”⁹⁶.

No horizonte vislumbrado por Pacífico Pereira o progresso científico seria inevitável, ainda que, para o caso do Brasil, enxergasse nuvens negras a turvarem o futuro desejado. Entre o pavor do obscurantismo e o anseio da claridade, a recente instituição dos congressos médicos brasileiros aparecia como prova de que, gradualmente, o país integrava a marcha rumo à civilização, mobilizada pela metáfora a associar iluminação ao conhecimento e ao progresso, tão usual quando pensamos nas filosofias do século XVIII e a construção da oposição trevas (religião e ignorância) luzes (Razão). Se na fala de Pacífico Pereira esta associação, bastante previsível, carrega efeitos retóricos, presentes na maioria das sessões solenes que integram os protocolos dos congressos, a presumida trivialidade e a regularidade dessa comparação comportam sentidos imaginários no âmbito da ciência.

Nos congressos, as metáforas e os panegíricos não constituem dados acessórios em relação à exposição de resultados objetivos alcançados pelas pesquisas⁹⁷. Razão pela qual a assertiva de Pacífico Pereira possui um desdobramento importante na análise da instituição recente dos congressos científicos. Ora, para ele a Faculdade de Medicina da Bahia tornava-se visível e iluminada durante alguns dias não apenas quanto ao seu aspecto físico. Embora houvesse controvérsias sobre a utilidade de tais encontros para a ciência, aqueles

⁹⁶ PEREIRA, Pacífico. Terceiro Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia: discurso do orador oficial. **GMB**, Salvador/BA, Ano XXII, p. 193-204, nov/1890.

⁹⁷ Em estudo sobre a história dos intelectuais, sobretudo, na América Latina, Carlos Altamirano defende a tese de que os textos, mesmos aqueles que apresentam características mais demonstrativas, rigorosos em suas pretensões científicas e avesso a qualquer semelhança com a literatura, apresentam formas, significações imaginárias e ficções. Ver. ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de história intelectual. **Tempo Social – Rev. de Sociologia da USP**. São Paulo, v.19, n.1, p.11-12, 2007.

que deles participavam concebiam a realização de congressos nacionais, continentais e internacionais, a partir da ideia de que múltiplos pontos luminosos convergiriam para a elaboração de um saber universal. A especificidade e a universalidade constituíam seus pressupostos básicos. Nos países latino-americanos esse desejo de ser moderno e particular ao mesmo tempo atravessou discussões sobre identidades nacionais e continentais, trazendo para a pauta a noção e atraso, como discutimos anteriormente.

Estar na Bahia e exaltar as últimas descobertas apresentadas naquele mesmo ano em Berlim⁹⁸, especialmente no âmbito da bacteriologia, sem deixar de expor as especificidades das patologias tropicais ou a observação dos casos clínicos particulares transformados em objeto de observação dos médicos brasileiros, que não cessavam de elogiar o método experimental. A busca pelo novo e sua comunicação justificava a pertinência do trabalho científico e a realização de encontros, ao passo que as fórmulas e os conceitos postos ofereciam-lhes códigos reconhecíveis. No entanto, os postulados científicos produzidos no “velho mundo” não se transportavam em revistas, anais e livros para as terras do “novo mundo” em um movimento unívoco, sem retornos, como uma viagem no tempo que levaria à terras infantis um conhecimento adulto e pronto.

As ideias viajam em fluxo sinuoso e, na virada do século XIX para o XX, os congressos ritualizam tal movimento, exacerbando a possibilidade de pôr em discussão coisas diversas em um curto espaço de tempo. Em alguns dias podia-se tratar de assuntos que envolviam o cotidiano urbano, a política, a clínica, a terapêutica e o método experimental com suas novidades. Pasteur, Koch, Virchow e Lister eram nomes conhecidos e a microbiologia assumia um lugar de ciência do futuro. Seus resultados mais recentes, divulgados nos congressos internacionais e nas revistas especializadas, pasmavam pesquisadores do mundo todo, prometendo explicar a etiologia das mais variadas doenças. Certa obsessão pelos organismos minúsculos assaltavam os estudos e a retórica médica. Lembremos aqui, mais uma vez, o destaque dado por Alfredo de Brito, em 1905, sobre o fato de haver no laboratório de bacteriologia da Faculdade de Medicina da Bahia mais microscópios do que em gabinete congênere no Rio de Janeiro. Falar dos diminutos agentes infecciosos

⁹⁸ A cidade de Berlim sediou o 10º Congresso Médico Internacional, realizado entre os dias 03 e 09 de agosto de 1890. A comissão executiva do evento era composta por Rudolf Virchow (presidente), V. Bergmann, Leyden e Waldeyer (vice-presidentes) e Dr. Lassar (secretário geral).

observados em laboratório estava em voga, ainda que pouco se conhecesse acerca do assunto. Quanto aos congressos, deveriam funcionar como espaço dinâmico de circulação e atualização de ideias, cujos resultados contribuiriam para iluminar o “horizonte de esperanças”.

A curta duração e a periodicidade de tais encontros serviam a atualização de ideias em rituais que se repetem numa duração muito mais larga. A virtualidade do momento propiciava o reencontro entre pares e a exposição da própria imagem. Limitados pelo tempo, os congressos eram constituídos pela apresentação/recepção da novidade. Por isso, não há de ser considerado estranho o fato de que durante aquelas sessões noturnas na Faculdade de Medicina da Bahia, o panegírico do novo fosse feito pelos congressistas em suas exposições: enquanto Silva Lima discursou em favor da instituição, então, recente dos congressos médicos brasileiros, Pacífico Pereira admirava as inovações alcançadas pela aplicação do método experimental, e Nina Rodrigues falava com otimismo das possibilidades futuras oferecidas pelas pesquisas bacteriológicas. O novo deveria figurar, também, nos resultados das pesquisas apresentadas pelos médicos brasileiros, afinal, o mimetismo era apontado como o maior dos males da produção acadêmica nacional.

A expressão do encanto pela novidade permitia a esses profissionais transitarem pelo mundo da ciência e, assim, mostrarem-se modernos. Portanto, quando falamos de tal desejo pelo novo, não nos referimos tão somente à produção do conhecimento na Europa e a sua capacidade de trânsito por várias partes do mundo. Estamos precisamente tratando dos seus usos por médicos brasileiros que, no século XIX criticavam o mimetismo da produção científica nacional. Com o inimigo lançado às malhas do passado e do atraso, o acusador podia, finalmente, expor os resultados originais de sua pesquisa e reparar enganos cometidos pela especulação desenformada.

Em suas avaliações acerca da ciência médica no Brasil, Nina Rodrigues quase sempre assumia a postura de acusador. Durante as apresentações para o congresso, nosso médico seguia um duplo movimento: o da crítica ao atraso e da promoção do novo. Nesse momento, dedicava-se a estudos na área de medicina coletiva, a tratar do contágio e da higiene. Nos idos de 1890, interessava a Nina

Rodrigues, assuntos como a influenza, a lepra e o beribéri⁹⁹ e abasia coreiforme¹⁰⁰, afecções que suscitavam debates sobre o contágio pelo ar e pela imitação. No caso destas duas últimas doenças, a produção de Nina Rodrigues sobre o beribéri encontrava como referência canônica o estudo iniciado por Silva Lima em 1866, publicado com o longo e explicativo título: Contribuição para a história de uma moléstia que reina atualmente na Bahia sob a forma epidêmica, e caracterizada por paralisia, edema e fraqueza geral. Neste trabalho, Silva Lima dedica-se a investigar a etiologia, isto é, as causas da doença, enquanto, nos estudos posteriores de Nina Rodrigues, a ênfase do estudo recairá sobre o diagnóstico diferencial de outras afecções que também causavam desordem nos movimentos de marcha e que teriam potencial de proliferação a partir da imitação. Essa conclusão encontrava suporte nos postulados de Charcot sobre a natureza histérica da afecção, cujo contágio seria resultante da imitação. Desta forma, a doença encontrava local propício para a sua propagação nas aglomerações de pessoas, especialmente em as festas organizadas para homenagear santos populares. Para Nina Rodrigues parecia evidente a associação entre as crenças religiosas e a histeria, assunto retomado posteriormente por ele em uma série de artigos publicados na *Revista Brasileira* entre 1896 e 1897, sob o título de *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos* e em seu estudo sobre a Loucura Epidêmica de Canudos. Nina Rodrigues abandona o campo da medicina tropical sete anos depois, no mesmo período em que teve a sua Memória Histórica rejeitada pela Congregação. A partir desse momento, seus estudos se voltaram, cada vez mais, para os assuntos de Medicina Legal, Psiquiatria, Psicologia Social, bem como, sobre os negros brasileiros¹⁰¹.

A escolha dos temas, os debates e as reclamações sobre aqueles que não puderam comparecer ao evento compõem as várias situações que mobilizaram, naqueles dias de outubro, a Faculdade de Medicina da Bahia na terceira edição dos encontros médicos brasileiros. Um evento não acontece apenas no intervalo de dias

⁹⁹ Sabe-se hoje que o beribéri é uma doença causada pela de carência alimentar da tiamina, uma vitamina hidrossolúvel do complexo B (B1). Em 1890, o dicionário de medicina popular definia o beribéri como “moléstia própria de paízes intertropicais, que ataca alguns indivíduos isoladamente ou muitos ao mesmo tempo, tanto os brancos como as pessoas de cor”. Ver CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de Medicina Popular e das sciencias acessorias para o uso das famílias**. 6. ed. Paris: A Roger e F. Chernoviz. 1890, p. 313-4. (Vol. I).

¹⁰⁰ Afecção de ordem nervosa que causa incapacidade de andar.

¹⁰¹ Sobre os estudos de Silva Lima e Nina Rodrigues acerca do assunto, ver LUZ, Madel T. *Op. cit.* p. 139-72; JACOBINA, Ronaldo. Nina Rodrigues, epidemiologista: estudo histórico de surtos de beribéri em um asilo para doentes mentais na Bahia, 1897-1904. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.113-32, mar.-jun/2001.

que demarcam o seu acontecer. Os preparativos alargam este tempo, a romper com a virtualidade do momento.

Em meados de 1890, Raymundo Nina Rodrigues contava com 28 anos de idade, era lente de Clínica Médica da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia e circulava sem dificuldades entre os dois centros do ensino médico estabelecidos no Brasil desde a chegada da família real portuguesa: o Rio de Janeiro e a capital baiana. Naquele mesmo ano tornara-se redator-gerente da Gazeta Médica da Bahia (GMB) e participara diretamente da organização do congresso, como membro da comissão. Distante geograficamente do Rio de Janeiro, sede dos dois primeiros encontros, a capital baiana, escolhida para a realização do certame, pretendia reunir os membros da “classe médica”, a demonstrar que os baianos, particularmente aqueles associados à GMB, empenhavam-se em alavancar as ciências médicas no Brasil e transformar do estado de apatia que identificavam no meio profissional do qual participavam.

As duas primeiras edições do congresso foram realizadas na corte, respectivamente, em 1888 e 1889. O deslocamento da terceira sessão para a Bahia correspondia às articulações entre as sociedades médicas com o fim de interligar uma rede de profissionais localizados em diferentes partes do país, ampliando os limites dos encontros para além da antiga capital do Império. Afinal, a estética política consagrada pelo poder moderador não deveria vigorar entre esses homens de ciência. Fomentava-se, assim, uma geografia nacional do saber médico institucional na artificialidade excepcional das redes ritualizadas pelos eventos científicos. Nesse sentido, o estatuto do primeiro Congresso definia, de forma genérica, em seu artigo quarto que “o Congresso poderá mais tarde ter lugar na Bahia”¹⁰². A partir do segundo evento foi determinado que a sede do encontro seria designada anualmente entre as cidades mais importantes do país. Razão pela qual a capital do Estado de São Paulo foi escolhida para sediar a quarta edição do evento prevista para 1892, por ocasião da Exposição Continental¹⁰³.

¹⁰² Estatutos do Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia. **GMB**. Salvador/BA, ano XIX, n.9, p.424, mar/1888.

¹⁰³ A edição do Congresso em São Paulo ocorreu somente em 1900, após duas tentativas fracassadas. Na primeira, formou-se uma comissão executiva composta pelos doutores Delphino Cintra (o Barão do Guarujá), Cardoso Botelho e Ignácio Rezende. A segunda tentativa foi empreendida pela Sociedade Médica e Cirúrgica do Rio de Janeiro que, em 1897, reuniu-se com médicos paulistas, decidindo-se pela realização do congresso no ano seguinte. Mais uma vez o evento fora adiado. Em 1900 o encontro foi concretizado, sob a responsabilidade dos médicos Henriques Guedes de Mello, Carlos Costa e Francisco Campello. Ver **GMB**. Salvador/BA, ano XXII, n.4, p. 190, out/1890; ano XXXII, n. 3, série 5, v.6, p. 145-6, set/1900.

Com base nas prescrições estatutárias, durante o 2º Congresso decidiu-se que os médicos brasileiros deveriam se encontrar na capital baiana e a responsabilidade pela realização do evento foi delegada aos profissionais daquele Estado vinculados à Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia, ao Hospital de Caridade e à Sociedade Médica da Bahia. Sendo assim, o comitê executivo nomeado para organizar as atividades do 3º Congresso foi formado pelos doutores Silva Lima (presidente), Manuel Vitorino Pereira (secretário geral) e Nina Rodrigues (tesoureiro).

Essa escolha da comissão executiva do evento abarca trajetórias de três médicos que viviam diferentes momentos em suas carreiras. Seguindo seus itinerários até 1890 poder-se-ia apresentá-los da seguinte maneira: enquanto Silva Lima aparecia como o velho mestre, Manoel Vitorino figurava como político liberal e, por último, Nina Rodrigues era um jovem professor e clínico que acendera ao cargo de lente da Faculdade de Medicina da Bahia dois anos antes da realização do congresso. Decerto, seus itinerários individuais cruzaram-se em práticas e lugares atravessados pela textura rugosa das relações que se estabelecem entre parceiros de ofício, associações, instituições, imprensa e política.

O português José Francisco da Silva Lima, naturalizado brasileiro aos 34 anos, integrou o grupo de médicos que fundaram, em 1866, a GMB¹⁰⁴. Cirurgião do Hospital da Caridade, Silva Lima pertencia à primeira fase de um grupo de profissionais que, em meados do século XX, ficaria conhecido como Escola Tropicalista Baiana¹⁰⁵. Desse núcleo, participaram médicos como Otto E. H. Wuceherer e John Ligertwood Paterson, cujos trabalhos científicos realizados na área de parasitologia tropical foram considerados pela historiografia enquanto marco inicial da medicina científica no Brasil. A eficácia da construção dessa memória fundadora, assentada sobre os estudos médicos que tiveram lugar na Bahia em meados do século XIX e esteve presente no uso que diferentes grupos fizeram dela ao longo de mais de uma centena de anos.

Precursora dos congressos médicos no Brasil, a Sociedade Médica e Cirúrgica do Rio de Janeiro se articulava, em fins da década de 1880, dizendo-se

¹⁰⁴ Ver LUZ, Madel T. *Op.cit.*

¹⁰⁵ Ver CONI, Antonio Caldas. **A Escola Tropicalista Baiana. Salvador/BA:** Livraria Progresso ed., 1952. Neste livro o autor afirmava que a história da etapa propriamente científica vivida pelo saber médico na Bahia dividia-se em três momentos distintos: os anos de 1860 e 1870 marcariam a fase áurea, seguido pela decadência experimentada entre 1880 e 1890 e, finalmente, pela reação, protagonizada por Nina Rodrigues entre a década de 1890 e o ano de sua morte em 1906.

tributária da escola baiana, cujo grande feito teria sido o questionamento mordaz e contundente sobre a validade dos postulados médicos atribuídos aos membros da Academia Imperial de Medicina. A perenidade dessa ideia durante todo o século XX pode ser verificada em diversos estudos, entre eles no trabalho realizado em 1982 por Pedro Nava, que ao versar sobre a história da medicina no país afirmava sem evasivas ou tergiversações que: “Os verdadeiros iniciadores de nossa medicina científica foram os médicos que constituíram o que chamaremos a Escola Parasitológica e Tropicalista da Bahia”¹⁰⁶. Os estudos dos tropicalistas baianos da década de 1860 funcionariam, assim, como um mito de origem da medicina científica no Brasil¹⁰⁷ e, nos idos de 1890, Silva Lima figurava como uma representação viva desse passado que deveria inspirar novos enfrentamentos na área dos estudos médicos.

Por seu turno, o Dr. Manuel Vitorino Pereira transitava intensamente entre o ambiente político e a carreira médica. Lente da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia desde 1877, tendo alcançado o posto de catedrático da 2ª cadeira de Clínica Cirúrgica em 1883, Vitorino Pereira era oriundo das fileiras do Partido Liberal da Província e posicionava-se como um ardente defensor do presidencialismo e do federalismo. No plano das instituições políticas que se constituíram com a proclamação da República, ocupou o Governo Provisório do Estado entre 23 de novembro de 1889 e 25 de abril de 1890, sucedendo Virgílio Climaco Damásio, também médico e lente na Faculdade de Medicina¹⁰⁸. Portanto, na Bahia, durante os cinco meses iniciais do regime republicano, foram nomeados dois governadores médicos que estavam vinculados diretamente à prática e ao ensino daquele saber no Estado.

¹⁰⁶ NAVA, Pedro. **Capítulos da História da Medicina no Brasil**. Cotia/SP: Ateliê Editorial; Londrina/PR: EDUEL; São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba Moraes, 2003, p. 126.

¹⁰⁷ EDLER, Flávio Coelho. A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. **Rev. Asclépio**. Madrid, v. 50, n.2, p.169-186. 1998. _____. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. **História, ciência e saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p.357-85, mai-ago/2002. Ficou famosa a história sobre a indisposição entre Wucherer e a Academia Imperial de Medicina que teria recusado os resultados de seu estudo parasitológico sobre a ação do *tropical hypoemia*. O desdém da academia e a ideia de que a escola baiana rompia com um período pré-científico foi utilizado como instrumento político para legitimar a atuação e o protagonismo de médicos que se colocavam à margem do Estado monárquico. Flavio C. Eidler opera uma revisão historiográfica sobre o assunto, defendendo a hipótese de que a escola baiana se transformou em mito de origem da medicina tropical no Brasil em razão do empenho de Wucherer em disseminar a ideia de que a sua atividade científica se desenvolvia em confronto com os médicos ligados à corte. Eidler argumenta que “ao ver seu ‘fato científico (...) sendo tratado como simples pelos acadêmicos”, Wucherer “iria contra-atacar com sua retórica moralizante. (...) [Isso porque ele desejava] se diferenciar de seus antagonistas, apresentando-os como adversários do método científico”.

¹⁰⁸ VIANNA, Francisco Vicente; FERREIRA, José Carlos. **Memória sobre o Estado da Bahia**. Bahia: Diário da Bahia, 1903, p. 137-8.

Depois de exonerado do cargo e de o Governo Provisório nomear o Marechal Hermes Ernesto da Fonseca para o executivo estadual¹⁰⁹, Vitorino Pereira continuava a se movimentar politicamente com desenvoltura no ano de 1890. Um mês antes de realizado o 3º Congresso de Medicina e Cirurgia, o catedrático havia sido eleito deputado com votação expressiva que superava os 20 mil votos¹¹⁰. Nesse cargo, partiu dele e do Dr. Saraiva a discussão política mais acirrada que teve lugar no encontro de outubro sobre a construção da rede de esgotos na capital baiana.

Enquanto Manoel Vitorino atuava politicamente ocupando lugares no âmbito formal da política, Nina Rodrigues se articulava dentro das redes institucionais do saber, das associações médicas e da imprensa especializada. Projetava-se à atividade intelectual e política na condição de médico e professor. Em conformidade com a reflexão de Ângela de Castro Gomes acerca dos intelectuais e seu campo fluido de atuação durante a Primeira República, consideramos que nas imbricações entre as práticas políticas e científicas, o funcionalismo público (hospitais, faculdades etc.) e os espaços privados (sociedades, tipografias, jornais, revistas, congressos etc.) constituíam ambientes de sociabilidade, onde médicos, farmacêuticos, engenheiros, historiadores, bacharéis em direito e outros profissionais podiam divulgar estudos e opiniões, movimentando-se no âmbito político sem necessariamente ocuparem cargos nos poderes executivo e legislativo¹¹¹. As ideias circulavam e atualizavam-se nestes espaços de sociabilidade intelectual, cujas opiniões eram materializadas em forma de texto impresso e na palavra proferida em tribunas, nas salas de aula, nos congressos, nas reuniões das sociedades profissionais ou nos encontros com os administradores públicos.

A proximidade entre intelectuais e política nos anos finais do Império foi estudada por Ângela Alonso a propósito da relação entre geração de 1870 e a dominação Saquarema. A autora considera que, no Brasil do fim do século XIX, as práticas e os discursos intelectuais e políticos atravessavam-se e confundiam-se de tal modo que seria difícil estabelecer uma distinção nítida entre campo intelectual e

¹⁰⁹ Virgílio Damásio ocupava o cargo de Vice-Governador do Estado na gestão de Hermes da Fonseca, substituindo-o no gabinete do executivo estadual entre 15 de setembro e 1º de novembro de 1890. Ver VIANNA, Francisco Vicente; FERREIRA, José Carlos. *Op. cit.* p. 138.

¹¹⁰ Ver NUNES, Antonieta Aguiar. O primeiro projeto de reforma educacional republicana na Bahia: os atos de Manuel Vitorino Pereira. Ensaio: avaliação, políticas públicas e educação, Rio de Janeiro, v.8, n.28, p.373-395, jul/2000.

¹¹¹ GOMES, Ângela de Castro. História, ciência e historiadores na primeira república. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Passos. **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X, Faoerj, 2010, p. 13.

político¹¹². Ângela de Castro Gomes parte de igual premissa e afirma que no emaranhado das relações políticas e intelectuais, é possível identificar uma relativa e crescente autonomia em ambos os lados. Segundo ela, a fronteira fluida e confusa entre os dois campos não distingue o Brasil, pois a Europa passava por semelhante no qual a própria definição da categoria de intelectual estava em processo de emergência¹¹³.

Dominichi Miranda de Sá avalia que os sentidos da categoria intelectual se remetem ao iluminismo e ao privilégio dos homens que tinham a Razão como guia a distingui-los e transformá-los em orientadores a iluminar e a indicar os caminhos seguros que a sociedade deveria seguir em direção à verdade¹¹⁴. No final do século XIX emerge a figura do intelectual engajado durante os conturbados acontecimentos em torno caso Dreyfus¹¹⁵, no qual, Émile Zola e a imprensa mobilizaram a França em um exaltado debate sobre a condenação do capitão Alfred Dreyfus, acusado de traição¹¹⁶. Certamente, o emprego de nomenclaturas variadas para as categorias profissionais ligadas às instituições de saber, como “elite letrada”, “homens de letras”, “eruditos”, “polígrafos” e “homens de ciência”¹¹⁷, demonstram a dificuldade de

¹¹² Ver ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹¹³ GOMES, Ângela de Castro. *Idem*.

¹¹⁴ Ver SÁ, Dominichi Miranda de. **A ciência como profissão**: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1835). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

¹¹⁵ Em 1894, o Serviço Francês de Informação relata a existência de uma carta anônima, oriunda da embaixada alemã em Paris. O material suspeito continha informações secretas, conhecidas apenas por oficiais de alta patente e sua autoria foi atribuída ao Capitão Alfred Dreyfus que, naquele mesmo ano, foi julgado e condenado ao degredo militar e a deportação perpétua. Em 1895 cumpriu sua pena. Foi degradado no Pátio da Escola Militar e, depois, levado prisioneiro à Guiana Francesa. A origem judia do oficial, a fragilidades dos indícios que instruíram o processo que levou o Capitão à condenação e o surgimento de novas provas inocentando Dreyfus serviram de argumento para intelectuais que questionavam a posição assumida pelas autoridades civis e militares no caso. Ver GUILLEMIN, Henri. Prefácio. In: ZOLA, Émile. **J'accuse...! A verdade em marcha**. L&PM Pocket, *E-book*. p. 3; BEGLEY, Louis. **O Caso Dreyfus: Ilha do Diabo, Guantánamo e o pesadelo da história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 17-126.

¹¹⁶ As páginas publicadas por Émile Zola em 13 de janeiro de 1898, no jornal L'Aurore com o título *J'accuse* foram inicialmente impressas em brochura. Porém, esse suporte não daria ao material o impacto almejado pelo autor. A imprensa exerceria, assim, a função de disseminar com retumbante eficácia a posição de Zola quanto ao julgamento do oficial de artilharia Alfred Dreyfus. Ao cair nas malhas da imprensa, o duvidoso caso jurídico que, segundo o escritor, era uma “vergonha estampada no rosto da França” teria uma grande repercussão na opinião pública francesa e o jornal dirigido por Ernest Vaughan aparecia para Zola como “um asilo, a tribuna da liberdade, na qual pude dizer tudo!”. ZOLA, Émile. *Op. cit*, p. 50.

¹¹⁷ Sobre a história do pensamento latino-americana e seus mediadores foram produzidos diversos estudos durante todo o século XX. A partir da década de 1940, o filósofo mexicano Leopoldo Zea liderou um movimento que tinha como projeto a criação de uma disciplina específica na área de história das ideias na América Latina que procurava analisar a produção intelectual local a partir de seus problemas concretos, de modo a valorizar a originalidade das ideias elaboradas no continente. Entorno desse projeto agruparam-se também o uruguaio Arturo Adão e o argentino Arturo Andrés Roi. No final da

demarcar um campo homogêneo, de tal forma a estabelecer uma identidade rígida para definir grupos tão diversos. Durante os primeiros anos republicanos no Brasil, esse conjunto sócio profissional se configurava de forma ampla e comportava trajetórias particulares. De certo, aqueles que estavam ligados ao mundo das letras procuravam responder questões em comum, tais como: o Brasil poderia se tornar moderno sem deixar de ser particular? Qual o futuro do país? Quais os caminhos seguros a seguir para que o Brasil ascendesse à civilização? Diante de tais problemas, a história deveria oferecer lições e os sábios formular orientações, servir como guia e fazer crescer uma República considerada infante¹¹⁸, cuja imagem aparecia quase sempre associada ao atraso.

No caso específico do tema tratado pelo presente trabalho, o alargamento da concepção atribuída às práticas políticas nos impõe à observação das variadas dimensões que envolvem os usos da ideia de política pelos profissionais da área médica na transição entre o século XIX e o XX. Entre elas, coloca-se o problema das relações entre o médico e a administração pública ou, mais precisamente, a busca de autonomia destes profissionais na relação com o Estado. Enquanto alguns profissionais flertavam com o poder instituído e ocupavam cargos de governadores, senadores, deputados, intendentos etc., outros preferiam demarcar um lugar específico que deveria ser ocupado pelo profissional em nome de uma pretendida neutralidade e autonomia do saber. Nina Rodrigues se incluía no segundo grupo, ainda que seu sogro José Luís de Almeida Couto gozasse de influência direta nas instituições políticas desde o período Imperial¹¹⁹.

década de 1970 essa concepção entrou em conflito com ideias oriundas do chamado “giro linguístico”. Nos anos de 1990 e no limiar do século XXI, as abordagens acerca da história dos intelectuais atravessam discussões sobre os casos concretos da cultura letrada em diferentes países da América Latina, enfocando seus mediadores, instituições, associações, atividades na imprensa, congressos, as formas imaginárias presentes nesses discursos, as afetividades, as intrigas, o cotidiano da cultura letrada, as redes mapeadas em documentos como cartas. Ver CARVALHO, Eugênio Rezende de. Leopoldo Zea e o movimento latino-americano. **Varia História**, Belo Horizonte/MG, v.26, n.43, p. 267-82, jan-jun/2010. _____. A dupla dimensão do movimento latino-americano de história das ideias. **Rev. Brasileira de História**, São Paulo, v.31, n.61, p.297-315, 2011.

¹¹⁸ Sobre dos jogos simbólicos que cercam os primórdios da Primeira República, cujos seus opositores definiam como uma criança ao lado da madura república francesa ver CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas** – o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 11-13.

¹¹⁹ Durante o Império, o Conselheiro José Luiz de Almeida Couto ocupou a Presidência das Províncias de São Paulo, em 1884, e da Bahia, em 1885 e 1889. Nina Rodrigues conheceu o seu futuro sogro quando estagiava na Santa Casa de Misericórdia. Em 1889 o jovem médico ingressou como lente 2ª cadeira de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Bahia, disciplina na qual Almeida Couto ocupava o posto de professor titular. Certamente, pode-se sugerir que o apoio do Conselheiro foi importante no início da carreira de Nina Rodrigues e que o casamento com D. Maria de Almeida Couto, ocorrido em 1893, teria lhe garantido prestígio entre os membros da elite baiana. Cf. MAIO, Marcos

Tal posição o aproximava de Silva Lima, para o qual o lugar ocupado pelo médico na administração da coisa pública deveria ser o do sábio orientador. A medicina coletiva, na qual podemos inserir ambos os médicos, baseia-se na possibilidade de orientar as decisões na área de saúde pública. Sendo assim, Silva Lima afirmava que a missão da “classe médica” “com a colectividade não é intervir na direcção dos negócios públicos, mas auxiliar os governos [...] com os conselhos da sua profissão e com o seu lidar continuo pelo bem-estar dos povos [...]”¹²⁰. O protótipo do médico apresentado por Silva Lima não é engajado e, nem tampouco, ausente da cena pública, figura como um especialista que se movimenta utilizando-se dos instrumentos fornecidos por seus conhecimentos técnicos. Nesse aspecto, a atividade do esculápio de Silva Lima se diferencia da ação do homem de letras tal como descreveu Tocqueville. Para este último, as ideias servem ao engajamento político e às mudanças radicais, uma vez que pensar e escrever significa um ato de paixão:

Espero ter escrito o presente livro sem preconceitos, mas não pretendo tê-lo escrito sem paixão. Nem seria permitido a um francês não ser apaixonado quando fala de seu país e pensa no seu tempo. Confesso que ao estudar nossa antiga sociedade, em cada uma de suas partes, nunca perdi completamente de vista a nova sociedade. Não quis ver unicamente o mal que matou o doente: quis ver também como este poderia ter se salvado. Fiz como os médicos que tentam descobrir em cada órgão destruído a lei da vida¹²¹.

Em primeira pessoa, Tocqueville refere-se à ação apaixonada do escritor durante os acontecimentos políticos que resultaram na queda do Antigo Regime na França, ao passo que, em outras circunstâncias, Silva Lima trata da função social do médico que ocuparia um lugar político delimitado, exclusivamente, pelo saber sem, no entanto, reduzi-lo à imagem do cientista encerrado em seu gabinete. Nas suas considerações sobre a carreira médica, defendia a ideia de que esse profissional ocupava um lugar de fala, cujo exercício constituía um dever, na medida em que sua atividade o impelia aos espaços públicos. O médico aparece, assim, como um conselheiro que se insere em posição privilegiada de neutralidade para emitir seus

Chor. A medicina de Nina Rodrigues: análise de uma trajetória científica. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.2, n.11, p.229-30, abr-jun/1995; CORREA, Mariza. Raimundo Nina Rodrigues e “a garantia da ordem social”. **Rev.USP**, São Paulo, n.68, p.132-33, dez-fev/2005-2006.

¹²⁰ LIMA, José Francisco da Silva. Terceiro Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia: discurso inaugural do presidente. **GMB**, Salvador/BA, ano XXII, n.4, p. 147, out/1890.

¹²¹ TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. 4.ed. Brasília/DF: EDUNB, 1997, p. 45.

pareceres e diagnósticos sobre assuntos que afetam a saúde pública. Esta pretendida imparcialidade deveria servir a uma vaga ideia de “bem comum”.

A ponderação de Silva Lima se referia diretamente às demandas que envolviam a associação entre medicina e política. A autonomia do exercício do saber médico estava em pauta, ao mesmo tempo em que este saber avançava por outros campos do conhecimento, como o Direito, e os seus membros buscavam definir a posição ocupada por eles nos jogos de poder tramados no âmbito das instâncias administrativas do Estado. Souza Lima localizava esse lugar na prática científica alijada das vicissitudes e paixões partidárias. Em suma, a ciência médica e seus profissionais deveriam atuar como uma das cabeças esclarecidas, cuja função seria orientar a ação dos membros dirigentes do corpo social. Certamente, a relação entre ação política e medicina possuía imbricações não expressas diretamente por Silva Lima, e os profissionais precisavam negociar com diferentes dimensões do político. Embora essa retórica sobre a autonomia profissional figurasse reiteradamente nos discursos de abertura dos primeiros congressos na área, parte significativa dos médicos que os prestigiavam exerciam influência política.

Mas, voltemos ao arranjo apresentado pela comissão executiva do evento que ocorria na capital baiana nos idos de outubro de 1890. A escolha dos seus organizadores não expunha somente as relações estabelecidas entre os médicos e a política administrativa do Estado em diferentes níveis nos anos iniciais da República, como, também, expressava as articulações das redes tramadas por esses profissionais que utilizavam as assembleias científicas como forma de exposição entre pares e de demonstração de adesão ao moderno, ao progresso e, portanto, ao futuro. Será enquanto uma forma de exibição desse desejo pelo moderno que se justificará a realização cada vez mais frequente dos congressos, como aquele que ocorrera na Bahia.

Os preparativos para a realização deste evento se encaminhavam desde o início do ano de 1890. No número de abril da Gazeta foram divulgadas as primeiras notícias que davam conta das normas gerais e, ao mesmo tempo, demonstravam certo entusiasmo dos organizadores, cuja motivação resultava, em grande medida, dos resultados alcançados nos dois Congressos precedentes:

Os brilhantes e fecundos resultados obtidos pelos congressos médicos, o vigoroso impulso que elles têm dado ao movimento scientifico em todos os paizes, sua incontestável utilidade em prol dos interesses profissionaes, e

especialmente o êxito feliz que obtiveram os dois primeiros congressos brasileiros nos animam a esperar que não serão baldados os esforços dos que empenham tão útil e patriótico commettimento¹²².

Com a expectativa de que a Bahia receberia médicos e farmacêuticos de várias partes do país durante dez dias, foram distribuídos convites, acompanhados pelo regulamento, estatuto e programa das questões, que deveriam ser publicados pela imprensa diária. A circular, com os estatutos, divulgada com as normas do 3º Congresso mantinha, quase na íntegra, as disposições definidas para o evento ocorrido no ano anterior que, de modo geral, reafirmava as diretrizes básicas celebradas no primeiro encontro, não apenas quanto ao objetivo geral de sua realização que declarava ser “contribuir para a união da Classe Médica estreitando laços sociais e científicos nacionais e estrangeiros”, quanto sobre assuntos práticos como o valor da taxa por participante, fixada em vinte mil réis¹²³.

Apesar disso, foram procedidas algumas alterações em relação ao regulamento inaugural de 1888, quanto à expansão do público que deveria tomar parte no encontro. Se inicialmente eram considerados membros interinos “todos os doutores em medicina que se inscrevam e paguem a contribuição”, nos encontros posteriores o perfil dos participantes se tornou mais abrangente para incluir a categoria dos farmacêuticos. A tentativa de ampliação do número de participantes se revela também quanto aos estrangeiros. Em 1888, os estatutos previam que os profissionais de outras nacionalidades que estivessem no país poderiam assistir e tomar parte nas sessões na condição de convidados. Na reformulação do ano seguinte determinou-se que os estrangeiros, residentes no Brasil ou fora dele, poderiam participar por meio de inscrição.

Se por um lado os responsáveis pela execução dos congressos criavam estratégias para ampliar o público participante – possivelmente sofrendo pressões de outras categorias profissionais que atuavam na área da saúde, como a dos farmacêuticos – por outro, a difusão e o sucesso desses eventos dependiam do trabalho exercido pela imprensa científica. Os periódicos atuavam não somente na divulgação prévia de suas atividades, mas, também, na reprodução futura de seus resultados. Os jornais cumpriam o papel noticioso, dando publicidade ao calendário, ao regulamento e aos principais acontecimentos ocorridos durante o período de

¹²² **GMB**, Salvador/BA, Anno XXI, n.10, p. 437, abr/1890.

¹²³ *Idem*, p. 437-45.

organização e realização dos eventos. Por outro lado, reeditavam os estudos divulgados nos congressos, fazendo circular certos temas considerados importantes por seus redatores. Na Bahia, a Gazeta Médica publicava nos seus fascículos textos e traduções de trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais, de modo a acompanhar o desdobramento e as polêmicas que suas discussões suscitavam.

À guisa de exemplo, evocamos este processo na intensa publicidade dada pelo jornal ao 10º Congresso Internacional das Ciências Médicas, ocorrido em 1890 na cidade de Berlim, cuja quantidade de participantes gerara controvérsias. Enquanto a Gazeta Médica divulgava que tomaram parte do evento aproximadamente cinco mil congressistas, corroborando informações publicadas em *La Semaine Medicaile*, a *Deutsche Medizinische Wochenschrift* estimava o montante de congressistas em seis mil e o *Le Figaro de Paris* elevava este número para mais de sete mil pessoas¹²⁴. A despeito das divergências numéricas, certo era que o encontro havia contado com grande público e havia unanimidade ao considerar aquele o maior congresso de medicina realizado no mundo até então. Contando com milhares de participantes e amplamente divulgado em jornais especializados e diários, este evento causou furor na área médica pela apresentação de estudos inovadores sobre o tratamento da tuberculose. A Gazeta Médica teve acesso aos textos das comunicações através do *Le Bulletin Medical* e, na edição de agosto de 1890, começou a veicular os trabalhos considerados mais relevantes pelos editores do periódico baiano. Sobre a pertinência da divulgação dos estudos apresentados em congressos científicos, o jornal anunciava ao leitor que:

A importância dos trabalhos apresentados esteve na altura da reputação dos sábios que tomaram parte no Congresso. Daremos com o possível desenvolvimento os trabalhos de mais importância e actualidade, a começar com este número pela conferência do prof. Lister sobre o estado actual do curativo de feridas¹²⁵.

O trabalho do estudioso inglês Joseph Lister sobre o tratamento antisséptico das feridas em procedimentos cirúrgicos foi publicado na seção *Revista*

¹²⁴ Ver LEDERMANN, Walter. El Progreso Médico y el Congreso de Berlim em 1890. **Rev. Chilena de Infectologia**, Santiago, v. 2, n. 22. p. 211-14, jun/2005.

¹²⁵ **GMB**. Salvador/BA, ano XXII, n.2, p.95, ago/1890.

de *Imprensa Médica* e precedeu a divulgação de outras três conferências: a apresentação de Adolphe Block, intitulada Patologia das afecções cardíacas de crescimento e de surmenage; o estudo do professor Bouchard, cuja tradução foi assinada por Nina Rodrigues sob o título de Ensaio de uma teoria da infecção, e a inquietante comunicação apresentada por Robert Koch acerca da descoberta da cura da tuberculose.

A excitação causada pelo anúncio do novo tratamento proposto pelo médico alemão e os seus desdobramentos estamparam várias páginas da GMB. Em Berlim, essa comunicação foi publicada na edição especial do *Deutsche Medizinische Wochenschrift* e na França foi reeditada pelo *Le Bulletin Medical*. O periódico baiano publicou o texto em novembro daquele mesmo ano na sessão de Patologia Geral. Tal como ocorrera com a versão do trabalho apresentado pelo professor Buchard, a tradução deste texto fora creditada à Nina Rodrigues.

Deste modo, ao leitor da *Gazeta Médica* não foi necessário participara efetivamente do congresso de Berlim para conhecer os resultados de algumas de suas comunicações. Deve-se ressaltar, ainda, que os assinantes e consumidores de números avulsos desta gazeta não estavam circunscritos apenas capital do Estado. O periódico circulava por outras localidades, no país e fora dele. Esse movimento ziguezagueante de difusão das ciências médicas integrava a *Gazeta Médica* aos circuitos da produção científica. Certamente, a escolha das traduções a serem feitas e dos textos que deveriam vir à lume no jornal participavam desse cambiante de deslocamentos. Os estudos traduzidos ali publicados passavam pelo crivo da Sociedade Médica da Bahia e, sobretudo, dos profissionais que editavam o periódico, àquela altura, dirigido por Pacífico Pereira. Essas seleções pontuavam o tipo de discussão que se pretendia promover e davam publicidade a algumas áreas de estudo como Higiene e Bacteriologia.

Num movimento de ida e volta, a ampla difusão de ideias e dos resultados de pesquisa, serviu de mote ao deslocamento de médicos em comissão científica, com destino à Europa para observar novas terapêuticas que seriam experimentadas no Brasil. Entretanto, nem sempre tais viagens contavam com auxílio financeiro do Estado. Foi assim que, na Bahia, a intensa divulgação dos resultados do estudo empreendido por Koch sobre a cura da tuberculose, coincidiu com o deslocamento do Dr. Gustavo dos Santos para a Alemanha, onde pretendia observar o novo tratamento e ensaiá-lo na Bahia. Médico assistente de Clínica Oftalmológica, o Dr. Gustavo

recebeu da Faculdade de Medicina a liberação temporária de suas atividades e se deslocou para a Europa às próprias custas. Enquanto isso na redação da Gazeta Médica, as notícias sobre a descoberta que deixou em polvorosa a área da saúde no mundo inteiro, foram veiculadas acompanhadas por sentimentos que variavam entre a apreensão e a curiosidade:

Está causando a mais viva preocupação o tratamento curativo da tuberculose anunciada ao mundo pelo eminente bacteriologista alemão Koch no Congresso de Berlim ultimamente realizado.

Até os últimos jornais científicos, ignorava-se ainda em que consistia realmente o tratamento. Guardava-se a maior reserva sobre o assumpto, a ponto dos próprios assistentes de Koch não conhecerem a natureza íntima de suas experiências¹²⁶.

O segredo, os mistérios, a pesquisa e a descoberta alimentavam vários números de jornais que maximizavam o potencial de difusão das atividades integrantes dos protocolos científicos, como os experimentos, os congressos, o exercício da clínica médica e as reuniões entre sociedades de ofício, fazendo circular ideias e legitimando autores que se convertiam em referências para o desenvolvimento de estudos na área da medicina. Souza Lima explicava da seguinte forma a pertinência da publicação de um comentário formulado por Lister ao tratamento de Koch e as controvérsias causadas por seu “remédio secreto” que, em dezembro de 1890, permanecia envolvido por mistérios:

Data-se de hontem, pode-se dizer, o tratamento curativo intentado pelo professor Koch para a tuberculose, a medicação a qual por brevidade pode ser chamada de kochiatria; não foi ainda revelada a natureza do medicamento, e já se tem escripto sobre o assunto com o que encher dezenas de volumes, taes são a importância do descobrimento, a soffregdão dos médicos em os conhecerem, e a ansiedade dos enfermos em gozarem das suas prometidas e anunciadas vantagens [...] Lister foi a Berlim, e na intimidade de dous espíritos superiores que se comprehendem, ouviu e viu o que Koch lhe pode dizer e mostrar, por si e pelos seus auxiliares acerca do seu novo e pasmoso invento. [...] Trasladando para nossas páginas a preleção do benemérito professor [Lister], julgamos prestar serviço aos nossos leitores, a quem não sejam porventura accessíveis os órgãos da imprensa médica inglesa que a publicaram em dezembro último¹²⁷.

¹²⁶ **GMB**. Salvador/BA, ano XXII, n.4, p.191, out/1890.

¹²⁷ LIMA, José Francisco da. **Patologia experimental: Lister e Koch**. *GMB*, Anno XXII, n. 7, Jan. 1891, p. 306-7.

Além do objetivo de tornar acessíveis aos seus leitores o mundo da ciência médica assaltado, vez em quando, por “pasmosos inventos”, a GMB não deveria deixar de evidenciar o quanto seus idealizadores estavam atentos às práticas modernas que envolviam a produção do conhecimento. Essa posição seria mantida mesmo quando a exposição de certa modernidade significasse a crítica severa à estrutura das instituições científicas no Brasil e à prática profissional de seus pares, acusados quase sempre de repetidores acríticos dos estudos europeus. Ora, mostrar-se moderno significava, sobretudo, dizer-se inovador, questionar os próprios postulados, duvidar das repetições e dos resultados divulgados no meio científico para propor a novidade. Neste império do novo, forja-se como fundamento da categoria ampla de modernidade a premissa essencial de que “o tempo passa”, acelera-se, rompe, evolui nos fados do progresso, “em uma briga onde há ganhadores e perdedores, os Antigos e os Modernos”¹²⁸.

Nesse sentido, não parece estranho que Nina Rodrigues, para se afirmar enquanto moderno, se confrontasse com a produção científica brasileira, utilizando a acidez de suas posições como um estilo à crítica. Por ora, é importante ressaltar a validade dos protocolos de cientificidade no ambiente científico, cujo exercício forjava e legitimava a fama dos “homens de ciência”, atribuindo-lhes um lugar nos anais da modernidade. Decerto, os caminhos que conduziam à vanguarda e ao mundo civilizado passavam necessariamente pela prova inequívoca do saber e da competência, expostas na participação de intelectuais em sociedades profissionais e científicas, nos congressos e nos periódicos especializados.

Os Congressos profissionais que, assim como as exposições científicas mobilizavam, na segunda metade do século XIX, uma rede de grupos industriais, instituições, de jornais e de sociedades científicas, estando integrados a um conjunto de relações que não se limitavam aos dias de seu funcionamento. Enquanto as exposições internacionais construía “o universo das mercadorias” fazendo a Europa deslocar-se para ver os objetos produzidos pela indústria e expostos e forma ruidosa¹²⁹, o prestígio dos eventos profissionais nas mais diversas áreas do conhecimento era crescente, e isso fazia com que se transformassem em “vitrines do

¹²⁸ LATOUR, Bruno. *Op. cit.* 1997, p.15.

¹²⁹ BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). **Walter Benjamin: Sociologia**. Org. e Trad. São Paulo: Ática, 1985. p. 36.

progresso”¹³⁰. Esses congressos científicos apareciam como ponto de encontro e constituíam lugar privilegiado para a exposição entre pares, no qual os rituais públicos da ciência eram celebrados por aqueles que ansiavam em mostrar-se atrelados à vanguarda dos acontecimentos, como se carregassem uma missão e um compromisso com o futuro, ao mesmo tempo em que estavam empenhados na promoção pessoal. Entre a retórica sobre o futuro e uma prática auto promotora reforçadas nos dias do congresso na Bahia, seus membros enfiaram-se em polêmicas de forma a protestar contra aquele que acreditavam ser o grande mal da ciência médica brasileira: a inércia da classe profissional, das instituições ou do Estado, sem se descuidar do eloquente elogio ao “avanço”, à “modernidade” e à “ciência”.

Precedidas pelas exposições nacionais da indústria, iniciadas no Campo de Marte no final do século XVIII¹³¹, as Exposições Universais, cujo ponto inaugural pode ser encontrado em 1851, com a realização do The Great of the Works of Industry of all Nations em Londres, se multiplicaram no decorrer da segunda metade do século XIX¹³². Se essas exposições universalistas agregavam à sua programação a organização de encontros científicos em diferentes áreas do conhecimento, com o avançar do século XIX e o início do século XX houve uma tendência crescente no sentido de separar os eventos gerais dos certames especializados¹³³. Tratava-se, nesse momento, de dar visibilidade e atribuir autonomia a áreas de saber na sua especificidade, atraindo um público ideal composto, sobretudo, por profissionais com interesses de atuação voltados para uma determinada área. Isso não afastava tais eventos da possibilidade de propor questões para a sociedade envolvente, e nem tampouco retirava seus membros da prática política, mas, usava um lugar específico de fala e interlocução entre os pares.

A proliferação de eventos dessa natureza pode ser percebida na quantidade de encontros médicos noticiados nas páginas da Gazeta Médica entre janeiro de 1888 e dezembro de 1891. Nesses quatro anos o periódico deu publicidade à dezesseis eventos, dos quais seis ocorreram no continente americano. A avalanche

¹³⁰ ALMEIDA, Marta. Congressos e exposições científicas: tema e fontes para a história. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (Org.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. p. 197-8.

¹³¹ BENJAMIN, Walter. *Op. cit.* 1985, p. 35.

¹³² FOOT HARDMAN, Francisco. **Trem fantasma**: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 60; KUHLMANN Jr. Moisés. Congressos profissionais no final do século XIX: ciência e política. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (Org.). *Op. cit.* 2010, p. 179.

¹³³ ALMEIDA, Marta. *Idem*, p. 200.

de encontros profissionais era de tal monta que somente na cidade de Paris, em 1900, foram registrados treze congressos internacionais que estavam, direta ou indiretamente, ligados à área médica e recobriam assuntos como odontologia, dermatologia, eletrografia e radiologia, psicologia, ciências da escrita, imprensa médica, antropologia pré-histórica, deontologia médica, higiene e demografia.

Isso demonstra que o aumento avassalador na quantidade de Congressos realizados era acompanhado por uma tendência crescente de particularização temática, especialmente em áreas que estavam em franco crescimento e atraíam cada vez mais adeptos. Não se tratava de um processo de fragmentação da ciência médica, mas de especialização desse saber de modo a garantir sua ampliação e demarcar os seus limites. Tal estado de coisas justificou a realização de eventos com temáticas bem definidas como, Congresso Internacional de Dermatologia de Paris, realizado em 1888 ou, ainda, o Congresso de Bacteriologia e Parasitologia de Berlim, ocorrido no ano seguinte. Sendo assim, enquanto os eventos se multiplicavam, o saber médico se afirmava, avançava sobre outros campos e os temas se distribuía por diferentes áreas de interesse, exigindo um público cada vez mais especializado.

Mas, ao lado dessa especialização de eixos temáticos verificados nos congressos internacionais, ocorria, também, a criação de eventos continentais e nacionais que teriam como função contemplar a especificidade dos problemas médicos presentes em diferentes lugares do mundo, de modo a especializar o conhecimento. Marta Almeida apresenta dados que reafirmam essa conclusão geral na realização de congressos científicos na América Latina. Segundo ela, a elaboração de circuitos e intercâmbios de conhecimentos de abrangência continental teve início em 1898, com a realização dos Congressos Científicos Latino-Americanos. Esses encontros congregavam profissionais de diferentes áreas como engenharia, direito, matemática, etnologia, ciências médicas etc. Os profissionais de medicina exerceram uma influência importante na organização de tais eventos que, posteriormente, engendraram a criação de fóruns específicos montados pelas sociedades médicas e denominados de Congressos Médico Latino-Americanos, cuja primeira edição foi realizada em 1900 no Chile¹³⁴.

¹³⁴ ALMEIDA, Marta. Circuito aberto: ideias e intercâmbios médico-científicos na América Latina nos primórdios do século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.13 n.3, p.737, jul-set/2006.

Antes dessa data, porém, verificamos a realização de congressos médicos nacionais em países latino-americanos no final da década de 1880. Além disso, nesse mesmo período, foram organizados fóruns de debates continentais sobre assuntos que interessavam diretamente a “classe médica”. Entre eles o Congresso Sanitário Americano, que teve lugar na cidade de Lima, no Peru, em 1888. Esses encontros nacionais e continentais integravam circuitos que conectavam protocolos do saber, eram legitimados pela ideia de que tais eventos constituiriam espaço privilegiado para a exposição, ainda que breve, dos problemas médicos específicos levantados em diferentes regiões do globo. Um desejo acumulativo do conhecimento obsedava os homens de ciência, conforme aparece destacado no noticiário da GMB:

Quando os congressos contribuem com uma prodigiosa somma de conhecimentos para o progresso científico geral, é indispensável que os congressos parciais de cada um dos países promovam o estudo das moléstias que lhe são peculiares, dos recursos therapeuticos que são próprios de sua hygiene, de todas as condições, em summa, que dão um caracter especial a sua pathologia therapeutica¹³⁵.

Ao organizar seus congressos parciais, as sociedades médicas de diferentes países participavam do circuito internacional que conectava a produção do conhecimento médico, de modo a colocar em exposição suas peculiaridades. Em conformidade com as conclusões de Foot Hardman acerca do exhibitio da burguesia industrial nas exposições universais e suas suntuosas parafernalias tecnológicas¹³⁶, podemos afirmar que a ciência médica legitimava um novo instrumento para o seu exhibitio. Qual seja: os congressos científicos que funcionavam como stands de exposição e circulação de estudos na área médica, assumindo formas universais e nacionais.

Sendo assim, além de constituir-se enquanto espaço para a apresentação de trabalhos científicos que colocava em evidência assuntos teóricos e práticos, os certames também funcionavam como fórum de exposição das vitórias e/ou mazelas profissionais. Razão pela qual, em seu discurso de abertura do congresso ocorrido na Bahia, Silva Lima não se furtou em fazer referência a um passado percebido como glorioso dos tempos de Wucherer e Paterson, em contraste com as dificuldades verificadas no presente, cuja caracterização foi feita sobre as marcas do atraso, que

¹³⁵ GMB. Salvador/BA, ano XXI, n.10, p.437, abr/1890.

¹³⁶ FOOT HARDMAN, Francisco. *Op. cit.*

revelavam dificuldades no magistério, na produção científica e no exercício da profissão médica no Brasil. Mas, ao futuro cabia um lugar honroso, afinal a “classe médica da Bahia” seria capaz de criar soluções para que fosse extirpado o “profundo sono da indiferença” que rondava o exercício da ciência médica no país. Durante a sessão inaugural do 3º Congresso, Silva Lima deu o tom desta missão da seguinte forma:

Cumpramos, pois, o nosso dever de baianos e de médicos; e honrando a essas tradições gloriosas, e a nós mesmos, fortalecidos pela confiança mútua que nos anima, e ligados fraternalmente pelas aspirações, intuídos e crença no auspicioso alvorecer de uma aurora de glória para a nossa profissão, encetemos firmes e resolutos os trabalhos do terceiro Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia¹³⁷.

A confiança no “auspicioso alvorecer de uma aurora de glória” para a medicina era a expressão mais aguda de que esses profissionais estavam particularmente preocupados com a autonomia e legitimação da “classe médica” e de seu saber, questão que esbarrava na incipiente produção científica nacional marcada, segundo eles, pelo mimetismo e pela inércia. Esse problema seria o resultado emblemático da sujeição da medicina oficial às deliberações monárquicas que, desde a primeira metade do século XIX, impedia o seu avanço em busca da originalidade e rumo ao progresso. Identificando as forças contrárias ao projeto de delimitação de um campo realmente profissional da medicina, os baianos procuravam mostrar que ocupavam um lugar de vanguarda. E não estavam sozinhos, pois os médicos cariocas recorriam, igualmente, a esse discurso para demonstrar seu desalinho frente à Academia Imperial de Medicina e que integravam a linha de frente da luta pela criação de uma prática profissional autônoma.

Esse propósito comum aglutinava, em um mesmo grupo, cariocas e baianos, profissionais que formavam uma rede de colegas de ofício, cujas trajetórias se cruzavam em diferentes momentos da carreira, havendo aqueles que gozavam de formação dupla, transitando entre a Bahia e o Rio de Janeiro durante os anos de formação, como é o caso de Nina Rodrigues. Apesar dos vínculos a unir os profissionais ligados aos dois Estados a textura dessas relações apresentava outras nuances de maneira a demonstrar os deslocamentos possíveis de tal identidade profissional. Para os baianos tornava-se importante, portanto, distinguirem-se dos

¹³⁷ LIMA, Francisco José da. Terceiro Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia – Discurso inaugural do presidente. **GMB**. Salvador/BA, ano XXII, n.4, p.159, out/1890.

médicos fluminenses para evidenciar não somente sua importância histórica como, também, denunciar suas debilidades econômicas. Não raro, lamentavam o contraste entre os vultosos recursos materiais disponibilizados aos médicos sul, especialmente destinados ao Rio de Janeiro, e a carência de condições reinante na Bahia. Não se tratava, portanto, de uma relação de oposição e exclusão, mas de diferenciação que pressupunha o trânsito entre os dois grupos. Significava, portanto, a construção de pontos de força, que se legitimavam ou não nas redes do conhecimento¹³⁸. Além de outros protocolos, tal rede de contatos era mobilizada a partir da publicação de artigos em periódicos e da participação em congressos científicos. No final do século XIX esses rituais funcionavam como instrumento privilegiado de encontro, debates e demonstração das afinidades e singularidades existentes entre os profissionais que atuavam em diferentes regiões do país.

Como já dissemos, partiu da capital do Império a iniciativa mais contundente para a realização dos primeiros congressos científicos na área, em fins da década de 1880. Antes disso, em 1878, os médicos paulistas Nogueira Cardoso e Cesário Mota tentaram organizar, sem sucesso, um certame nacional. Nem mesmo a aprovação de 23 teses encaminhadas para seus idealizadores impediu que o evento fosse abortado¹³⁹. Frustrada a primeira tentativa em São Paulo, coube à Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro (SMCRJ)¹⁴⁰ a concretização do primeiro Congresso em setembro de 1888.

A realização dessas assembleias representava uma tentativa da SMCRJ em criar um novo espaço de circulação de ideias que articulasse uma rede alternativa de profissionais em torno de questões sobre a teoria, prática e atuação social do médico, distante da tutela do estado monárquico, como ocorria no âmbito da Academia Imperial de Medicina. A criação do *Brazil Médico* em 1887, revista

¹³⁸ LATOUR, Bruno. **A ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. UNESP, 2000, p. 241.

¹³⁹ KUHLMANN Jr. Moysés. *Idem*, p. 182

¹⁴⁰ Segundo Chor Maio a SMCRJ foi fundada em 1886, inscrita em uma ma rede de instituições médicas não oficiais, críticas à “medicina da corte” e que se projetava como defensora da modernização científica e institucional da prática médica no Brasil. A sociedade procurava diferenciar-se da Academia Imperial de Medicina, inclusive, quanto aos seus critérios de admissão de sócios. Chor Maio afirma que o profissional interessado ingressava na sociedade através de convite ou indicação de um membro, sem a necessidade de apresentar um trabalho científico como ocorria na AIM. Em números, no ano de 1889 a SMCRJ contabilizava cerca de 200 membros. Ver FERREIRA, Luis Otávio; MAIO, Marcos Chor; AZEVEDO, Nara. A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa. **História, Ciências, Saúde— Manguinhos**, v.4, n.3, p.484-5, nov-fev/1997-1998.

hebdomadária que circulava aos sábados, e a realização dos congressos serviram de instrumentos para a divulgação e ampliação da produção científica nacional no campo da medicina e da farmacologia. Ao lado da imprensa profissional, os congressos especializados representavam, assim, uma nova forma de exposição das concepções e opiniões de médicos, não somente sobre assuntos teóricos da área, como também sobre questões que envolviam as instituições públicas e as atividades políticas¹⁴¹.

Na abertura do congresso sediado na Bahia, Silva Lima não deixaria de reconhecer o sucesso inesperado das duas edições anteriores do evento e o empenho dos médicos fluminenses na criação e organização desses certames, por ele denominadas de “assembleias dos homens de ciência”:

Estamos, pois, aqui reunidos para continuar o arrojado empreendimento da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro que nos dous precedentes congressos conseguiram no meio do geral desânimo despertar a classe médica do habitual e profundo sono da indiferença, e alcançar um triunfo que excedeu a sua própria expectativa¹⁴².

Embora as duas primeiras edições do congresso, realizadas na Corte, fossem consideradas um sucesso por seus realizadores e pelos médicos que organizaram o encontro na Bahia, Silva Lima e a GMB admitem que, em S. Salvador o evento não tivera a mesma sorte. Para presidente do Terceiro Congresso, o êxito verificado nos anos de 1888 e 1889 não se repetira no certame de 1890, entre outras razões, porque a classe médica baiana não vivia a efervescência verificada na capital. Silva Lima acreditava que o Rio de Janeiro reunia condições mais favoráveis para a organização desse tipo de encontro, visto que abrigava um maior número de profissionais, estimulados à ação científica pelas associações e pela imprensa. Assim, era possível aos cariocas o desenvolvimento adequado do gosto pelos estudos práticos e experimentais.

Além do perfil dos profissionais que ali atuavam, Silva Lima apontava a localização geográfica privilegiada do Rio de Janeiro como um dos fatores que facilitavam sua comunicação com os demais Estados mais prósperos, de modo a evitar transtornos com o transporte daqueles que tomavam parte no evento. Inserida ao norte da República, a capital baiana teria dificuldade de atrair congressistas dispostos a enfrentar os percalços de uma longa viagem. Sendo assim, o médico

¹⁴¹ *Idem.* p. 477-483.

¹⁴² LIMA, Francisco José. *Idem.* p. 148.

concluía que somente seria possível alcançar “esses, e até mais triunfos nos Estados do Sul, onde a prosperidade crescente se difunde por todas as classes e o movimento das engrenagens do progresso se comunica a todas as peças do maquinismo social”. Enquanto isso no Norte a situação era adversa, pois “há longos annos, sentimos minguar a seiva vivificante e saudável de outras eras, e crescer a debilidade anêmica de organismos em decadência que se sentem cahir em uma senilidade precoce”¹⁴³.

Na sessão inaugural do primeiro Congresso, realizado na corte e em presença do Conde D’Eu, Júlio de Moura atribuiu a realização do evento à necessidade de se realizarem reformas na prática e no pensamento médico brasileiro. Segundo ele, a concretização daquele certame ocorrera por um “inesperado impulso de vitalidade” da classe médica, como a expressão do “despertar de um somno prolongado de muitos annos”, sendo promotor da “remissão final da inércia e da indiferença que nos minava o organismo”¹⁴⁴. Os antônimos sono/despertar e morbidez/sanidade foram utilizados por Júlio de Moura e Silva Lima em suas considerações sobre o comportamento da “classe médica” no Brasil.

Todavia, enquanto o primeiro tratava de uma repentina vitalidade dos médicos fluminenses que despertavam de seu longo repouso, o segundo se referia ao adormecer dos médicos bahianos, incapazes de dar continuidade aos feitos antigos. O médico da Corte julgava que o Brasil entrava tardiamente no mundo da ciência e no “templo” dos “sacerdotes” médicos, preso ao passado patológico, análogo a uma “infecção antiga e desanimadora”, que persistia: “Só agora acordamos: só agora mui somnolentos, damos os bons dias aos cultivadores que já lavraram e já conseguiram semear os campos”¹⁴⁵.

O sono profundo apontado por Júlio de Moura em 1888, repetido em lamento por Souza Lima dois anos depois, se referia às realizações da medicina oficial vinculada à monarquia. Conforme já evidenciamos, os cariocas da SMCRJ desejavam mostrar-se como criadores de um campo alternativo de atuação profissional na área médica que desenvolveria suas ações sem o julgo do Estado. Devemos, entretanto, relativizar o alcance dessa retórica reiterada de autonomia, uma vez que essas

¹⁴³ *Idem*, p. 158.

¹⁴⁴ MOURA, Júlio de. Congresso de Medicina e cirurgia: discurso inaugural. **GMB**. Salvador/BA, ano XX, n. 5, p. 217-20, nov/1888.

¹⁴⁵ *Idem*.

sociedades precisavam manter relações diretas com órgãos e pessoas integrantes da estrutura institucional do Estado.

Por esse motivo, não causa estranhamento a presença do Conde D'Eu, genro de D. Pedro II na sessão de abertura do primeiro Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, realizada no Rio de Janeiro e, nem tampouco, a iniciativa do Imperador em custear a impressão dos anais contendo os trabalhos ali apresentados¹⁴⁶. Estamos diante de uma situação que torna visível a complexidade das relações entre intelectuais e Estado. Nesse jogo, os malabarismos de toda sorte são produzidos no sentido de fazer funcionar as sociedades médicas. Razão pela qual a SMCRJ se situava em oposição à “medicina da corte”, ao mesmo tempo em que não se podia recusar o apoio, ainda que circunstancial, dos representantes do império.

Devemos ressaltar outro aspecto importante na formação dessas sociedades e na organização dos congressos: a associação retórica de tais encontros às reuniões familiares, cujo intuito seria a manutenção e fortificação dos laços fraternais entre profissionais de uma área. Tal “família” estaria separada, a rigor, pela geografia e pela rotina de seus trabalhos, mas unida por uma prática em comum. Partindo dessa ideia, os congressos significavam uma oportunidade para esses profissionais-irmãos se encontrarem. A ideia de conciliação e convergência negociava com as querelas teóricas e conflitos por interesses particulares. Esse arranjo parece simples, mas ele é significativo para estabelecer conexões entre os profissionais médicos, de forma a aproximá-los, ainda que seus postulados se confrontem.

Em referência ao 10º Congresso Médico Internacional, Nina Rodrigues afirmava que na área médica o mundo inteiro se reunia na capital alemã¹⁴⁷. Podemos parafraseá-lo e afirmar que em meados do mês de outubro os profissionais da medicina nacional deveriam se encontrar em S. Salvador, pois o evento assumia como missão estreitar “ainda mais os laços da extensa família médica brasileira”¹⁴⁸. Todavia, não foi isso que se verificou durante o período de sua realização, uma vez que a esmagadora maioria de participantes do encontro residia na capital baiana.

A imprensa ocupava espaço privilegiado na propaganda e na difusão de ideias políticas, na crítica a burocracia do Estado Imperial nos anos finais do regime

¹⁴⁶ GOUVEIA, Hilário. Segundo Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia: Discurso na sessão inaugural pelo seu presidente. **GMB**, Salvador/BA, ano XXI, n.3, p.101, set/1889.

¹⁴⁷ NINA RODRIGUES, Raymundo. A Epidemia de Influenza na Bahia em 1890. **GMB**. Salvador/BA, n.XXII, n.12, p.550, jun/1891.

¹⁴⁸ **GMB**. Salvador/BA, ano XXI, n.10, p.437, abr/1890.

monárquico e na atualização do pensamento científico¹⁴⁹. Em fins do século XIX, grupos de profissionais ligados às sociedades médicas, vislumbravam na realização de congressos científicos a possibilidade de ampliar os instrumentos de circulação do conhecimento e de mobilização dos chamados “homens de ciência”. Esse ambiente novo de atualização, disputas e debates científicos estava em processo de formação e carecia de legitimidade. Não por acaso, o intento de afirmação de tais eventos está presente nos discursos proferidos durante as sessões inaugurais das três edições do Congresso de Medicina e Cirurgia.

As grandes exposições nacionais, continentais e internacionais já haviam se consolidado como espectro monumental da estética exibicionista moderna, não somente na apresentação das novidades industriais, mais como projeto imperialista, a expor protótipos coloniais, no “confronto dos mundos ocidental e exótico”, a colocar em contraste o presente/futuro das inovações tecnológicas, ao mundo idílico e estranho do outro colonial, inserido numa não contemporaneidade, lançado ao passado¹⁵⁰. Quanto aos fóruns acadêmicos de discussões, encontravam-se em processo de instituição e configuração.

Conforme afirmamos anteriormente, durante o certame realizado na Bahia em 1890 compareceu um número sensivelmente menor de congressistas, se compararmos com a quantidade de participantes presentes nos eventos anteriores. A ausência de profissionais de outras unidades federativas do país nas sessões – justificada por seus organizadores como resultante da mudança de regime político ocorrida em 1889, da falta de recursos das instituições instaladas no Norte e das dificuldades de transporte – demonstram a instabilidade desses encontros, sujeitos a contingências diversas. Na sessão de encerramento do 2º Congresso, ocorrida no dia 26 de setembro de 1889, a unanimidade quanto a escolha da capital baiana para sediar o evento não implicou no compromisso participação dos médicos do Sul.

O principal problema levantado foi a ausência de transporte. O médico Domingos Freire pediu a palavra e, dirigindo-se ao presidente da sessão, Hilário Gouvêa, afirmou: “eu acho realmente muito bom que seja na Bahia o próximo Congresso de Medicina e Cirurgia, mas, lembrando que a viagem é muito difícil, e que, por conseguinte, poucos membros do Congresso do Sul lá comparecerão...”. Algumas vozes reagiram dizendo que o Dr. Freire estava “fallando contra o vencido”.

¹⁴⁹ EDLER, Flávio Coelho. *Op. cit.*, 1998, p. 178.

¹⁵⁰ Ver HOBBSBAWN, Eric J. **A era dos Impérios – 1875-1914**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

Quando o assunto havia saído da pauta, uma voz insistiu: “e o transporte para Bahia?”. Reticente, o presidente, Hilário Gouvêa, afirmou: “Há que se cuidar disso”¹⁵¹. E ninguém mais tratou do transporte naquela sessão. Um ano depois a participação de médicos de outras regiões fora irrisória.

Além da dificuldade de transporte, alguns críticos da realização dos congressos científicos acreditavam que seria mais produtivo fazer circular impressos que, na forma de jornais e brochuras, cumpriam a função que os encontros de tal natureza pretendiam assumir. Em oposição a este argumento, Silva Lima afirmava que, mesmo diante de um público reduzido, sessões como aquelas ocorridas na Faculdade da Bahia apresentavam-se enquanto momento propício para que a “classe médica” se encontrasse e se mostrasse conectada ao mundo moderno, mesmo ao tratar de assuntos locais. Nesse sentido, afirmava que as “assembléias dos homens de ciência” deveriam ser vistas como “meios de propagar os conhecimentos científicos e de permutar as idéas”. O orador questionava os “mais indulgentes scepticos, para não dizer detratores” que consideravam inúteis tais encontros, uma vez que as associações já divulgavam seus trabalhos em livros e jornais.

Em sua retórica, Silva Lima estabelecia um inimigo ao qual pretendia confrontar sem, no entanto, identificá-lo diretamente. Aparecem, então, abstratamente designados os “detratores” ou os “pessimistas”. Tal virtualidade do oponente confrontado funciona, no discurso de abertura do Terceiro Congresso, enquanto dispositivo de legitimação de uma prática recente entre os médicos brasileiros: a instituição de encontros científicos, cujos frutos despertavam a desconfiança dos mais “céticos”. Dessa forma, Silva Lima rebatia críticas direcionadas aos resultados obtidos em eventos desse gênero, cujas discussões não renderiam.

Segundo seus “detratores”, os Congressos se organizavam de forma fragmentária, divididos por sessões, com pouco tempo para apresentação dos trabalhos (cerca de 20 minutos) e em comunicações conturbadas pela alteração de opiniões entre os participantes. A relação entre o tempo da exposição/intervenção no espaço tensionado entre a fala ancorada e o mundo do escrito esteve presente na polêmica da reunião de encerramento do Segundo Congresso, onde ocorreram

¹⁵¹ **Anais do Segundo Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia** – Medidas de saneamento para o Rio de Janeiro e outras cidades do Brazil - Assembléas geraes. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 128-9. (Primeiro fascículo). p. 125-132.

divergências durante a apresentação de trabalhos. O médico Furquim Werneck afirmava:

Eu acredito que não é da natureza dos Congressos essa discussão longa e interminável (Apoiados). Num congresso cada qual as suas conclusões em termos geraes. Falla-se perante um auditório selecto e illustrado, que comprehende as cousas ás meias palavras¹⁵².

O tempo breve, as contingências das falas e altercações constituíram um componente importante para o questionamento sobre a funcionalidade deste tipo de evento. A imprensa europeia, especialmente o jornal semi-hebdomadário *Le Figaro* de Paris, também polemizaram sobre a relevância dos congressos científicos no momento de realização do congresso internacional em Berlim. As críticas ao evento, para o qual a faculdade de medicina fora convidada¹⁵³, são vistas por Silva Lima como posicionamentos que ameaçavam esvaziar as “assembleias dos homens de ciência”:

Não me colloco ao lado d’estes pessimistas, e penso que os congressos bem organizados, com limitado numero de representantes ou delegados de Associações, de Academias, de Institutos sanitarios, dos corpos de saude de mar e terra, e mesmo de grupos de facultativos expressamente agremiados, e com tempo sufficiente para conferencias e discussões, seriam muito mais proveitosos do que os constituídos em condições oppostas; e não seriam acoimados de para pouco mais prestarem do que proporcionar diversões agradáveis, e distracções de sueto aos congressistas¹⁵⁴.

Enquanto Silva Lima defendia os encontros científicos frente aos “pessimistas” – mesmo apontando a existência de congressistas que enveredavam pelo caminho do lazer, do ócio e não da ciência – Nina Rodrigues positivava a realização de tais encontros, na medida em que assumiam como função comunicar o conhecimento médico para “a mocidade, sedenta de saber e estimulada de brios”. Para ele, o exemplo mais recente de tal êxito fora a realização do Congresso em Berlim, do qual participaram médicos de diversas nacionalidades que presenciaram a divulgação das novas descobertas no campo da bacteriologia. Esta última aparecia, para o “Dr. Nina”, enquanto uma promissora área de estudos “donde procedem os grandes progressos actuaes de todos os ramos da arte de curar”¹⁵⁵.

¹⁵² *Idem.* p. 127.

¹⁵³ O convite e os estatutos do evento foram divulgados pela GMB na edição fevereiro de 1890.

¹⁵⁴ LIMA, José Francisco da Silva. *Idem*, out/1890, p. 149.

¹⁵⁵ NINA RODRIGUES, Raymundo. A Epidemia de Influenza na Bahia em 1890. **GMB**. Salvador/BA, n.XXII, n.12, jun. 1891.

Nina Rodrigues acreditava, assim, que “não seria justo privar os congressos médicos de pugnar pelos princípios e pelas syntheses scientificas sem as quaes a medicina se reduziria a uma serie indigesta de factos mais ou menos bem observados”¹⁵⁶. Aqui o médico responde às críticas sobre o tempo diminuto e o caráter fracionado das comunicações uma vez que, em seu entender, a verificação de hipóteses, a observação de experimentos e a apresentação mais densa dos resultados obtidos pela pesquisa não competia aos congressos científicos. Afinal, o cientista encontrava-se em ambiente distinto do seu gabinete, da clínica ou do laboratório.

Durante alguns dias, médicos reuniam-se entre em um espaço destinado ao intercâmbio de ideias, bem como à autopromoção científica. A atualização, a curta duração de suas atividades, as sínteses e o trato de diferentes temáticas seriam características inerentes à configuração dos encontros científicos. Opinião sustentada por Silva Lima que afirmava: “um congresso não é, nem pode ser um laboratório de estudos práticos e experimentaes: não é uma enfermaria de clínica; nem tão pouco um amphitheatro de demonstrações”¹⁵⁷.

Isto é, tais eventos apresentavam-se como ambiente de exposições breves que faziam circular ideias, práticas e pessoas envolvidas com a ciência médica, de modo a conectar vários pontos de força em uma rede que se configuraria pelas utopias em relação vitória do mundo civilizado e a realização do almejado progresso do conhecimento científico. Mas que, além disso, alimentava os sonhos modernos de originalidade, construídos pelo desenvolvimento de estudos experimentais em espaços diversos.

Nesse sentido, os médicos brasileiros falavam na necessidade de construção de uma ciência nacional, forjada a partir de duas premissas básicas e convergentes: a primeira impõe ao médico-cientista a constante atenção e atualização quanto às modernas descobertas e metodologias formuladas pela inteligência das nações vistas como civilizadas. Em fins do século XIX, o método experimental se consolidava enquanto caminho seguro às demandas científicas e justificava a segunda premissa, cujo ponto fulcral residia na necessidade de se realizarem estudos originais, dedicados ao trato cuidadoso dos problemas locais e avesso ao mimetismo.

¹⁵⁶ *Idem*.

¹⁵⁷ LIMA, José Francisco da Silva. *Idem*, 1890, p. 150.

Sobre esse assunto, a SMCRJ divulgou, em 1888, uma circular justificando sua iniciativa para a organização de congressos anuais na área médica, reproduzida na GMB, na qual admitia que a realização de congressos científicos e o desenvolvimento das atividades de circulação do conhecimento pela imprensa especializada materializavam a construção de um “nacionalismo médico”:

A medicina Brasileira necessita constituir-se autônoma e independente. Urge que Ella se liberte dos velhos moldes que lhe tem fornecido o antigo mundo, e que se adapte convenientemente ao meio complexo e variado que lhe apresenta a pátria brasileira. Convém que os clínicos nacionaes – enveredando pela trilha do estudo e da observação atenda despida de preconceitos e idéas preformadas – encarem as condições climatericas, methereologicas, ethnicas, etc. que nos são peculiares, tirando ao mesmo tempo proveito da fauna e da flora riquíssimas que nos rodeiam. Convém que elles registram e transmitam os fructos sazonados de suas experiências e locubrações de maneira a servir de alicerces para o edificio da Medicina Nacional¹⁵⁸.

Na engrenagem da “Medicina Nacional” os clínicos deveriam produzir estudos originais baseados na observação das particularidades internas e, metodologicamente, vinculados ao método experimental. Os congressos, os jornais, as revistas e os livros faziam circular tais trabalhos e conferiam materialidade aos resultados pelas pesquisas. Os congressos e os impressos prestavam-se a atualização e mobilização das hipóteses e demonstrações científicas, assim como serviam de dispositivo para a divulgação das opiniões de letrados sobre problemas políticos, estruturais, profissionais etc.

Retornemos, então, aos dias em que teve lugar no salão nobre da Faculdade de Medicina da Bahia o 3º CBMC. Essa edição do certame recebeu o menor número de congressistas. No total foram contabilizadas 81 inscrições em 1890, contra 141 em 1888 e 153 em 1889¹⁵⁹. Como já afirmamos, o público participante do congresso em S. Salvador era formado, majoritariamente, por médicos baianos e, quase que exclusivamente, oriundos daquela capital.

Em suas sessões, fizeram-se presentes 22 profissionais, dos quais dois provinham de outros estados: o paulista Dr. Tibério d’Almeida, que participou da terceira sessão sobre cirurgia, com o trabalho Da frequência do ozena no Estado de São Paulo e o Dr. Havelburg, do Hospital de Lázarus do Rio de Janeiro, cuja

¹⁵⁸ GMB, Anno XIX, n.9, mar. 1888, p. 389-90.

¹⁵⁹ MELLO, Guedes de. Quarto Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia: Discurso do presidente do congresso. GMB. Salvador/BA, ano XXXII, n.3, p. 143-5, set/1900.

comunicação recebera o título de Estudos Bacteriológicos sobre as desinfecções das águas da City Improvements. A pouca “concorrência de médicos de outros Estados”, que no noticiário da GMB aparecia como resultante das “comoções políticas porque passa actualmente o paiz”, e a maciça participação dos bahianos repercutiram nas discussões ali empreendidas. A Bahia e suas moléstias físicas, psíquicas e urbanas estavam em pauta.

O evento contou com a apresentação de 25 trabalhos entre memórias, teses e notas, que contemplavam temas gerais da medicina, como patologia e clínica interna, passando pelos ramos da Medicina Legal, Psiquiatria e Higiene. O programa do Congresso estava organizado em seis sessões, distribuídas da seguinte forma:

Tabela 1 – Trabalhos aceitos no 3º CBMC

Sessões	Número de trabalhos
Medicina, Patologia Interna, Clínica Interna, Nevro-patologia, Psiquiatria e Pediatria.	6
Cirurgia Geral: operações e cirurgia de adultos e da infância	2
Cirurgia Especial: oftalmologia, obstetrícia, ginecologia e laringologia	4
Medicina Legal, Higiene e Geografia Médica e Ética Profissional	7
Farmacologia, História Natural, matéria médica e terapêutica	5
Dermatologia e Sifilografia	1

A menor concorrência de trabalhos ocorreu nas áreas de cirurgia e dermatologia. Nesta última, verifica-se apenas uma comunicação acerca da lepra, proposta e apresentada pelo Dr. Nina Rodrigues. Segundo o noticiário da GMB, nas seções do Congresso se destacaram as discussões sobre o beribéri, a utilização dos sais do alcaloide da quina, a abasia coreiforme e os problemas na área da higiene. A participação de Nina Rodrigues nas comunicações foi intensa, tendo exposto três trabalhos, cujos títulos eram os seguintes: *A abasia choreiforme epidêmica no Norte do Brazil*, *A epidemia de influenza na Bahia* e *A lepra na Bahia: a propósito da distribuição geographica da moléstia no Norte do Brazil*.

Outros congressistas também apresentaram mais de uma comunicação. Entre eles estavam Ezequiel de Britto e Vitorino Pereira, que expuseram dois trabalhos cada um. Essa era uma prática comum nos encontros científicos em todas as áreas. Muitos congressistas se valiam da posição que ocupavam no âmbito profissional e nas repartições públicas para submeter trabalhos que dificilmente seriam recusados¹⁶⁰. Dessa forma, na primeira edição do Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, a comissão executiva aprovou 28 teses, das quais contavam-se somente 17 proponentes. Os doutores Azevedo Sodré, secretário do evento, e Barata Brandão enviaram, cada um, quatro trabalhos, seguidos por Teixeira Brandão e Felício dos Santos, ambos com duas teses¹⁶¹.

Quanto às discussões suscitadas e natureza dos trabalhos apresentados, nota-se que não eram acolhidos apenas os assuntos específicos de clínica médica. Não raro, os debates insidiam sobre as condições estruturais das instituições públicas de ensino e de assistência no âmbito da medicina nacional. Deste modo, a inauguração do novo regime, cuja emergência resultou na criação dos Estados Unidos do Brasil, esteve presente nas discussões empreendidas em 1890 durante o congresso, associada a temas que colocavam em pauta as políticas públicas articuladas nos Estados, especialmente na Bahia.

No noticiário da GMB o evento assumia a posição de contraponto histórico à centralização política e apresentava nas sessões, desde o primeiro encontro, uma posição de intervenção, com a discussão de debates sobre temas referentes à higiene nas ruas, nos hospitais e nas escolas. Foi assim que, no congresso da Bahia os congressistas ofereciam diagnósticos sobre os onze meses de República.

Entre os problemas levantados durante o encontro figurava a polêmica acerca da reformulação do sistema de canalização na capital baiana. O Dr. Vitorino Pereira, na condição de deputado utilizou o espaço do encontro para questionar a contratação do serviço para a construção de esgotos. Em março de 1890, quando Vitorino Pereira ainda ocupava o executivo estadual, o Dr. M. Joaquim Saraiva, atendendo ao convite do governador provisório, apresentou à intendência um planejamento com vistas à reformulação do sistema de esgotos da cidade.

¹⁶⁰ Sobre a discrepância entre o número de trabalhos recebidos pela comissão organizadora dos congressos e a quantidade de autores. Ver NUNES, Sérgio. I Congresso Brasileiro de Geografia (1909): um “festival científico” no início do século XIX. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Passos. *Op.cit.*, 2010, p. 157-177.

¹⁶¹ **GMB**. Salvador/BA, ano XIX, n.12, p. 570-1, jun/1888.

O plano, acatado pelo Paço Municipal, foi apresentado como comunicação no Congresso de outubro, acusava o novo projeto de não se adequar à topografia de S. Salvador. O Dr. Saraiva apontava o disparate da proposta formulada pelos gestores, que pretendiam aproveitar parte da estrutura antiga sob a alegação de que não havia recursos suficientes para custear o plano desenvolvido no período do governo de Vitorino Pereira. A “assembleia dos homens de ciência” se convertia em ambiente de embates políticos.

A iniciativa de Vitorino Pereira e Manoel Saraiva se sustentava na autoridade referendada pela ciência em consonância com a apresentação de projetos políticos concretos. Enquanto isso, nas suas comunicações Nina Rodrigues se confrontava com a administração pública de forma mais abrangente e abstrata, tratando de assuntos como o ensino de medicina e o desenvolvimento científico na área. Valendo-se desse problema, na exposição acerca da manifestação da influenza na Bahia, Nina Rodrigues direcionava suas ponderações ao “governo deste paiz” com o objetivo de cobrar melhorias para as escolas médicas nacionais, cuja estrutura deveria se adequar às novas descobertas em áreas como a bacteriologia.

Sem embargo, além de fazer reparos ao governo republicano no trato do ensino das ciências médicas, essa comunicação foi utilizada pelo médico como momento propício ao elogio das recentes descobertas laboratoriais divulgadas por pesquisadores acerca dos seres minúsculos. Segundo ele, no estudo dos microorganismos projetava-se a medicina do futuro e os baianos não poderiam passar ao largo de tais conhecimentos, sob pena de permanecerem no “sono profundo” ao qual Silva Lima se reportava em discurso realizado por ocasião da abertura do congresso.

Estamos no ano de 1890, Nina Rodrigues era um iniciante na prática do magistério, havia pouco mais de dois anos terminara o curso de Medicina, em 1888 clinicava na cidade de São Luiz, aos poucos se envolvia nas atividades de promoção da imprensa médica. Na montagem de seu currículo e na promoção de uma autoimagem o trato de determinados temas era importante. Talvez por isso os três trabalhos que expôs no congresso baiano reportavam-se ao tema das doenças contagiosas, assunto que estava em voga nos meios médicos.

No conjunto das temáticas que apresentou no Congresso, Nina Rodrigues procurava demonstrar o seu lugar enquanto médico, partindo da análise de diferentes patologias, que tinham em comum o seu potencial epidêmico. Decerto, entre o suporte material que comporta texto escrito e publicado nos anais de um congresso ou

reproduzido em jornais, e a exposição oral do trabalho há diferenças. O espaço do texto escrito possibilita a construção de argumentações mais extensas ritmadas por referências longas, enquanto as comunicações apresentadas no 3º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, certamente, criava um ambiente diverso, refratário às apresentações longas. As sínteses estavam circunscritas aos 20 minutos destinados para cada exposição, conforme previsto no estatuto do evento. As formas assumidas por tais encontros e o conteúdo da discussão que se poderia travar eram questões a colocar em polos opostos os defensores da validade científica dos congressos e aqueles que duvidavam da utilidade de tais assembleias.

Como vimos, Souza Lima defendia os Congressos contra seus “detratores”, cujos argumentos se assentavam na inutilidade de um espaço que se ocupava de atividades já estruturadas em formato de periódicos e brochuras, Nina Rodrigues entendia a associação entre imprensa e congressos poderia articular um circuito de relações que aproximassem os médicos brasileiros, espalhados e isolados pelos Estados brasileiros. Isto é, os congressos e os impressos colocavam ideias em movimento, atualizando-as pelo confronto direto com novas proposições. Imprimir livros e revistas, comunicar-se com os pares em congressos com regularidade e formar sociedades científicas constituíam atividades que, para Nina Rodrigues, garantiam a existência de um meio científico. Segundo o médico, no Brasil tais signos de cientificidade estavam quase ausentes, existindo apenas como atividade isolada de indivíduos ou pequenos grupos:

Não pode existir meio científico n’uma sociedade em que não há permuta ou choque de idéas, onde não se defendem convicções científicas, onde cada qual limita-se a estudar apenas nos recessos dos gabinetes, os meios de fazer uma adaptação forçada dos trabalhos que importamos do estrangeiro¹⁶².

Nina Rodrigues identifica no isolamento, na indiferença e no mimetismo a patologia da classe médica brasileira. Uma crítica que assume o tom dos diagnósticos médicos, linguagem que permite o “Dr. Nina” tratar a classe médica brasileira como um paciente portador de uma patologia: a “esterilizante susceptibilidade hystérica e doentia”¹⁶³ que a impedia de ajustar-se ao progresso. Nesse arranjo, a prática profissional na qual não vigora a “troca” seria incompatível com a realização dos

¹⁶² **GMB**. Salvador/BA, ano XXIII, n. 2. p.94, ago/1891.

¹⁶³ *Idem*.

congressos científicos, pois estes serviriam a apresentação rápida e fluída a promover ideias e estudiosos. Na sessão de encerramento do segundo Congresso de Medicina e Cirurgia, o médico Abel Parente igualou estes encontros às sociedades médicas, com a diferença de que o Congresso “funciona anualmente”¹⁶⁴. Em Nina Rodrigues, o paradoxo do tempo dos médicos brasileiros estaria exatamente na recusa ao trabalho mais contínuo e menos ruidoso das associações. Assim, enquanto os congressos proliferavam-se, a Sociedade Médica fenecia e os laboratórios esvaziavam-se.

2.3 As temporalidades do impresso

O escritor é sempre um leitor que se apropria e reatualiza a escrita dos outros pelo consenso ou pela polêmica. Os esquemas conceituais e as categorias que balizam a escrita de Nina Rodrigues perpassam as apropriações de outras narrativas e conceitos. Nesse sentido, o texto é consumido pelo leitor que reinventa sentidos para a narrativa, forjando algo diverso e particular daquilo que era a intenção prévia do produtor. Segundo Roger Chartier, o leitor “combina fragmentos e cria o desconhecido no espaço organizado” do texto produzindo apropriações que se inscrevem em uma pluralidade indefinida de significações¹⁶⁵. O leitor/autor transita na textura da escrita e reatualiza conceitos e ideias, como um nômade que recria na sua obra as incursões feitas no texto dos outros.

Os vários momentos da leitura instauram, portanto, uma alteridade, e constituem práticas encarnadas por gestos e hábitos que demarcam as comunidades de leitores. Sobre esse ponto Chartier afirma que o gesto da leitura é “limitada pelos códigos e convenções que regem as práticas de uma comunidade de dependência”, assim como é “limitada, também, pelas formas discursivas e materiais do texto lido”¹⁶⁶.

No âmbito da produção científica o exercício de escritura e leitura materializa experimentos, hipóteses, opiniões, conclusões, polêmicas etc. Mediante o uso dos dispositivos textuais impressos como jornais, anais, brochuras e teses o “homem de ciência” estabelece nexos e se coloca em comunicação direta com seus

¹⁶⁴ **Anais do Segundo Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia** – Medidas de saneamento para o Rio de Janeiro e outras cidades do Brazil – Assembléas geraes. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 128-9. (Primeiro fascículo). p. 127.

¹⁶⁵ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1980.

¹⁶⁶ CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa dos séculos XIV e XVIII**. Brasília: Ed.UNB, 1994, p. 14.

pares. Decerto, além desses materiais impressos, intencionalmente realizados com finalidade de serem divulgados, diversos outros escritos, tais como cartas, rascunhos e anotações que permitem observar o cotidiano das práticas científicas, os projetos, as seguidas revisões.

Entretanto, não trataremos aqui de tais documentos produzidos para permanecerem privados. Discutiremos as inscrições públicas, depuradas pelas seleções do escritor, editor ou tipógrafo. Sendo assim, para o estudo que ora desenvolvemos interessa analisar as incursões de Nina Rodrigues no âmbito da imprensa especializada e diária, não apenas como produtor de artigos científicos, mas como leitor, tradutor e editor de periódicos.

Nina Rodrigues teceu considerações sobre a força e o alcance dos periódicos na passagem do século XIX para o XX. Os impressos figuravam como dispositivos de comunicação do saber, instrumentos de ação política e, em outros momentos, enquanto material perigoso à serviço das manobras dos doutrinadores radicais. Ao lado da crença positiva de que a imprensa movimentava ideias por meio de periódicos especializados e dos jornais diários, situava-se o pavor em relação à imprensa produzida por indivíduos considerados por Nina Rodrigues como fanáticos, cujos jornais disseminavam ideias subversivas, capazes de manipular assecclas para sua causa. Entre o encanto e o pavor pelo impresso havia em comum a concepção de que a atividade jornalística estabelecia uma dinâmica de difusão acelerada de ideias, capaz de estabelecer versões provisórias e rapidamente atualizadas em notícias, artigos e colunas, cujo alcance excedia a força de disseminação do livro.

Na materialidade dos impressos o tempo movimentava-se apressadamente, sempre no ritmo da novidade, das informações reiteradas e revisadas. A provisoriedade das páginas impressas e o fluxo contínuo de novos números comportavam funções pedagógicas paradoxais: ao mesmo tempo em que servia à formação dos homens de letras e de ciência, poderia funcionar como instrumento para o suggestionamento de fanáticos e jovens exaltados com acesso à leitura. Nina Rodrigues apresenta a duração do processo escrita/leitura em um ritmo temporal semelhante à oposição saúde/doença. Estamos, pois, tratando da ação de um médico que, como muitos de seus coetâneos procurava encontrar soluções quase terapêuticas para situações sociais identificadas como problemáticas.

Os problemas entendidos como patologias avançavam paulatinamente, fazendo definhir o corpo doente. Cabia ao homem de ciência entender os ritmos

desse movimento e apontar possibilidades para revertê-lo. Em sua atividade de produtor e editor de artigos e colunas, Nina Rodrigues julgava que a imprensa sofria de dois males: o primeiro referia-se produção e recepção dos jornais radicais, capazes de instalar e fazer proliferar suas ideias como uma patologia feroz, conforme constamos acima. O segundo deles tratava especificamente das debilidades apresentadas pela imprensa médica no Brasil, em especial na Bahia.

Em ambos os casos o médico aponta a existência de uma situação anômala, instalada como uma doença minando aos poucos a concretização do Brasil civilizado e saudável. Não por acaso, o médico considerava o poder de sugestão dos jornais e de seus líderes como uma expressão do tempo patológico, que tal qual uma doença física se instalava gradualmente na imaginação dos sujeitos impressionáveis, incitando-os paulatinamente ao ato criminoso.

2.3.1 Bispo, antes de tudo um fraco: notas sobre o tempo patológico dos textos

Em 1899, na Revista Brasileira, órgão de divulgação científica voltado para leitores em geral, Nina Rodrigues publicou um texto intitulado O regicida Marcellino Bispo, no qual analisou os crimes arquitetados através da confabulação entre dois indivíduos. Nesse artigo, o médico procura apresentar suas hipóteses acerca da natureza epidêmica da loucura coletiva que tem como embrião a associação entre duas pessoas. Baseou-se em teorias sobre as patologias da multidão, partindo da história do alagoano Marcellino Bispo de Mello, assaz leitor do jornal O jacobino. O problema central deste estudo está no poder de sugestão oferecido pela imprensa e por líderes carismáticos sobre indivíduos “passivos”, diagnosticados como naturalmente propensos a desenvolver hábitos criminosos. Eis o caso do alagoano que atuava como anspeçada no Exército e fora aluno da Escola Militar, que tinha por hábito ler jornais e escrever poesias.

De súbito, um tumulto irrompe durante a celebração militar organizada no Arsenal de Guerra, para recepcionar dois batalhões que atuaram na campanha militar contra os seguidores de Conselheiro. O evento festivo, que teve lugar na capital da República em 5 de novembro de 1897, contava com a presença de Prudente de

Morais, a quem interessava mostrar a força do governo civil frente às supostas ondas “restauradoras” da monarquia e a radicalização dos grupos florianistas¹⁶⁷. Durante a cerimônia de celebração dos feitos bélicos que arrasaram o arraial de Canudos – cujos resultados deveriam se transformar em exemplo da reação enérgica do governo frente aos grupos monarquistas – Marcelino Bispo avançou sobre o mais alto mandatário do país carregando uma garrucha em punho.

Porém, a arma falhou e, em defesa do presidente, oficiais lançaram-se na direção do agressor com o objetivo de contê-lo e levá-lo preso. Na confusão, o anspeçada acabou por ferir mortalmente com um punhal Carlos Machado Bittencourt, ministro de Guerra. Para Jaqueline Hermann, o atentado malogrado e a morte do ministro resultaram na transformação de Prudente de Moraes em herói e na desarticulação dos discursos radicais de oposição ao seu governo¹⁶⁸.

O evento ocorrido naquele dia 5 de novembro de 1897 ganharia rapidamente as páginas dos jornais da capital federal e as investigações para apurar o caso deram conta de uma ampla conspiração planejada por militares de diversas patentes com o fim de planejar o assassinato de Prudente de Moraes e de outros políticos ligados a ele. Sobre essa questão, Jaqueline Hermann sugere que o alcance da conspiração foi supervalorizado pelo então presidente por meio de instrumentos como a mídia impressa, de maneira a exacerbar o perigo representado pelos conspiradores jacobinos, assim como já havia feito com os supostos monarquistas de Canudos¹⁶⁹.

No dia seguinte ao atentado os jornais do Rio de Janeiro reforçaram a ideia de que o atentado causara comoção nacional, pois teria como vítima direta a

¹⁶⁷ HERMANN, Jaqueline. Canudos destruído em nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. **Tempo**, Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, p.104, 1996.

¹⁶⁸ Os anos iniciais da República foram marcados pela agitação política, protagonizada pela disputa pelo poder entre diferentes grupos. Aos primeiros governos militares sucedeu o paulista Prudente de Moraes, eleito com o apoio dos cafeicultores pelo Partido Republicano Federal. O primeiro Governo civil que chegava ao poder depois de instalada a república viveu momentos conturbados e teve que lidar com os ataques oriundos de diferentes grupos. De forma concreta, sofria oposição dos “restauradores” monarquistas, para os quais a instabilidade experimentada pelo governo poderia resultar na retomada do poder por militares. Enquanto isso, os “jacobinos”, que se fortaleceram politicamente desde a Revolta da Armada, desconfiavam do governo e acreditavam que sua fragilidade pudesse criar um ambiente propício para a atuação e vitória dos restauradores. O sucesso final da operação militar contra Canudos teria desestabilizado as movimentações desses grupos e conferindo legitimidade ao governo de Prudente de Moraes. COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. p. 396-7; GONES, Amanda Muzzi. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 290, jul-dez. 2008.

¹⁶⁹ HERMANN, Jaqueline. *Idem*.

estabilidade das instituições legitimadoras do governo civil de Prudente de Moraes. Seguindo esse tom panfletário e ufanista, a *Gazeta da Tarde* e o *Jornal do Comércio* qualificavam o “nefando atentado” da seguinte forma:

Num só movimento de surpresa e de indignação o povo brasileiro estremece ante a pungentíssima tragédia de ontem. (...) Continuaram hoje as manifestações de pesar pela morte do marechal Machado Bittencourt. Todas as classes sociais têm demonstrado seu sentimento: é geral o luto na cidade. Muitas casas comerciais cerraram as suas portas; as repartições públicas encerraram o expediente, conservando-se hoje fechadas; as redações de todos os jornais içaram bandeiras a meio pau; deixaram de funcionar teatros¹⁷⁰.

Se o abismo tem o encantamento da atração, o crime é um ensinamento e um incitamento para outro crime. Oxalá que o nefando atentado de ontem encerre com o seu pesado luto este ano nefasto em que nas ruas desta capital assaltaram-se e saquearam-se as casas particulares, se tinha opiniões adversas às instituições, era garantido o seu direito de trânsito pelas leis da República¹⁷¹.

As notas publicadas em ambos os jornais explicitam a utilização da imprensa pelo governo e por seus partidários com o objetivo de combater os grupos opositores. Entretanto, para Nina Rodrigues a máquina jornalística não teria papel decisivo apenas na divulgação do ocorrido, mas, em sua gestação. No diagnóstico acerca do estado de saúde mental do agressor, o médico apresentava o homem responsável pelo atentado à Prudente de Moraes como um jovem de 22 anos, cujo ato, cometido em pleno ritual de celebração da república vitoriosa diante dos alegados últimos redutos da monarquia, fora arquitetado pela influência de um “violento propagandista”. Sugestionado, Bispo converteu-se “no mais inconsciente instrumento do crime”.

Para o professor de medicina da Faculdade da Bahia, o caso de Marcellino Bispo transformava-se em objeto de análise médica e conferia a seus atos um indício inequívoco de comportamento patológico. Sendo diagnosticado, portanto, enquanto degenerado inferior que funcionou como massa de manobra para os planos golpistas do meticuloso Deocleciano Martyr. Este último foi um Florianista radical, ex-integrante do *Batalhão Tiradentes*, presidente do *Clube dos Jacobinos* e do *Partido do Jacobino*,

¹⁷⁰ **Gazeta da Tarde**. Rio de Janeiro, 6 de nov/1897.

¹⁷¹ **Jornal do Comercio**. Rio de Janeiro, 6 de nov/1897

publicava suas ideias em um pequeno jornal, alcunhado de O Jacobino, do qual foi criador e exercia a função de redator-chefe.

O impresso de caráter panfletário colocava em circulação as propostas e as bandeiras de luta dos chamados “jacobinos”, um grupo radical de composição diversa, cuja maioria dos participantes era oriunda dos setores militares, embora contasse com o apoio de intelectuais e políticos ligados às oligarquias estaduais¹⁷². Para Nina Rodrigues, a leitura de O Jacobino alimentou o fanatismo inerente de Bispo em torno dos projetos políticos de setores do Exército, crenças na existência de uma missão política para a nação, qualificada pelo médico como “falsa ou exagerada”. Posicionando-se contra os “jacobinos”, Nina Rodrigues concluía que as proposições desse grupo político, de atuação efetiva no Rio de Janeiro, foram passivamente incorporadas pelo “degenerado hereditário”, mestiço de índios do antigo aldeamento Urucu, situado em Alagoas”. A descrição dos médicos da polícia designados para avaliarem Bispo na prisão diferia ligeiramente daquela oferecida por Nina Rodrigues. Para estes, o prisioneiro era um homem de: “estatura mediana, pardo, quase branco, de dentes alvíssimos e musculatura vigorosa”¹⁷³. O sujeito “quase branco” descrito no relato médico-policial era de ascendência indígena, herança ressaltada por Nina Rodrigues para provar, de forma causal, a predisposição de Bispo à sugestão. Além disso, em análise das fotografias e gravuras nas quais aparecia o assassino suicida, o médico apontava um indício de que fora Bispo, essencialmente, um degenerado: a proeminência de sua mandíbula. Um dos estigmas físicos que, acreditava-se, indicava predisposição criminosa ou mórbida. Assim, Nina Rodrigues partia dos modelos de E. Régis e procurava vestígios a fim de enquadrar Bispo na categoria dos “regicidas” típicos. Isto é, o médico recorreu a bibliografia sobre os assassinos de líderes políticos com o objetivo de investigar a regularidade de comportamentos patológicos e estigmas degenerados condicionantes da ação criminosa e violenta contra aqueles que estão no centro do poder, tais como Reis e Presidentes. Estaria, então, Bispo encaixado nesta categoria por critérios de idade e por laços hereditários. A natureza psíquica degenerada se expressaria, dessa forma, pelo desequilíbrio mental (Bispo seria, antes de tudo, um fraco), instabilidade doentia (sempre em fuga, fugiu de casa aos 15 anos e não se fixava em trabalhos e lugares), misticismo exacerbado e

¹⁷² HERMANN, Jaqueline. *Idem*, p. 97.

¹⁷³ **Gazeta da Tarde**. Rio de Janeiro, ano XVIII, n.15, p.1, nov/1897.

disposição para executar o atentado (cujo epílogo fora o suicídio do assassino). O médico resumia da seguinte forma o itinerário do regicida:

Tendo chegado ao Rio de Janeiro um anno antes do crime, Marcellino Bispo, que trazia na sua degeneração inata a predisposição para a exaltação mystica, e na sua preferência pela carreira militar o germen da orientação para o fanatismo pelo exército e pelo marechal Floriano, já antes de conhecer era um sujet passivo de sua sugestão jornalística¹⁷⁴.

Com “tendências sonhadoras e poéticas”, o “leitor/degenerado” de O Jacobino, foi definido por Nina Rodrigues como detentor de uma personalidade passiva e súcuba. Feminina, tal qual o demônio das lendas medievais que à noite visitaria homens para com eles copular, causando-lhes pesadelo. Bispo seria, dessa forma, femininamente predisposto a constituir-se em “prisioneiro moral do primeiro aventureiro”. O médico descreve da seguinte maneira a personalidade de Marcelino Bispo:

Inteligência acanhada, instrução rudimentar, affectividade mórbida que lhe abria o coração a todas as sugestões em que entrasse uma solicitação de aparência generosa aos seus ideais confusos de grandeza pátria, facilmente convertido pelo ambiente em um fanático do marechal Floriano, e possuindo toda a violência agressiva de um degenerado e hereditário, estava ele admiravelmente talhado para se constituir prisioneiro moral do primeiros aventureiro de habilidade e sem escrúpulos, que delle quizesse fazer um instrumento perigoso explorando essas tendências sentimentaes¹⁷⁵.

Nina Rodrigues julgava que, enquanto Bispo agia como um súcubo criminoso de comportamento mental passivo, frágil, ascendente e facilmente manipulável, propenso ao fanatismo, Deocleciano Martyr, também classificado como criminoso e degenerado, ocupava posição oposta. Teria personalidade dominante, ocupava o lugar do íncubo, personagem mítica que perturba o sonho das mulheres com as quais copula. Não deixa de ser curiosa a referência ao íncubo e ao súcubo da lenda que, durante muito tempo, serviu para explicar a loucura através do demônio e sua influência sobre os possessos e as feiticeiras¹⁷⁶, aparecerem nos textos de estudiosos do século XIX, tão ciosos da racionalidade e opositores de explicações

¹⁷⁴ NINA RODRIGUES, Raymundo. **As colectividades anormaes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939, p. 178.

¹⁷⁵ *Idem*. p. 168.

¹⁷⁶ Ver FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

místicas e, antes disso, nas considerações de Abroise Paré e Robert Burton¹⁷⁷. Mesmo que buscassem fazer o contraponto a uma explicação espiritual das patologias mentais transformando as imagens do íncubo/súcubo em delírio, não deixavam de transitar por uma linguagem mítica¹⁷⁸. No caso de Nina Rodrigues, a referência às figuras demoníacas do súcubo e ao íncubo assumia caráter metafórico e servia para diferenciar a personalidade de dois criminosos. Sendo assim, enquanto Bispo encarnava a figura dos seres passivos, Martyr era a representação do sujeito patológico ativo, de personalidade masculina e destituída de escrúpulos, conhecedor das artimanhas da manipulação. Nas palavras do médico:

O íncubo é um indivíduo trefego, irrequieto e astuto que, exagerando os sentimentos nativistas e radicaes dos grupos políticos exaltados da Capital Federal, tornou-se um centro de propaganda para as reações mais violentas, desenfreadas, ferozes mesmo, já contra o elemento estrangeiro da população, já contra quem quer que não comungasse na temperatura rubra das suas opiniões políticas.(...) Intelligente, astuto, de actividade surprehendente, reunindo consummada habilidade à mais completa ausência de escrúpulos, conseguiu, na phase tensa e agitada que atravessa o espírito público, parecer representante genuíno, e desinteressado, embora de um nativismo feroz e intransigente, bem como partidário exaltado e convicto das vantagens da supremacia militar em que para os extremados reside toda a esperança da salvação pública. (...) Os proventos que adquirira na luta contra a revolta de 6 de setembro, mostrara-lhe naturalmente como podia ser fecunda a exploração do entusiasmo que provocou na mocidade das escolas civis e militares a oposição tenaz e vencedora do marechal Floriano Peixoto. E Diocleciano Mártir pleiteou a chefia dos sentimentos florianistas, fazendo tudo para desvirtual-os, convertendo-os numa seita intolerante¹⁷⁹.

Na condição de redator-chefe de O Jacobino, Martyr teria manipulado, então, o fanatismo latente de Marcelino Bispo. Nesse caso, o jornal apresentaria um poder de convencimento e rapidamente disseminaria ideias consideradas perigosas a um público manipulável, composto por jovens exaltados e homens degenerados que, por ventura soubessem ler. O hábito da leitura de jornais fora destacado pelos policiais que interrogaram o Bispo na cadeia. Frequentando o mundo da leitura fluída dos jornais, o preso se dizia inocente e revelava, segundo a polícia, “alguma inteligência, rebatendo com argumentos certas objecções que fazem as suas negativas”¹⁸⁰. Bispo

¹⁷⁷ Ver ROSAS, Paulo da Silveira. O dilema da psicologia contemporânea. **Rev. Psicologia e profissão**, Brasília/DF, v.30, n. esp., p.42-90, 2010.

¹⁷⁸ Ver LACAN, Jacques. **O Seminário, Livro 10: A angústia**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

¹⁷⁹ NINA RODRIGUES, Nina. Op. cit. 1939, p. 167-8.

¹⁸⁰ Gazeta da Tarde, *Idem*, p. 1.

aparece em Nina Rodrigues como um receptor facilmente seduzível por ideias sentimentais transformadas em texto panfletário.

Leitores perigosos, seduzíveis por estímulos vários, de cérebros acanhados, de mentes débeis, de compreensão inautêntica, indivíduos sem qualidade que, uma vez colocados frente à multiplicidade de excitações textuais e imagéticas, representavam um perigo para as elites tradicionais e para a paternal crítica social, angustiadas diante da “circulación de essas formas inéditas de experiencia vivida, capaces de darle a qualquiera que passara por ahí, a cualquier visitante o letora los materiales susceptibles de contribuir a la reconfiguración de su mundo vivido”¹⁸¹. Nestes termos, Jacques Rancière analisa o debate no século XIX sobre a natureza da recepção e apropriação de textos, com a proliferação dos leitores não ideais como o nosso Marcellino Bispo, de origem, de corpo, de cérebro, enfim, de lugar totalmente opostos à representação de uma elite letrada. O perigo da leitura patológica e desvairada através dos romances fora ressaltada pelo médico Pedro Napoleão Chernoviz¹⁸². Tal como os leitores perigosos entravam em contato com os romances que se espalhavam pelos folhetins em periódicos, o Marcellino descrito por Nina Rodrigues encontrara estímulo na leitura dos jornais, e os lia como uma figura deformada, vinda do mundo dos não-leitores, passivo, ingênuo, manipulável pelas letras redondas, incapaz de ação refletida.

Para Nina Rodrigues, a presença estimulante do mundo das letras diferia o caso de Marcellino Bispo daquela ocorrida com a disseminação epidêmica do delírio nas multidões, como teria ocorrido em Canudos, no qual os líderes carismáticos e vesânicos sugestionam séquitos de fanáticos iletrados em peregrinações, jejuns, formavam sociedades com Leis particulares etc. No âmbito dos crimes políticos, a disseminação de ideias peregrinava com as páginas impressas, com a escrita, com a letra, influenciando leitores atavicamente delirantes. Sobre a produção e o consumo das páginas impressas no jornal carioca, Nina Rodrigues não tergiversava e concluía: “Pois bem, O Jacobino de Deocleciano Martyr tinha seu público, todo indicado pela grande lei da segregação social: era escrito para os Marcellinos Bispos”. A predisposição físico-hereditária associava-se, assim, às questões propriamente

¹⁸¹ RANCIÈRE, Jacques. **El espectador emancipado**. Buenos Aires: Manantial, 2010, p. 50.

¹⁸² PINHEIRO FILHO, José Humberto Carneiro. **Um lugar para o tempo dos letrados: leituras, leitores e a Biblioteca Provincial do Ceará na segunda metade do século XIX**. (Dissertação). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2014, p. 98.

sociais a colocar na obscuridade uma massa de pessoas segregadas. Nestas condições, não fora difícil para o redator-chefe do jornal, radical opositor ao governo civil de Prudente de Moraes, mobilizar um público conhecido e segregado. Para alcançá-lo bastava navegar pelo mundo das palavras comuns e sentimentais, de forma a adaptar a linguagem de seu jornal para falar às mentes frágeis, atingir-lhes por meio de palavras de ordem e termos vulgares. No processo de sugestão, o suposto maquiavélico Martyr teria reproduzido habilidosamente o universo imaginário vivido pelos partidários do florianismo de modo a reforçar e a traduzir seu projeto por meio de jornais, cujos enunciados produziam:

(...) a mais cega confiança nas afirmações impressas, na letra redonda, é o apanágio da ingênua boa fé dos espíritos incultos, como das intelligencias fracas, às quais falta a capacidade necessária para discernir entre o verdadeiro e o falso; as metaphoras, os exageros da linguagem, o recurso da polêmica dos demagogos, dos fatos possíveis, da realidade prática¹⁸³.

A crença nas afirmações impressas e nas “letras redondas” propõe a existência de um público/leitor natural e socialmente passivo, manipulável, que absorve incólume as ideias marcadas nas páginas intencionalmente projetadas pelo redator. Nesta interpretação, o consumidor do texto possui como referências anteriores sua existência crédula nas forças sobrenaturais que serviram de campo aberto para a nova veneração. A declaração que Bispo teria dado na prisão ao ser interrogado, afirmando que sua religião “é o do Marechal Floriano”¹⁸⁴, parece confirmar esta assertiva e reforçava, ainda mais, nos meios políticos a figura heroica de Prudente de Moraes. À Nina Rodrigues, interessava escutar as condições nas quais a leitura do jornal jacobino e as sugestões do exército conseguiram incutir uma imagem redentora e sacralizada sobre a memória de Floriano Peixoto na mente de Marcellino Bispo, autor do poema Floriano e Jesus Cristo. Neste texto, o alagoano expressaria, ao ver do médico da Faculdade de Medicina da Bahia, sua predisposição ao sentimento místico e incapacidade crítica de perceber as motivações terrenas e os interesses humanos que envolviam o jogo político pelo poder entre grupos diversos como restauradores, os militares (notadamente os jacobinos), as elites estaduais, etc. Na forja do criminoso, o jornal O Jacobino teria possibilitado, assim, o primeiro contato de Bispo com os ideais radicais de Martyr:

¹⁸³ NINA RODRIGUES, Raymundo. Op. cit. 1939, p. 182.

¹⁸⁴ Gazeta da Tarde. *Idem*, p. 2.

Já o próprio Deocleciano Martyr não conhecia toda a extensão do seu domínio sobre Bispo, pois ainda pretendia reforçar as sugestões do O Jacobino, aconselhando a leitura dos jornais da oposição. É expressiva a sinceridade com que, no interrogatório policial, confessava Bispo a impressão que lhe havia produzido aquele jornal. “Que elle interrogado gostava de ler o jornal O Jacobino e desejava conhecer o capitão Deocleciano Martyr, porque ele interrogado, republicano como é e fanático pela memória do marechal Floriano Peixoto, a linguagem do mesmo Diocleciano lhe agradava”. Este conhecimento havia de ser sua perdição¹⁸⁵.

Nina Rodrigues acreditava que, a partir do encontro entre o súcubo e o incubo, a trajetória de Marcellino Bispo se converteria na história “do lento preparo sugestivo para o assassinato”¹⁸⁶. Em doses fracionadas, aos poucos, com a autoridade dos textos impressos, o largo uso das palavras de ordens comuns no meio militar – com suas insígnias e rituais – e a sacralização da memória do Marechal, o assassino havia sido forjado. Na perspectiva do médico, a imprensa teria um caráter pedagógico, (de)formando e configurando indivíduos hereditariamente degenerados e socialmente segregado. Ainda que consideremos a importância atribuída por Nina Rodrigues ao atavismo inscrito no corpo e no comportamento do criminoso, devemos perceber que a relação entre a predisposição e a estética da ação não se configura, tão somente, com base na determinação do biológico em relação ao social. Em verdade, tais dimensões se confundem.

Isto é, o médico acreditava que Bispo, mestiço como a maioria dos brasileiros, era degenerado e tinha propensão para à prática criminosa. No entanto, a forma que assumiu seu ato violento em nome da veneração à imagem do militar-presidente, fora formatada pela influência que exerceu sobre si as palavras impressas e a figura de Martyr. Portanto, a determinação atávica se manifestou com profundidade e assumiu feições de um crime político a partir da liderança de Martyr naquele ambiente de agitações, marcado pela construção de um discurso missionário por parte do Exército, como também, de sua condição social miserável.

Decerto, o contrário também pode ser dito. Afinal, para Nina Rodrigues a recepção das ideias jacobinas, influenciada em grande medida pela leitura do jornal editado pelo grupo radical, encontrou humos, cresceu e se manifestou com rapidez na degenerescência de Bispo. O médico procurava encontrar respaldo para as suas argumentações na descrição do perfil familiar de Bispo presente nos autos do

¹⁸⁵ NINA RODRIGUES, Raymundo. *Idem*. p. 183.

¹⁸⁶ *Idem*, p. 184.

processo de investigação destinado a apurar os acontecimentos do dia 05 de novembro. Todavia, em busca de indícios para comprovar a degenerescência do regicida, o “Dr. Nina” se deparou com algumas dificuldades, uma vez que os pais de Bispo não apresentam conduta violenta ou indolente. Eis o arranjo articulado do médico para assegurar a veracidade de sua hipótese sobre a degenerescência de Bispo:

Pelos laços hereditários Bispo pertence também aos regicidas. (...) a autoridade que, por ordem do governo, abriu inquérito sobre a família de Bispo, informa que se os pais do assassino eram honestos e laboriosos, “houve outros parentes do criminoso, caboclos perversos e assassinos, e dentre estes um que há tempos assassinou um irmão”¹⁸⁷.

O atavismo biológico/moral e a sugestão interagem na forja do fanático criminoso, cujo processo de gestação seguiria um ritmo patológico do tempo. Isto é, para que o indivíduo predisposto chegasse a praticar o atentado – momento agudo do comportamento degradado de Bispo – foi necessário um período de maturação e de estímulos externos, capazes de ensinar os métodos que levariam ao sucesso do plano conspiratório e alimentaria, perigosamente, o misticismo do regicida. A construção do atentado e de seu agente possuía, assim, uma duração que antecedia os minutos tumultuosos vividos no Arsenal de Guerra. Tal duração tinha nos jornais um dos instrumentos de aceleração dos acontecimentos. A tese de Nina Rodrigues sobre o poder sugestivo da imprensa na gestação dos criminosos políticos baseava-se em estudos realizados por psicólogos e criminalistas, com destaque para as considerações de Gabriel Tarde, acerca da comunicação contagiosa de emoções, desejos e ideias através da palavra impressa. Esse movimento acompanhava o crescente desenvolvimento dos meios de comunicação como o telefone, as linhas férreas e, sobretudo, a imprensa.

Interessava ao sociólogo francês pensar as relações entre o público e a multidão, considerando que esta última sofria com intensidade as pressões dos ditames naturais e étnicos, ao passo que a primeira ascendia a uma individualidade crítica, pouco compatível com os sentimentos de pertença familiares ou os determinismos físicos que dominam a multidão. Dessa forma, os indivíduos que

¹⁸⁷ *Idem*, p. 172-3.

formam o público estabelecem laços de interação frágeis e as opiniões coletivas passam a ser mediadas pelos publicistas e jornalistas¹⁸⁸.

Em sua análise acerca do caso de Marcellino Bispo e do atentado contra Prudente de Moraes, Nina Rodrigues associou de forma curiosa os conceitos de multidão e público. Ora, o médico partia da premissa de que os determinismos biológicos e familiares estavam entranhados no corpo de Bispo, ao passo que Martyr era diagnosticado como um líder degenerado, semelhante ao *meneur* que controla a multidão. Entretanto, a existência da “letra redonda” como instrumento de divulgação de ideias e de aproximação entre elementos que não partilhavam trajetórias comuns anteriores, pressupõe a existência de uma coletividade mental que, seguindo a classificação de Gabriel Tarde pode ser definida como “público”.

Para Nina Rodrigues, o nó górdio da questão era saber quais razões teriam levado Bispo a atuar de forma criminosa, se convertendo em sujeito paciente das sugestões de Martyr. Ou, em outras palavras, o que o diferenciava dos demais “jovens exaltados do exército”? A solução seria encontrada pelo médico na natureza degenerada do anspeçada. A conclusão do médico pode ser apresentada, sinteticamente, da seguinte maneira: o “atávico” que lia e escrevia poesias se converteu gradualmente em instrumento precioso para os intentos criminosos dos jacobinos. O perigo representado pela leitura era, assim, identificado na sugestão oferecida ao leitor degenerado de um jornal, facilmente impressionado pelo apelo das palavras impressas. O ingênuo consumidor das “letras redondas” estabelecia com livro ou o jornal e seu produtor uma relação passiva, solitária, silenciosa e crédula.

Sobre este assunto, Nina Rodrigues corroborava com a opinião de Gabriel Tarde e considerava o livro um dispositivo durável do discurso, cujo ato privado da leitura poderia ser repetido infinitas vezes de modo a reforçar, de maneira renitente, as opiniões do autor. A solidão da leitura transformaria em absoluta a verdade do livro, uma vez que, naquele suporte, as proposições do autor não seriam contestadas e funcionariam como prescrições. O isolamento converteria o ato de ler um livro em ação acabada, inteira e perene. Sendo assim, Tarde julgava que “a ação do livro era imensamente mais extensa, e muitas vezes mais profunda, seguramente mais duradoura do que o do discurso”¹⁸⁹. Com o jornal os efeitos da leitura seriam ainda mais significativos, pois:

¹⁸⁸ Ver TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

¹⁸⁹ TARDE, Gabriel. *Apud* NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* 1939, p. 179.

O jornal é o multiplicador prodigioso dos efeitos do livro. Acrescenta ao livro a periodicidade de seus golpes quotidianos sobre o cérebro do leitor, sempre no mesmo lugar e ao mesmo tempo sobre todos. A própria fugacidade dos exemplares que se somem, faz com que a palavra do jornalista, assim fixada no mesmo instante chegue sempre vibrante e quente a quem o lê. Os leitores de um mesmo jornal formam assim uma espécie de turba disseminada... em que os laços dos indivíduos não é a contiguidade física, um acotovellamento do corpo, mas a própria docilidade simultânea deles ao escritor que os hipnotiza cada um de seu lado e a consciência que têm todos esses homens que não se tocam, que não se vêem, que se acham separados talvez por centenas de léguas, de que leem as mesmas linhas inflamadas, partilham as mesmas emoções, são numerosos, muito numerosos os que são agitados no mesmo sentido. Em todas as províncias, em muitas nações ao mesmo tempo, não importa onde, se recruta esse estranho invisível, gigantesco e infinitamente extensível agregado humano que se chama público de um jornal. Porque a maior parte dos leitores lê senão um jornal, e se o homem de um só livro é perigoso, o que não será a par dele o homem de um jornal, isto é, o homem contemporâneo? Cada jornal tem assim seu público, que lhe pertence, que ele marca cerebralmente com o seu sinete¹⁹⁰.

Essa passagem de Gabriel Tarde inserida integralmente por Nina Rodrigues em seu texto, expõe a certeza que tinham os letrados em fins do século XIX e início do século XX sobre o poder pedagógico e de circulação dos livros e dos jornais. A mobilidade dos periódicos e a materialidade de seu discurso, sempre renovada, atualizada, impressa e reimpressa acelera o tempo que avança sempre na iminência de um fato novo. Nesse caso, supondo a passividade do leitor, a informação seria consumida da maneira como fora planejada pelos seus redatores. Gabriel Tarde aposta na autoridade daquele que escreve e transforma a dinâmica do dispositivo impresso em lugar privilegiado para a difusão rápida, prolongada e cotidiana de suas opiniões, convocando indivíduos diferentes, anônimos entre si e sem laços de pertencimento mútuo a partilharem uma mesma causa.

Dessa forma, a recepção era concebida como o elo mais vulnerável do duplo escrita/leitura, pois estava entregue à repetição ou a imitação por parte do público leitor. Para Nina Rodrigues no Brasil, o discurso doutrinário da natureza daquele produzido por Martyr e impresso em jornais arregimentava seu público entre os indivíduos socialmente segregados como Bispo, utilizando uma linguagem simples capaz de alcançar as “inteligências acanhadas”, de educação incompleta, “que dificilmente conseguiriam descobrir as alusões menos veladas dos escritores doutrinários mais violentos”. Não deixa de ser curioso o fato de que Nina Rodrigues não encontrasse grandes dificuldades de associar o diagnóstico da degenerescência

¹⁹⁰ *Idem*, p. 179-80.

do assassino – cuja sustentação empírica fora articulada com dificuldades pelo médico – e a afirmação de que, um dos fatores responsáveis pela disseminação de ideias radicais, como a dos chamados jacobinos, consistia na “segregação social” a qual estava entregue grande parte dos brasileiros. No caso do atentado cometido por Bispo, associou as conclusões da antropologia criminal às teses da psicologia social de Tarde. O estudo anatômico do delírio e do crime demarcado no corpo do “regicida” esteve, portanto, fundado na análise do “ambiente social asfixiante” enquanto componente estimulante ao desenvolvimento das características diagnosticadas como “inferiores” do místico alagoano que associava a imagem de Floriano Peixoto a de Jesus Cristo.

Portanto, Nina Rodrigues julgava que o jornal panfletário reforçava as características atávicas do indivíduo degenerado, amadurecendo-as para incitá-lo ao criminoso. O processo pedagógico de estímulo ao fanatismo dos Marcellinos Bispos, pacientemente arquitetado por doutrinadores como Marthyr, encontra no amadurecimento do inconsciente criminoso uma duração. Nina Rodrigues articula esse processo em um tempo patológico. O “Dr. Nina” atribuiu a leitura do jornal o alimento do delírio hereditário presente em leitores como Bispo. As leituras seguidas de um mesmo impresso, as opiniões reiteradas, as notícias renovadas e o reforço das posições doutrinárias radicais ofereceria perigo à ordem social, se instalando como uma doença que aos poucos avançaria até tragar todas as forças do místico atávico transformado em moribundo, assassino e suicida.

2.3.2 A imprensa especializada: o tempo acelerado dos textos

Malgrado o pavor causado pelo uso do suporte jornalístico por grupos vistos como radicais, os impressos diários e, sobretudo os especializados têm a sua redenção em Nina Rodrigues como instrumentos de comunicação do conhecimento, apresentando as novidades produzidas pela ciência. Nesse sentido, ao tempo patológico do impresso e da leitura ingênua do atávico, o médico contrapõe a temporalidade dinâmica do periódico que serve à aceleração da marcha em direção ao progresso. Neste caso, o leitor não avançaria em direção ao delírio doentio, mas

ao progresso oferecido pela razão. Editar jornais, assinar e ler periódicos, publicar artigos, produzir textos que se movimentavam sinuosamente por diferentes publicações, organizadas por diferentes grupos, constituíam atividades integrantes a vida do denominado “homem de ciência”, entendido como masculino, ativo e reflexivo.

A partir dessa relação com os impressos a carreira científica e professoral estava em processo constante de configuração e reconfiguração. Em notas, memórias e artigos, os letrados demarcavam posições, reforçando sua autopromoção e criando espaços para a intervenção social. Não se trata mais da leitura entendida como patológica e sugestionada, tal qual aquela operada por Bispo, mas, de uma recepção especializada que comporta a individualidade crítica dos pares. Assim, o caráter durável dos textos em sua materialidade e, concomitantemente, a temporalidade parcelada e regular de suas publicações serviam a elaboração permanente da imagem e do lugar ocupado pelos homens de saber.

Pois bem, se é verdade que nos primeiros anos de república houve um refluxo na atividade de divulgação científica, relacionadas ao semelhante declínio no cenário internacional¹⁹¹, não deixava de haver setores que militavam pela imprensa profissional. Nesse sentido, como médico e professor, Nina Rodrigues mergulhava no mundo das palavras escritas e das letras impressas exercendo funções editoriais e atuando como produtor de textos, que fazia circular por diferentes jornais. Entre 1891 e 1893, atuou como editor da GMB e esteve ativamente envolvido com as atividades da imprensa e das sociedades profissionais. Talvez por essa razão, a maioria de seus estudos tenha sido publicada nos números do periódico baiano durante os primeiros anos de sua carreira. Tendo concluído os estudos na Bahia e na corte em 1887 com a defesa da tese “Das amyotrophias de origem peripherica”, Nina Rodrigues clinicou por um ano em São Luiz, onde publicou um estudo sobre o regime alimentar nas províncias do Norte. Depois desse curto período vivido na capital maranhense passaria a atuar profissionalmente na Bahia.

Entre 1888 e 1893, Nina Rodrigues apresentou ao público especializado vinte e cinco textos, dos quais dezenove foram impressos na GMB, sendo que três resultavam de comunicações apresentadas no 3º Congresso Brasileiro de Medicina e

¹⁹¹ MASSARINI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro. Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: MASSARINI, Luisa, MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fátima (Orgs.). **Ciência e público: os caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ. Fórum de Ciência e Cultura, 2002, p. 52.

Cirurgia, conforme já destacamos anteriormente. Além disso, dois artigos editados na Gazeta figuraram, também, em *O Brazil Médico*, são eles: *Os mestiços Brasileiros* (1890) e *A Organização do Serviço Sanitário no Brasil* (1891); há ainda a publicação do opúsculo *Fragmentos de patologia intertropical* que saiu pela *Lythographia Tourinho de Salvador* em 1892 e reúne os artigos publicados na GMB sobre o beribéri, as polinefrites (1890) e os aneurismas da aorta (1891).

Como se percebe, a velha Gazeta, instalada no Norte da República, representava um espaço de sociabilidade para os médicos que atuavam como lentes na Faculdade de Medicina da Bahia e clinicavam na Santa Casa de Misericórdia do Estado. Durante os primeiros cinco anos de atividade docente na Bahia, a produção de textos não foi a única incursão de Nina Rodrigues pela GMB, visto que o médico exerceu a função de editor-chefe do periódico por dois anos. Nesse momento, envolveu-se diretamente nas ações pela manutenção da imprensa especializada e em prol do funcionamento da Sociedade Médica da Bahia, assunto que o ocupava nos editoriais e nas notas publicadas na GMB. No editorial comemorativo do 23º aniversário da Gazeta, Nina Rodrigues enfatizava a função da imprensa como mecanismo de circulação, tradução e resenha de trabalhos estrangeiros:

Na sua qualidade embora de revista mensal, a Gazeta mantém o desejo de trazer o público medico em dia com o movimento scientifico estrangeiro, não só pela transcripção integral dos trabalhos mais notáveis, como pela resenha itelligente dos trabalhos de suas associações e imprensa médica¹⁹².

A imprensa e as associações médicas nacionais e internacionais deveriam figurar numa publicação, cujo objetivo declarado era de atuar diretamente na discussão sobre o ensino nas escolas médicas brasileiras e as atividades clínicas. Pela natureza acadêmica que assumia, a GMB possuía público restrito e especializado, composto por clínicos, farmacêuticos, professores e estudantes de medicina e farmacologia. Assumia como princípio básico a atualização de seus leitores acerca da produção científica no Brasil e em várias partes do mundo. Além disso, Nina Rodrigues afirmava que um periódico de tal gênero deveria atuar para romper com o isolamento que, segundo o redator, marcava a produção científica no país de modo a produzir uma “larga difusão d’esses conhecimentos”. Porém, Nina

¹⁹² **GMB**. Salvador/BA, ano XXIII, n.1, p.4, jul/1891.

Rodrigues mostra-se duvidoso quanto à efetiva articulação da imprensa médica baiana no sentido de inserir seus profissionais nas redes amplas das comunidades científicas.

Com o objetivo de resolver tal questão, o redator anunciou a abertura de uma nova sessão nas páginas do periódico, cuja finalidade seria a produção análises bibliográficas de estudos nacionais publicados em brochuras e na imprensa brasileira. No período em que assumiu as funções de redator-chefe, Nina Rodrigues assumia como missão fundamental da imprensa especializada aproximar a “classe médica” nacional pelas páginas da Gazeta. Segundo ele:

Não é uma nova phase toda a actividade que se prepara assim para a Gazeta Medica condemnada ainda ao isolamento que tem vivido; é ao contrário a esperança de que a classe medica brasileira tenha reformado finalmente, como já era tempo, os seus antigos hábitos de retrahimento e de indiferença e esteja preparada para receber e apoiar os esforços dos que têm trabalhado sempre pelos seus credits e pelos credits de suas tradicções¹⁹³.

Em termos diversos daqueles tratados ao analisar a imprensa doutrinária e sua ação sugestiva nas “inteligências acanhadas”, o médico parte, igualmente, de uma lógica retórica do patológico, no qual o problema estava localizado no “isolamento” vivido pela GMB e pela Sociedade Médica da Bahia, responsável pela edição e publicação do periódico desde 1888. Isolamento científico e descaso, neste duplo Nina Rodrigues julgava encontrar a origem das dificuldades enfrentadas pela imprensa médica no Brasil, particularmente na Bahia, para cumprir sua função pedagógica e fazer circular o conhecimento científico:

Por entre as ovações ruidosas e deslumbrantes com que as constantes mutações políticas que tudo esterilizam n'este paiz celebram o triumpho e as ephemeras glórias de um dia, d'aqueles que no dia seguinte serão condenados ao esquecimento pelo desfavor da última encenação, a Gazeta Médica, obscura e impassível, prossegue sua missão superior de doutrinar toda a classe social, e de plantar os gémens de uma organização científica, fecunda e duradoura. Não desllumbram ofuscantes scintillações com que, por momentos, se libram no espaço esses meteoros de nova espécie, mas não a commove igualmente d'elles o celer e fatal occaso¹⁹⁴.

Diante do “fatal ocase”, o conhecimento científico adormece no horizonte como a noite. Nina Rodrigues emprega tal metáfora para demonstrar que a atividade

¹⁹³ *Idem*.

¹⁹⁴ *Idem*, p.2.

de produção do conhecimento, entre elas a produção de jornais especializados como a GMB, existia no país às duras penas e estava condicionada a atividade de alguns estudiosos, sem compor, portanto, uma comunidade científica nacional. A crítica de Nina Rodrigues não se concentrava, apenas no nível da produção dos jornais, mas, também na sua leitura:

A Gazeta Médica da Bahia, resumindo toda a história da nossa literatura médica no quarto de século de sua existência, está destinada a dar às futuras gerações o extranho espectáculo de uma collectanea de trabalhos médicos nacionaes, accumulados pela boa vontade de muito pouco, quase que sem conhecimento de muitos contemporâneos a quem a grave incumbência uma assimilação parasitária dos trabalhos estrangeiros distrahiu sempre do estudo do que nos pertence, assim como das preocupações de uma constituição regular de boas escolas médicas futuras¹⁹⁵.

Tendo sido criada por uma associação de facultativos em julho de 1866, composta por Virgílio Damásio, Silva Lima e Pacífico Pereira, a GMB era descrita na Memória do Estado de 1893 como uma “antiga e conceituada publicação científica”, de periodicidade mensal, editada por fascículos, contendo entre 60 e 64 páginas com uma tiragem de 500 exemplares por número, semelhante ao montante verificado na publicação da Revista do Ensino Primário. Isso demonstra o alcance restrito dessas revistas apresentadas enquanto “científicas e literárias”, deliberadamente direcionadas para um leitor interessado em assuntos acadêmicos. Se no primeiro caso a promoção da ciência médica se transforma em justificativa para a publicação do periódico para um público especializado, no segundo, o objetivo era promover as discussões pedagógicas, circulando no meio do professorado.

Com base nos dados apresentados na Memória Histórica do Estado da Bahia de 1893 de Francisco Vicente Viana e José Carlos Ferreira, publicada por ordem de Joaquim Manoel Rodrigues de Lima, então governador do Estado, podemos visualizar o lugar ocupado pela Gazeta entre os jornais de maior circulação de S. Salvador, conforme o quadro abaixo:

¹⁹⁵ *Idem.*

Tabela 2 – Circulação dos jornais em Salvado (1892)

Jornal	Periodicidade	Tiragem
Jornal de Notícias	Diária	6.000
Diário da Bahia	Diária	4.000
Correio de Noticias	Diária	4.000
Diário de Notícias	Diária	-
Leituras Religiosas	Semanal	4.000
Estado da Bahia	-	1.000
Monitor Catholico	Semanal	1.000
Gazeta Médica da Bahia	Mensal	500
Revista do Ensino Primário	Mensal	500
Echo da Mocidade – Grêmio Literário e Científico	Quinzenal	-
A Verdade – Igreja Baptista	Mensal	-

Fonte: VIANNA, Francisco Vicente; FERREIRA, José Carlos *Op.cit.* 1903.

Esse quadro constitui uma representação parcial dos periódicos que circulavam naquele ano na capital Baiana. Mesmo os escritores da Memória reconheceram ser uma atividade longa enumerar as “muitas outras publicações hebdomadárias”. As folhas editadas e impressas em S. Salvador circulavam por outras localidades do Estado, convivendo com publicações locais. A dimensão apresentada pela potencial difusão dessas folhas pode ser avaliada pelo comentário feito na Memória acerca do Diário de Notícias, fundado em 1875 e apontado como “o primeiro jornal noticioso, imparcial, completamente neutro nas luctas partidárias que se publicou em todo o Brazil; bem como foi o primeiro que iniciou o serviço telegraphico diário, de todas das partes do mundo civilizado”. Em 1892 o Correio Geral contabilizava o volume de maços de jornais em circulação na capital baiana em 312.122 recebidos e 304.658 expedidos¹⁹⁶.

A Sociedade Médica da Bahia criava estratégias afim de fazer circular a circulação sua a Gazeta de tiragem mensal. Em 1893 a redação da GMB divulgou a tabela de valores estabelecida para as diferentes modalidades de assinaturas semestrais e anuais, expondo as estratégias de seus produtores para atrair diferentes

¹⁹⁶ VIANNA, Francisco Vicente; FERREIRA, José Carlos. *Op. cit.* 1903, p. 400-1.

perfis de leitores. Estudantes e clínicos da capital e de outras localidades e estudantes formavam o público geral da revista. Aqueles que moravam fora de S. Salvador e desejassem receber os fascículos deveriam enviar a quantia de 6 mil reis, para a assinatura semestral, ou 12 mil réis, referentes à anuidade adiantada, em correspondência registrada ou em vale postal pelo Correio, endereçada ao redator-gerente que entre 1891 e 1893, era Nina Rodrigues.

Sem o acréscimo do valor referente às postagens, o custo da assinatura do periódico era menor para os moradores da capital, ficando para eles fixado em 5 mil ou 10 mil réis, a depender do período que pretendiam receber o jornal. Facilitava-se a aquisição do periódico para os estudantes de medicina e áreas afins. Para os acadêmicos a taxa era abatida em mil réis por semestre. Ao trabalhar com a Literatura médica, a publicação possuía um caráter pedagógico e prestava-se ao consumo não apenas dos profissionais clínicos e professores, mas, igualmente, dos alunos dos cursos de medicina e farmacologia.

Além de criar condições de difusão no Brasil via serviço postal, a Gazeta projetava-se ao consumo internacional e contava com os serviços de H. Mahler, agente de vendas em Paris, na Rua Richer, n. 23. O envio de exemplares deste e de outros jornais para o além-mar e o recebimento de publicações internacionais competia ao escaler da Guarda-moria da alfândega que, não raro, atrasava a distribuição das correspondências¹⁹⁷.

Sobre o serviço de impressão, a GMB foi produzida até meados da década de 1890 pela Litho-Typographia de João Gonçalves Tourinho responsável por diversas publicações que circulavam na cidade. O estabelecimento de Tourinho produzia material impresso para grupos profissionais e privados, que laçavam almanaques, livros científicos, publicações religiosas, jornalísticas, diários de viagem etc. Como também para os órgãos político-administrativos da Província e, posteriormente, do Estado da Bahia. Entre o material oficial reunido e impresso nesta Litho-Typographia estão os documentos produzidos pela Assembleia Legislativa da Bahia e os arquivos de instituições públicas como a Santa Casa de Misericórdia.

Atuando ativamente na GMB até 1893 não é estranho que a produção científica de Nina Rodrigues passasse, sobretudo, por este periódico, conforme afirmamos anteriormente. Todavia, além da GMB o médico participou da concepção

¹⁹⁷ *Idem*, p.278.

e formatação de outros jornais acadêmicos. Deste modo, em 1891 foi relacionado como integrante da comissão editora da Revista dos Cursos da Faculdade em 1891, ao lado de Pacifico Pereira, Almeida Couto, Jose Olympio e Deocleciano Ramos. Esse grupo redigiu os regulamentos da revista, cuja publicação enfrentava dificuldades, uma vez que a diretoria da Faculdade afirmava não dispor de verbas para financiar o empreendimento, como ocorrera anteriormente com a “Revista dos Cursos Práticos”¹⁹⁸. Nina Rodrigues se valeu, mais uma vez, do noticiário da GMB para lamentar os revezes enfrentados pelo projeto de publicação da Revista dos Cursos. Nesse mesmo protesto, direcionou suas queixas para a situação de debilidade enfrentada pela Sociedade Médica na Bahia e os problemas sofridos pela imprensa médica de forma geral:

É uma missão penosa a da imprensa médica n'este paiz sempre que procura despertar o verdadeiro interesse pelo espírito de associação scientifica. Parece que a Sociedade Medica da Bahia vai ter a sorte das outras sociedades medicas que a precederam n'esta cidade. Quase abandonada nos últimos tempos, pois que só a frequentavam já a meza e um ou outro membro, por fim já por mais dous mezes que não se reúne mais. É que qualquer obstáculo por mais insignificante que fosse e que bastaria o simples acordo dos sócios para resolver deveria servir de pretexto a uma dissolução que tem como verdadeira causa a conspiração da nossa indolência como uma indiferença e abandono inconfessáveis. [...] Fechem-se, a sociedades scientificas, suprima-se a imprensa médica, desprezem-se os frutos da observação clínica, e não mereçam atenção os estudos práticos; mas tenhamos consciência do nosso atrazo e a coragem precisa de confessal-a, sujeitando-nos sem protestos que nada significam, à severidade do juízo com que somos tratados de vez em quando¹⁹⁹.

A Sociedade Medica da Bahia não possuía patrimônio e se sustentava com recursos parcos, advindos da contribuição mensal de seus membros efetivos no valor de mil réis. Nos anos de 1890, a Sociedade contava com 50 sócios e 6 correspondentes, não possuía biblioteca própria, e serviam-se de livros e revistas doados por seus integrantes²⁰⁰. Entre janeiro de 1890 e dezembro de 1893, a GMB registrou a entrada de 33 publicações compostas, sobretudo, por teses defendidas nas Faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro, periódicos uruguaio e argentino. Além de livros franceses. Embora as sessões bibliográficas e as notas de recebimento de publicações demonstrem a pouca regularidade das doações de materiais para o

¹⁹⁸ **GMB**. Salvador/BA, ano XXIII, n.2. p.93, ago/1891.

¹⁹⁹ *Idem*.

²⁰⁰ VIANNA, Francisco Vicente; FERREIRA, José Carlos. *Op. cit.* 1903, p.396.

acervo da GMB, esses pequenos noticiários expõem as redes de contato estabelecidas entre a Sociedade Médica Baiana e outras sociedades profissionais formadas, especialmente, na capital federal e na França, conforme podemos observar no quadro abaixo:

Tabela 3 – Publicações recebidas pela redação da GMB (1890-1893)

Origem	Bahia	Rio de Janeiro	América do Sul	Europa
		13	10	3
Total	33			

Fonte: **GMB**. Salvador/BA, ano XXI á XXIV.

A produção de teses na Faculdade da Bahia e os contatos com sociedades médicas localizadas fora do Estado permitiam à Sociedade Médica do Estado montar seu precário acervo bibliográfico. Expondo as dificuldades de organização e gestão enfrentadas pela imprensa e pela Sociedade Médica da qual fazia parte, Nina Rodrigues colocava-se em condição de crítico feroz de seus colegas de profissão, apontando a indiferença destes como causa da inexistência de ambientes propícios ao debate acadêmico e à produção científica no Brasil, particularmente, na Bahia.

Nessa fase, em que utilizava a GMB como instrumento de difusão de suas ideias acerca a conjuntura da prática médica, da estrutura do ensino e da produção do conhecimento na área, Nina Rodrigues construía para si um lugar de “homem de ciência” engajado pelo saber. Na condição de funcionário público, professor, médico, cientista e editor de revista, o “Dr. Nina” organizava sua retórica crítica e acusatória demonstrando a ausência de práticas devotadas à articulação e desenvolvimento do pensamento médico brasileiro, do qual procurava se diferenciar. A defesa ao rigor da atividade intelectual fundada, sobretudo, no trabalho empírico o auxiliava na associação de sua autoimagem à do cientista preocupado com a originalidade da coisa pesquisada. Em busca da novidade e elogiando os estudos baseados no método experimental, Nina Rodrigues se fazia moderno de modo a se inserir no mundo dos impressos e, nos anos em que ocupou a função de redator da GMB, influenciaram na construção de sua imagem enquanto intelectual, particularmente engajado com as atividades da imprensa médica.

Se no futuro a esperança se debatia com o desalento, no presente vivia-se a certeza do desprezo das instituições e da maioria dos profissionais pelas atividades

científicas e seus instrumentos de divulgação. O tema da “indiferença” dos médicos e das autoridades públicas em relação aos trabalhos médicos brasileiros aparece em grande parte dos comentários editoriais de Nina Rodrigues. Como exemplo podemos citar o elogio do médico ao empreendimento do Dr. Carlos Costa, bibliotecário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e pertencente à Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, responsável pela publicação do *Anuario Médico Brasileiro* em 1891, um catálogo de dados bibliográficos sobre a produção brasileira levantados nos anos de 1889 e 1890. Segundo Nina Rodrigues:

É a primeira vista incalculável o serviço relevante que presta com este trabalho à divulgação das letras médicas brasileiras, tão pouco conhecidas, o infatigável bibliothecário da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a quem aliás, por serviço análogo muito deve já nossa literatura médica (...)

Infelizmente, porem, tambem o *Anuario Medico* encontra na indiferença da classe medica o principal embaraço para prosseguir no desempenho da importante missão que se impoz.

Poucos são, dos numerosos companheiros do primeiro dia, os que se conservaram fiéis e pequeno o número dos que lhe prestam auxilio da sua collaboração e, o que mais admirável é ainda, dos médicos que escrevem n’este paiz alguns se esquecem até de remetter os seus trabalhos à Revista!²⁰¹

Pela natureza de seu trabalho junto a Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o Dr. Carlos Costa, além de organizar o *Anuario*, publicou, em 1893 um catálogo sistemático em dois volumes, no qual classificou por tema as 9.117 obras alocadas pertencentes àquele estabelecimento de ensino no ano anterior²⁰². Em 1895, esses dados foram complementados e a quantidade de publicações catalogadas ultrapassou os 10 mil volumes²⁰³. Para Nina Rodrigues o trabalho do Dr. Carlos Costa na organização de acervos e divulgação dos trabalhos produzidos pelos médicos brasileiros constituía mais um trabalho solitário, realizado pelo esforço individual de um profissional. Mais uma vez, a temática da apatia da classe medica brasileira é recolocada por Nina Rodrigues com o objetivo de enfatizar a dispersão dos médicos pelos vários recantos do país e a formação de núcleos de atuação independentes, cuja comunicação interna se estabelece de maneira precária,

²⁰¹ **GMB**. Salvador/BA, ano XXIII, n.6, p.276-9, dez/1891.

²⁰² Ver COSTA, Carlos. **Anuário Médico Brasileiro**. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & Comp., 1893.

²⁰³ Ver COSTA, Carlos. **Anuário Médico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Carlos Shimidt, 1895.

dificultando a disseminação e circulação dos trabalhos produzidos pelas experimentações e observações de estudiosos brasileiros.

Em julho de 1893, a Gazeta noticiava o afastamento de Nina Rodrigues das funções de gerente do periódico, em seu lugar assumiu Braz do Amaral. A nota não apresenta informações precisas sobre os motivos do desligamento, resumindo-se apenas a sublinhar que o “ilustrado colega” havia comunicado à redação impossibilidade de permanecer no cargo.

Um mês antes de afastar-se da função de editor-chefe da Gazeta, Nina Rodrigues meteu-se em polêmica com o Dr. Pacífico Pereira no Conselho Geral de Higiene Pública sobre o sistema de esgotos do novo Hospital de Misericórdia que, mesmo diante das críticas de Nina Rodrigues, foi inaugurado em 30 de junho. Nas sessões de 26 e 28 de junho de 1893 a oposição entre ambos era clara. Nina Rodrigues discordava do parecer emitido pela Intendência por considerar a cobertura dos canos e seu entroncamento incompatíveis com os princípios higiênicos. Na última reunião o “Dr. Nina” relatava a sua visita à Santa Casa de Misericórdia e concluía pelo prudente adiamento da abertura das atividades do estabelecimento, sem prejuízo algum, até que se avaliasse mais as medidas mais adequadas aos preceitos higiênicos.

Pacífico Pereira, membro da mesa diretora do hospital, defendia a inauguração das instalações do hospital e a manutenção do entroncamento de seus esgotos com o rio das Tripas²⁰⁴, afluente do Camurugipe²⁰⁵. Para ele, os dejetos gerados pelas atividades ali desenvolvidas não alterariam a situação do rio, cujas águas recebiam dejetos de freguesias como S. Pedro, Sé, Sant'Ana, Rua do Paço, e Santo Antônio, uma população superior aos trinta mil habitantes. Sendo assim, o hospital, com capacidade para cerca de 300 pacientes, não alteraria de forma significativa o estado higiênico daquelas águas. Para defender sua posição Pacífico Pereira apresentou um cálculo minucioso dos materiais fecais que seriam despejados no rio. Apontou, assim, o equívoco cometido por suposições que atribuíam ao despejo de materiais fecais as causas primordiais da poluição das águas, sem considerar a superioridade dos danos causados por expurgos de fábricas e indústrias²⁰⁶.

²⁰⁴ O Rio das Tripas foi drenado e tubulado, dando origem a Avenida J.J. Seabra, conhecida como Baixa dos Sapateiros.

²⁰⁵ O rio Camurugipe é o maior da capital baiana e corre por 14 quilômetros.

²⁰⁶ **GMB**. Salvador/BA, ano XXIV, n.12, p.549, jun/1893.

A proposta de instalar o Hospital da Santa Casa de Misericórdia independente da cobertura do rio foi aprovada, com seis votos favoráveis e quatro votos contrários, sob os protestos de Nina Rodrigues, que “lamentando o resultado da votação, expandiu-se em considerações para que se marcasse o prazo para o cumprimento do 2º quesito”, referente à cobertura do rio por onde passariam os canos do hospital, cujo período de execução seria estabelecido pela Intendência Municipal, conforme as deliberações daquela sessão. A esse lamento do médico maranhense, Pacífico Pereira concluía que achava “incoherência nesta idéa do Dr. Nina, porquanto estava em desacordo com a sua opinião já emitida julgando inconveniente a cobertura do rio”. No mês seguinte à realização da reunião do Conselho Geral de Saúde Pública, o Hospital foi inaugurado. Pacífico Pereira saiu vitorioso da contenda, registrada em ata e divulgada nas páginas da GMB. A imprensa profissional dava visibilidade aos debates envolvendo o ofício da medicina e circulavam no interior do próprio corpo profissional médico.

Assim como esta situação de embate entre pares, registrada no periódico, a inserção de hipóteses sobre diferentes temas tratados como científicos, a notificação das obras recebidas, o noticiário sobre encontros profissionais, a divulgação do cotidiano das práticas médicas, a tradução de textos e as resenhas compõem uma lógica fragmentária do tempo das publicações periódicas que carregam “as marcas do provisório e do pessoal”. A duração fluida de um texto de revista ou jornal especializado é atravessada por certa “cautela científica”, da qual o corpo rígido e durável do livro ou o manual não prescinde. O periódico, com o próprio termo sugere, compõe, em textos curtos ou longos (divididos por diversos números) um tempo próximo ao acontecer da pesquisa. Certamente, não se confunde com o cotidiano, afinal, a apresentação deste corpus inacabado é sempre resultado de uma seleção, na qual procura-se conciliar os limites das discussões apresentadas e a “problemática da respectiva área como um todo”²⁰⁷.

²⁰⁷ FLECK, Ludwik. *Op. cit.* p. 173.

2.3.3 Os jornais diários: leituras e contendas intelectuais

Os periódicos científicos de circulação restrita e de consumidor definido não constituíam o único espaço impresso pelo qual transitavam grupos profissionais interessados em discutir ciência em publicações mensais, a falar para os pares. Os jornais diários foram, igualmente mobilizados, como veículos de vulgarização de ideias e de demarcação de posições em espaço público. Além, disso os jornais diários integravam trabalhos científicos como fontes manipuladas pelo autor para indicar situações vividas por um corpo mais amplo da sociedade. Figuravam, portanto, como material de leitura a cruzar o mundo das ideias e dos acontecimentos exteriores, transformados em objeto de pesquisa.

Nina Rodrigues era um leitor de jornais diários como o *Jornal de Notícias*, *Diário da Bahia*, *Correio de Notícias*, *Monitor Católico* e outros. Não raro, fragmentos desses periódicos figuravam em seus textos como representação da opinião pública. No manejo dos periódicos especializados, o estudioso se contrapõe ou confirma os postulados elaborados por outros cientistas. No uso de jornais diários o interesse é de outra natureza, na medida em que o pesquisador pretende apreender a opinião pública e demonstrar, em última instância, que o discurso científico dialoga com um mundo externo, trazendo-o para dentro da própria ciência.

Mas, a retórica científica também pode figurar impressa nos jornais diários quando interessava ao profissional divulgar opiniões e pareceres para um público amplo especialmente na forma de carta, como fez o médico Alfredo de Brito que, para alertar a população e as autoridades sobre o caráter epidêmico da influenza identificada na Bahia em 1890, utilizou as páginas de um dos noticiários mais lidos da Bahia: o *Jornal de Notícias*, publicado diariamente à tarde. Nina Rodrigues foi um assíduo leitor de seus números e, por vezes, utilizava as notícias ali veiculadas como fonte para documentar seus trabalhos, além de divulgar textos para dar-lhes ampla divulgação.

Foi assim que, sem deixar de fazer uso da imprensa médica, Nina Rodrigues ocupou treze edições do *Jornal de Notícias*, em 1904, com a publicação de uma série de artigos sobre as condições estruturais do Asilo São João de Deus, atacado por surtos de beribéri a partir de 1883. Patologia, em cuja análise, Nina Rodrigues questionava, tanto a antiga explicação miasmática quanto a emergente

teoria sobre os agentes infecciosos²⁰⁸. O conteúdo destes textos amplamente divulgados por Nina Rodrigues desagradou a Anísio Circundes de Carvalho, diretor do Asilo até o ano de 1882 e colega da Faculdade de Medicina da Bahia. O contraponto consistia, de um lado, na conclusão de Carvalho sobre a necessidade de demolição do asilo, cuja manutenção seria onerosa, e a sua remoção para outro local. Por outro lado, Nina Rodrigues advogava pela reforma do prédio, localizado na Quinta da Boa-Vista, como solução possível para melhorar as condições de internamento no Estado. A querela entre ambos assumia o seguinte tom:

Si, pois, o meu presado amigo e illustrado colega, dr. Anisio de Carvalho poudes descobrir, nos meus artigos, signaes de irritação, cacholetas, espiolhantes²⁰⁹, etc., etc., com que approuve a sua polida generosidade distinguir-me, pode estar certo de que não as animou o intento de ferir a quem quer que seja e nem constituirão embaraço, na sua pertinacia, a nos congraçarmos todos em favor dos míseros alienados²¹⁰.

Este texto de Nina Rodrigues, formulado com ácida ironia, fora uma resposta à nota crítica de Carvalho divulgada por ocasião da publicação da série de artigos, em 1904. Neste documento, Carvalho referia-se ao colega de profissão como “distincto colega e amigo”, de “polida generosidade” e “espírito severo” e o acusava de produzir uma “ostentação luxuosa de erudição”, na medida em que alimentava a polêmica sobre a reforma do asilo, sem que ambos fossem designados pelos “poderes competentes” para “semelhante missão”²¹¹. Incisivo, Nina Rodrigues responde:

Francamente, confesso ao presado meu amigo, não é a mim que entibia o receio de ser taxado de fazer “ostentação luxuosa de erudição”. No exercício de um direito de homem civilisado, de brasileiro e de medico, hei de continuar a questão dos loucos e a discutir o que me parece constituir o meio mais pratico de sairmos da vergonhosa e criminosa situação de abandono em que elles se acham. (...) E creia que, com o juízo que faço das suas qualidades e competência, estou certo de que seria muito mais facil do que pensa chegarmos um accordo no serviço de prestar aos loucos da sua terra e também da minha terra. Assim, o meu collega não levará a mal que eu prossiga nos meus estudos²¹².

²⁰⁸ JACOBINA, Ronaldo. Nina Rodrigues, epidemiologista: estudo histórico de surtos de beribéri em um asilo para doentes mentais na Bahia, 1897-1904. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.113-32, mar.-jun/2001.

²⁰⁹ Grifos do original

²¹⁰ NINA RODRIGUES, Raymundo. 1905, p. 303.

²¹¹ CARVALHO, Anísio C. de. *Apud*: NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* p. 297-308.

²¹² NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* 1905, p. 297-308

As palavras se cruzam no jogo de altercações e os termos de um são recortados e empregados pelo outro em forma de assertivas irônicas. O sentido gramatical direto do adjetivo muda de acordo com a intenção de cada um. Assim, palavras tais como “qualidades e competências” adquirem significação jocosa na provisoriedade do texto divulgado nos jornais que acompanham o acontecer da polêmica. Publicamente, propostas distintas de intervenção pública, demarcam posições. Os signos de mérito, mobilizados pelo capital científico²¹³, são desalojados de seu sentido próprio: a construção de signos de reconhecimento. O elogio presta-se sinuosamente ao insulto, mediado pela ironia. Dessa forma, Carvalho acusava Nina Rodrigues de lançar sobre a situação um diagnóstico apressado e sobre os seus colegas de professor uma crítica severa que escondia certa megalomania, à semelhança da crítica realizada pela Congregação da Faculdade de Medicina a propósito da Memória Histórica de 1896:

Não precisava elle ter descido até o plano secundário em que vive seu despretenhoso collega e amigo para tornar-se com este contradicho. Sou eu quem pelo contrario precisa subir até a altura em que seu provado merecimento collocou o exímio professor de Medicina Legal²¹⁴.

Em 1904, quando ocorreu esta contenda, Nina Rodrigues gozava de considerável prestígio no campo médico, possuía quatro livros publicados e aparecia como estudioso e professor engajado na consolidação do campo da Medicina Legal no Brasil. Anísio de Carvalho afirma a existência de uma diferença de posição entre ambos, atribuída à “posição elevada” de seu colega, ocupada por “provado merecimento”. Na discussão, Carvalho se coloca em um lugar de defesa, ocupando um espaço inferior e de deferência diante do “colega e amigo”. Por certo, pode-se supor que sua assertiva apresenta traços de ironia. Ao dizer-se “despretenhoso”, acaba por sugerir o caráter pretensioso do “exímio professor”, acusado nas páginas seguintes de “ostentação luxuosa de erudição”. Anísio Carvalho e Nina Rodrigues trocam farpas e retroalimentam provocações.

O historiador Roberto Ventura observa que as inúmeras polêmicas povoam as relações entre intelectuais no século XIX e lembra dos acalorados debates na Revista Minerva Brasileira entre Santiago Nunes Ribeiro, Joaquim Norberto, Gama e

²¹³ Ver Cf BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia crítica do campo científico. São Paulo; Ed. UNESP, 2004.

²¹⁴ CARVALHO, Anísio Circundes. *Apud Op. cit.* p. 305.

Castro e Abreu e Lima, o embate de José de Alencar com Gonçalves de Magalhães, ou a feroz crítica de Sylvio Romero ao romantismo e à José de Alencar. Segundo Ventura, estas altercações podiam durar anos em ataques e contra-ataques, aparecem em Araripe Jr. através de metáforas sobre luta, combate e guerra usada como linguagem da polêmica. Os jornais eram o ambiente privilegiado para o estabelecimento de polêmicas através da crítica²¹⁵.

Assim como nas polêmicas literárias, na textura das relações dos grupos de profissionais médicos o julgamento ácido entre profissionais participava de regras construídas sobre o espaço possível da crítica, orientavam arranjos para as negociações entre os homens de ciência e os meios de divulgação. Nina Rodrigues demonstra reconhecer as regras do jogo com as quais precisa lidar, usando-as em favor de seus argumentos:

Esta propaganda não deve, não pode, não há de degenerar em polemica, não lh'o tolerariam os interesses respeitaveis que a animam, dos loucos sem abrigo e dizimados por epidemias. Não lh'o consentiria a fidalguia da imprensa, que abre as suas colunas aos médicos para discutir questões de interesse geral, e não para debater opiniões individuaes. Sentimos que a nossa divergência é capital no ponto relativo á Quinta da Boa-Vista, mas isso não pode abstar a que tributemos, com isenção um ao outro, o reconhecimento de que nos inspira o mais elevado desinteresse, e nenhum de nós sacrificaria á paixão de convicções pessoas o bem estar e o socorro devido aos alienados²¹⁶.

Nos padrões da enunciação científica, a afirmação dos desejos individuais aparece como uma mácula ética da ação do intelectual. Bourdieu explica esse manifesto interesse pelo desinteresse a partir da categoria de ilusão, isto é, um aparente desapego pelas opiniões e ambições particulares em nome da ação gratuita e abnegada que serve aos anseios gerais. Esse código simbólico torna legítimo o jogo científico e “define os objetos dignos de interesse, interessantes, importantes, capazes, portanto, de merecer investimento”²¹⁷.

Nesse sentido, embora a querela entre Nina Rodrigues e Anísio de Carvalho ocorresse objetivamente em função da questão asilar, os componentes da polêmica não se resumem a este problema e eles seguem os ritmos das altercações.

²¹⁵ VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: História cultural e polêmicas literárias no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 80.

²¹⁶ NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* 1905, p. 301-2.

²¹⁷ BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 p. 30.

O ambiente de tensão é formado no interior de um espaço de disputas entre posições, status e interesses, negadas renitentemente pelos interlocutores, mas integrantes do debate. Isso explica, em certa medida, a insistência de ambos em evidenciar, como mote fundamental da discussão, o interesse daqueles “infelizes, aos quais o sopro da desventura apagou a luz da razão”, “a piedade sincera” ou “o lado humanitário e científico” da atividade do estudioso²¹⁸.

Além disso, para Nina Rodrigues a polêmica inerente aos interesses individuais deveria ser evitada como forma de manter o decoro em respeito ao lugar ocupado pelos meios de divulgação que, com “fidalguia”, abriam espaço para a circulação do conhecimento médico. Ou seja, no ambiente das tensões e das articulações no qual o professor de Medicina Legal estava inserido, as regras do jogo se orientavam no sentido de demonstrar que a imprensa, assim como a ciência, tinha por função fazer circular ideias capazes de contribuir para o interesse comum e não alimentar tensões particulares. Isto é, a imparcialidade ganhava um altar particular.

O princípio da neutralidade e do desapego compõe, dessa forma, uma espécie peculiar de ilusão que legitima a ação do cientista e a atividade da imprensa, baseada na noção abstrata de “interesse geral” que funciona como meta comum a justificar publicações através da capacidade de intervenção no ambiente público. Desse modo, ainda que propugnasse o “elevado desinteresse” de suas propostas e ações em relação aos asilados da Quinta da Boa Vista, pode-se afirmar que Nina Rodrigues, assim como Anísio Carvalho, almejava demarcar posições e demonstrar a validade de suas ideias, garantindo uma vitória simbólica no interior do ambiente institucional no qual se movimentam. Ou seja, na ambiguidade de suas estratégias “os intelectuais são interessados, tem vontade de chegar primeiro”²¹⁹. O ritmo das polêmicas é tão dinâmico quanto a circulação e proliferação de edições de jornais diários, pois captam uma duração provisória do acontecer.

²¹⁸ NINA RODRIGUES, Raymundo. *Idem*.

²¹⁹ BOURDIEU, Pierre. *Idem*. p. 31.

2.3.4 Das revistas aos livros – do português ao francês

Entre 1896 e 1897, Nina Rodrigues publicou uma série de artigos na Revista Brasileira com o título de O animismo fetichista dos negros bahianos e As ilusões da catequese no Brazil. Este conjunto de textos viera a lume em uma revista de divulgação científica voltada para o grande público e, poucos anos depois, foi revisado e traduzido em livro, cuja primeira edição fora publicada em francês, num movimento de tripulo deslocamento: da revista ao livro, do consumidor geral ao especializado, do português ao francês. Entre o fim do século XIX e os primórdios do XX, a geografia do saber situava a Europa como centro e modelo de erudição, os sinais de reconhecimento e status poderiam ser alcançados através da publicação de artigos em revistas internacionais, da participação em sociedades científicas compostas por especialistas de diversas nacionalidades ou da divulgação de textos em francês. A opção pela publicação em língua francesa indica com precisão quais eram os interlocutores almejados por Nina Rodrigues:

Il est utile de montrer par l'étude d'histoire, écrivait M. le professeur Lacassagne à qui l'on doit l'étude vraiment scientifique du dépeçage, que le dépeçage n'est pas d'invention récente et que, dans les sociétés primitives, il avait une fréquence dont nous avons quelque peine à nous faire idée²²⁰.

Em 1898 – ano da publicação do artigo *Des conditions psychologiques du dépeçage criminel*, Nina Rodrigues era um “ilustrado” professor de Medicina Legal que contava com diversas publicações em revistas conceituadas do Brasil e da Europa, transitava nos circuitos científicos, sempre se apresentando como crítico agressivo do atraso por ele atribuído às instituições de saber da jovem República brasileira, acusando a incipiência da produção dos círculos acadêmicos nacionais como repetidores dos esquemas teóricos construídos no velho mundo, em especial na França, e se situava à distância em relação a estes estudiosos através da atividade de publicação. O elogio torna-se, então, um instrumento retórico de trânsito por esta geografia do conhecimento colocada em rede. No fragmento supracitado temos um bom exemplo da importância representada pelos adjetivos na narrativa científica.

²²⁰ NINA RODRIGUES, Raymundo. *Conditions Psychologiques du dépeçage criminel*. **Archives d'Anthropologie Criminelle – de criminologie et de psychologie normale et pathologique**. Lyon, p.1, 1898.

Alexandre Lacassagne figura enquanto referência para o estudo das práticas criminosas e Nina Rodrigues definia o “mestre” como àquele a “quem se deve o estudo verdadeiramente científico” sobre o tema. Ora, no final do século XIX, o professor francês era reconhecido mundialmente como uma autoridade na área da antropologia criminal e Nina Rodrigues era um leitor atento de seus trabalhos.

Esse lugar referencial ocupado por Lacassagne seria suficiente para justificar o elogio de Nina Rodrigues. Mas, o momento era especialmente apropriado para as reverências, na medida em que o artigo do brasileiro foi publicado nos *Archives d'Anthropologie Criminelle*, cujos diretores eram Gabriel Tarde (responsável pela parte psicológica da revista) e Alexandre Lacassagne (editor dos artigos publicados no campo de antropologia criminal). O elogio de Nina Rodrigues ao professor francês foi inserido na revista científica editada pelo próprio Lacassagne. Nada mais sintomático das relações de forças então estabelecidas no âmbito científico.

Em outros trechos do texto, o brasileiro reforça a exaltação da figura de A. Lacassagne, ainda que de forma indireta. Na discussão empreendida sobre o atavismo, Nina Rodrigues reforçou, mais uma vez, a sua reverência, ao destacar “l'excellent thèse de M. Ravoux, élève de M. Lacassagne”²²¹. Ao elogiar o aluno, exaltava-se, por consequência, o professor, ainda que, nas considerações seguintes, apontasse os limites do estudo de Ravoux. A menção adjetivada de Nina Rodrigues à Lacassagne, por meio do trabalho de um de seus discípulos, acaba por inseri-lo na mesma linhagem: a dos “homens de ciência”. Atento à estética e ao estilo da escrita científica do século XIX, Nina Rodrigues sabia que os sinais de reconhecimento e status poderiam ser alcançados pela publicação de artigos em revistas internacionais, pela participação em sociedades científicas compostas por especialistas de diversas nacionalidades ou pela tradução de textos para o francês.

Professor de Medicina Legal no norte da República, com formação em Medicina pela faculdade do Rio de Janeiro num período em que a geografia do saber situava a Europa como centro e modelo de erudição, Nina Rodrigues publicou, entre 1895 e 1903, onze artigos em revistas internacionais, dos quais, apenas o texto *Os progressos da Medicina Legal no século XIX* não saiu em francês. A geografia externa dessa produção, centralizada na França, se estendia pela Itália, Bélgica e Argentina.

²²¹ *Idem*, p.6.

No Brasil, foram publicados três artigos em língua francesa na Revista Médico Legal, periódico do qual participou da fundação e ajudava a manter. A loucura das multidões, Medicina Legal, religião e o crime figuravam como temáticas mais comuns nos textos publicados não, apenas, para serem consumidos por um público estrangeiro, mais, também, para inseri-lo nos anais de um conhecimento especializado, elaborado a partir de uma geografia do saber, conforme podemos observar no quadro abaixo:

Tabela 4 – Estudos publicados por Nina Rodrigues internacionalmente e/ou em língua francesa entre os anos de 1895-1903

Publicações Internacionais e/ou em língua francesa (1895-1903)		
Título	Revista	País
Nègres criminels au Brésil	Archivio de psiquiatria, Scienze Penali ed antropologia	Itália
	Annales de la Société de Medicine legale de Belgique	
Un cas curieux d'hymen double avec défloration unilaterale	Revista Medico-Legal	Brasil
La dépéçage criminel au Brésil. Étude anthropologique et médico-legale		
L'animisme fétichiste des nègres de Bahia		
Un cas de bleussure de la moelle épinière par instrument piquant	Revista Médico-legal	França
Épidémie de folie religieuse au Brésil	Annales d'Hygiene Publique et de Medicine Legale	
Des conditions psychologiques du dépéçage criminel	Annales Médico-Psychologiques de Paris	
Métissage, dégénérescence et crime	Archives d'Antropologie Criminel, de Criminologie et Psychologie Normale et Pathologique	
Des formes de l'hymen et le leur rôle dans la rupture de cette membrane	Publicado nos Achives d'Antropologie Criminel	
La folie des foules. Nouvelles contributions à l'étude des folies épidémiques au Brésil	Annales d'Hygiene Publique et de Medicine Legale	
Atavisme psychique et paranoia	La folie des foules. Nouvelles contributions à l'étude des folies épidémiques au Brésil	
Des ruptures de l'hymen dans le chutes	Archives d'Antropologie Criminelle, de Criminologie et Psychologie Normale et Pathologique	
	Annales d'Hygiene Publique et Médecine Legale	

Os progressos da Medicina Legal no Brasil no século XIX	Archivo de Criminologia de Ingenieros de B. Aires	Argentina
	Memórias publicadas na Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina da Bahia	Brasil

A publicação dos textos de Nina Rodrigues em revistas internacionais estava diretamente relacionada a participação do médico em sociedades médicas de países como a França. Como já afirmamos, na tentativa de atingir o público leitor externo, em 1900, Nina Rodrigues reuniu e revisou artigos publicados originalmente na Revista Brasileira e transformou no livro *L'animisme fétichiste des nègres de Bahia* dedicando-o à Société Medico-Pysiologique de Paris, da qual era membro associado estrangeiro. Pode-se supor, então, que a dedicatória reforçava laços de solidariedade entre Nina Rodrigues e os médicos estrangeiros, ao mesmo tempo em que a publicação em idioma francês indicava a necessidade de fortalecer redes de interlocução internacionais já criadas a partir da publicação de artigos. Na identificação de um leitor ideal, especializado e europeu, a tradução, realizada com o auxílio de um amigo, serviu de instrumento de divulgação e legibilidade do texto. Mas, a tradução trazia alguns inconvenientes.

Preocupado com as possíveis reações do público diante dos prováveis erros impressos no livro, o autor inseriu duas notas de advertência nas páginas iniciais, com o objetivo de não surpreender o leitor diante das falhas de tradução e justificar a falta de uma errata. Segundo ele:

Nous espérons donc qu'on voudra bien nous pardonner l'imperfection matérielle du travail que nous avons l'honneur de présenter au public convaincus que l'intelligence du lecteur saura suppléer ce qui manque et retifier les erreurs²²².

Os erros de impressão eram comuns no Brasil e afetavam a produção de todos os escritores que desejavam publicar seus escritos em línguas estrangeiras. Para Nina Rodrigues, esse problema dificultava a realização de “um trabalho mais que

²²² NINA RODRIGUES, Raymundo. **L'Animisme Fétichiste des negres de Bahia. Bahia.** Salvador: Reis&Comp. Editeurs, 1900.

medíocre” nas tipografias nacionais. Tendo sido impresso na Bahia, pela Reis & Cia, seu livro também sofria de tais imperfeições, uma vez que “nos compositeurs typographes ignorent absolument la langue française; de là les lacunes, les incorrections, les erreus de toute sorte dont nous réclamons le pardon à la bienveillance du lecteur”²²³. Na tentativa de fazer circular através dos meios de divulgação internacionais seu ensaio sobre o fetichismo dos negros bahianos, Nina Rodrigues apelava para a benevolência do leitor direcionando a crítica as práticas editoriais desenvolvidas no Brasil.

O livro teve fortuna crítica na leitura de Marcel Mauss, cuja resenha publicada L'Année Sociologique apresentava elogios a “elegante monografia” do Monsieur Nina Rodrigues na descrição do extraordinário conjunto de cultos e práticas da “liturgia fetichista” na Bahia. Poderíamos vislumbrar aí um paradoxo, em face do elogio de um dos fundadores da antropologia moderna a um estudioso que fazia sua carreira no âmbito do racismo científico²²⁴. Ora, as ideias científicas atravessam e deslocam a temporalidade dividida entre escolas a passar uma e superar a outra, em uma narrativa empenhada na sucessão dos estilos de pensamento²²⁵ fixamente delimitados. Ressalte-se, ainda, que não foi apenas elogiosa a análise de Mauss. Este criticou o fato de Nina Rodrigues não ter inserido em seu estudo qualquer referência ao trabalho de A. B. Ellis sobre os iorubas. Esta ausência teria concorrido para o caráter limitado e isolado o estudo, ensimesmado nas experiências e conclusões do autor.

Curiosamente, algum tempo depois, nos escritos para um amplo projeto de publicação sobre os africanos na América portuguesa, no prelo em 1905, Nina Rodrigues travou um intenso diálogo com as produções de Ellis. Em defesa a ausência deste em L'Animisme... admitia seu desconhecimento em relação a estes textos, pois, os “excelentes trabalhos do Coronel Ellis uns acabavam de aparecer, outros não eram ainda muito divulgados; só mais tarde tivemos deles conhecimento e nos vieram às mãos”²²⁶. Portanto, apresentava conhecimento deficiente em relação aos cultos africanos, tendo utilizado, apenas referências “curtas e incompletas” presentes em

²²³ *Idem*.

²²⁴ MAUSS, Marcel. L'Anée Sociologique, 1900. GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa (Tradução), **Caderno Pós Ciências sociais**, São Luiz/MA, v.2, n.4, p.24, jul-dez/ 2005.

²²⁵ Sobre a categoria de *estilos de pensamento* que da relação entre cientistas, laboratório e comunidade, suspensa numa duração sempre marcada pela construção do fato científico a partir de ideias nunca plenamente nova, ver FLECK, Ludwik. *Op. cit.* 2010.

²²⁶ NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.*, 1935, p. 242.

Taylor sobre o trabalho do missionário Bowmen. Porém, em oposição a conclusão de Mauss, Nina Rodrigues ressaltava que, nessa circunstância, sem um guia “o nosso estudo teve de inspirar-se pura e exclusivamente na observação direta e pessoal do fenômeno estudado. E é com satisfação que o encontramos agora quase todo confirmado pelas observações daquele cientista”²²⁷.

Em outras palavras, a ausência de referências, garantiria a originalidade e anterioridade dos estudos desenvolvidos de Nina Rodrigues de tal forma que a produção de alhures confirmava o que já intuído pelo médico: “muitos pontos se corroboram nesta observação independente de deduções e reflexões que sem prévio acordo os mesmos fatos nos sugeriram, a ele em África e a mim no Brasil”²²⁸. Em seu último livro e ao olhar para trás, Nina Rodrigues estava, enfim, a construir a ideia de que chegara a um fato científico²²⁹ baseado na análise da liturgia fetichista dos negros baianos, indo de encontro ao seu objeto nos candomblés da Bahia.

Em seu relato de 1905 sobre a própria carreira científica, remetia o trabalho ali exposto a uma trajetória de pesquisa iniciada em 1890. Não foi por outro motivo que no preâmbulo e nas notas de rodapé Nina Rodrigues adotou uma posição retrospectiva a narrar a própria autoria. A antecedência ou o paralelo com a produção de A. B. Ellis tornaria Nina Rodrigues uma autoridade no assunto dos cultos iorubas. Faria dele um autor no sentido de ageo, verbo latino cujo significado remete a “aumentar”. Portanto, torna-se autor aquele que acrescenta algo ao já posto, que elabora deslocamentos e constrói a própria distinção a partir da novidade a elaborar uma “autoridade”²³⁰. Nos interstícios do texto, Nina Rodrigues elaborava, em narrativa, os vestígios de sua autoria de modo a transitar por um espaço vazio a ser ocupado: os estudos sobre os iorubas no Brasil. Como afirma Foucault, a “ausência é o lugar primeiro do discurso”²³¹.

No interior do processo de construção de si como autor, o L'Amisme demarca um começo, enquanto os escritos de 1905 definem o presente de uma autoridade amadurecida. Neste último trabalho, Nina Rodrigues afirma a trajetória do seu trabalho em dois níveis: primeiro, formulou respostas em face das críticas

²²⁷ *Idem.*

²²⁸ *Idem.*

²²⁹ Ver FLECK, Ludwik. *Op. cit.* 2010.

²³⁰ SERES, Michel. **Julio Verne**: a ciência e o homem contemporâneo – Michel Seres: diálogos com Jean-Pierre Dekiss. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007, p. 73.

²³¹ FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** 7.ed. Lisboa: Nova Vega, 2009, p. 47.

recebidas pela sua primeira monografia sobre o animismo e o fetichismo e, segundo, transformou o livro de 1900 em referência, de modo a convocar o leitor à consultá-lo. De um lado, a realização de uma nova obra aparece como momento propício para a defesa da publicação anterior, de modo a responder aos reparos feitos em sua monografia por estudiosos como Frederic Starr no *The American Antiquarian* de Chicago. Por outro, servia a promoção pessoal através da publicação de fragmentos sobre as repercussões internacionais do seu trabalho, que recebeu comentários nem sempre elogiosos de estudiosos europeus como Giuffrida-Ruggeri, Léon Marillier e o Dr. Jacoby.

Este último fizera ponderações sobre as teses levantadas em *L'Animisme...*, apontando o movimento contraditório de Nina Rodrigues que se contrapunha à explicação sobre o pressuposto orgânico da paranoia oferecida por Tanzi e Riva e, paradoxalmente, analisava em seu “belo trabalho” as epidemias psíquicas considerando fatores predisponentes. Contundente, Nina Rodrigues retruca a apontar a confusão presente nesta crítica entre os conceitos de atavismo (orgânico e hereditário) e de sobrevivência (permanências de práticas em decorrência da convivência, em um mesmo lugar, de raças e povos em fases diversas de evolução moral).

Nas notas de rodapé, periferia do texto, foram inseridas outras invocações ao livro *L'Animisme...*, nas quais Nina Rodrigues recomendava a sua leitura para aprofundamento sobre os temas tratados. Em suma, tornava-se ele próprio bibliografia a ser consultada. Em verdade, uma das grandes referências do texto, lançado em 1933 com o título *Os Africanos no Brasil*, foram os estudos de A. B. Ellis, com quem Nina Rodrigues passou a dialogar depois de 1900. A inserção deste diálogo ocorreu de forma a colocar as descrições e análises presentes em *L'Animisme* e os textos de Ellis em paralelo. Dessa forma, Nina Rodrigues defendeu a própria autoria, cerca de trinta anos depois recuperada e reinventada a partir de outros pontos de vista, de uma nova rearticulação do tempo, atribuindo aos seus escritos a qualidade de pioneiros e dotando Nina Rodrigues de uma função, de uma autoria.

Até agora, articulamos diferentes temporalidades como componentes da produção científica, pressionada pela duração dos objetos, do laboratório, dos circuitos em congressos, das redes em jornais e revistas, da fixação de uma autoria em livros. Agora, passemos à análise sobre como estas diferentes dimensões do tempo foram agenciadas pelos leitores/autores de Nina Rodrigues.

3 A EXUMAÇÃO DO CORPO ESCRITO DE NINA RODRIGUES

Ao tratar da atividade do historiador em prefácio à edição brasileira do estudo de François Hartog acerca de Fustel de Coulanges, escrevia Manoel Luiz Salgado: “Cada geração reinventa o legado que deseja assumir como seu legado presente” e repensa “a própria operação histórica num cenário de tensões e conflitos, a partir da qual, a disputa pelo passado, remete às disputas pela significação do próprio presente”²³².

As tensões pelo espólio científico de Nina Rodrigues e pela identificação do vácuo deixado depois da morte do médico sobre os estudos na área da “africanologia” será o mote, nos anos de 1930, para a vertiginosa reedição de seus textos e da criação de um grupo que se autodefiniu como formado por discípulos reunidos na escola baiana de Nina Rodrigues. Foi sobre o signo da ausência e da morte que ressurgiram os textos do malgrado professor. Tratava-se de afirmar um modo de fazer ciência a partir do método comparativo e um modo de escrever ciência, no qual o objeto torna-se realidade a ser decifrada pela observação informada do investigador. Retomava-se a defesa da objetividade em oposição ao estilo retórico e floreado. A crítica aos postulados da inferioridade das raças realizada por Arthur Ramos, em voga entre a geração de 1930, não impediu o elogio ao método.

Um conjunto de intelectuais procurou ocupar o lugar de restituídos de uma memória e, não por acaso, se referiram à atividade de recuperação e publicação dos textos de Nina Rodrigues como exumação de folhas e páginas sepultadas nos Arquivos do Instituto Médico-Legal, na Faculdade de Medicina e nos anais científicos de circulação limitada. A linguagem em torno da morte, do esquecimento e da memória atravessam a construção do legado e da geração. Esse processo implicou na criação da proximidade, por meio da referência à herança, e da distância, construída como narrativa do contraste a demarcar o momento de fundação de três campos disciplinares: a Medicina Legal, a Antropologia e a Psicologia Social.

Grosso modo, a nossa hipótese de trabalho sobre as narrações temporais inspiram-se na pergunta que fizera Maily Strathern, a propósito do que denominou

²³² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação. In: HARTOG, François. **O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: UFRJ. 2003, p. 10.

de ficções persuasivas de certa antropologia moderna, situada no século XX, responsável pela construção de Frazer “como uma figura que não cabia no tempo deles²³³, de forma a instituir, eficazmente, o corte geracional, os abismos paradigmáticos e, por conseguinte, o postulado da novidade como fundadora de algo diferente das experiências anteriores. Diante da plateia da prestigiada palestra Frazer, alocada em 1986 na Universidade de Liverpool, indagava-se Strathern: se somos capazes de identificar diferentes conjuntos de ideias, a colocar um abismo profundo entre estudiosos como Geertz e Malinowski, Malinowski e Frazer, ou Frazer/Lubbock e Clarke/Fleury, como persuadir a si mesma de que sabe disto? Ela encontrará resposta na eficácia da ficção destas divisões a compor ideias de rupturas com o passado, ao mesmo tempo em que age na manutenção de antigas estruturas de poder. Em suas palavras:

Se a consequência das ideias é sempre tão ambígua, de onde vem nosso senso dramático das mudanças e dos abismos? Deve vir do lugar ocupado por aquelas ideias em nossas práticas. Portanto, devemos olhar não para o fato de tal ou qual pessoa poder ou não conceber outras culturas e de que maneira – se a ideia de etnocentrismo existiu ou não –, mas para a eficácia da visão, a forma pela qual uma ideia foi implementada (...) ²³⁴.

A partir dos escritos de Frazer e do lugar-comum sobre o abismo existente entre ele e a antropologia posterior, a autora produz uma análise crítica sobre “como viemos imaginar que existem abismos e, portanto, sobre como persuadimos nós mesmos de que houve uma história”²³⁵. O abismo e a ideia de superação aparecem como ficção temporal a condicionar o próprio movimento da ciência. Podemos então, entender as ficções persuasivas de Nina Rodrigues ao apresentar-se não apenas como médico, mas como professor e estudioso, a caminhar junto a outros no vácuo atribuído à ciência nacional, acusada de mimética, de forma a tornar significativa sua trajetória pela afirmação de si como um lobo solitário a procura da originalidade sonhada e entranhada nos objetos. Ele, portanto, buscava separar-se de uma ciência que definia como puramente retórica, ilusória, imitativa e espetacular, denunciada, entre outros, por Sylvio Romero.

²³³ STRATHERN, Marilyn. **Fora de Contexto**: as ficções persuasivas da Antropologia. São Paulo: Terceiro Nome, 2013, p. 35.

²³⁴ *Idem*, p.33.

²³⁵ *Idem*, p.34.

Afirmava-se, portanto, a novidade pela observação particular capaz de identificar a verdade em vez de floreá-la. Nina Rodrigues evocava como guia a razão a iluminar a captação neutra da realidade e via-se a si próprio como um sujeito em ação. Por isso, nos escritos inacabados de 1905, lançados como livro em 1933, ele transformava a si mesmo em autor a situar-se no campo de estudos sobre as religiões africanas e as relações raciais no Brasil. Como vimos, em resposta às críticas realizadas acerca de *L'animisme fétichiste des négres de Bahia*, publicado em 1900, enunciava a própria originalidade e destacava a novidade de suas formulações sobre os rituais fetichistas dos sudaneses na Bahia, cujas conclusões foram produzidas sem a leitura dos estudos do Coronel Ellis sobre o Daomé.

Por seu turno, os autoproclamados herdeiros de Nina Rodrigues partiram da noção de influência ou de legado e reinventaram uma narrativa temporal que o colocava como “pioneiro” a garantir um começo verdadeiramente científico para a Antropologia e outros campos disciplinares no Brasil. À Nina Rodrigues foi atribuída uma herança, mais, também, uma ruptura. Nesse caso, a herança assumida esteve associada ao rigor científico, ao conteúdo dos dados colhidos e à escolha dos temas, enquanto a ruptura dava-se no campo conceitual, nas conclusões sobre a degenerescência das raças pela mestiçagem. Ressalte-se que o conceito de ficção empregado aqui não quer dizer mentira histórica em oposição a uma verdade, mas a construção de certa narrativa sobre o tempo que mobiliza um “começo” de forma a tornar coerente a trajetória de uma disciplina em busca de institucionalização. Isto é, a Antropologia sobre o negro foi temporalizada por intelectuais, políticos e editores de modo a inventar legado. A partir desse movimento, buscava-se vencer a dispersão pela reunião de fragmentos em livros, e de livros em coleções e, assim, fixar os dispositivos por onde o pensamento social brasileiro deveria transitar.

Em estudo sobre Nina Rodrigues e a construção de sua escola, a antropóloga Mariza Correa analisou os usos posteriores dos escritos deste estudioso entre os adeptos diretos da Medicina Legal e aqueles que se dedicaram a estudos Antropológicos. No primeiro grupo destacam-se Leonildo Ribeiro, Alcântara Machado, Flamínio Fávero, Levi Carneiro, Candido Motta Filho e outros que “compartilhavam uma visão autoritária da sociedade”, para os quais Nina Rodrigues apareceria como “pretexto” a enunciar uma unidade entre médicos e juristas construída, dessa forma, “não apenas na lealdade a seus princípios metodológicos ou teóricos, e que pareciam chegar até a terceira geração desse grupo um pouco diluída pelas figuras

intermediárias de Afrânio Peixoto no Rio e Oscar Freire em São Paulo”²³⁶. Mariza Correa admitia que o seu estudo constituía:

(...) uma tentativa de analisar a produção teórica e a atuação concreta de um grupo de médicos misto de cientistas sociais que se designavam a si mesmos como membros da Escola Nina Rodrigues, “escola” (...). A “escola” também é uma espécie de mito de origem da Medicina Legal brasileira. A maioria dos médicos formados no Brasil no início do deste século, ao escolherem esta especialidade, se filiavam também a “escola” ou se diziam por ela influenciados de alguma forma. Isto não é de espantar uma vez que até 1910 apenas duas faculdades de Medicina funcionavam no país e dado o particular zelo de Nina Rodrigues em tornar a Medicina Legal um ramo autônomo de medicina brasileira do século 19. Mas, não apenas os médicos reivindicavam Nina Rodrigues como seu pai espiritual, muitos cientistas sociais, médicos de formação mais importantes na constituição do campo da antropologia no Brasil, também afirmaram a filiação direta a suas pesquisas, particularmente sobre a “questão racial”, aos estudos de Nina Rodrigues sobre os africanos e seus descendentes²³⁷.

Sem que pese o pequeno equívoco da autora em relação à afirmativa contundente de que, até 1910, havia apenas duas Faculdades de Medicina no Brasil (Bahia e Rio de Janeiro), deixando de fazer menção à Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, instalada em 1898 com a fusão da Escola de Farmácia, fundada em 1895, e o Curso de Partos, criado em 1897²³⁸; o importante é reter a tese geral da autora sobre a transformação de Nina Rodrigues em mito fundador, pioneiro, de alguns campos do conhecimento em processo de institucionalização na primeira metade do século XX. Correa parte da hipótese de que houve um uso retórico dos estudos de Nina Rodrigues, a partir do qual, de um lado, negava-se os seus pressupostos e, de outro, retiravam-no de seu contexto num esforço de atualização mobilizado, sobretudo, pela fileira antropológica do grupo que nomeou a “escola”, sobrepondo-a a noção de grupo, e promoveu “o resgate intelectual de uma parte do trabalho de pesquisa de Nina Rodrigues”²³⁹, porém:

(...) curiosamente, nenhum dos discípulos analisou no detalhe nenhuma das contribuições de Nina Rodrigues ao panorama intelectual brasileiro: todos eles, ao apontá-lo como “fundador”, “precursor” ou “profeta”, descaracterizando também o contexto teórico em que trabalhava, acabam por relegá-lo a uma posição secundária e meramente regional neste panorama,

²³⁶ CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 1998, p. 265-6.

²³⁷ *Idem*, p.14.

²³⁸ Ver FRANCO, A. e RAMOS, S. M. (orgs.) **Panteão médico rio-grandense; síntese cultural e histórica; progresso e evolução da medicina no estado do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Ramos, Franco Ed., 1943.

²³⁹ CORREA, Mariza *Op. cit.*, p. 266.

sua grande contribuição às ciências sendo aparentemente a formação desses discípulos. Discípulos que o chamam como “guia” espiritual de suas iniciativas políticas gerais, vão demolindo sua obra no particular, ponto por ponto, negando a validade de suas interpretações ao longo de sua própria produção intelectual²⁴⁰.

Examinemos de mais de perto a noção de atualização, visto que esta ideia trata de um problema sobre o tempo. A elaboração da noção de legado implicou na construção do distanciamento e da superação em relação a um passado, ao qual poderíamos chamar, com Correa, de mítico a impor um abismo como afirmara Mary Stathern em estudo sobre Frazer, lá onde a retórica enfatizava a herança. Ora, não existem contextos intocados, guardados numa duração na qual podemos encontrar todas as teias que ligam o sujeito à história da sociedade ou o cientista aos limites teóricos de seu tempo. Todo contexto é remexido, perturbado, por muitas conexões temporais que o transforma em uma narrativa sobre o tempo, sobre a duração colocada em suspenso por ficções passadas e futuras inferidas em algum presente. Com base nesse pressuposto, aqui, é importante entender qual narrativa temporal aqueles que estavam empenhados na institucionalização de diferentes disciplinas construíam na década de 1930 para contar a história de um campo no mesmo momento em que este estava em construção.

Com o fim de falar do presente de forma a elaborar um passado ou uma tradição para os estudos sobre o negro no Brasil foram evocados dois mortos, colocados em lápides diferentes: o próprio negro e Nina Rodrigues. Este gesto de sepulcro, um gesto de morte, pretende organizar o presente sem nomeá-lo, conferindo sentido aos vivos, como na feliz analogia de Michel de Certeau entre a escrita da história e os rituais funerários: “a escrita não fala do passado se não para enterrá-lo. Ela é um túmulo no duplo sentido de que, através do mesmo texto, ela honra e elimina”²⁴¹. A lápide construída para a morte física e a morte solitária pela escrita de Nina Rodrigues, inscrevia em um passado-referência, passado superado e transformado em marco de origem. Recuperar os seus textos significaria, assim, elaborar um novo sepulcro que conferia sentido a trajetória de alguns intelectuais e indicaria os começos de uma ciência denominado, nos anos de 1930, de africanologia. O risco de ressuscitar do passado o espírito do morto indesejado, sem renunciar afirmação de sua herança, implicou num gesto de reparação e exorcismo. Este pavor

²⁴⁰ *Idem.* p. 13-4.

²⁴¹ CERTEAU, Michel de. Op. cit. p. 110.

de consumir o presente pelo passado talvez explique a ausência de análise contextual da qual fala Mariza Correa ao referir-se aos usos que os chamados discípulos de Nina Rodrigues fizeram do seu proclamado mestre. Exorcizar o espírito, recuperar seus objetos e elogiar a seu rigor significava atribuir legitimidade científica na construção de outra lápide transformado em monumento: o negro e seu tempo particular das sobrevivências.

O túmulo dos negros transformados em objeto era o mesmo que permitia a sua ressurreição pela identificação do ausente nos estudos brasileiros, sobre o qual os tentáculos da ciência recusavam-se a avançar, para enterrá-lo novamente, não mais na vala comum do esquecimento, mas num túmulo luminoso da memória. Nesse caso, a escrita não se insere no campo da história, porém, elabora os seus monumentos em expressões vistas como esquecidas e inscreve um dever de recuperação na ausência. Como afirma Jean-Didier Urbain, citado por Fernando Catroga, “graças a alquimia dos gestos, das palavras, dos monumentos – dá-se a transformação do nada em algo ou em alguém, do vazio num reino”²⁴².

Essa narrativa da recuperação alimentava-se, também, da noção de reabilitação, na qual o biologismo do século XIX aparecia como principal inimigo a ser combatido, embora a alteração do *topos* da raça para o de *cultura* não tenha significado a mudança na estrutura de pensamento sobre este *outro*, isto é, sobre o negro entendido como componente formador da sociedade brasileira. Nesse sentido, temos outro gesto de morte que não trata apenas do passado como um “*outro*”, mas do “*outro*”, na duração estática e não-conflituosa da ideia de “cultura popular” ou de “folclore” nacional. Encontra-se, então, a beleza do morto na miscigenação apsiguadora, em oposição à monstruosidade da esfinge híbrida presente na narrativa da prosa científica do racismo científico do século XIX. Essa eliminação não foi somente paradigmática, cujas bases conceituais colocavam em pólos, rigorosamente, opostos os adeptos do lombrosianismo e os leitores de Franz Boas e substituíam biologia por cultura, transformando a miscigenação em singularidade positiva na construção do nacional, significou, sem embargo, a expulsão das contradições sociais, expressas em termos de raça. Sem conflitos, o morto tornava-se mais belo e, aqui, Michel de Certeau mais uma vez nos inspira, pois em sua análise afirma: “a ‘cultura popular’ supõe uma ação não confessada. Foi preciso que ela fosse

²⁴² URBAIN, Jean-Didier *Apud* CATROGA, Fernando. **Os passos dos homens como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra: Edições Almeida, 2009, p. 39.

sensurada para ser estudada. Tornou-se, então objeto de interesse porque seu perigo foi eliminado”²⁴³. Michel de Certeau trata aqui da emergência, a partir de meados do século XIX, de uma literatura sobre o povo feita por letrados ou amadores, cujo gesto de morte seria a tentativa de criar uma espécie de reconciliação entre ciência e as práticas das pessoas comuns que, muitas, vezes poderiam desagradar normas dominantes, através da noção de “cultura popular”.

Em verdade, os estudos situados no campo da antropologia e do folclore no Brasil das décadas de 1930 e 40 positivam a mestiçagem, elaborando uma reconciliação em termos do nacional. A fundação, em 1937, da Sociedade de Etnografia e Folclore, por Mário de Andrade, após um curso sobre o assunto ministrado pela antropóloga francesa Dina Levi-Strauss e todo o movimento em torno da questão do folclore suscitada pelos intelectuais deste período²⁴⁴, envolvendo a ideia de recuperação e preservação, demonstram o fortalecimento de uma “retórica da perda” sobre o esquecimento paulatino da cultura brasileira e a necessidade de resgatá-la²⁴⁵.

A “retórica da perda” e o discurso sobre “fundação” de uma ciência capaz de reparar, pela razão, uma parte da cultura nacional que estaria encoberta, está presente nos trabalhos de Arthur Ramos, cujo propósito era revisitar os estudos sobre o negro, situando-se em relação a uma tradição recente e interrompida com a morte de Nina Rodrigues. Na seara das questões raciais, este funcionava como discurso de autoridade científica sobre o tema. Estaria em jogo a construção da científica do Outro, na qual Hildebrando Vieira Martins identifica o projeto de controle sobre o elemento negro²⁴⁶. Ou seja, a atualização do pai espiritual, noção garantida pelos ares místicos da morte, e a consequente exumação dos trabalhos de Nina Rodrigues compõem a narrativa sobre própria história de criação de algumas áreas disciplinares, postas em marcha pela assimetria entre passado e presente. Esta diferença nos remete, mais uma vez, à Mariza Correa e análise acerca do trabalho de demolição da obra de Nina Rodrigues.

²⁴³ CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. 7ed, Campinas/SP: Papirus, 2012. p.55.

²⁴⁴ BARBATO Jr., Roberto. **Missionário de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura em São Paulo**. Anablume, Fapesp, 2004. p.31.

²⁴⁵ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Funarte, 1997. p.24.

²⁴⁶ MARTINS, Hildebrando Vieira. **As ilusões da cor: sobre raça e sujeitamento no Brasil**. (Tese), São Paulo: USP, 2009, p. 32.

Sobre a construção do legado, cabe destacar que era preferível manter do “mestre” uma aproximação parcimoniosa e um distanciamento prudente, afinal os colecionadores de crânio e as teorias lombrosianas estavam fora de moda. Como afirma Mariza Correa, ao encontrar em Nina Rodrigues um começo, os seus autoproclamados discípulos situavam a si mesmos na história do pensamento social brasileiro²⁴⁷ e o passado não funcionava como exemplo, no sentido de retorno, mas enquanto um antes a ser superado, a contar a história e a inventar uma memória sobre um campo de estudos.

Consideramos que o processo de atualização assumido, entre outros, por Arthur Ramos nos anos de 1930 articulava duas dimensões: primeiro, buscava adequar a linguagem dos textos de Nina Rodrigues ao modelo culturalista, segundo, temporalizava a experiência de Nina Rodrigues de modo a lançá-lo de volta ao passado a dialogar, de forma original, com os pressupostos científicos de sua época, dos quais os “discípulos” almejavam distanciar-se. Localizar Nina Rodrigues em um tempo próprio criava a ideia do contraste a separar os herdeiros da figura paterna. Em suma, colocá-lo de alguma forma em diacronia, significava inventar uma narrativa para a história da Antropologia. A ideia de abismo ou superação entre gerações se articula, nesse ponto, ao pressuposto do legado e, portanto, à noção de antecendência, de forma a inventar uma memória. Como disse Michel Baxandall sobre o conceito causal de influência na arte, “nunca mais veremos Cézanne sem as alterações que nossa tradição deve ao trabalho realizado sobre sua obra pelas gerações que o sucederam”, notadamente por Pablo Picasso²⁴⁸. Em paráfrase, nunca mais veremos Nina Rodrigues sem as apropriações operadas pelas gerações que o sucederam. Estas apropriações indicam diferentes planos temporais analisados no texto ora apresentado em três dimensões: a publicação de livros em coleções como alegoria à unidade nacional, a exumação do corpo e dos textos de Nina Rodrigues enquanto construção de uma narrativa sobre a Antropologia do negro brasileiro e, por fim, a ação de jornais diários voltados para o público amplo na difusão e sedimentação de uma memória sobre a ciência.

²⁴⁷ CORREA, Mariza. Op. cit. 1998.

²⁴⁸ BAXANDALL, Michel. **Padrões de intensão**: a explicação histórica dos quadros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 105.

3.1 Da dispersão à unidade: uma crise na ordem do tempo

Em 1933 foi lançada, pela Editora Companhia Nacional (CEN), a mais conhecida obra de Raymundo Nina Rodrigues: *Os Africanos no Brasil*, cuja edição integrava a série *Brasiliana*, um amplo projeto editorial inaugurado em 1931. Esta coleção ocupava a sessão cinco da Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB)²⁴⁹ e voltava-se à publicação de ensaios científicos sobre o país. As três primeiras edições de *Os Africanos no Brasil* saíram, respectivamente, em 1933, 1935 e 1945, período em que a CEN expandia-se para além das fronteiras paulistas e ocupava um lugar de destaque no meio editorial brasileiro.

Nesse momento, as coleções, incluindo a *Brasiliana*, tornaram-se um negócio lucrativo para o grupo da Nacional que apostava na produção de livros didáticos e de formação científica, embora não abandonasse o mercado ficcional²⁵⁰. Octalles Marcondes Ferreira, proprietário da Nacional²⁵¹, possuía razoável inserção no mercado editorial desde a década de 1920, tendo sido sócio e amigo pessoal de Monteiro Lobato. A criação da Biblioteca Pedagógica Brasileira fazia parte de uma política de expansão editorial adotada por ele, marcada pela aquisição da editora carioca *Civilização Brasileira* (CB)²⁵². No âmbito deste novo empreendimento foi criada, em 1934, a coleção *Biblioteca de Difusão Científica* (BDC) sob a direção de Arthur Ramos que situava-se como um dos membros da escola baiana de Nina Rodrigues.

²⁴⁹ A *Brasiliana* era a última das cinco séries que compunham a Biblioteca Pedagógica Brasileira, a partir da qual foram produzidos um conjunto de livros voltados para o mercado de livros didáticos e iniciação científica.

²⁵⁰ Situação alterada entre meados da década de 1940 e 1970, quando as publicações passaram a colecionar prejuízos, mantendo-se por meio de incentivos governamentais

²⁵¹ Fundada em 1925, a Companhia Editora Nacional pertencia à Octalles Marcondes Ferreira antigo sócio de Monteiro Lobato em seu empreendimento editorial dos anos de 1920. Depois da falência de sua editora em 1925, Lobato continuaria associado à Octalles M. Ferreira emprestando seu prestígio de escritor às primeiras publicações da Nacional. Além disso, seu nome esteve vinculado a *Brasiliense* e a editora argentina *Acteon*. E, no final da década de 1920, quase realizou o desejo de fundar a editora *Tupy Company*. Cf. PONTES, Heloisa. *Retratos do Brasil: um estudo das editoras e dos editores, das editoras e das coleções*. **Rev.BIB**, Rio de Janeiro, n.26, p.56-89, 1988; DE LUCA, Tania Regina. Monteiro Lobato: estratégias de poder e auto-representação n'A barca de Gleyre. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 139-161.

²⁵² A *Civilização Brasileira* foi fundada na rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, em 1929 por Ribeiro Couto, Gustavo Barroso e Getúlio M. Costa. Quando adquiriu a CB, Octalles, editor de São Paulo, ganhou um novo selo editorial com seu catálogo de livros e uma loja local na capital, ampliando o campo de distribuição dos títulos da CEN Cf. LIMA, Guilherme Cunha; MARIZ, Ana Sofia. *Editora Civilização Brasileira: novos parâmetros na produção editorial brasileira*. In: BRAGANÇA, Anibal; ABREU, Marcia. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Ed. Unesp, 2010, p. 253.

Através desta coleção de ensaios científicos, Ramos publicou seus escritos sobre religiosidade dos negros brasileiros e psicologia social, aprovou e promoveu o lançamento de estudos e de autores como Edison Carneiro, reeditou *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos* (1935) e reuniu textos publicados por Nina Rodrigues, organizando o livro *As Collectividades Anormaes* (1939). Integrava, portanto, a rede de intelectuais vinculados à CEN e, além de atuar como diretor da coleção na *Civilização Brasileira*, publicou através da série *Brasiliana* os seguintes títulos: *O negro Brasileiro – Etnologia religiosa* (1934), *As culturas negras no Novo Mundo* (1937) e *A aculturação negra no Brasil* (1946).

Ramos gozava de considerável espaço no ambiente de produção e difusão de livros e tecia uma rede de contatos iniciada desde os tempos em que vivia na Bahia e era médico legista do Instituto Nina Rodrigues. Quando se mudou para o Rio de Janeiro no início dos anos 1930, encontrou o apoio de Anísio Teixeira, então Secretário da Educação da capital federal, através do qual ocupou o cargo de chefe do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, e Afrânio Peixoto, então Reitor da Universidade do Distrito Federal, que o convidou a ministrar a cadeira de Psicologia Social na instituição. Em 1939, se tornaria professor de Antropologia e Etnografia²⁵³. A escolha dos temas e autores para publicações e a difusão do material movimentava-se no ritmo e no tom da força política institucional, do lugar ocupado por seu autor ou seu promotor no debate intelectual acerca da nação, enfim, das confabulações editoriais.

Tratava-se de construir um catálogo bibliográfico sobre o Brasil num movimento de recuperação de ensaístas anteriores e promoção de novos escritores. Assim, as coleções proliferavam-se e, em 1936, Gilberto Freyre, à época famoso autor de *Casa Grande & Senzala*, utilizou-se da visibilidade conquistada no âmbito intelectual para lançar-se ao mercado de produção de livros, através da coleção *Documentos Brasileiros*, publicada pela editora de José Olympio. Mesmo sob a desconfiança do diretor em relação ao sucesso do projeto, Freyre continuou com o seu plano de promover um espaço de publicação alternativo à *Brasiliana*. Atuando no mesmo nicho de mercado, Gilberto Freyre estabelecia o ponto de diferença a separar ambas as coleções: a apresentação de documentos, como condição de “um conhecimento verdadeiro sobre o Brasil, ou mais precisamente, do Brasil real,

²⁵³ CORREA, Mariza. *Op. cit.*. p. 281-2.

fundamentado não em reconstruções ou especulações consideradas por ele superficiais e estéreis, e sim em afirmações comprováveis a seu respeito”²⁵⁴. Ou seja, Freyre transformava os estudos baseados na prova documental em grande vedete de seu projeto editorial, capaz de revelar um retrato verdadeiro do Brasil a partir das fontes.

A publicação de livros em rede através das coleções permitia aos editores como Ramos e Freyre agenciarem a produção particular de suas obras, promoverem autores, ideias, temas e disciplinas. Portanto, através das coleções era possível criar coletivos de produção transformados em unidade a partir das escolhas do diretor. Não há casualidade na relação entre livros e coleções, há intenções que organizam negociações nos bastidores, nos prefácios, em jornais, nas notas de rodapé. Na *mise en scène* impressa nas apresentações e prefácios a defesa do livro se faz sobre o dito e o não-dito. Há silêncios sobre questões entendidas como perigosas ou triviais. O livro pode, enfim, tornar-se uma parte a dar coerência fictícia a um contexto maior de publicação.

A fim de nos apropriarmos dessa questão, propomos a análise da relação entre o livro *Os Africanos no Brasil* e a coleção *Brasiliana*. Interessa-nos, aqui, seguir os rastros de uma ideia comum que rondava os anos de 1930 com especial vigor e buscava dar coerência a um tempo: a intenção (confessa) de reunir fragmentos do Brasil e de brasilidade no corpus do nacional. Tal premissa unificadora servia de justificativa pública para a organização de coleções que projetavam a reunião de ensaios científicos diversos sobre o país, na totalidade de um mesmo catálogo a tornar legível a nação, ao mesmo tempo em que reconfigura esta nacionalidade. Assim, tal como retórica em defesa da centralização do Estado, grupos políticos diziam-se lançar ao combate à fragmentação do poder, dominado pelas chefias políticas locais, de modo a fundamentar a ação dos chamados “Revolucionários de 1930”, na realização das coleções seus artífices adotavam a retórica da unidade como móvel da produção bibliográfica nacional. Importante se fazia elaborar um marco de superação do passado, de forma a criar, no presente, o seu oposto arcaico: a dispersão e a irracionalidade dos antigos livreiros.

²⁵⁴ Ver FRANZINI, Fábio. Escrever textos, editar livros, fazer história: a coleção documentos brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1960). **Rev. Tempo e Argumento**, Florianópolis/SC, v.5, n.9, p.24, jan-jun/2013.

Como se sabe, o problema da unidade nacional e da regionalização era recorrente desde a década de 1920, momento de preocupação crescente com a construção de um Estado “verdadeiramente brasileiro”. Sobre esse assunto, o historiador Durval Muniz Jr. demonstrou que a demanda pela afirmação de um sentimento nacional e a nacionalização dos costumes, enfraquecida nos primeiros anos da República, assumiu lugar de questão central a ser resolvida durante os anos de 1920 em razão do aumento do fluxo imigratório. Segundo ele, tornou-se imperativa a “questão da assimilação dessa população advéncia ao corpo da nação e o nacionalismo”²⁵⁵.

Se no final do século XIX e início do XX o discurso republicano dirigia-se à contestação do regime imperial e travava-se uma batalha simbólica, opondo liberais e positivistas, com a primazia institucional dos primeiros, embora os segundos tivessem criado uma simbologia permanente²⁵⁶, três décadas depois de instaurada a república, a incredulidade em relação ao Estado liberal generalizava-se. No bojo dos resultados da primeira guerra mundial e da quebra da Bolsa de New York, ganharam espaço projetos autoritários de nação. Duval Muniz Jr. considera que “nestes projetos a ênfase positivista na integração do povo à nação volta a ser uma preocupação, bem como o caráter intervencionista e civilizador do Estado é acentuado”²⁵⁷. O Estado aparece enquanto “instituição tutelar” em pensadores como Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto, Sylvio Romero, Alberto Torres, Oliveira Vianna, Alfredo Ellis e Fernando Azevedo, para os quais o Estado brasileiro não se adaptava ao Estado liberal. Nesta linha de raciocínio, as marcas da inaptidão brasileira foram encontradas na herança étnica e na identificação de um processo de formação histórica de caráter comunitário avesso ao particularismo:

Seríamos mais sujeitos ao mandonismo, à oligarquia e ao clientelismo, só combatidos com a presença de um Estado forte, dirigente, que produzisse a verdadeira unidade nacional, acima dos particularismos e regionalismos, construindo nossa identidade enquanto nação, acima das diferenças de raça, de classes, de costumes, de regiões, aparência e de falares²⁵⁸.

²⁵⁵ ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. Esboços do Social: trabalho, Estado e regionalização no Brasil no início do século XX. Revista Porto, Natal/RN, n. 01, p.63, 2011.

²⁵⁶ CARVALHO, José Murilo. *Op.cit.*

²⁵⁷ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *Idem.*

²⁵⁸ *Idem*, p. 66.

A busca pela essência de uma identidade, capaz de igualar a todos na ideia de nação não constituía, portanto, o discurso dissonante de alguns. Diferentes grupos ofereceram respostas sobre os fatores entendidos como capazes de unificar o Brasil. Curioso é observar que, no plano das ideias e das práticas, essa busca por um Brasil essencial, uno, reunido sobre a noção de nacionalidade torna evidente uma dificuldade: o enfrentamento do disperso, a impossibilidade de apreender a totalidade sonhada ou retórica. Por isso, a afirmação renitente da unidade torna-a peça de narrativa política, na busca por significar, ao mesmo tempo, a ideia de nação e a natureza de suas partes. A construção da nação e da região compunha, assim, um mesmo processo, no qual coexistiram os projetos de exaltação da pátria e as expressões do regionalismo, lá onde Durval Muniz encontrou a emergência da ideia de nordeste²⁵⁹.

Quando Plínio Salgado, por exemplo, se ufanava da nação em sua *Geografia Sentimental do Brasil*, livro publicado em 1937, a tensão entre as partes e o todo e a defesa de um ideário de nacionalidade se expressam nas sendas do romantismo e da metafísica religiosa. No ano de criação do Estado Novo, Plínio Salgado publicou um livro de exaltação afetuosa à nacionalidade, dedicado à esposa Carmela e dirigido aos brasileiros de todos os partidos e todas as crenças. Escrito, segundo o autor, “de vagar e com amôr”, o texto postulava a nação enquanto destino inescapável de um sentimento de unidade interna a desafiar a dispersão, transformando-a em enigma místico da unidade.

Nessa descrição romântica, tributária das exaltações da natureza do século XIX, a geografia servia como mote de caudalosos sentimentos de nacionalidade, a procura do sentido íntimo e profundo da terra, entendido como condição humana: “No recolhimento mais íntimo sentimos o paiz dentro do nosso coração, presente no nosso sangue. É inútil procural-o, como é inútil fugir delle”²⁶⁰. Tal abordagem ufanista aparece regularmente nos ensaios do autor que, em *Despertemos a Nação* de 1934, apelava para a vocação inescapável do povo e da pátria, realizada através do clamor de um “instinto da raça, ao espírito nacional e ao sentimento das multidões”²⁶¹.

²⁵⁹ Ver ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

²⁶⁰ SALGADO, Plínio. **Geographia sentimental**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937, p. 21.

²⁶¹ DUTRA, Eliana Regina. Entre a melancolia e a exaltação: povo e nação na obra de Plínio Salgado. **Rev. Brasileira de História**, São Paulo, v.19, n.37, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt, Acesso em: 03/04/2014.

Este autor interpreta a nacionalidade enquanto destino e alma de um povo, recuperando o Romantismo de modo a buscar a essência da identidade coletiva na natureza e na decifração do passado. Dotada de alma, a nação seria, então, gerada “na tradição própria, na vocação e temperamento do povo, nas aspirações visando a uma destiNação histórica”, tal como afirma a historiadora Eliana Dutra²⁶². Mais que um culto radical prestado ao tempo e à história, tratava-se de uma atitude que, para inventar o futuro e vislumbrar a fatal realização da nação, lança-se ao pretérito, a selecionar origens.

Enquanto em Nina Rodrigues a existência de diferentes tempos, descritos como estágios de evolução da raça, era, grosso modo, uma constatação angustiante a apontar para a decadência futura, na concepção dos românticos a alma nacional brotava, inescapável e em simultaneidade, da geografia e da raça, do espaço e do sangue. A singularidade de um tempo medido pelo espaço transformava-se, então, em condição para pensar o Brasil, de modo a reconciliá-lo, no horizonte, com o tempo futuro. A defesa dramática da nação e de sua realização singular foi, também, levantada por Ronald de Carvalho em Bases da nacionalidade, texto de 1924, no qual advogava pela “destruição do preconceito europeu” e apelava para que fossem “destruídas as máscaras postiças que encobrem a verdadeira fisionomia dos povos americanos”²⁶³. Retirar “máscaras” e domesticar as diferenças, de modo a transformá-la em parte necessária do todo nacional. Eis o desafio da retórica romântica.

A necessidade de reconciliar unidade e diferença expõe um conflito mal resolvido do todo e das partes. Problema descrito por Plínio Salgado da seguinte forma: “para qualquer lado que se caminhe, o Brasil jamais será apreendido de forma absoluta”, pois, há “sempre o detalhe, uma peça a ajustar-se ao todo”. Nesta perspectiva, tais detalhes são partes de um todo geográfico e o tempo confunde-se com o espaço, encontrando significação e duração na paisagem:

A pátria, nos outros paizes, é uma coisa feita de tempo; aqui, é toda espaço. Quinhentos anos quasi não é passado para uma Nação. Por isso, nós a comprehendemos no presente, na synthese prodigiosa do paiz. Nas Nações mais antigas, a idéa de Patria é uma sequência defactos no tempo. No Brasil, essa idéa é uma simultaneidade de factos no Instante²⁶⁴.

²⁶² *Idem.*

²⁶³ *Idem.*

²⁶⁴ SALGADO, Plínio. Op. cit. p. 19-20.

E segue a afirmar: “a Pátria, como o mystério da eucharistia, é o milagre da presença simultânea, da presença irremovível e fatal”. Neste mistério, tratado pelo autor a partir de uma linguagem religiosa, as diferenças convivem como a particularidade de uma nação, cuja singularidade é existir pelo movimento sincrônico, pela duração do instante e pela pluralidade do espaço. A nação subjaz ao tempo, como a noção de eternidade, entendida por Santo Agostino como dimensão superior da temporalidade, capaz de fazer com que todas as coisas estivessem presentes em isocronia na relação com o divino, a comportar uma metafísica sem tempo²⁶⁵.

Nas longas distâncias a separar regiões, Plínio Salgado atribuía ao sentimento de nacionalidade o ponto de unidade, atravessando, portanto, as cidades históricas de Minas Gerais, as “cidades patriarchaes da Província Fluminense e do Norte de São Paulo”, as “cidades de germânicos telhados pontudos de Santa Catharina”, os ásperos espaços do sertão da Paraíba, do Ceará, de Sergipe e do Rio Grande do Norte. E segue a indagar, como quem conhece previamente a resposta:

Quem vos disse que sois diferentes?
 Acaso não vos enchem de poesia as mesmas commentadissimas histórias de amôr?
 Acaso não trepida em vós o mesmo ardor nas bravas e inuteis luctas políticas municipaes?
 Acaso, nas mesmas igrejas, não se reúnem os vossos habitantes, quando a morte os visita, quando os baptismos e os casamentos cantam as alleluias das novas gerações?
 Acaso os velhos prédios, os vossos velhos muros cobertos de hera e nobre os quais se debruçam toda a imensa poesia da terra brasileira?
 (...) Neste momento sinto a unidade da Pátria. Sim: ella é uma e indivisível²⁶⁶.

No mesmo ano em que Salgado publicou este livro sobre a metafísica sentimental da unidade nacional pautada pela simultaneidade a transformar o mapa do Brasil em poema, Gilberto Freyre lançou *Nordeste*, obra na qual produziu uma narrativa impressionista da ecologia social da zona açucareira. Assim como seu coetâneo romântico, Freyre situava-se no debate sobre a definição de quais elementos da paisagem construída e natural deveriam ser classificados como patrimônio histórico nacional.

²⁶⁵ Ver RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa 1** – a antiga narrativa histórica. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

²⁶⁶ SALGADO, Plínio. Op. cit. p. 41-3.

Apesar desse mote comum, há muitos elementos a diferenciar ambos os ensaístas. Em páginas escritas e “vivas”²⁶⁷, como afirmava, Salgado realizou uma descrição romanesca sobre as memórias de sua viagem do Rio de Janeiro ao Norte, lá onde encontrou o São Francisco, rio que chamou de sagrado, e os sertões de sequeidão e aspereza. Depois da viagem a bordo de um quadrimotor, a chegada em terras nortistas parecia trazer-lhe alguma familiaridade. O Rio São Francisco, que nasce na Serra da Canastra e percorre boa parte do Nordeste, convertia-se em testemunha dos anos e dos fatos. Salgado transforma os sentidos humanos em metáfora ao rio que “viu” sertanejos, “escutou o aboiado longo dos vaqueiros”, “assistiu as tropelias dos cangaceiros”, “conheceu Lampião pessoalmente”. Foi “testemunha dos crimes de tocaia”, “dos assaltos a mão armada”, “de assassinios e violências, de rezas e benzeduras, de noites trágicas e manhãs gloriosas”. Dotado de vida própria, o rio humanizado torna-se: “Chronista velho das façanhas dos Bandeirantes. Personagem na história de todos os municípios que percorre. Estrada líquida transportando, distribuindo, diluindo por toda a parte a alma nacional e o sentido profundo da Unidade do Brasil”. Salgado constrói um sentido bucólico de familiaridade do viajante com o rio Sagrado da Pátria: “Tomei banho na água do S. Francisco. Bebi água do S. Francisco. Agora me sinto mais brasileiro”. Na imersão das águas, a síntese da nação construída pelo instante²⁶⁸.

Por outro lado, a definição de Nordeste em Gilberto Freyre estava centrada na relação entre aspectos sócio-históricos e natureza. Ao lançar-se nesse projeto, propunha uma interpretação sobre a região, objetivando romper com a exclusiva representação de um espaço marcado de terra rachada, formada por “sertões de areia seca rangendo debaixo dos pés (..) de paisagens duras doendo nos olhos. (...). Os mandacarus. Os bois e os cavalos angulosos. As sombras leves como umas almas do outro mundo com medo do sol”. Para ele, havia outro Nordeste diferente daquele comumente retratado em “figuras de homens e de bichos se alongando quase em figuras de El Greco”²⁶⁹. Existia um Nordeste antigo e rico, com:

(...) árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchos-panças pelo mel de engenho, pelo peixe cozido com pirão, pelo trabalho parado e sempre o mesmo, pela opilação, pela aguardente, pela garapa de cana, pelo feijão de

²⁶⁷ *Idem*, p.8.

²⁶⁸ *Idem*, p.29.

²⁶⁹ FREYRE, Gilberto. **Nordeste**, 6. ed., Rio de Janeiro, Record, 1989, p. 41.

coco, pelos vermes, pela erisipela, pelo ócio, pelas doenças que fazem a pessoa inchar, pelo próprio mal de comer terra²⁷⁰.

Ao postular a existência de um lugar repleto de fartura, Freyre situava-se no debate sobre construção da nacionalidade e da região. Considerava que “dentro da unidade essencial que nos une, há diferenças, às vezes, profundas”²⁷¹ e, também, procurou responder ao problema da relação do todo com as partes, através da escolha de um Nordeste a protagonizar suas obras mais conhecidas: a região canavieira, apresentada pelo autor como um farto e afortunado celeiro da nacionalidade e da história. A escrita sobre esse passado encontra, no presente da narrativa, a contundente denúncia da ameaça representada pela ação depredatória das usinas para esta região²⁷².

Embora a narrativa de Freyre não carregue os matizes românticos encontrados nos escritos de Salgado e ambos os autores se posicionem em lugares diferentes no debate sobre o Brasil, os dois compartilhavam, como ponto comum, o fato de utilizarem a geografia enquanto recurso ao tratar do tempo. Porém, se para um o espaço constituía uma determinante de nacionalidade, para outro aparecia como condicionante de uma experiência histórica e social.

Salgado fez uma radical territorialização da dimensão temporal a fim de explicar a unidade num país cuja história, pensava ele, não tinha a duração de outras nações. Partindo da premissa de que a história brasileira não era suficiente para demarcar a diacronia da nacionalidade, apostou numa interpretação sincrônica capaz de tornar o instante significativo. Curioso é notar que a antropologia moderna, também, procedeu de maneira semelhante quando espacializou o tempo do “Outro” sempre sincrônico, de modo a diferenciá-lo da diacronia do ocidente²⁷³.

A profundidade da crise do tempo era indicada pela tentativa de resolvê-la através da duração simultânea da paisagem. Salgado acreditava, dessa forma, que, apesar de, no Brasil o tempo quase não passar a seguir os ritmos lentos da natureza e em descompasso com o tempo veloz e cheio de eventos das sociedades ocidentais mais antigas, não fugiríamos ao destino fatal da nação. A paisagem foi concebida,

²⁷⁰ *Idem*.

²⁷¹ *Idem*, p.42.

²⁷² Ver ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. *Op.cit*; HORTA, Regina. “Com açúcar, com afeto”: impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre. **Tempo**. Rio de Janeiro, n.19, p.125-47, set/2004.

²⁷³ Ver FABIAN, Johannes. **O tempo e o Outro**: Como a Antropologia estabelece seu objeto. Petropolis/RJ, 2013.

assim, enquanto testemunha de um pertencimento de uma duração singularizada pelo espaço. Em crise e ao tentar formular uma arquitetura do tempo/espaço, deixava-se escapar esquemas de interpretações contraditórios, pois Salgado indicava uma possibilidade histórica, concomitante com a ausência da duração baseada na história, de modo a apontar para uma realização futura calcada na “destiNação”.

Ora, o futuro constitui uma categoria construída a partir da noção de que o tempo passa e, portanto, possui duração. Outrossim, pode-se afirmar que o autor estaria a considerar que, a despeito de o Brasil viver na infância, com poucas memórias temporais, apenas as marcas espaciais tornavam-se fatos históricos a unir a duração recente do Brasil ao logo caminho que conduziria ao futuro. Onde os realistas não enxergavam horizontes, os românticos interpuseram a vocação, tal qual a eternidade agostiniana.

Para além da fábula das três raças enquanto marca de origem e formação do povo brasileiro, desde o século XIX, permanecia a necessidade de representar o futuro e, dessa forma, vislumbrar qualquer horizonte em um país onde o “outro” era de alguma forma o “nós” enquanto povo. Problema comum tanto para estudiosos que poderíamos classificar, apenas heurísticamente, como adeptos do realismo científico, quanto por aqueles que ofereciam resoluções para seus dilemas nos esquemas do romantismo.

Portanto, não se trata aqui de isolar a questão nos anos de 1920 e 1930. Afinal de contas, nas diferentes situações históricas em que a construção da ideia de nacionalidade e de povo tornou-se imperativa, as articulações entre as três dimensões do tempo figuraram como problema básico. Consideremos desta forma, que a tradição, a ação e o destino são os principais componentes da invenção política da nação. Num território de história colonial esse projeto encontrou especial dificuldade de realizar-se, pois, na geografia de pensamento Ocidental o Brasil era o “Outro”.

A busca pelo original como um selo de origem nacional constituía um fantasma a assombrar os escritores e estudiosos brasileiros que pretendiam situar-se em relação ao “mundo civilizado”. Assim como o dilema da originalidade brasileira, o problema do tempo mantém a seguinte constante desde o século XIX: como tornar visível o horizonte onde ele parece não existir? As maneiras de elucidar tal questão comum foram, certamente, diversas.

A despeito da conhecida diferença entre as interpretações acerca do futuro do processo de miscigenação que opõem Nina Rodrigues e Sylvio Romero,

importante é ressaltar a concordância de ambos quanto à identificação do hiato que, acreditavam, estava a separar o Brasil retórico do Brasil real, formado por durações diversas, pelo atraso, pela lentidão, pela ausência de povo. Por outro lado, os românticos do século XX recuperam a noção de povo e transformam a marcha lenta, a diferenciar o Brasil de outros países, em singularidade. Na paisagem e no interior da raça, a alma paira de modo a encontrar em cada recanto a nação. Deste ponto de vista, a unidade metafísica da pátria foi expressa como fado inexorável, destino vocacionado para o sagrado, no qual a diferença constituiria uma poesia sincrônica do espaço.

O trabalho sociológico de Gilberto Freyre seguia por outras vias. Interessava-lhe demarcar um lugar de destaque para o Nordeste açucareiro nos anais da história brasileira. Isso não significava apenas um desejo memorialista de retorno a um tempo harmonioso e antigo. O peso da memória na construção do passado na escrita de autores nacionalistas e regionalistas já foi bastante enfatizado pela historiografia²⁷⁴. Mas, qual o peso do futuro do presente da escrita?

O uso da expressão “decadência” tanto em Salgado quanto em Freyre nos oferece uma pista. A denúncia do empobrecimento dos costumes advindos com a modernidade, ameaçadora e voraz, coloca o escritor em ação. Torna-se imperativa a consciência do movimento, a possibilidade de modificar os rumos da história em direção ao futuro. Mais que uma representação saudosa do pretérito, trata-se de situar-se no movimento da história em busca do horizonte. Nesse sentido, o ato de divulgar ideias em forma de texto torna-se ação engajada no presente.

Quando Gilberto Freyre ressentia-se da ação depredatória das usinas a “transformar rios em mictório”, não partia apenas da constatação da decadência como a realização infeliz da queda da civilização nordestina que florescia nos canaviais pernambucanos, da qual nutria sentimentos de saudade. O livro torna-se mecanismo e objeto de ação para alguém que buscava distinguir-se dos estudiosos “necrófilos”, interessados no passado enquanto a morte de um tempo, do qual restam, apenas,

²⁷⁴ Sobre a construção do Nordeste enquanto espaço da saudade, ver o estudo do historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr. que analisa a chamada literatura regionalista e identifica a construção do saudosismo em relação a um espaço antigo marcado pelos canaviais e pela opulência das Casas Grande, que entra em decadência com a derrocada da produção açucareira, fazendo com que o eixo econômico deslocasse para o sul. Cf. ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz. *Op. cit.*

vestígios e saudade no presente. Em Freyre, a escrita compõe um mesmo processo de ação, questionamento e intervenção²⁷⁵, lançando-se ao futuro.

Importava, portanto, operar um deslocamento rumo à ação como contraponto da retórica. Para isso, encontrava contraponto na postura excessivamente teórica do fim do século XIX ou dos arroubos abstracionistas dos anos de 1920. Se antes muito se discutia, porém, pouco ou nada se fazia, agora os amadurecidos missionários da modernidade situavam-se em movimento, oposto à inércia atribuída a um antes. Talvez por isso Mário de Andrade confessasse, em 1942, que, embora a poesia, a ficção e a crítica saíssem renovadas do movimento modernista da década de 1920, o grupo estava profundamente limitado pelo desinteresse em relação à vida e orientava sua vocação ao puramente abstrato. Dizia ele: “Se tudo mudávamos em nós, uma coisa nos esquecemos de mudar: a atitude interessada diante da vida contemporânea”. Para Andrade, os modernistas, como ele, formavam a última expressão de uma geração de “abstencionistas abstêmios e transcendententes”, os “filhos finais de uma civilização que se acabou”²⁷⁶.

O problema da dispersão, da unidade, da nação, da ação, do movimento e do futuro que, como vimos, perpassam os textos de autores tais como Plínio Salgado, Ronaldo de Carvalho, Gilberto Freyre e Mário de Andrade, também serviu de mote para justificar a organização de coleções que articulariam a compreensão do Brasil através de livros sobre etnologia, história, relatos de viajantes, geografia, sociologia e outros campos. No caso da série Brasileira os títulos publicados foram escolhidos entre artigos, obras já conhecidas e ensaios inaugurais que, reunidos em um mesmo catálogo figuravam, então, como referências indispensáveis àquele que pretendia conhecer as coisas brasileiras. Não por acaso, foi no âmbito desta coleção que *Os Africanos no Brasil*, o mais conhecido livro atribuído à Nina Rodrigues, ganhou sua primeira edição.

No campo da produção de livros, particularmente no projeto da Nacional, a reunião de fragmentos em um arcabouço capaz de tornar a nação legível aparecia como uma missão semelhante àquela assumida pelo intelectual. Unificar o Brasil e o brasileiro consistia em condição fundamental para ajustá-lo ao ritmo da modernidade,

²⁷⁵ Ver ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Guerra e Paz**: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: ed. 34. 1994.

²⁷⁶ ANDRADE, Mário *Apud* BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 383.

ao mesmo tempo em que permitia a afirmação de uma singularidade. Para testar tal hipótese consideremos a relação entre *Os Africanos do Brasil* como alegoria ao disperso, e a coleção *Brasiliana*, enquanto alegoria ao unificado.

Aqui o conceito de alegoria será abordado inspirando-se em Walter Benjamin e seu conhecido estudo sobre o drama barroco. Porém, mobilizaremos, apenas, o ponto em que o autor apresenta a categoria como construção de sentido histórico e subjetivo a significar as coisas destituindo-as de existência intrínseca e confundindo a representação direta pelo símbolo, de modo a “dizer o outro” ou “dizer alguma coisa diferente do sentido literal”²⁷⁷. Isto é, primeiro, entendemos que o projeto de recuperação dos textos “perdidos” de Nina Rodrigues o transformou em alegoria à dispersão, contraposta pela publicação de livros. Estes últimos funcionam como alegoria à unidade, capaz de fixar postulados, ideias e escolas. Noutro nível, identificamos na coleção o instrumento mobilizador de uma unidade maior a significar redes e atribuir sentido ao título publicado vinculando-o a outros títulos.

O livro concluído depois da morte de Nina Rodrigues e objeto de seguidas edições a partir de seu lançamento no começo de 1933 constitui a formatação final de um texto incompleto, cujo material compunha a primeira parte dos estudos que Nina Rodrigues projetava publicar com *O Problema da Raça Negra na América Portuguesa*. Assim, esta obra não aparece deslocada e, nem tão pouco, delineia apenas o projeto pessoal de pesquisa levado a cabo por um médico, curioso quanto ao universo dos negros brasileiros, e interrompido pela morte do autor. De livro introdutório à perspectiva dos volumes futuros, tornou-se missão inconclusa nas mãos de Oscar Freire e, finalmente, apareceu enquanto obra recuperada nos anos de 1930.

Pode-se, assim, seguir os vários tempos inscritos no livro. Primeiro, no texto inacabado do início do século XX, no qual Nina Rodrigues descrevia, aos 43 anos, a sua trajetória enquanto estudioso sobre a questão racial, retornando a produções anteriores, de modo a evidenciar uma trajetória de pesquisa. Ao mesmo tempo em que lançou um olhar retrospectivo ao seu próprio trabalho de pesquisa, planejava a sequência futura do estudo em novos volumes. Segundo, o momento de guarda e reunificação do texto assumido por Oscar Freire, Homero Pires e Estácio de

²⁷⁷ Ver CEIA, Carlos. Sobre o conceito de alegoria. *Rev. Matruga*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 1-7, ago/1998; JUNKES, Lauro. O processo de alegorização em Walter Benjamin. *Anuário de Literatura*, Florianópolis/SC, n.2, p. 125-137, 1994.

Lima. Por fim, os fragmentos reunidos tornam-se objeto de publicação a partir de contrato firmado em novembro de 1932, seguido pelo lançamento das primeiras edições de diversos livros sobre a questão das relações raciais, como Casa Grande & Senzala, O Negro Brasileiro – Etnologia Brasileira; Folclore Negro no Brasil, Negros Bantus, entre outros. Cabe aqui, portanto, uma análise acerca da escrita, edição e fortuna crítica de Os Africanos do Brasil de modo a situá-lo no momento particular de formação de uma área de estudos que tomava o negro como objeto e, ao mesmo, construía o próprio itinerário enquanto ciência: a africanologia. Apesar de ter sido lançado contendo artigos já publicados no Diário da Bahia, Jornal do Comércio, Revista do Brasil e Kosmos, ao serem republicados em formato de livro, estes textos adquiriam uma nova visibilidade.

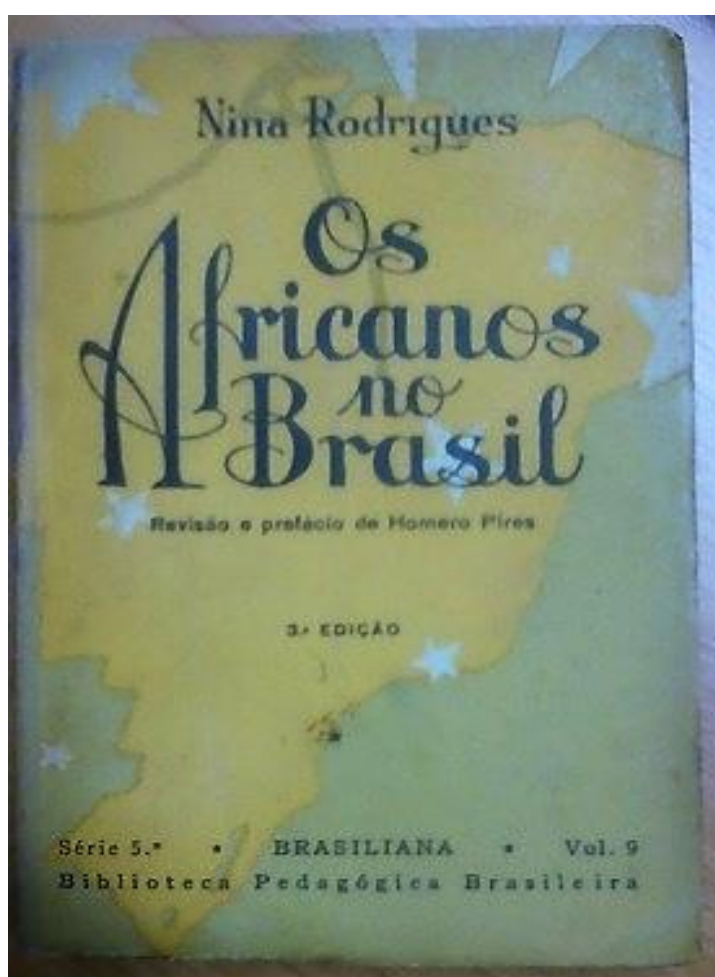
Porém, antes de tratarmos do itinerário de elaboração e apropriação de Os Africanos do Brasil em diferentes tempos e arranjos que agruparam no espaço do livro, fragmentos diversos de uma obra deixada em reticências e de nos debruçarmos sobre a fortuna crítica que teve este e outros textos de Nina Rodrigues, capaz de reinventá-los em diferentes momentos, percorreremos, sinuosamente, pelas redes impressas na apresentação (capas, contracapa e orelhas). Partimos, então, da seguinte questão: Na década de 1930, como se apresentava para possíveis leitores o exemplar de Os Africanos do Brasil?

Em primeiro lugar, o material não aparece de maneira isolada. Ele estava ligado a outros livros lançados pela coleção Brasileira, inserido em rede como estratégia editorial de produção, publicação e circulação. As considerações apresentadas a seguir não singularizam o livro de autoria de Nina Rodrigues, mas expõe a relação entre o título particular e o padrão de publicação adotado pela editora, capaz de transportá-lo para fora dele mesmo, com o objetivo de unificá-lo ao conjunto da coleção Brasileira, da Biblioteca Pedagógica Nacional e, de forma geral, à produção intelectual brasileira.

A materialidade do livro, editado em formato 12 X 18,5 cm, apresenta referências ao postulado da nacionalidade na capa bicolor, ilustrada com o mapa do Brasil, imagem cartográfica que, em 1937, Plínio Salgado definiria como “o mais belo poema da nação”. A gravura foi disposta de tal forma que aparece em destaque, no meio da capa, o centro-sul, do lado direito o desenho da costa, enquanto, do lado esquerdo, parte da região amazônica foi suprimida de modo que o conhecimento prévio de quem observa completa o mapa, presumido em sua totalidade. É como se

a composição gráfica sugerisse ao leitor uma viagem do mar para dentro, proporcionada pela leitura, cujo itinerário o conduziria a desvendar o Brasil aos poucos, tateando entre o conhecido e o desconhecido. Trata-se, portanto, da representação de um Brasil grande a extrapolar os limites da capa, a ser descoberto, gradativamente, através das lentes oferecidas pelos ensaios publicados nesta série de livros.

Figura 2 – Capa da 2ª edição de *Os Africanos no Brasil*



Nas orelhas encontra-se uma espécie de editorial, assinado pelo editor-chefe da Brasiliana, Fernando de Azevedo, acompanhado do indicativo das próximas publicações. Neste pequeno texto, o autor expunha as redes que ligavam um exemplar avulso qualquer ao todo (coleção, editora e Brasil) presente naquele amplo projeto editorial que, segundo ele, constituía “a mais vasta e completa coleção e

sistematização que se tentou até hoje de estudos brasileiros”. O editor objetivava demonstrar a alcance largo daquele empreendimento indicando a quantidade de temas que abrangia. Segundo ele, a série compunha-se de:

(...) ensaios sobre a formação histórica e social do Brasil, de estudo de figuras nacionais e de problemas brasileiros (históricos, geográficos, ethnológicos, políticos, economicos; etc.; de reedições de obras raras estrangeiras sobre assumptos brasileiros)²⁷⁸.

Nas palavras de seu editor e principal propagandista, a *Brasiliana* cumpria, portanto, a função de tornar o Brasil legível através da publicação sistemática de livros. Mais uma vez, nos deparamos com a crítica ao fragmentário e a apologia ao nacional. O combate à dispersão e a necessidade de constituir um corpus unificado da produção bibliográfica brasileira foram argumentos mobilizados por Azevedo para justificar a pertinência daquele empreendimento editorial:

Todos os que se dedicam a estudos sobre o Brasil eram unânimes em reconhecer as grandes dificuldades criadas, para as suas investigações, pela raridade de obras de informações e de consultas, muitas já esgotadas, outras por traduzir, quase todas dispersas. A C.E.N. propoz-se a colligir estas obras, reeditá-las ou traduzil-as, e a promover e estimular a produção deste genero reunindo, em uma série, não só os livros clássicos e os novos trabalhos sobre o Brasil e seus problemas, como todo o material de valor documental²⁷⁹.

Autoproclamada “Nacional”, a editora publicava uma série de estudos científicos reunidos, não por acaso, em uma coleção chamada *Brasiliana*. Apesar de alçar seu empreendimento à categoria de novidade no mercado editorial, o termo não era novo e fora inventado, provavelmente, por Manuel de Araújo Porto-Alegre, em 1843, a fim de nomear um conjunto de poesias publicadas, pela primeira vez, na revista *Minerva Brasiliense*. Trata-se de uma poética de exaltação romântica à nacionalidade e à natureza nos trópicos²⁸⁰. Assim, como as *Brasilianas* de Porto Alegre, a *Brasiliana* dirigida por Azevedo procurava significar uma unidade e uma singularidade do nacional. A coleção e a editora apareceram como redes tramadas para dar forma unificada ao disperso, a partir da reunião de obras julgadas importantes para a formação dos leitores e racionalizar práticas de produção editorial. Azevedo

²⁷⁸ Retirado das orelhas da segunda edição de 1935 de *Os Africanos do Brasil*.

²⁷⁹ *Idem*.

²⁸⁰ VERISSIMO, José. **História da literatura brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Brasília/DF: Ed. UNB, 1981, p. 98.

destacava a utilidade da série em sua aspiração à unificação de estudos fragmentários e atestava o sucesso da recepção da coleção junto aos consumidores:

A aceitação pública que granjeou desde logo a *Brasiliana* veio provar a utilidade e alcance desta iniciativa de coordenação e de systematização de estudos e de pesquisas sobre assumptos e problemas nacionais, encarados sob todos os seus aspectos²⁸¹.

Ao marcar o texto das orelhas dos exemplares com sua assinatura, Azevedo imprimia autoridade aos títulos escolhidos para a publicação, transformando-os em leituras consideradas indispensáveis à consulta daqueles que procuravam conhecer diferentes aspectos do Brasil. Sendo assim, o editor da coleção exercia uma autoridade capaz de legitimar as escolhas realizadas, de modo a indicar as leituras necessárias à formação do intelectual brasileiro. Ao tornar-se comum para um público formado pela elite de intelectuais e autodidatas, alvo direto daquele empreendimento, o nome do organizador da coleção funcionava como propaganda e uma espécie de alvará simbólico dos títulos publicados. “Fazer parte da Nacional significava circular por um seletto grupo que vinha se constituindo desde os tempos de Monteiro Lobato”²⁸².

Azevedo movimentava-se com facilidade neste ambiente. Figura destacada da reforma educacional empreendida no estado de São Paulo durante os anos de 1920 e redator do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, foi convidado a dirigir a *Brasiliana* por Octalles Ferreira e tornou-se seu primeiro editor. Gozando de destaque no meio intelectual e no âmbito educacional, ele reunia requisitos importantes para editar uma coleção que tinha como carro-chefe a produção de livros didáticos e pretendia competir com a Biblioteca de Educação, produzida pela Melhoramentos.

Na época em que foi chamado a integrar o corpo editorial da CEN, Azevedo lecionava sociologia da Escola Caetano de Campos, publicou críticas literárias no jornal *O Estado de São Paulo* e seu nome tinha grande projeção, não só pela participação no movimento reformista da década de 1920 e da ação efetiva na concepção e divulgação das ideias da Escola Nova, como, também, por seus vínculos

²⁸¹ Retirado das orelhas da segunda edição de 1935 de *Os Africanos do Brasil*.

²⁸² TOLEDO, Marta Rita de Almeida. A Companhia Editora Nacional e a política de editar coleções: entre a formação do leitor e o mercado de livros. In: BRAGANÇA, Aníbal. ABREU, Márcia; *Op. cit.* p. 144.

e trânsito entre diferentes agentes do poder público (“revolucionários” ou não) e participação efetiva no serviço de educação, tendo exercido a função de Diretor Geral Instrução Pública do Distrito Federal entre 1927 e 1930²⁸³.

Além desses pontos favoráveis, Azevedo fazia parte do círculo de amigos de Monteiro Lobato. Condição que, certamente, facilitou sua entrada na CEN. Ao lado destes elementos presentes na trajetória pessoal e profissional do primeiro diretor da Brasileira, havia um alinhamento entre a perspectiva editorial adotada pela CEN e os postulados “escolanovistas” propagados por Azevedo, cuja proposta básica era a de uma educação voltada para a nacionalidade.

Como já indicamos, a ideia de unidade e o conteúdo da nacionalidade estiveram presentes nas estratégias de apresentação dos exemplares publicados pela editora, tornando a materialidade do livro avulso, algo mais extenso que seu conteúdo. O livro fechado era o resultado de um projeto editorial, colocado em rede e ligado, por catálogo, à outros livros, sempre atualizado em cada edição. Sendo assim, nas orelhas da segunda edição de *Os Africanos do Brasil*, lançada em 1935, figuravam as próximas 17 publicações previstas para integrar a coleção no ano seguinte, incluindo, entre outros títulos, *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*, de Alfredo Elis Jr., *Sobrados e mocambos*, de Freyre, e *O Selvagem*, de Couto de Magalhães.

Na capa traseira aparecem os 51 volumes publicados até aquele ano pela Companhia Editora Nacional. Essa estratégia comercial, baseada na inserção do livro em rede, transformando um exemplar em propaganda de outros títulos, estendia-se aos anúncios em jornais e ajudava a difundir obras e autores escolhidos, transformando-os em conhecidos, mesmo entre aqueles que nunca folhearam seus livros.

Ressalte-se ainda, nos anos de 1920, as atividades de divulgação científica foram ampliadas mesmo sem a consolidação de uma tradição acadêmica ou de um “campo científico”, no sentido em que conceitua²⁸⁴. Profissionais liberais de diferentes

²⁸³ Ver PENNA, Maria Luiza. **Fernando de Azevedo**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

²⁸⁴ Na definição de Bourdieu, o *campo científico*, assim como o campo literário, funciona na interseção entre o texto e o contexto, se forma em um mundo intermediário entre esses dois pólos distintos e irreduzíveis entre si. Nos termos do autor, entende-se por campo científico “o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem, ou difundem (...) a ciência”. Isto é, forma “um universo e um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas”, compondo um espaço relativamente autônomo, embora sujeito às pressões externas mediatizadas pela lógica do campo. Cf BOURDIEU, Pierre. *Op.cit.*, 2004, p. 20-23.

áreas, tais como professores, cientistas, engenheiros, médicos, ligados às principais instituições de produção científica e educacional da capital federal seguiram a adotar a publicidade de atividades científicas como forma de traçar um caminho para institucionalização da pesquisa no país. Essa atividade de divulgação produziu alguns episódios singulares, como o ocorrido por ocasião da polêmica visita de Albert Einstein ao Brasil em 1925, cujas conferências atraíram muitos curiosos e contavam com a presença de poucos estudiosos.

Impressionado pela paisagem e pela “Deliciosa mistura étnica das ruas. Português-índio-negro em todos os cruzamentos. Espontâneos como plantas, subjulgados pelo calor”, Einstein relatou em seu diário a frustrada experiência científica vivida no Rio de Janeiro: “Sou uma espécie de elefante branco e, para mim, eles são uns tolos (...) Do que vale beleza natural e riqueza? Eu penso que a vida de um escravo-do-trabalho europeu ainda seja mais rica, sobretudo menos utópica e nebulosa”²⁸⁵. Se o estado dos estudos na área da física e das demais ciências naturais causava horror ao viajante famoso, o fato é que havia um grupo de estudiosos interessados em criar canais para afirmação da ciência no Brasil, entre os quais destacam-se Manoel Amoroso Costa, Henrique Morize, os irmãos Osório de Almeida, Juliano Moreira, Teodoro Ramos e Edgard Roquette-Pinto²⁸⁶.

Por meio deste pequeno grupo, o rádio emergiu como novo dispositivo na dinâmica da atividade de divulgação científica. A entrevista concedida por Albert Einstein quando estava no Rio de Janeiro, levada ao ar pela Rádio Sociedade, constitui um exemplo emblemático de como as ondas radiofônicas começavam a ser utilizadas na transmissão de notícias sobre as ciências. De forma geral, a radiodifusão juntava-se à circulação de notícias periódicas através de revistas e jornais diários, tais como *A Noite*, *Jornal do Brasil*, *Diário Carioca*, *Jornal do Commercio* e *Gazeta de Notícias*.

Os Jornais davam cobertura às visitas de cientistas, aos eventos, notícias internacionais e a publicação de livros. Os grupos editoriais – entre eles o de Octalles Ferreira – estavam fortemente articulados à imprensa diária e a utilizariam largamente como instrumento de propaganda para o seu produto através do noticiário e da

²⁸⁵ Ver TOLMASQUIM, Alfredo Tiomno. **Einstein, o viajante da relatividade na América do Sul**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2003.

²⁸⁶ MASSARINI, Luisa, MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fátima (Orgs.). Aspectos históricos da divulgação científica no Brasil. In: Op. cit. p.52.

publicação de resenhas. Sendo assim, a Nacional lançou mão de notas publicitárias a fim de convencer o público alvo a adquirir os títulos pertencentes ao catálogo da Brasileira, convidando-o a “conhecer o Brasil em todos os seus aspectos e seus problemas” por meio da leitura. Em 1935, a propaganda enfocava o sucesso e o volume do trabalho desenvolvido pela editora e informava a quantidade de títulos lançados nos primeiros quatro anos de existência da série, composta por “mais de quarenta obras publicadas! Perto do vinte no prelo!”. Como de praxe, todos os anúncios atualizavam o catálogo dos livros publicados e a publicar. Em 1938, por exemplo, a campanha publicitária da coleção informava ao público leitor do *Diário Carioca* que seu catálogo contava com 126 volumes. Isto é, o número de edições havia triplicado em relação à 1935.

Embora semelhantes ao catálogo impresso na capa traseira dos livros, as notas promocionais presentes nas páginas dos jornais mobilizavam estratégias de promoção que visavam chamar a atenção do público leitor de notícias, acrescentando às informações bibliográficas detalhes sobre a obra, como a existência de imagens no corpo do livro, com o objetivo de agregar-lhe valor. Isso ocorreu com *Os Africanos do Brasil*, cuja descrição do catálogo o apresentava como obra “profusamente ilustrada” e vendida a dez mil contos, valor médio dos livros editados pela coleção, cujos preços variavam entre seis e quinze contos. A circulação de notas publicitárias acompanhava a circulação do livro, uma vez que a Companhia Editora Nacional, localizada à rua Gusmões em São Paulo, distribuía seu produto em diversas livrarias do país, além de agregar a editora Civilização Brasileira, localizada a Rua Sete de Setembro na capital federal²⁸⁷.

Estratégia projetada para promover livros e conquistar um público conhecido, os anúncios recomendavam a aquisição do material pelo leitor interessado ao sugerir que os exemplares estavam quase esgotados. O anúncio da série promovia, ao mesmo tempo, o produto e a ideia de seu sucesso. Dessa forma, os títulos apareciam como leituras básicas e, portanto, indispensáveis. O leitor do jornal era, então, chamado a ler o Brasil de forma integral através da coleção que, diziam os editores, representava um “nobilíssimo serviço de systematização dos grandes trabalhos de erudição e de pesquisas nacionaes”²⁸⁸.

²⁸⁷ *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, ano XI n.3.102, p.7, 21 de jul/1938.

²⁸⁸ *Idem*.

Ainda com o fim de promover o material, o noticiário lançava mão de outras estratégias e apelava ao pessoal, por meio do elogio. Sendo assim, divulgava-se que estava à venda, em todas as livrarias do Brasil uma “coleção necessária que todo o intellectual se orgulha em possuir e não deve faltar nas bibliothecas públicas e particulares”²⁸⁹. Os grupos envolvidos nas publicações, entre eles editores e escritores, mantinham vínculos com o Estado, exercendo, inclusive funções administrativas. Coisa que, certamente, facilitou a presença cativa de determinados títulos e autores nas estantes das bibliotecas públicas do país.

Provavelmente, muitos leitores dos jornais diários jamais abriram qualquer um dos livros anunciados, ou sequer se detiveram diante dos anúncios, mesmo quando estas apareciam em destaque, estrategicamente dispostas. Deve-se observar, portanto, que, além da venda do livro como efeito imediato, esse tipo de publicidade, aliada às resenhas das obras, tivera um efeito mais profundo: a vulgarização de títulos e autores, expostos diariamente de modo a torná-los familiares mesmo àqueles que nunca chegaram a lê-los. A importância dessa relação estabelecida entre editoras e jornais pode ser observada nas pequenas notas informando o recebimento de livros enviados às redações, como ocorreu em 14 de maio de 1939, quando o Diário de Notícias notificou o recebimento de *As colectividades Anormaes* de Nina Rodrigues, livro lançado em 1939 por Arthur Ramos e publicado pela Civilização Brasileira.

As propagandas de jornais reforçavam a escolha dos livros indispensáveis para compor as prateleiras das bibliotecas particulares e públicas. No quadro de obras recebidas pela Biblioteca Municipal do Rio de Janeiro em 1933 constam, entre outros, os seguintes títulos: *As raças humanas e a responsabilidade penal do Brasil* e *O Alienado do Direito Civil Brasileiro*, de Nina Rodrigues, e *Psiquiatria e Psicanálise*, de Arthur Ramos²⁹⁰. Em dezembro de 1934, a Superintendência de Educação Suplementar registrava a aquisição de diversos livros, dos quais *O Negro Brasileiro* fora inserido na sessão de psicanálise, junto ao título *Leis Psicológicas da Evolução dos Povos* de Gustavo Le Bon, enquanto *Os Africanos no Brasil* fora classificado

²⁸⁹ **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, ano VI, n.2520, Rio de Janeiro, 05 de Mar., 1935, p.4; **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano XXXVII, n.13065, p.11, 15 de Jun/1937.

²⁹⁰ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XLV, n.118, p.20, 17 de Maio/1934.

como obra de História, agrupado aos estudos de Afonso de Taunay, V. Licinio Cardoso, Evaristo de Moraes, G. de Melo Leitão e Anygone Costa²⁹¹.

Sobre a questão da ampliação da leitura, a Livraria Quaresma apostava numa estratégia comercial diferente da CEN, baseada na venda de livros a preços baixos. Famosa por popularizar obras e autores desde o final do século XIX, através da flexibilização do preço, a Quaresma teve um papel importante na disseminação dos escritos de autores como Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Clementino Fraga, Leonidio Ribeiro, Afrânio Peixoto entre outros. Podemos verificar as estratégias da livraria no anúncio abaixo, publicado no “matutino de maior tiragem do Distrito Federal”:

Figura 3 – Propaganda da Livraria quaresma em 1941

SOCIEDADE

PROFESSORA BAREL, FOTO DEL
... (text continues)

MODAS
Por Lucie Seguir

**LIVROS!!! LIVROS!!!
MUITOS LIVROS!!!**

De graça ?? Quase de graça!!!

200 MIL VOLUMES DE OBRAS ESCOLHIDAS

ESCRITAS PELOS MAIORES ESCRITORES BRASILEIROS E ESTRANGEIROS — SOBRE TODOS OS RAMOS DO SABER HUMANO AO PREÇO DE

DOIS MIL RÉIS!!!

Cada volume

Seu livro novo e a seu preço popular de 48; 60; 80; 100 e 120 cada volume.

OS SEUS AUTORES SÃO: Artur de Azevedo; Nina Rodrigues; Clementino Fraga; Leonidio Ribeiro; Afrânio Peixoto; Gustavo Barroso; Olegário Martins; Padre Manoel Bernardes; Delgado de Carvalho; Benjamin Constant; Helio Pinheiro; Fernando de Magalhães; Medeiros e Albuquerque; Belforte Pereira; João Ribeiro; A. Antunes; Hugo Pinheiro Galvão; Ruy Barbosa; Pires de Almeida; Maria Carmo; Arnaldo de Moraes; Levi Carneiro e outros, muitos outros, sendo de todas as castas de firmeza literária e científica brasileira; entre os autores estrangeiros, encontram-se os mais notáveis de todos os povos da Terra.

**APROVEITEM ! APROVEITEM !!
APROVEITEM !!!**

.. NA ..

Livraria Quaresma

CASA FUNDADA HA 70 ANOS PARA COLOCAR O LIVRO
AO ALCANCE DE TODAS AS BOLSA

RUA SÃO JOSÉ, 71

MUSICA

Não há BOA VIAGEM SEM UMA BOA ROUSETA

ROUSETA'S DRESS é a mais recente criação da mais famosa casa de confecções do Brasil.

É o melhor de tudo o que há de mais moderno e elegante em roupa feminina. É o que há de mais bonito e confortável em roupa feminina. É o que há de mais barato e acessível em roupa feminina.

ROUSETA'S DRESS é a mais recente criação da mais famosa casa de confecções do Brasil.

É o melhor de tudo o que há de mais moderno e elegante em roupa feminina. É o que há de mais bonito e confortável em roupa feminina. É o que há de mais barato e acessível em roupa feminina.

Fonte: Diário de Notícias, 7 de jan. de 1941, Rio de Janeiro, p.9.

²⁹¹ **Jornal do Brasil**. Ano XLV, n. 295, 11 de dez., 1934, p. 21.

A publicidade da CEN apresentava descrições mais pormenorizadas dos títulos por ela editados. Apenas ocupando a atividade de venda do produto, a Quaresma adotava dois tipos de anúncio: um com detalhes e outro em poucas e repetidas palavras, capazes de empolgar mais rapidamente e chamar a atenção do leitor. Dizia a propaganda “Livros, livros!!!” e “Aproveitem, aproveitem!!”. A ênfase dada ao baixo custo e à quantidade de volumes, sem apresentar propriamente as obras (que não possuem títulos, apenas autores) aproximava do bolso e da preferência do consumidor, a livraria fundada no século XIX, cujo lema era “colocar o livro ao alcance de todas as bolsas”.

No início dos anos de 1940 alguns nomes gozavam de razoável projeção, facilitando o tipo de divulgação e de negócio desenvolvido pela Quaresma. Enquanto na década anterior as coleções como a *Brasiliana* procuravam afirmar-se como portavozes de um projeto coletivo de conhecimento do Brasil e de formação para o nacional a partir da produção de livros. Dessa forma, em 1937, por ocasião do lançamento do centésimo volume da série, a CEN lançou a primeira edição ilustrada de *História Econômica do Brasil* de Roberto Simonsen e fez uma cobertura especial em comemoração. Participaram da promoção da coleção diversos estudiosos que emitiam opinião como especialistas nas coisas nacionais. Partindo deles o elogio à *Brasiliana*, reforçava-se a pertinência das escolhas empreendidas para a série e o seu sucesso.

Entre as muitas considerações, Afrânio Peixoto garantia que, tal como “uma enciclopédia nacional”, a *Brasiliana* ensinava a conhecer o Brasil “pela terra e pela gente”. Roquete Pinto recorria a Carlyle e comparava a coleção a uma biblioteca, pois valia uma universidade inteira. Azevedo do Amaral lembrava que a iniciativa não encontrava “paralelo nas atividades da indústria do livro entre nós”. Gustavo Capanema, Ministro da Educação entre 1934 e 1945, definia a série como uma “viva e palpitante imagem do Brasil” e Anísio Teixeira afirmava: “a *Brasiliana* vem descobrindo o Brasil àqueles próprios que mais o julgavam conhecer”. Enquanto Monteiro Lobato asseverava: a coleção compunha “o retrato poliédrico do Brasil”. Gustavo Barroso a ligava ao tempo: “É uma revista do Brasil do Passado e do Brasil do Presente para o Brasil do Futuro”. Por seu turno, Frota Pessoa caracterizou o público leitor da *Brasiliana*, cujo mérito era o de “(...) estimular nas elites do país, e

entre os autodidatas, a curiosidade e o interesse pelo que é nosso, o que é a melhor maneira de trabalhar pelo Brasil”²⁹².

Os propagandistas da *Brasiliana* – cujas falas partiam de lugares de autoridade reconhecida pela rede de intelectuais – definiam a coleção como um retrato profundo, “poliédrico” e “palpitante” do país, uma vasta reunião de estudos que organizariam um conhecimento útil e denso sobre Brasil, revelado através da leitura de ensaios científicos oferecida às elites e autodidatas. A noção de novidade associava-se ideia de uma missão do presente em direção à unidade a transformar o Brasil distante, disperso e estranho aos brasileiros em território conhecido, ordenado, tangível, interligado, unido e legível. No *Jornal do Brasil* um dos ítems da propaganda definia a *Brasiliana* como “A maior obra de cultura nacionalista do Brasil”²⁹³. No correr do texto o propagandista afirmava ser o objetivo da coleção:

(...) estimular, atrair e congregar, para uma obra comum tão grande numero de colaboradores ilustres de todos os pontos do território nacional, dominados por um só pensamento: estudar o Brasil em todos os seus aspectos e em todos os seus problemas. Professores, geógrafos, historiadores e sociólogos de profissão. Investigadores de campos, militares do Exército e da Armada trazem a sua contribuição a essa iniciativa que tomamos de revelar o Brasil aos Brasileiros²⁹⁴.

O uso do nacional como topos justificava e naturalizava a presença dos diversos autores na coleção, como se a escolha dos títulos respondesse aos anseios de um coletivo imanente, a partir do qual Intelectuais e editores pareciam certos de que o conhecimento sistemático sobre a nação estava em amplo processo de construção onde antes havia tão somente produções fragmentárias e de difícil acesso. O Brasil finalmente olhava para si em conjunto e a *Brasiliana* lhe dava as melhores lentes. Essa era a estratégia de legitimação da editora e de seu empreendimento. Na prática, cabia a Azevedo selecionar os livros que deveriam vir à lume na coleção e compor o mosaico de “retratos fiéis do Brasil”, formatado pela sociologia, etnologia, política, geografia e meteorologia.

A construção da nacionalidade conduzia ao problema da originalidade, numa busca pela diferença, capaz de situar o torrão tropical no mundo. Em estudo sobre Oliveira Viana, Maria Stella Bresciane identifica um fundo comum entre os

²⁹² *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano XLVII, n.274. p.29, 07 de nov/1937.

²⁹³ *Idem*.

²⁹⁴ *Idem*.

estudiosos definidos por ela como interpretes e reinterpretes do Brasil: a noção de carência, da ausência de originalidade, da falta de capacidade criativa do brasileiro, afeito à mimeses, à importação de sentidos para o nacional. Essa sensação de que as ideias estavam fora de lugar, em um eterno descompasso entre as construções retóricas e a realidade constituía, segundo a autora:

Lugar-comum que paradoxalmente aprisiona, exatamente por ater-se à metáfora, cerne do argumento da ausência de identidade, de povo novo ainda em formação carregando a pesada e negativa herança lusitana.

Um raciocínio circular, portanto, relacionando a importação das ideias pelos defeitos atribuídos a nós, para no passo seguinte explicar exatamente porque persistimos no erro de importá-las. Seriam defeitos geneticamente transmitidos, herança maldita dos pais portugueses, não termos exigências mentais muito grande, de cultuarmos uma religiosidade de superfície, de demonstrarmos pouca estima às especulações intelectuais, porém, um amor pronunciado pelas formas fixas, pelas leis genéricas, construções da inteligência que representariam um repouso à imaginação? Nós frente os outros, sem dúvida o resultado de pressupostos catalogadores postulados pelo pensamento ilustrado já no século XVIII?²⁹⁵

A partir do ideal de uma história universal, adquire sentido uma crise do tempo, expressa através da identificação do descompasso entre a temporalidade lenta, repetitiva e atrasada atribuída à experiência dos trópicos, e a rapidez e protagonismo do tempo geral da civilização. Porém, a apropriação ocorre a partir de um lugar associado à diferença quando comparado com a Europa. A identificação de tal deslocamento cria uma fratura entre o tempo ideal e a experiência da temporalidade. Partia-se, portanto, da noção de que a história, enquanto consciência da diacronia, somente era possível de ser experimentada pelo homem dito civilizado.

No Brasil, a construção de uma narrativa sobre o nacional e a formação populacional passou pela incômoda evidência da existência de povos entendidos como incapazes de serem arrebatados pela história, pois eram vistos como destituídos de consciência temporal diacrônica. Portanto, certa convulsão do tempo ocorria na constatação do déficit existente entre uma experiência temporal baseada no movimento cheio de eventos da civilização e a experiência desinteressada do movimento, atrasada e lenta. Neste espaço, quase sempre descrito pelas impressões

²⁹⁵ BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O chame da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre os interpretes do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007, p. 142.

de viajantes e por impressões viajantes, o desafio colocado pela construção de uma ciência nacional foi o seguinte: como elaborar uma explicação histórica do lado dos trópicos, onde grande parte da população e o espaço carregaria a marca da diferença aos olhos do mundo “dito” civilizado.

Como vimos, o romantismo, em diferentes momentos, encontrava nessa diferença uma singularidade capaz de conciliar a nação e o tempo, enquanto os chamados realistas dedicavam-se a questionar o efeito de uma literatura a dissimular um estado de “civilização”, cujos espelhos refletiam um ideal de representação da realidade e, dessa forma, foram acusados de apresentar uma imagem deformada da experiência brasileira. Nessa crítica, a observação da realidade retiraria a máscara da idealização. Elaborou-se, então o seguinte esquema narrativo: enquanto, os românticos, grosso modo, teriam postulado o destino ao nacional como algo intrínseco ao povo e a terra, como materialização de uma história e de uma tradição, seus críticos tocariam o real em sua crueza. Vale ressaltar, tanto os chamados românticos, quanto os “realistas” criaram seus romances, mesmo quando não encontravam a nação feliz e harmônica no fim da história. Para ambos importava ajustar, artificialmente, o Brasil à História, com agá maiúsculo e enquanto coletivo singular. Segundo Koselleck, esta compreensão moderna do tempo resulta das reflexões iluministas sobre as singularidades que formam a “história de fato” ou da “história em si” na relação com o coletivo da História (Geschichte)²⁹⁶. Nos dilemas vividos do século XVIII elaborou-se, portanto, a ideia de que a história universal constitui a condição de possibilidade de todas as histórias particulares, tornando possível a escrita da história das nações²⁹⁷.

No caso de Nina Rodrigues, essas demandas do tempo inscritas na ordem do discurso e das práticas, apareciam de forma problemática na medida em que o tratamento da formação populacional e de suas origens poligênicas expressava uma diferença essencial estabelecida entre os povos com consciência diacrônica e os Outros, associados à sobrevivência de predisposições anteriores, nas quais a duração do vício e da queda aparecia como a expressão de uma herança. Nina Rodrigues, por exemplo, utilizou-se dessa noção da duração diferenciada do Outro para postular a imputabilidade de raças consideradas inferiores e de seus mestiços no âmbito da

²⁹⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Op.cit.* 2006, p.16.

²⁹⁷ GUIMARÃES, Manoel Luíz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: tensões na escrita da história do Brasil oitocentista. In: _____. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 69.

responsabilidade jurídica. Quando seguimos o processo de recuperação dos “livros perdidos” de Nina Rodrigues, encontraremos o mesmo problema de ajuste do tempo que, paradoxalmente, seguia a construir uma sincronia do Outro (ainda que no caso das populações de origem africana, tal “Outro” se transformasse em um “Nós” incômodo e próximo), como também a elaborar uma diacronia para a própria história do pensamento brasileiro no tratamento das questões sobre o negro, identificando acontecimentos que poderiam sugerir um ponto de origem e originalidade, o vazio e a retomada.

Em Nina Rodrigues, a elaboração da narrativa sobre sua originalidade e pioneirismo enquanto estudioso permitiu a apropriação/construção de uma imagem fundadora para justificar a promoção de três áreas disciplinares: Etnologia, Medicina Legal e Psicologia Social. Vale ressaltar que os fragmentos dispersos dos estudos realizados por ele entre 1890 e 1905 foram recuperados, reunidos e publicados em um momento no qual as ideias de rompimento com o passado imediato da república fundada em 1889 e as críticas às suas instituições protagonizavam ações no campo político e no pensamento social brasileiro. Fazia-se recorrente a constatação de que a república instalada no Brasil constituía uma cópia mal formatada de outras experiências ocidentais. Assim, o termo “República Velha”, inserido nos livros de história para tratar desse lugar-tempo, foi forjado pelos ditos “revolucionários de 30” e ideólogos das reformas articuladas desde a década de 1920 que deram sustentação intelectual ao governo Vargas.

Periodizar não é um esforço aleatório, mas um ato de nomeação do tempo, de modo a organizar durações, estabelecer ordenamentos temporais. Em outras palavras, nomear o tempo, desde as construções da Ilustração sobre a História, significa articular passado, presente e futuro, sempre de forma interessada e em perspectiva, estabelecendo o novo e o velho. É nesse sentido, que a forja de pares opostos a diferenciar a “República Velha” do “Estado Novo” estabeleceu dois blocos distintos e homogêneos, temporalmente bem delimitados. No primeiro, habita o Brasil antigo e obsoleto, no segundo o Brasil moderno, progressista, em processo de construção, para o qual as estruturas criadas durante o Estado Novo funcionariam como desdobramento inevitável da revolução deflagrada em 1930. Sobre esse assunto Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu consideram:

(...) que tal periodização, reforçando formas de nomear/compreender o tempo, está defendendo valores e criando concepções ligadas a uma tradição inventada de antiliberalismo, que condena não só as ideias liberais, como também suas práticas, seus atores sociais e suas instituições e organizações político-culturais. As eleições, os parlamentos, os partidos políticos e os variados tipos de associativismo são, assim, geralmente desqualificados como ineptos e/ou desnecessários. Essas práticas participativas, expressas em organizações e movimentos que reuniam atores diversos são, assim, minimizadas e/ou apagadas²⁹⁸.

A noção de “revolução” e a crítica ao liberalismo, no plano internacional materializada pela quebra da bolsa em 1929 e, no Brasil, pela ênfase na decadência da república liberal oligárquica, formaram elementos chaves na construção imaginária de um Brasil novo, capaz de romper com antigos grupos políticos e sua “velha” república fraudulenta, fragmentada e frágil. Mais uma vez, subjaz a assertiva de Sylvio Romero (1907) acerca do “grande mal” a atingir o corpo nacional, mas agora a cura parecia próxima e vitoriosa no combate a ilusão de ser o Brasil uma nação desenvolvida e luminosa, quando suas entranhas eram feitas de desordens e tempos lentos, de Leis inócuas, cópias baratas de modelos europeus, de populações distantes e abandonadas. De um Brasil que, entre 1889 e 1930, esteve a esquecer-se patologicamente da realidade e viver em delírio, para ruir diante da inevitável modernidade trazida pelos autoproclamados “revolucionários” e “reformadores”²⁹⁹. Ora, revolução é um termo que, em sua etimologia latina, trata de retorno, tem caráter cíclico, fala de mudança de trajetória e volta ao ponto de restauração. Por isso, fora entendido por Políbio, Aristóteles e seus seguidores como círculo das constituições naturais. Foi ao sentido latino trans-histórico e natural que Copérnico se referia ao escrever *Revolutionibus Orbium Coelestium*. Porém, desde o século XVIII este termo passa a demarcar uma ruptura histórica expressa de forma universal, amplamente divulgada desde a Revolução Francesa, venceu se sobrepôs à noção de retorno³⁰⁰. Os chamados revolucionários de 1930 se apropriaram dessa ideia de ruptura com o passado, com o velho, de modo a fazer emergir uma linguagem sobre o novo, sem

²⁹⁸ GOMES, Ângela de Castro, ABREU, Martha. Apresentação. **Tempo**, Rio de Janeiro, n.26, p.3, 2009.

²⁹⁹ Um exemplo disso nos é dado pelo relato de Paschoal Lemme sobre a atuação do “reformista” Fernando de Azevedo depois da vitória dos revolucionários de 1930. Segundo ele, Azevedo que fora nomeado ao cargo de Diretor Geral da Instrução Pública da capital federal pelo prefeito Antonio Prado Jr, e sua equipe sofreram perseguição política depois de deflagrada à chamada revolução. Mas, paradoxalmente, as iniciativas e ideias de Fernando Azevedo exerceram influência decisiva sobre as ações educacionais adotadas pelo governo de Vargas, sendo convidado a integrar as atividades de organização do Ministério da Educação na comissão que tratava do ensino técnico-profissional. Cf. LEMME, Paschoal. **Memórias**. Brasília/DF, São Paulo: INEP/MEC; Cortez Ed. 1988, p. 76.

³⁰⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Op. cit.* p. 65-7.

guerra civil, sem sangue, sem violência, sem romper com as configurações sociais anteriores.

Certamente, havia diferença, inclusive de ordem política, entre os grupos e pessoas que assumiam como ponto central de seus discursos a superação do passado e promoção de mudanças capazes de ajustar o Brasil à modernidade. No entanto, a ideia de descontinuidade com o estado de coisas anterior era mobilizada de forma comum por diferentes agentes. Sendo assim, não nos parece surpreendente, nem tão pouco casual, a escolha do ensaio *Figuras do Império*³⁰¹ como título de abertura da série Brasileira.

No nível retórico, o passado republicano, transformado em ruínas, permitia erguer, vitorioso, um novo Brasil. Não foi por acaso que o uso da palavra “reconstrução” fazia-se corrente entre os “reformadores” do Estado que, ao tratar da história republicana, demonstravam enxergar atrás de si apenas escombros, como na famosa analogia de Walter Benjamin entre a história e o *Angelus Novus* de Klee: ambos se colocavam diante de ruínas acumuladas atrás de si e impelido ao futuro e ao progresso por uma tempestade que sopra do paraíso³⁰².

Foi ao topos da “reconstrução” que recorreu Fernando de Azevedo ao redigir o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932³⁰³. Esse documento postulava a necessária adaptação do sistema educacional brasileiro à modernidade, de modo a construir, sobre os escombros da educação tradicional – empírica, verbalista, burguesa e individualista – a educação socializada, por meio da escola “nova” – científica, baseada em valores gerais da humanidade e na concepção do indivíduo como parte de um todo social³⁰⁴.

Neste ponto, vale ressaltar que as noções de “revolução”, “reforma”, “reconstrução”, e “velho/novo” não estiveram circunscritos, apenas, ao discurso e aos motivos políticos consagrados pela historiografia, aparecendo dispersa e deslocada em diferentes práticas. Grosso modo, distintos grupos se movimentavam a considerar

³⁰¹ Trata-se do ensaio escrito por Baptista Pereira, inicialmente em 1927 para o Jornal do Comércio, e transformado em livro em 1931, editado pela Nacional. O livro, cuja primeira edição teria se esgotado em menos de três meses de lançamento, discorre sobre “anedotas” e fatos ocorridos com integrantes do governo imperial.

³⁰² BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História*. In: _____. **Magia e técnica, arte e cultura: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 246.

³⁰³ Ver. CÂMARA, Sonia. “Progredir ou desaparecer”: o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 como itinerário para a construção do Brasil Moderno. In: MAGALDI, Ana Maria; GONDRA, José G. A. **A reorganização do campo educacional no Brasil**. Rio de Janeiro: 7letras, 2003.

³⁰⁴ GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da educação**. Cortez. São Paulo, 2003, p. 31-5.

que todos os ramos da vida social estavam em reforma. Ao olhar para o passado, dos anos de 1970, Carlos Guilherme remete-se a ruptura no meio intelectual em estudo sobre ideologia, demarcando como primeiro ponto de inflexão da historiografia brasileira o ano de 1933, apresentado enquanto marco de “redescoberta do Brasil”, caracterizado pelo surgimento de novos estilos delineados desde o movimento modernista. Segundo ele, foram desautorizadas as verdades presentes em cânones como Varnhagen, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna. O velho para Mota era o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com sua história de heróis, posta em xeque pelas obras de Caio Prado Jr (1933), Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Hollanda (1936) e Roberto Simonsen (1937)³⁰⁵.

No ambiente editorial, além do conteúdo dos textos selecionados para publicação, encontramos como retórica comum a consideração de que a década de 1930 demarcava uma nova experiência de formatação, publicação e difusão de livros prometendo romper com a lógica de produção dos livreiros antigos, definidos por H. Pongetti, em 1937, como “os mais completos analfabetos”, uma vez que, segundo ele: “O Brasil lê como só imaginávamos que pudesse ler em 1960”³⁰⁶. No anseio de delimitar a diferença entre as novas práticas editoriais, nas quais os irmãos Pongetti queriam incluir-se, e os livreiros com seus modos de produção e distribuição considerados antiquados, os “revolucionários” do campo editorial assumiam para si a missão de ajustar o Brasil à modernidade. Na qual o futuro fazia-se presente e tempo dos escritores e leitores adiantava-se ao tempo das práticas de produção e distribuição de livros. Sendo assim, o passado, anacrônico e invasor do presente, deveria ser superado para, enfim, dar lugar às novas estratégias de formatação, impressão, divulgação e circulação de livros.

Estava na ordem do dia para os editores reivindicarem para si um lugar de destaque entre os missionários da modernidade em oposição aos antigos, se autodefinindo como “revolucionários” das práticas editoriais. Parece ter sido essa a intenção de Monteiro Lobato quando, em 1943, cedeu uma entrevista à Revista Leitura, na qual qualificava de “revolucionária” sua atuação no ramo das publicações. Mesmo tendo ido à bancarrota em 1925, Lobato olhava retrospectivamente para a

³⁰⁵ MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)**: pontos de partida para uma revisão histórica. 3.ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 27-29.

³⁰⁶ PONGETTI, H. *Apud* PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: um estudo das editoras e dos editores, das editoras e das coleções. **Rev.BIB**, Rio de Janeiro, n.26, p.58, 1988.

própria trajetória como editor de forma positiva e identificava a revolução que alegava ter produzido no emprego de métodos editoriais novos, tais como “a criação de uma rede nacional de distribuição de livros, a publicação de novos autores, o pagamento de direitos autorais e a renovação gráfica dos impressos”³⁰⁷. Em estudo sobre o assunto, Cilza Bignotto concluiu que, apesar de dizer-se um “editor revolucionário” e ser responsável pela sistematização do antigo comércio de impresso, Lobato era tributário de práticas editoriais desenvolvidas no Brasil ao longo do século XIX, incluindo a existência de uma rede nacional de distribuição de livros³⁰⁸. Conforme já demonstramos, Monteiro Lobato esteve ligado à CEN, cujas práticas de publicação também refirmam a ideia de criar-se uma rede nacional de produção e circulação de livros, atribuindo sua ação a um antes, onde vigoraria a dispersão editorial, reforçando-se assim a diferença com os livreiros antigos.

Assim como outras coleções, a Brasileira assumia uma postura articuladora, privilegiando conteúdos nacionalistas, não apenas nos discursos de seu diretor, mas, também, nas práticas editoriais. A montagem de um mosaico de livros, capazes de dizer que o Brasil abria espaço para um conjunto de discussões entendidas como capazes de construir uma identidade nacional e, portanto, justificar as escolhas para compor o catálogo. O editor articulava uma rede de autores e, assim, criava-se a imagem de que a história do livro, do pensamento e do Brasil estava em movimento.

Diferenciando-se do passado pela racionalização de uma produção sempre associada ao disperso, ao raro, ao pouco circulável, voltava-se à história para explicar o Brasil e inventar uma tradição, através da edição dos relatos de viajantes estrangeiros, das obras historiográficas e de ensaios etnológicos. Neste ponto, voltemos aos Africanos no Brasil, livro de um autor falecido e cujas produções datam do final do século XIX e primeiros cinco anos do XX. Não foi um contemporâneo ao projeto da coleção no sentido cronológico do termo, mas teve seu livro mais conhecido e divulgado a partir desta série, ocupando um lugar no amplo aspecto de estudos que pretendiam revelar o Brasil, encaixando-se ao compartimento destinado à etnologia e à história. Nunca se falou tanto em Nina Rodrigues e nos seus fragmentos textuais ou disjectas membra quanto nos anos de 1930.

³⁰⁷ BIGNOTTO, Cilza. Monteiro Lobato: editor revolucionário? In: ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal. Op. cit., 2010, p. 126.

³⁰⁸ *Idem*, p.126-36.

3.2 Os Africanos no Brasil e outras “Disjecta Membra”

Publicado 26 anos após a morte do autor, *Os Africanos no Brasil* veio à lume em um momento definido por estudiosos dos assuntos brasileiros como cientificamente redefinidor das discussões sobre o país, de forma geral, e sobre o negro, de forma particular: a década de 1930. Sendo assim, esse livro, tal qual outros, apareceu como material pedagógico de iniciação às ciências, cuja seleção foi direcionada pelas demandas editoriais e intelectuais daqueles que compunham a Companhia Editora Nacional, cuja pretensão era orientar a formação dos leitores brasileiros.

No processo de constituição do campo dos estudos antropológicos sobre o negro, *Os Africanos no Brasil*, assim como outros ensaios de Nina Rodrigues, causava algum incômodo ao tratar das relações raciais a partir de esquemas explicativos avaliados como superados, pois se baseavam em pressupostos biológicos e postulavam, grosso modo, a inferioridade do mestiço. O distanciamento temporal entre a produção de Nina Rodrigues e a republicação de seus estudos em forma de livro ajudaria a depurar suas contradições com um regime de verdade científica presente que reinterpretava as relações entre brancos e negros no Brasil através do paradigma do cultural.

Nono título a compor o catálogo da *Brasiliana*, *Os Africanos no Brasil* aparecia como material de referência e, nos anos seguintes ao seu lançamento, tornou-se peça constantemente citada nos estudos sobre a experiência africana no Brasil, tanto como objeto de crítica, quanto como item de consulta de dados obtidos a partir da comparação e da observação direta.

Combinando textos inéditos e artigos publicados em periódicos, o livro funcionou como uma espécie de síntese do itinerário de pesquisas desenvolvidas durante 15 anos por Nina Rodrigues na área de “africanologia”, como diziam os ditos restauradores do estudo sobre o negro. Apesar de ser identificado até 1933 como o material mais completo sobre o negro brasileiro, figurava, paradoxalmente, enquanto trabalho inacabado, cuja interrupção deveu-se a fatídica morte do seu autor.

Com o interesse renovado pela linguagem e pelas práticas religiosas dos negros brasileiros, alguns alunos e outros identificados com a produção de Nina Rodrigues enxergavam um filão nas reticências deixadas pelo projeto inacabado “do

mestre”. Dessa forma, construíram, nas suas práticas e nos seus discursos, uma linha sucessória, associando a atuação individual e elaboração de uma história do pensamento social brasileiro. Pensado como marco bibliográfico da retomada dos estudos sobre os africanos e seus descendentes, o livro seria signo do preenchimento de uma lacuna. Depois de longo hiato deixado pela morte e pelo desdém, *Os Africanos no Brasil* poderia ocupar o lugar de clássico mesmo antes de ser lançado, pois os textos de Nina Rodrigues sobre o animismo, fetichismo e as ilusões do catolicismo, publicados e revisados para o formato de livro em francês, compunham um ensaio definido como “inicial” e inaugural. Nos dizeres de Arthur Ramos em março de 1935:

O que há de surpreendente, neste ensaio inicial, é a reunião directa e interpretação de observações, independente de cotejos com os pesquisadores estrangeiros das religiões africanas, trabalho de aproximação feito em época ulterior por Nina Rodrigues, principalmente no que se refere as obras fundamentais de A. B. Ellis sobre a religião dos yorubanos e dos gêges da Costa dos Escravos, na África Occidental³⁰⁹.

No ano de lançamento de *Os Africanos no Brasil* constava da lista de publicações de Nina Rodrigues: monografias, memórias sobre Medicina Legal e assistência asilar, muitos artigos em revistas nacionais e internacionais e quatro livros: *As raças humanas e a responsabilidade Penal no Brasil* (1894); *L' Animisme Fetichiste des negres de Bahia* (1900), *O Alienado no Direito Civil Brasileiro: Apontamentos Medico-Legaes ao Projecto do Codigo Civil* (1901) e *O Manual de Autopsia Legal* (1901). Este último foi o único a não ser republicado. Quanto à segunda obra, antes da edição realizada no âmbito da BDC, tratava-se texto acessível àqueles que conheciam o francês ou dispunham dos números da *Revista Brasileira*. Reeditado por Ramos em 1935, a originalidade deste trabalho foi, mais uma vez, evocada e Nina Rodrigues aparecia como pioneiro, não apenas no Brasil, mas, também, no mundo. Em cena, novamente, as descrições realizadas sobre os rituais praticados pelos negros baianos a partir do levantamento de dados e observação das práticas religiosas existentes nos terreiros da Bahia, sem consultar a bibliografia do Coronel Ellis. O ensaio sobre a religiosidade fetichista dos negros baianos figurava como trabalho original pela observação singular e projetava-se que, futuramente, seria comparada as conclusões de autores estrangeiros. Em 1941, Djacir Menezes resumiu

³⁰⁹ RAMOS, Arthur. *Prefácio*. In: NINA RODRIGUES, Raymundo. **O animismo fetichista dos negros bahianos**, 2. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1935, p. 7.

o alcance e vulgarização dessa ideia de pioneirismo, inserindo Nina Rodrigues na condição de inequívoca de fundador, mesmo em relação à produção internacional:

A Nina Rodrigues – um verdadeiro precursor das pesquisas científicas realizadas depois, nos Estados Unidos, na espera dos fenômenos da culturação do negro no Novo Mundo – cabe a originalidade de muitas conquistas, pretensamente atribuídas a outros investigadores. Ele soube examinar o laboratório vivo que a cidade do Salvador oferecia a suas visitas. Soube ver, avantajando-se ao critério de seu tempo
Era o que Arthur Ramos – o mais original continuador dos trabalhos de medico-legista da Bahia – reclamava para a jovem ciência do Brasil, em nome da justiça, numa sessão da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia³¹⁰.

Como já apontamos no capítulo anterior, em considerações sobre a monografia de Nina Rodrigues, Marcel Mauss (1900) ressaltou a ausência de referência aos trabalhos do Coronel Ellis sobre os iorubás como ponto mais frágil do ensaio *L'animisme fétichiste des négres de Bahia*³¹¹. Aqueles que assumiram o papel de sucessores de Nina Rodrigues retomaram o mesmo argumento do proclamado “mestre” e concluíram, mais uma vez, ter sido a ausência de interlocução favorável ao trabalho de investigação empírica, provando a originalidade e legitimando a sua condição de autor. Por outro lado, os textos que integram *Os Africanos no Brasil* representavam, ao mesmo tempo, o inédito e o maduro de sua obra, capaz de ser transformada em clássico, ao religar passado, presente e futuro na evidência da incompletude de um trabalho aberto e sem ponto final.

A construção, em linha reta, da história de uma área de conhecimento está montada com todos os elementos necessários: um fundador, uma obra e discípulos a agirem, no presente, a fim de ocupar um espaço descrito como vazio. Nessa narração compartilhada, tornava-se possível vislumbrar gerações, descrever embates, definir uma ausência. Os livros reeditados na década de 1930 funcionaram como emblemas materiais de uma narrativa sobre o legado e a geração. Nesse enredo, *O Animismo feticista dos negros baianos* ocupava o lugar de trabalho inaugural e *Os Africanos no Brasil* situava-se como “obra capital”, ainda que sua formatação final deixasse escapar o caráter fragmentado e inacabado do texto. Na fortuna crítica do livro, o polígrafo João Ribeiro afirmava em 1933 que:

³¹⁰ MENEZES, Djacir. A Manhã, Rio de Janeiro, ano 1, n.93, p.4, 23 de Nov/194.

³¹¹ MAUSS, Marcel. L'Anée Sociologique. 1900. GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa (Tradução), **Caderno de Ciências sociais**, São Luiz/MA, jul/Dez., de 2005, p. 124.

Nina Rodrigues escolheu acertadamente este thema por demais esquecido e alcançou resultados notáveis que se incorporaram nesse livro, aliás inacabado e fragmentário.

De vez em quando, em revistas especiaes publicava algumas monographias e ao mesmo tempo deixou entre os papéis numerosas notas e escritos do seu predillecto assumpto, agora reunidos pelo diligente cuidado de Homero Pires.

A bem dizer o material recolhido era considerável e importantíssimo. (...)

Temos, pois, todo o trabalho, duas vezes, interrompido pela morte, hoje reunido embora sob visíveis fragmentos do que poderia ser, na conclusão, mais inteiro e mais completo.

Ainda assim, é esse o livro mais completo que possuímos sobre a raça africana transplantada para o Brasil. (...)

Esse é o livro agora publicado e um dos números mais consideráveis da bibliografia brasileira dos últimos tempos.

Sem duvida, é possível divergir de Nina Rodrigues em certos conceitos, como por exemplo, o da supremacia das raças super-equatoriaes da África que foram mais cultas, mas não as mais numerosas da imigração negra. Daí talvez excessiva importância aos Haussas que realmente figuram em algumas rebeliões, mas sempre aliados aos Nagôs. (...)

Em cuba, um erudito Fernando Ortiz tem feito muitos apreciáveis estudos sobre o afro-negrismo local. Poucos outros sábios conheço que se tenham dedicado à especialidade. No Brasil, Nina Rodrigues espera ainda continuador do observador e do cientista.

Por enquanto, esse é o livro capital sobre a raça negra no Brasil³¹².

Em seu comentário Ribeiro destacou alguns elementos importantes sobre a recepção do livro nos anos de 1930: a noção de ausência e esquecimento como motes a situar a pertinência daquela publicação; a existência de papéis e notas inéditas guardadas e tornadas públicas; a transformação do livro em obra mais completa sobre o tema, mesmo composta por fragmentos textuais e, finalmente, a constatação de que Nina Rodrigues era, naquele momento, a principal referência sobre o assunto no Brasil, cujo trabalho de pesquisa carecia de um continuador.

Nos primeiros anos posteriores à publicação de *Os Africanos no Brasil*, o livro foi recebido por aqueles que se autoidentificavam como agentes da retomada efetiva dos estudos sobre o negro de forma dupla: por um lado importava evidenciar o caráter original da obra recuperada e a riqueza de suas descrições, por outro, maldizia-se os seus pressupostos, em nome da reabilitação da mestiçagem como característica particular da nacionalidade. Situava-se, assim, no tempo os novos caminhos seguidos pelo pensamento social brasileiro, de modo geral, e dos estudos antropológicos de forma específica. Demarcava-se, portanto, um antes que precisava ser lido e, concomitantemente, superado.

³¹² RIBEIRO, João. Registro Literário. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XLV, n.109, p.8, 10 de maio/1933.

Os Africanos no Brasil entregava uma obra a um autor que figurava no meio intelectual das décadas iniciais do século XX como um dos poucos a desenvolver trabalhos sobre o negro. Em levantamento acerca de pesquisadores e estudos a esperar vulgarização, o Almanaque Brasileiro Garnier de 1907, sob a direção de João Ribeiro, destacava no campo dos estudos etnológicos o nome de Nina Rodrigues, ao lado de eruditos como Alfredo de Carvalho, Barão de Stuart e Fernando Ortiz³¹³.

Mas tarde, Nina Rodrigues seria consolidado como fundador ou uma espécie de “mito de origem” da antropologia sobre o negro. Nesse esquema, entendemos que *Os Africanos do Brasil* representa um material importante, uma alegoria ao inacabado e à noção de continuidade. Podendo aparecer, ao mesmo tempo, como obra datada e atualizada. O Alienado no Código Civil Brasileiro foi o primeiro livro reeditado, por iniciativa de Afrânio Peixoto. Porém, foram Oscar Freire e Homero Pires os primeiros responsáveis pela iniciativa de organizar fragmentos textuais com o objetivo de publicar um livro inédito de Nina Rodrigues. Pouco tempo depois Arthur Ramos reeditou o Animismo fetichista dos negros bahianos (1935) e organizou o conjunto de textos a compor o livro *As colectividades normaes*, por meio da BDC.

A reunião de estudos diversos em livros e coleções pretendia integrar produções dispersas em anais de congressos e em artigos publicados nos periódicos científicos. Estes textos, finalizados em poucas páginas e sucedidos por outros estudos e autores, não perenizam uma autoria. Para demarcar uma obra é necessário transformar ideias em livro. O postulado da unidade parte da intenção de conferir racionalidade a um estado de coisas entendido como desarticulado, disperso e, portanto, ilegível.

No início dos anos de 1930 a recuperação do negro como tema e de Nina Rodrigues como bibliografia fundante foi mobilizada pela constatação de que o pensamento brasileiro transitava sobre o vácuo, resultado de uma ausência, enfim, de uma recusa expressa pela escassez de estudos dedicados ao negro. Os existentes seriam fragmentários, portanto, ilegíveis como unidade. Tornava-se imperativo recuperá-los, torná-los identificáveis, dotados de um itinerário coerente de modo a compor alguma tradição e significar a narrativa sobre a trajetória de uma disciplina. Em analogia a Kant, procurara restaurar a unidade da razão, desatada pela disjecta

³¹³ **Almanaque Brasileiro Garnier, Educação e ciência**, Rio de Janeiro, 1907, p. 226.

membra, os chamados discípulos de Nina Rodrigues buscavam restaurar uma unidade inicial, fundadora. No prólogo à publicação da segunda edição de *As Raças Humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, Afrânio Peixoto abordava, de forma breve, a recuperação dos livros esquecidos de Nina Rodrigues enquanto ação restauradora dos seus ex-alunos:

Este primeiro livro, que ora publicamos — e cuja oportunidade é clamante quando se refaz o Código Penal — será seguido de outros, nesta e noutras coleções. Homero Pires conseguiu recompor, "dissecta membra", os capítulos transviados de *Os africanos no Brasil*, que sairá em breve também. Entre estes, primeiro e último, virão os outros, tesouro da ciência nacional, que aos discípulos cumpria resguardar e restituir ao Brasil³¹⁴.

A restituição da *dissecta membra*, da qual fala Peixoto, assumida pelos chamados discípulos da escola baiana de Nina Rodrigues, ramificava-se entre estudos médicos legais, antropológicos e psicológicos. Segundo Mariza Correa, além de Afrânio Peixoto e Arthur Ramos, Leonildo Ribeiro, Oscar Freire, Flaminio Fávero e outros atuaram institucionalmente para a profissionalização da Medicina Legal e organização do serviço de assistência asilar, transformando Nina Rodrigues em ponto de partida e herança. No âmbito dos estudos etnológicos sobre os negros, a autora ressalta as tensões que repercutiam a disputa de Arthur Ramos e Gilberto Freyre na definição de quem teria sido o responsável pela reintrodução do negro como tema no pensamento social brasileiro e pelo resgate da obra de Nina Rodrigues. Foi assim que, segundo ela, em 1936, o diretor da BDC nomearia e demarcaria a "Escola Nina Rodrigues" como uma linhagem de herdeiros, encabeçada por Afrânio Peixoto³¹⁵. Em junho de 1937, Arthur Ramos deixara exposta a dupla relação estabelecida pelos autoproclamados herdeiros de Nina Rodrigues: o pertencimento (tradição) e a diferença (superação, a colocar em movimento a Escola, cujo fundador jamais teria imaginado que inspiraria):

O nome de Nina Rodrigues, reivindicado através dos nossos trabalhos, é citado entre os estudiosos estrangeiros como o grande pioneiro dos estudos científicos sobre o Negro.

E não se poderá acusar hoje a sua Escola, como ainda insistem alguns intelectuais de má fé, de reincidir no prejulgado da tese da inferioridade antropológica do Negro ou da degenerescência da mestiçagem, que fora

³¹⁴ PEIXOTO, Afrânio. Prefácio. In: NINA RODRIGUES, Raymundo. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 3.e. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 35.

³¹⁵ CORRÊA, Mariza. *Op. cit.* 1998. p. 293.

endossada pelo sábio baiano, preso evidentemente aos métodos e às hipóteses de trabalho da ciência de sua época³¹⁶.

A contextualização da metodologia e a atualidade dos resultados empíricos compõem a dupla dimensão da leitura de Ramos sobre Nina Rodrigues. Neste último trecho, os termos “pioneiro”, “época” são referências sobre a construção de uma trajetória para a chamada “Escola” no tempo, de maneira a identificar o começo, a queda e a retomada a separar a geração dos chamados discípulos e as “antigas” teorias da degenerescência. Vale ressaltar que interessava ligar Nina Rodrigues a uma geografia do conhecimento a colocá-lo em diálogo com estudiosos estrangeiros, isolando-o no debate científico no plano nacional, o qual Nina Rodrigues acusara de mimético. Uma tradição científica, ainda que precária, fora inventada. Esta narrativa temporal sobre a “africanologia” logrou algum sucesso, embora a geração de Arthur Ramos seja vista como pouco pródiga em discípulos. Nos anos de 1955, o médico Waldemar Valente, por exemplo, afirmava, sem qualquer dúvida, que o ano de 1926 marcaria o início da retomada dos estudos sobre o negro no Brasil, consequência natural do espaço aberto e reticente deixado incompleto pelas pesquisas de Nina Rodrigues:

A obra de Nina Rodrigues, embora tivesse ficado no esquecimento durante cerca de 20 anos, serviu de ponto de partida e de estímulo para os estudos e pesquisas que se fizeram depois. Estímulo tão forte e proveitoso que chegou a despertar extraordinário interesse pelo conhecimento dos problemas ligados à vida do negro escravo no Brasil. Interesse não só da parte de estudiosos brasileiros, mas até de pesquisadores estrangeiros. Interesse que se objetivou pela retomada das pesquisas sobre as sobrevivências africanas na Bahia, e que tinham ficado paradas de 1906 - ano em que morreu o mestre Nina - até 1926. Interesse que ainda se traduziu em uma série de realizações positivas. (...)

Ambos pertencem a esse movimento de interesse pelo conhecimento do negro escravo no Brasil, movimento que Artur Ramos iniciou com o ressurgimento do mestre Nina³¹⁷.

Este mesmo marco temporal fora mobilizado pelo próprio Arthur Ramos para demonstrar o seu protagonismo na recuperação do negro com objeto de estudo. Segundo ele, em 1926, começara a reunir na Bahia material documental e a realizar pesquisas em candomblés, dando origem às publicações sobre o tema na década seguinte. Nos anos de 1950 a narrativa da história sobre a formação da antropologia

³¹⁶ RAMOS, Arthur. **Culturas Negras no Novo Mundo**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946, p. 10.

³¹⁷ VALENTE, Waldemar. **Sincretismo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1955, p. 32.

do negro brasileiro encontrou, em Waldemar Valente, um divulgador. Nas notas e no corpo do seu livro, Arthur Ramos foi por ele apresentado como “o grande antropologista do negro no Brasil, continuador incansável da obra de Nina Rodrigues”³¹⁸. Assim, a elaboração de uma trajetória para a antropologia capaz de institucionalizá-la se mostra como eco a uma voz precedente, a tornar lógica uma experiência particular e coletiva de pesquisa. Interessava a Waldemar Valente a própria inserção em uma tradição inventada de estudos sobre o sincretismo religioso e compartilhava com Ramos a interpretação da religião a partir da categoria de mentalidade primitiva, inspirada em Lévy Bruhl³¹⁹.

Vimos até agora que a recuperação dos textos esquecidos de Nina Rodrigues constitui ação orientada por uma espécie de dever de memória que associava, em narrativa, a geração de 1930 e uma figura fundadora, de modo a inventar uma diacronia para campos disciplinares em processo de institucionalização. A recuperação de textos esquecidos estabelece e materializa uma memória, divulgada não apenas nos meios científicos, como igualmente disseminada em jornais de circulação diária através da divulgação vulgarização de ideias e autores em anúncios e comentários. Talvez estas inserções dos livros no noticiário, muitas vezes como produto de peça publicitária, pareçam desinteressados ou desinteressantes, quase triviais. Porém, tais articulações difusas e renitentes ajudam a fixar uma memória de forma a naturalizá-lo. Dessa forma, os estudos de Nina Rodrigues, os dados obtidos a partir de suas observações foram reutilizados e vulgarizados como verdades prontas e autorizadas. Podemos citar como exemplo, a constante repetição de suas conhecidas assertivas sobre a forte presença de escravos sudaneses no Brasil, em oposição ao exclusivismo banto preconizado por Spix e Martius.

Esta conclusão foi repetida em *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre³²⁰, livro lançado em 1933, ano em que saiu a primeira edição de *Os Africanos no Brasil*, bem como nas páginas do Suplemento Especial de Domingo, do Jornal do Brasil, publicado em 1937 e direcionado ao público iniciante e interessado no assunto. Neste pequeno artigo de jornal, afirma-se que o Brasil deveria render culto ao “negro como um dos melhores elementos de nossa grandeza econômica”. Curiosamente, a

³¹⁸ *Idem*.

³¹⁹ FERRETTI, Sérgio Figueiredo. **Repensando o sincretismo**. São Paulo: Ed.USP; São Luís/MA: FAPEMA, 1995, p. 47.

³²⁰ Ver FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande&Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 5.ed. São Paulo: Global, 2006

primeira palavra do texto é “Nina Rodrigues” e partes inteiras de seu “famoso” livro são citadas, ao lado de fragmentos textuais de Gilberto Freyre e de gravuras de Rugendas³²¹.

Durante as comemorações oficiais pelo cinquentenário da Abolição em 1938, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde convidou Arthur Ramos a participar da elaboração do plano para a realização dos festejos da semana, para a qual projetou-se uma exposição de objetos de assuntos afro-brasileiros, palestras pelo rádio, artigos em jornais e a sistematização de um índice dos temas relativos à escravidão, ao abolicionismo e a influência do negro na sociedade brasileira. No quesito estudos científicos, Arthur Ramos selecionou apenas os estudos da chamada “escola Nina Rodrigues”³²². Ou seja, as comemorações serviram à celebração, promoção e vulgarização de um grupo de estudiosos empenhados na atividade de “exumação”, ao mesmo tempo, do negro como assunto científico e de Nina Rodrigues.

No mercado editorial, os livros de Nina Rodrigues e de outros autores apareciam anunciados nos impressos de ampla circulação, difundindo para além do mundo das instituições de saber, o seu lugar entre os principais autores nacionais. À guisa de exemplo, podemos citar dois jornais do Rio de Janeiro que divulgaram breves comentários e notas acerca dos livros de Nina Rodrigues ao lado de escritores como Machado de Assis e Monteiro Lobato, em páginas movimentadas, cheias de propagandas e informações rápidas sobre o cotidiano, esporte, política e economia: no dia 24 de Maio de 1935, o jornal *A noite* publicou, na seção de livros, um comentário sobre *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos*, no qual definia o estudo como o primeiro “ensaio sério sobre o espiritualismo do negro”³²³ e o *Última Hora* apresentou, na edição de 10 de fevereiro de 1955, uma pequena nota sobre a publicação das “páginas quase desconhecidas” de *A Tróia Negra* pela livraria Progresso, em formato de bolso³²⁴.

Ao folhear a edição do dia 24 de junho de 1933, as leitoras ou leitores da revista *Fonfon* encontravam na seção *Escritores e Livros* uma nota elogiosa sobre a recente publicação de *Os Africanos no Brasil*, concluída da seguinte forma: “Apesar da distância dos anos, assinalada pelas datas em que a mesma foi escrita e a

³²¹ O Negro Brasileiro. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XLVI, n. 49, 28 de fev/1937.

³²² **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXVII, n.9.410, p.8, 24 de Abr/1938.

³²³ **A Noite**. Rio de Janeiro, ano XXIV, p.7, 24 de Maio/1935.

³²⁴ **Última Hora**. Rio de Janeiro, ano IV, n.1.107, p.3, 10 de Fev., 1955.

publicação, esta obra interessa como fonte magnífica de estudos e repositório de observações dignas do mais alto apreço³²⁵. Certamente, o mercado editorial brasileiro não podia gabar-se de possuir grande quantidade de leitores, no entanto, os assinantes e consumidores avulsos desses impressos, que não necessariamente liam os livros comentados e divulgados em suas páginas, podiam apropriar-se, ainda que superficialmente, dos autores escolhidos como principais nomes da literatura e da produção científica nacional. Essas escolhas editoriais estão conectadas com o movimento de produção de livros, capitaneadas pela associação entre as atividades das editoras e a influência exercida no ramo por estudiosos como Gilberto Freire, Arthur Ramos e Afrânio Peixoto que, de maneiras diferentes, se diziam herdeiros de Nina Rodrigues.

3.2.1 Os infortúnios do texto: entre a maldição e a reparação

Em 1937, Arthur Ramos afirmou que o último estudo de Nina Rodrigues acerca do negro havia “ficado sepultado nas velhas pastas do Mestre baiano, no seu Instituto da Bahia” em razão de uma lenda sobre sua maldição, classificada por ele como superstição “estúpida”, convertendo em tabu o acesso ao arquivo de Nina Rodrigues, fazendo dormir em “pastas preciosas” “as suas notas, as suas observações sobre as religiões, a vida social, a linguagem, o folclore dos negros do Brasil”. Guardados intocáveis pela mística, os textos malditos, “folhas de papel escritas da própria mão do mestre”, amareleciam secretas e acumulavam “a poeira dos tempos”. A exumação daqueles corpos escritos seria profanação e, assim “sobre a cabeça dos imprudentes desceria a cólera de Exu, de Xangô, de outros orixás poderosos... E um temor supersticioso envolveu o arquivo, e a lenda era murmurada nos corredores do Instituto, na Bahia³²⁶, propagada, sobretudo, por Estácio de Lima. No contraponto à narrativa considerada supersticiosa sobre os infaustos textos de

³²⁵ **Rev.Fonfon**. Rio de Janeiro, ano XXVIII, n.25, p.62, 24 de jun., 1933, p. 62,

³²⁶ RAMOS, Arthur. **Loucura e crime: questões de psiquiatria, medicina forense e psicologia social**. Porto Alegre/RS: Globo, 1937, p. 202.

Nina Rodrigues, Arthur Ramos produz uma narrativa heroica daqueles que venceram, acusaram e nomearam o delírio e a desrazão.

No prefácio ao livro *Os Africanos do Brasil*, Homero Pires fez referência ao caráter místico daquelas páginas e relatou de forma igualmente heroica seu encontro com os manuscritos e provas impressas, material organizado e transformado em obra, cuja autoria vai além das sentenças de Nina Rodrigues. O prefácio, escrito em Ipanema, no dia 18 de janeiro de 1933, objetivava descrever a recuperação dos textos, a montagem, revisão e edição, cujo epílogo fora a publicação do material em formato de livro. Nesse intento, Homero Pires apresentou uma retrospectiva com colorações epopeicas, marcada pelas contingências da vida e da morte, pelo desfalque das partes do texto a transformar manuscritos e impressos em quebra-cabeças.

A superstição cheia de estupidez, segundo Arthur Ramos, fora mobilizada por Pires que comparou o remexer dos textos de Nina Rodrigues com a fábula nórdica do “tesouro dos Niebelungen” guardado pelo dragão Fafnir que “trazia a desgraça àquele que consigo o retivesse”³²⁷. Não deixa de ser curioso o fato de Pires evocar, no prefácio, um mito que funciona como alegoria à ganância para tratar do “tesouro” deixado inacabado por Nina Rodrigues, fabulosamente associado à morte, maldição imposta a todos aqueles que almejam riqueza e poder através da conquista do tesouro. Não há dúvidas de que o espólio de Nina Rodrigues estava em disputa tal qual as riquezas aprisionadas pelo dragão da lenda.

Se o livro torna-se elemento comparável a um tesouro portador de desgraça, Pires mostra que não fora atingido pelos maus fados da morte. Em analogia a fábula referida por ele no texto, pode-se afirmar que, tal qual o herói lendário, Pires acreditar ser agente da recuperação de um “tesouro da ciência”, valorizando o próprio trabalho de edição e revisão do material recuperado das mãos da viúva de Nina Rodrigues e dos arquivos do Instituto de Medicina Legal na Bahia. Paradoxalmente, o imponderado e a fatalidade justificam a publicação tardia de um livro associado ao realismo científico calcado na razão.

³²⁷ Esta lenda está na formação do mito do dragão no período pré-viking. Sua narrativa conta que Fafnir, filho do mago Hreidmar, foi corrompido pelo anel amaldiçoado dos Nibelungos. “Cobiçando o fabuloso anel do tesouro, matou o pai com o auxílio do irmão Regin. A ganância deformou-lhe a natureza e o aspecto transformando-o num dragão para guardar o seu tesouro. A lenda desta fortuna atraiu ao seu covil muitos heróis anelantes em busca de fama e riqueza. A maioria deles sucumbiu na urze abrasiva que rodeava o covil de Fáfniir”. Até que um jovem “armado com a espada do pai e guiado por Regin”, destruiu o dragão e apoderou-se do tesouro infausto. Cf. COTTERELL, Arthur. **Enciclopédia da Mitologia**: nórdica, clássica, celta. China/Lisboa: Central Livros, 1998, p. 188.

Certamente, Homero Pires usou a fábula no início do prefácio ao se apropriar dos rumores sobre a maldição dos orixás, dirigida a todos os profanadores daquele túmulo de escrita. Além disso, considerava a morte como componente fundamental do destino da obra, interrompida em dois momentos: primeiro, a morte do autor em 1906 deixou o texto inacabado, no prelo, contando com a impressão de sete capítulos em 280 páginas. Segundo, o projeto de publicação foi interrompido, mais uma vez, pelo falecimento de Oscar Freire aos 40 anos, em 11 de janeiro de 1923, na cidade de São Paulo, para onde havia se deslocado, em 1918, a convite do Governo do Estado a fim de lecionar a cadeira de Medicina Legal. Em Salvador, atuou como docente na Faculdade de Medicina em disciplinas no âmbito da Higiene e Medicina Legal, foi diretor do Serviço Médico-Legal do Estado da Bahia, tendo instaurado e inaugurado o Instituto Nina Rodrigues³²⁸. Situando-se na posição de sucessor de Virgílio Damásio e Nina Rodrigues nos serviços médico-legais, decidiu resguardar para publicação os manuscritos e as provas impressas, contendo textos inéditos e vasta documentação fotográfica. Os originais do trabalho foram adquiridos por doação da viúva do professor falecido

A morte, a maldição e a exumação demarcam, no tempo, um ponto de origem, de superação e de recuperação, a ligar três gerações: o tempo de Nina Rodrigues, mestre que deixou uma obra em aberto e discípulos, a missão de resguardar papéis deixados incompletos, o tempo da superstição a ser superada, e, finalmente, o tempo da publicação de *Os Africanos no Brasil*. Homero Pires situava-se, assim, na história do livro que editara, através do contato com Oscar Freire, a quem chamava de “mestre”, “amigo” e um dos mais “ilustres discípulos” de Nina Rodrigues. Entrara em contato com a documentação herdada em meio à “desordem e confusão” do gabinete do seu “malogrado professor”.

Tal como o herói lendário Sigfried recuperou o tesouro dos Niebelungos na lenda, Homero Pires resgataria os fragmentos textuais divididos depois da morte de Oscar Freire entre o Instituto de Medicina Legal na Bahia e o Rio de Janeiro, onde residia Maria Amélia Couto Nina Rodrigues, conhecida como Dona Maricas, viúva do professor. O projeto de publicação teria sido retomado depois de uma das sessões da câmara dos deputados, onde Homero Pires exercia mandato como parlamentar.

³²⁸ Na Escola Politécnica da Bahia exerceu o cargo de professor catedrático de História Natural e Química. Cf OLIVEIRA, Eduardo de Sá. **Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, concernente ao ano de 1942**. Salvador: UFBA, 1992, p. 283-5.

Estimulado pelo discurso de Basílio de Magalhães sobre os contos de kibungo com referências às pesquisas de Nina Rodrigues, Pires teria procurado a viúva do “mestre baiano”, a quem fora reenviado o material incompleto.

Homero Pires segue a relatar como montou o quebra-cabeça do livro em viagem para a Bahia. Primeiro, durante as férias como deputado encontrou, na Libro-Tipografia Almeida, localizada à rua dos Algiberes, todas as folhas restantes impressas, formando 280 páginas, das quais faltavam quatro (da 153 à 156) referentes ao vocabulário de cinco línguas africanas. Com aquela “edição clandestina” em mãos, como a definiu Arthur Ramos em 1939³²⁹, Pires reuniu o material e o organizou em vários volumes, com uma capa provisória que trazia a autoria do Dr. Nina Rodrigues e o título *O problema da raça negra na América Portuguesa*.

As cópias do exemplar original foram encaminhadas a vários intelectuais, entre os quais encontrava-se o polígrafo João Ribeiro que começava a desenvolver trabalhos acerca da linguagem africana no Brasil e defendia a realização de estudos sistemáticos sobre os negros. Provavelmente, Pires desejava encontrar apoio para a publicação dos fragmentos textuais e buscar interlocução junto a estudiosos dedicados às relações raciais no Brasil. Ao mesmo tempo, a inserção, no prefácio, do nome de João Ribeiro entre os intelectuais ao quais o material preliminar foi entregue demonstra a intenção do revisor em receber o aval intelectual para ao seu trabalho de recuperação. Nesse momento, João Ribeiro empenhava-se em promover os estudos sobre africanos no Brasil, produção que considerava marcada pela ausência de estudos. Desta forma, em 1926 e 1927, em sua coluna *Dia Sim, Dia não*, do Jornal do Brasil, Ribeiro ressentia-se da carência de estudos sobre os africanos no meio intelectual brasileiro e ressaltava a necessidade de religar o fio rompido de uma herança perdida:

Falta estudar no Brasil um número infinito de cousas da natureza e do homem. Do homem que seria para todos nós de incalculável interesse faltam dados mais elementares de estudo. O brasileiro é um typo incerto. Sabemos que há uma tríplice origem da raça, pois que é ella, de modo geral, uma descendência mesclada do índio, do negro e do homem branco. Um terror secreto nos faz todos brancos e esse mesmo pavor nos inibe a preocupação do índio e principalmente do negro. Só o tempo poderá darnos a perspectiva da imparcialidade. (...) Não é provavel que haja uma idade áurea dos pretos, nem qualquer velleirade cafrial no futuro. Como que seja, uma das grandes fa lhas no estudo do homem brasileiro, sob seus aspectos anthropologicos e étnicos está o desdém pelo negro. Foram, todavia, numerosos os negros

³²⁹ RAMOS, Arthur. *Prefácio*. In: NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* 1939, p. 8.

desde o início da colonização do Brasil, nas suas migrações forçadas pelo tráfico da escravidão. Desfeita essa macula, cumpria estudal-a, objectivamente, sem o rancor nem com a misericórdia do escravagismo ou do abolicionismo. Fomos, no entanto de uma nudez inqualificável a respeito da raça que fertilizou as terras e criou as primeiras culturas, com o suor e o sangue de milhões de homens. Que sabemos dos negros? Quase nada. Temos um número considerável de vocábulos africanos que entraram para a nossa língua na América; temos de cozinhas, de agricultura, da vida doméstica e da literatura popular³³⁰.

Como afirmamos em passagens anteriores, no âmbito das pesquisas sobre a formação racial do Brasil, em particular aquela voltada ao estudo dos negros e indígenas, o duplo ausência/legado foi mobilizado intensamente em livros, congressos, mas também, nos jornais. Se no final dos anos de 1920, João Ribeiro ressaltou a falta de pesquisas sobre o negro, em 1933, Vianna Moog denunciava as generalizações “atabalhoadas” e “dogmáticas” que esvaziavam o estudo sobre os índios. Segundo ele: “coisa idêntica se passa com o negro e não fôra o aparecimento a tempo dos trabalhos de Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, muito erro passaria sem precalço para o arquivo das verdades irrecorríveis”³³¹. O “erro” e a “ausência” foram termos mobilizados como forma de ocupar um espaço construído como vazio.

No momento em que se reunia o Primeiro Congresso Afro-Brasileiro, ocorrido em 1934, na cidade de Recife, o *Jornal do Brasil* entrevistou um “discípulo antigo de Nina Rodrigues”: o deputado Augusto Lins e Silva, professor das Faculdades de Direito e Medicina de Pernambuco, que conversou com a redação sobre a realização do evento, classificado pelo periódico como “importante certame cultural”, com o seguinte teor:

Não fosse o gênio imortal de Nina Rodrigues pouco ou nada sabíamos sobre o nagô no Brasil. Passou o negro pelo território nacional, deixando vivos traços etnográficos, mescla em toda parte, diluído e não desaparecido no sangue branco, mas passou sem nos deixar sérios hibridismos linguísticos, e nem ao menos, o que é de lastimar, qualquer conhecimento gramatical de sua língua.
- Quer dizer que...

-O negro do Brasil morreu e de sua língua resta apenas um mingado vocabulário.

Não fosse Nina Rodrigues, mestre dos mestres, que estudo os negros do Brasil durante toda sua vida de cientista, pouco conhecíamos hoje dessa gente generosa e boa que deu a maior fama de sensibilidade ao país e contribuiu para a sua protoplasmia etnosocial (...). Mas devemos muito esperar dos estudiosos da raça negra que ora se reúnem em Pernambuco. É, por bem dizer, para “exumar” o negro no Brasil que o congresso afro se reúne.

³³⁰ RIBEIRO, João Ribeiro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano XXXVI, n. 34, p.5, 9 de fev/1926.

³³¹ MOOG, Vianna. Os autóctones da Amazônia. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, ano VI, n.1.619, p.19, 12 de nov/1933.

Ali provavelmente realçarão figuras de biólogos, hereditaristas, biometristas, antropólogos e todo esse cortejo brilhante capaz de orientar os estudos e pesquisas no sentido de colocar o negro do Brasil no campo das ciências naturais e sócias. Como vê, o Congresso Afro-Brasileiro é de relevante finalidade sociológica. O grande Estado nortista está de parabéns³³².

O *topos* da “morte” e uma poética da “ausência”, associados a ação de retomada dos estudos sobre o negro. Morto do qual restariam vestígios parcos, associam, no depoimento de Lins e Silva, o Congresso de Recife à exumação de um tema a partir do “gênio imortal” de Nina Rodrigues. Em disputa, a morte (de Nina e dos negros) e o legado demarcariam a realização dos novos tempos, capaz de superar, em linha reta, o passado, sem desfazer-se dele. Foi sobre o signo do vazio que, em 1932, Arthur Ramos opôs a grande influência do negro africano e de suas práticas no Brasil, à falta de estudos sobre o tema:

A profunda influencia que tem exercido o negro africano nas sub-raças neo-continenteas ainda não foi convenientemente desvendada em todos os seus segredos subtis determinantes. Todo o Continente Americano recebeu o influxo mysterioso e impalpável dessa raça primitiva, que foi violentamente arrancada do seu habitat de origem e utilizada como mão de obra pelo branco explorador e cubiçoso³³³.

No ano de 1926, geralmente visto como marco inicial da retomada dos estudos sobre o negro, Arthur Ramos escreveu ensaios na Bahia, sistematizados em 1934 no livro *O negro brasileiro*. O prefácio à segunda edição deste livro, lançada em 1940, o autor considerava como mérito da publicação chamar “a atenção para um assunto que vivia esquecido desde os tempos de Nina Rodrigues”³³⁴ e afirmava em olhar retrospectivo que o livro:

(...) era na realidade o primeiro volume de uma obra mais vasta, cuja autoria já não me pertence isoladamente. Colaboradores das mais variadas partes do Brasil puseram-se a estudar um problema que está hoje dentro das nossas cogitações permanentes. Já podemos falar numa fase pós-Nina Rodrigues dos estudos do Negro com a reinterpretação metodológica e os acréscimos necessários à obra que o grande mestre deixou inacabada³³⁵.

³³² **Jornal do Brasil**. Ano XLIV, n. 276, 17 de nov. 1934, p. 11.

³³³ RAMOS, Arthur. *Os horizontes mythicos do Negro da Bahia: introdução ao seu estudo*. Salvador/BA, **Archivos do Instituto Nina Rodrigues**. Salvador/BA, n.1, p.47, 1932.

³³⁴ *Idem*.

³³⁵ RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro**: – *Ethnographia Religiosa*. 2.ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 7.

Comparadas estas considerações de Arthur Ramos realizadas uma, nos anos de 1930, outra em 1940, nota-se que, no primeiro momento, a ênfase recai sobre o disperso e o esquecido a orientar uma atitude de pesquisa sistemática e de reencontro com a unidade perdida, de modo a ocupar um lugar vazio. Na segunda, trata-se de um balanço dos estudos realizados especialmente no âmbito da chamada escola Nina Rodrigues atestando, em retrospectiva, o sucesso da empreitada em direção ao preenchimento de tal vazio. Posicionamento reforçado no prefácio à segunda edição de *As culturas Negras do Novo Mundo*, no qual Ramos destacaria as repercussões internacionais do “método do exame das culturas negras no Novo Mundo para o conhecimento recíproco da influência negra nos vários países”.

João Ribeiro interpretava a falta de estudos acerca dos africanos no Brasil ou, em suas palavras, o “desdém” em relação ao negro, a partir da noção de conflito. Tensão insinuada em trecho no qual afirma haver “um terror secreto” que “nos faz todos brancos”. A ausência de harmonia nas relações entre raças reafirma a consideração inserida no livro didático *História do Brasil*, publicado no final do século XIX e seguidas vezes reeditado na primeira metade do XX, em cujo texto defendia a existência de um conflito disfarçado de democracia, “fructo antes da luxúria que da piedade dos peninsulares”³³⁶. Neste ponto, João Ribeiro mantinha a posição sobre a presença de um conflito entre raças, pressuposto combatido nas décadas de 1930 e 1940 através do elogio à mestiçagem.

Se o “desdém” foi a justificativa atribuída por João Ribeiro para a ausência de estudos sistemáticos sobre o assunto, constatando a existência “um ou outro estudioso, raro, espaçadamente, deu mostras de interesse pelas cousas africanas que se familiarizaram no Brasil”³³⁷, não deixava de indicar alguns pontos a partir dos quais o curioso obteria informações sobre essa “árdua matéria”. Ao falar do próprio percurso de leitura, recomendava os estudos de Nina Rodrigues, cujas pesquisas “faziam prenunciar uma obra de maior vulto”; de Macedo Soares (que “colheu inúmeras palavras, procurando explica-las pelas origens e costumes africanos”); do romancista Xavier Marques, autor de *O feiticeiro*, no qual “descreve as práticas e superstições dos negros tão vivazes ainda entre as camadas populares da Bahia”, e Mello Moraes em estudo sobre o folclore. Além disso, admitia ter procurado informações junto à

³³⁶ RIBEIRO, João. *Op.cit.*, 1901, p. 67.

³³⁷ RIBEIRO, João. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XXXVII, p.5, 4 de dez/1927.

Theophilo das Neves Leão, “que havia sido amamentado por uma mucama e sabia e falava a língua ioruba ou nagô”³³⁸.

Em 1927, na mesma coluna, João Ribeiro acrescentava ao hall de leituras importantes os estudos de Manoel Querino e Braz do Amaral entre dos poucos materiais disponíveis para a leitura sobre o tema. Indicava, ainda, sua indisposição em acrescentar a esta bibliografia os estudos históricos acerca da escravidão, tráfico e abolicionismo, pois, segundo ele “pertencem esses mais à attitude dos brancos e nada interessam à ethnographia”³³⁹.

João Ribeiro apresentava o material disponível sobre o tema para indicar o caráter incompleto e disperso dos estudos sobre o tema, reafirmando a necessidade de desenvolver-se um estudo “systematico das raças africanas e do seu influxo na vida da alma brasileira”. Interessado no estudo das línguas, o polígrafo se reportava ao contato que fizera com o cubano Fernando Ortiz, cujos estudos sobre a influência africana no país caribenho, desde o período colonial, poderiam ser utilizados como paralelo para a compreensão da experiência dos “negros, importados para a agricultura tropical e para o serviço doméstico” no Brasil. Em resposta ao contato de João Ribeiro, Ortiz lhe enviou o seu volumoso “Glossário de afro-negrismos de Cuba”. Por fim, prometeu ao leitor interessado explorar o material encaminhado por Ortiz e apresentar os vocábulos presentes no livro no “modesto limite das fugitivas impressões da coluna Dia sim”³⁴⁰. Na matéria, o polígrafo indicava os livros a serem incluídos ou não no campo dos estudos etnográficos, diferenciando-o dos trabalhos de história até então produzidos. Tratava-se de delimitar o campo dos estudos do tema e definir as fronteiras entre história (dos brancos) e etnografia (do Outro). No ano em que fora publicado *Os Africanos no Brasil*, João Ribeiro definiria a obra como capital sobre o tema.

Antes do lançamento, o livro não publicado por Nina Rodrigues tornou-se conhecido para alguns intelectuais através dos contatos tecidos entre eles e Homero Pires que, em 1931, seguia a recompor o material na Bahia. Realizou nova pesquisa nos arquivos da Faculdade de Medicina, para onde foram os livros da biblioteca de Nina Rodrigues, com cerca de mil obras, avaliada em seis contos e, em 1906, vendida

³³⁸ RIBEIRO, João. *Idem*. 1926.

³³⁹ RIBEIRO, João. *Idem*. 1927.

³⁴⁰ RIBEIRO, João. *Idem*. 1926.

por cinco contos pela viúva³⁴¹. No Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, cujo diretor era Estácio de Lima, localizou novos materiais para recompor o livro. Tratava-se de um manuscrito, incluindo páginas dadas como perdidas desde a morte de Oscar Freire, novos escritos a completar o sétimo capítulo e todo o material do oitavo:

De facto, lá estava uma pasta de originaes seus, e, entre elles, foi com alvoroço que descobrimos, em parte já em provas, o vocabulário das cinco 4 línguas africanas, o final do capítulo sétimo deste livro também já em provas, e o seguinte capítulo oitavo ainda manuscrito, – material todo este sem nenhuma conexão com o restante que lá se achava, e que só um conhecedor das páginas impressas do livro o poderia relacionar com elle.

Felizmente, o Dr. Estácio de Lima poz para logo à nossa disposição tudo que fora encontrado, e que recolhemos com a grande alegria de quem salva um trabalho precioso, impossível mais de se reconstituir ou refazer no Brasil, com a extinção dos negros africanos, que Nina Rodrigues ainda conheceu, estudando-os fundamente sob todos os aspectos, dentro de quinze dilatados anos.

E, achando na pasta do INSTITUTO da Bahia o frontispício e o próprio índice do livro, tudo por letra de Nina Rodrigues, – verificamos que a obra tinha um título comum – O PROBLEMA DA RAÇA NEGRA NA AMÉRICA PORTUGUESA, e que seria em vários volumes, sendo o primeiro denominado – OS AFRICANOS NO BRASIL, o qual é justamente o trabalho que o leitor tem em mãos³⁴².

Cotejando o manuscrito com as provas impressas e os artigos publicados anteriormente, Pires organizou o material para o livro e narrou o encontro com o texto como descoberta heroica de alguém que salvou do esquecimento o “precioso documento”. Por outro lado, essa não foi a única versão sobre a trajetória desses documentos. Estácio de Lima oferece um relato ligeiramente diferente sobre o contato de Homero Pires que o teria procurado depois de ler seu texto *Nina e o Negro* e *Nina e o Joalheiro do Espírito*, ambos os trabalhos de sua autoria e publicados na revista do Instituto Histórico da Bahia. Nestes textos, o Lima teria indicado a existência de documentos inéditos.

Diante dessa informação, Pires teria viajado, imediatamente, do Rio de Janeiro à Bahia a fim de solicitar a entrega dos originais. Com certa ironia, Estácio de Lima afirmou o pedido “amável” do parlamentar para ter em mãos os manuscritos. O material entregue fazia parte do espólio de Nina Rodrigues no Instituto e seu diretor declarou resguardá-los “cuidadoso” a fim de publicá-los oportunamente. Ocupando, àquela altura, a cadeira antes pertencente à Nina Rodrigues e Oscar Freire, Estácio

³⁴¹ Inventário de Nina Rodrigues (1906-1916). Salvador: Arquivo Público do Estado da Bahia, Núcleo: Tribunal de Justiça, Série: Inventários, Classificação: 01/58/68/05. fl.19.

³⁴² PIRES, Homero. Prefácio. In: NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* 1935, p. 7-8.

de Lima ofereceu sua versão sobre a salvaguarda dos manuscritos de forma a transformá-lo em patrimônio do Instituto, segundo ele:

Todas as folhas do livro primoroso de Nina, acredito que a sua obra prima, ainda se encontravam em manuscrito e chamuscadas pelo incêndio que em 1905 destruíra a nossa querida Faculdade do Terreiro de Jesus. É pena que o eminente prof. Homero Pires não houvesse devolvido ao nosso Instituto os originais da obra prima de Nina, chamuscados pelas fagulhas do incêndio... Estavam, quando os deparei, nos porões do Instituto Nina Rodrigues. Haviam escapado, milagrosamente, do fogo. Esses porões, ainda não existiam na época do incêndio. Queremos crer, porém, que o emérito Oscar Freire os enxergasse não sei onde, e antes de sua viagem a São Paulo, os resguardasse ali, naquela espécie de socavão do Nina, até a definição de uma casa editora³⁴³.

A existência do material manuscrito, praticamente completo, a salvo das chamas e marcados pela fuligem (assim como boa parte dos livros raros guardados até hoje nas estantes da biblioteca da antiga sede da Faculdade de Medicina da Bahia) aparece como um bem do próprio Instituto, onde Oscar Freire depositara aquela documentação. Assim, Estácio de Lima justificou suas ressalvas em relação ao não retorno dos originais cedidos pela instituição à Homero Pires. Por seu turno, em carta de 6 de abril de 1933 endereçada ao sobrinho Alfredo Britto, Dona Maricas, a viúva, questionava o envio para a Faculdade e Instituto de Medicina Legal da Bahia de parte do material pertencente à Nina Rodrigues, após a morte de Oscar Freire. Na “qualidade de viúva e exclusiva herdeira”, pediu ao sobrinho, médico na Faculdade de Medicina da Bahia para “entender-se” com Estácio de Lima e recolher todos os documentos. Para ela, o material não se configurava como um patrimônio institucional, mas em patrimônio familiar.

A querela pela posse da documentação pode ser observada na carta, datada de 28 de novembro de 1932, enviada por Homero Pires à Companhia Editora Nacional em São Paulo, junto aos originais de *Os Africanos no Brasil*. Nesta correspondência, o remetente recomendava ao destinatário ter o máximo cuidado com os materiais originais e as fotografias, ressaltando esperar a devolução destes. Afirmava ainda ser exclusivamente seu o direito de escrever o prefácio, como ocorreu no de 1933. Fernando de Azevedo, Diretor da coleção *Brasiliana* e amigo de Homero Pires e da viúva de Nina Rodrigues, intermediara o negócio desde o encaminhamento

³⁴³ LIMA, Estácio de. **Novo e velho Nina**. Salvador/BA: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, 1979, p. 52.

da correspondência com as provas do livro à editora, até a entrega do contrato de publicação à Da Maricas, proprietária legal os direitos autorais dos estudos deixados pelo falecido cônjuge. O contrato entre a viúva e a Nacional foi assinado em 26 de novembro de 1932 e garantiu à Da Maricas o recebimento de “dois contos e quatorze mil reis, trinta exemplares de cortesia e o direito de revisar as últimas provas”, ou de designar o revisor³⁴⁴.

Em estudo sobre a morte de Nina Rodrigues, Marcos A. P. Ribeiro apresenta os documentos pessoais da viúva e indica o alcance familiar de uma disputa, na qual D^a Maricas figurava como alguém interessada em reivindicar a memória do marido e o reconhecimento de seu trabalho, não apenas, enquanto legado intelectual, mas como herança familiar, da qual ela era juridicamente a legítima beneficiária. Segundo Ribeiro, depois da morte de Nina Rodrigues e de sua filha Alice Nina Rodrigues, a viúva transferiu-se para a Capital Federal, onde morava com a sobrinha Julieta Brito, de quem recebeu apoio para articular-se na preservação da memória de Nina Rodrigues. Nesse intento, a viúva empenhava-se, também, na busca de recursos a fim de complementar a parca pensão deixada pelo marido, no valor de oitenta mil réis. A recuperação dos textos de Nina Rodrigues nos anos de 1930 representou para a viúva a possibilidade de reivindicar o retorno financeiro pela obra do falecido consorte através dos direitos autorais. Com o objetivo de preservar da memória do esposo cientista através da divulgação de seus trabalhos e em busca de recursos, D^a Maricas, articulou-se com figuras importantes no âmbito político e intelectual brasileiro dos anos de 1920 e 1930. Além de Homero Pires e Fernando de Azevedo, ela mantinha contato com nomes famosos como Afrânio Peixoto e Carlos Drummond de Andrade³⁴⁵. Por ocasião das articulações para a obtenção da compra dos direitos autorais da obra de Nina Rodrigues por parte do Governo Federal, D^a Maricas soube mobilizar pessoas com força política.

Circulava na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados o projeto de Lei nº 76 que autorizava o governo a adquirir por sessenta contos os direitos autorais da obra de Nina Rodrigues³⁴⁶. Com o fim de agilizar o processo de compra, D^a Maricas escreveu ao Senador Lauro Sodré pedindo-lhe para intervir junto ao

³⁴⁴ RIBEIRO, Marcos Augusto Pessoa. A morte de Nina Rodrigues e suas repercussões. **Afro-Ásia**, Salvador/BA, v.1, n. 16, p.66-67, 1995.

³⁴⁵ *Idem*, p. 61-6.

³⁴⁶ **Última Hora**. Rio de Janeiro, p.3, 26 de jun/1930; **O Paiz**. Rio de Janeiro, n.16.7256, p.4, 06 de ago/1930.

Deputado Prado Lopes a fim de dar andamento ao Projeto que reconhecia a urgência de resguardar o “acervo precioso” de cinquenta títulos deixados por Nina Rodrigues³⁴⁷. Posteriormente, Prado Lopes daria parecer favorável ao projeto³⁴⁸ e em agosto de 1930 a comissão na Câmara encaminhou a impressão do documento autorizando a aquisição da obra de Nina Rodrigues pelo Estado brasileiro³⁴⁹.

Com o objetivo de obter a autorização do executivo para a compra dos direitos autorais, a viúva enviou carta, datilografada e cuidadosamente corrigida, ao presidente Getúlio Vargas. Na missiva, apelava ao emocional e dizia encontrar-se em estado de pobreza depois da morte de seu esposo, cuja herança e pensão eram insuficientes para viver dignamente. Em 27 de junho de 1930, o Governo Provisório autorizou a compra dos direitos autorais. Porém, o projeto demorou dez anos para transformar-se em Lei e, apenas em 1940, o Ministério da Educação recebeu ordem presidencial para a compra da obra completa, pelo mesmo valor definido dez anos antes. Nesse intervalo, Dona Maricas movimentava-se a fim de conseguir os sessenta contos e, em janeiro de 1940, Pacheco de Oliveira, amigo da família e membro do Supremo Tribunal Militar, escreveu a Andrade de Queiroz a fim de transformar em Lei o projeto³⁵⁰. Em março, deste mesmo ano a aquisição foi concedida com base em parecer de comissão designada pelo Ministro Gustavo Capanema, sendo composta pelos diretores da Biblioteca Nacional (Rodolfo Garcia), da Faculdade Nacional de Direito (Pedro Calmon) e da Casa Ruy Barbosa (Américo Lacombe)³⁵¹.

Se D^a Maricas e sua sobrinha Julieta Britto articularam uma rede de contatos capazes de ajuda-las na conquista do reconhecimento póstumo e do retorno familiar monetário advindos da obra de Nina Rodrigues, os grupos que reivindicam uma herança intelectual também se movimentam institucionalmente, no interior das editoras e nas páginas de jornais no sentido de promover uma espécie de dever de memória através da exumação de fragmentos de textos. O remexer do túmulo e do espólio criava um ponto de partida para a produção da história da ciência nacional nos ramos da Antropologia, Medicina Legal e Psicologia Social. Cada um queria participar da construção dessa memória. Foi assim que, em 1979, Estácio de Lima declarava ter o desejo em trazer a lume a “obra prima” de Nina Rodrigues. A reunião, revisão e

³⁴⁷ RIBEIRO, Marcos Augusto Pessoa. *Idem*. p. 64.

³⁴⁸ **O Paiz**, *Idem*.

³⁴⁹ **O Paiz**. Rio de Janeiro, n.16, n.7257, p.6, 07 de ago/1930.

³⁵⁰ RIBEIRO, Marcos Augusto Pessoa. *Idem*. p. 63-5.

³⁵¹ **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano XLIX, n.57, p.6, 09 de mar. 1940.

publicação desta obra foram realizadas por Homero Pires que, na condição de deputado e em contato com importantes intelectuais, certamente encontrou condições favoráveis para o empreendimento.

Tanto no prefácio de Homero Pires escrito em 1933, quanto na memória de Estácio de Lima sobre o Instituto Nina Rodrigues, publicada em 1979, o relato sobre o itinerário dos textos encontra-se com a morte enquanto malfado da obra. Todavia, Estácio de Lima apresentaria um novo fato dramático: o incêndio. À finitude da vida, acrescentou a finitude das folhas manuscritas, “milagrosamente” salvas e enviadas às dependências do Instituto Nina Rodrigues. Oscar Freire aparece, mais uma vez, como herói salvador. Porém, a mística do tesouro não é agenciada pela metáfora da lenda nórdica como fizera Homero Pires, nem tão pouco como signo supersticioso de ignorância. Baseada nos cultos afro-brasileiros, a força dos orixás teria guardado a obra de Nina Rodrigues, segundo Estácio de Lima, protegido de Omolú “na crença dos crentes”³⁵². Diz ele que, segundo a lenda:

(...) os curiosos, frequentando os Candomblés, sem a crença nos ritos e mitos negros, os Orixás os esmagariam, matando-os muito cedo... No caso vertente, todavia, os deuses da África acreditaram prudente proteger aquelas folhas todas, da lavra de Nina, que mãos invisíveis as arrancaram das chamas, restando, apenas, as cicatrizes, as fagulhas. Contamos, sorrindo, o fato a Homero Pires que esqueceu de publicar estas e outras circunstâncias, no seu prefácio à obra tão preciosa. De qualquer sorte, justos foram os aplausos ao Prof. Homero Pires, um ilustre interessado pela Antropologia negra³⁵³.

Não se tratava, apenas, de atestar a ausência de referências no texto de Pires em relação às forças dos orixás enquanto protetores do documento. Estamos diante de uma querela pela memória da “preciosa obra” em dois tempos: no primeiro, no qual interessava ao editor elaborar uma narrativa coerente no prefácio de modo a responder e explicar o processo de edição e revisão do documento e, também, de dialogar com interlocutores como João Ribeiro e Donald Pearson, além de situar o livro no tempo de produção de Nina Rodrigues. Por outro lado, quase cinquenta anos após abrir os arquivos do Instituto para Homero Pires, Estácio de Lima voltava-se ao passado, de modo a evidenciar uma memória sobre a própria participação na salvaguarda dos manuscritos, cujos nove capítulos foram publicados em livro.

³⁵² Nota inserida à figura do orixá recomposta por Estácio de Lima no museu do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues.

³⁵³ LIMA, Estácio de. *Op. cit.* p. 52.

Não interessava a Estácio de Lima referir-se ao material guardado no Instituto Médico-Legal como pedaços decompostos de uma futura obra, mas enquanto manuscrito completo e original. Assim, ele atribuía valor a salvaguarda dos textos. Homero Pires adotou a trajetória de recomposição do material como mote para inserir-se na narrativa heroica sobre a própria história de construção do livro. Dessa forma, entre a “preservação” e a “recuperação de fragmentos”, cada qual valorizava sua participação no processo de publicação do “livro capital” de Nina Rodrigues. A avaliação da incompletude do material apresentada por Homero Pires nos anos de 1930 quando este tratou de dois manuscritos do oitavo capítulo (um original e outro a sua reprodução) nos conduzem à questão da ação de escrita e reescrita na construção do texto. As reticências deixadas no capítulo intitulado A Sobrevivência Psíquica na Criminalidade dos negros no Brasil expressam o acontecer do processo de produção textual, marcado pelas revisões e ritmado pela ação e o intervalo, enfim, pelo inacabado:

São quatro folhas de papel almaço, escriptas em toda a largura, de um estudo incompleto, que assim termina: “É, porém, dos sentimentos e das práticas religiosas dos negros que provieram para o” ... E aqui se interrompe e suspende o manuscrito, que pomos como o derradeiro capítulo desta obra, transcrevendo-o até o último período, que imediatamente antecede aquela frase truncada. Ao menos assim salvamos o pensamento e as idéas capitais do mestre, e ficamos a saber qual a sua orientação neste sentido. Aliás, esta poderia ser reconstituída quasi que com as próprias palavras de Nina Rodrigues, através dos seus livros e das suas memórias, especialmente de L'ANIMISME FETICHISTE DES NÈGRES DE BAHIA, METISSAGE, DÉGÉNÉRESCENCE ET CRIME, ATAVISME PSYCHIQUE ET PARANOIA e LA PARANOIA CHEZ LÈS NÈGRES. Em nota à INTRODUÇÃO desta obra, revela Nina Rodrigues que estava também trabalhando numa memória – LA DÉGÉNÉRESCENCE PSYCHIQUE ET MENTALE CHEZ LES PEUPLES MÉTIS DES PAYS CHAUDS, e da qual, desgraçadamente, não achamos vestígio. Seria mais um elemento de estudo sobre tão curioso assunto³⁵⁴.

Uma escrita suspensa, cuja “frase truncada” o revisor suprimiu do texto para introduzir no prefácio, de modo a colocar ponto final no último capítulo e encerrar o livro inacabado. Por outro lado, o deslocamento dos fragmentos incompletos destacava a existência de um futuro não-realizado no projeto de escrita de Nina Rodrigues, “exumado” com seus restos textuais a abrir espaço aos herdeiros. As reticências deixadas no manuscrito, portanto, não são espaços vazios, elas revelam

³⁵⁴ PIRES, Homero. Prefácio. In: NINA RODRIGES, Raymundo. *Op. cit.* 1935, p. 8-9.

um processo, ao mesmo tempo, de projeção e de continuidade, imaginada a indicar os desdobramentos futuros do livro e de outros trabalhos.

Grosso modo, o prefaciador objetivava apresentar os percursos e circunstâncias do texto, nas notas de rodapé ele prossegue com o mesmo objetivo de estabelecer um diálogo com o leitor de modo a orientá-lo. As nove notas inseridas por Homero Pires ao longo do livro trazem informações sobre os clichês e imagens referidas no texto; o itinerário de publicação anterior dos seguintes capítulos em periódicos: *As sublevações de negros no Brasil anteriores ao Século XIX: Palmares* (que saiu no Diário da Bahia, em 1905, com o título *A troia negra: erros e lacunas de Palmares*³⁵⁵), *Sobrevivências totêmicas, festas populares e folk-lore* (publicado por Nina Rodrigues no Jornal do Comercio e revisado por Oscar Freire em publicação para a *Revista do Brasil*) e o item quatro do capítulo cinco sobre pintura e escultura (publicado na *Revista Kosmos* em 1904, com o título *As belas artes nos colonos pretos no Brasil*). Entre os autores citados nas notas encontra-se Manoel Querino e suas descrições sobre a festa dos Cucumbis³⁵⁶ na Bahia, grupo dos quais Nina Rodrigues afirma não ter encontrado o destino. Além disso, recorre ao *Vestígios de Língua Árabe em Portugal*, do Frei João de Sousa, ao dicionário de Raphael Bluteau, aos escritos do catedrático em literatura Leopoldo Eguilaz Yanguas, Roman, Frei Vicente Salvador e Gil Vicente para acrescentar informações sobre a origem e grafia do termo cuscuz, cuja presença é analisada por Nina Rodrigues na parte sobre a arte culinária entre os negros no Brasil. Em uma outra nota, Pires acrescenta informações suas, na descrição sobre a permanência da lembrança em relação aos Mandigas, sob a denominação de Sussus, nos cantos populares.

As poucas notas apresentadas pelo revisor permitiam-lhe participar do texto, demonstrar algum conhecimento acerca do tema tratado através do esclarecimento de pontos não desenvolvidos pelo autor e da apresentação de bibliografias que dialogam com o tema. Enquanto, o prefácio explica as condições de apresentação do texto, justificando-as e situando-as no tempo, as notas de rodapé inseridas pelo revisor se materializam no desenrolar das situações colocadas no correr dos capítulos, com a função de acrescentar ao texto informações e inserir o livro em rede, de modo a marcar a presença do organizador no interior do livro. Através

³⁵⁵ Com o título original de 1905, este capítulo foi reeditado em formato de livro de bolso, no ano de 1954, pela Livraria Progresso Editora de Salvador.

³⁵⁶ Os cucumbis são autos de congo de origem banto.

das notas, Homero Pires pôs em diálogo Nina Rodrigues e Manoel Querino. Freqüentador do Gantois, tal como o professor da faculdade, o autodidata e seus livros seriam recuperados, por um lado, associados à reabilitação do negro e da mestiçagem, por outro, a ausência de rigor científico.

A publicação da primeira edição de *Os Africanos no Brasil* em 1933 foi empreendimento importante na legitimação do legado, como topos baseado na ideia de “morte”, “ausência”, “exumação” e “retomada”. Até aqui, tratamos da trajetória do conjunto de textos transformado em livro, cuja tiragem inicial foi de três mil cópias, expõe uma escrita em suspenso e uma disputa pelo espólio intelectual e material de Nina Rodrigues que colocando em cena o Diretor do Instituto Médico-legal, a viúva em busca de sobrevivência, o parlamentar (advogado e professor de Direito) interessado em trazer à lume textos inéditos e barganhar os louros advindos da publicação, e o Diretor da Companhia Nacional a fim de editar um ensaio com partes inéditas do trabalho que, antes mesmo de publicado, prometia constituir-se em uma das poucas referências científicas sobre o negro brasileiro. As disputas ocorrem, igualmente, no âmbito da recepção do livro transformado em “obra capital”, como afirmara João Ribeiro em 1933. Além do postulado da degeneração das raças pela mestiçagem como problema a ser expurgado pela crítica, a revisão do livro fora duramente questionada por estudiosos, literatos e sujeitos ligados aos cultos afro-brasileiros.

Jorge Amado relatou pelos jornais, em mais de uma oportunidade, a crítica realizada por Martiniano Eliseu do Bonfim acerca da revisão dos termos em nagô presentes no livro. Este contraponto teria sido feito durante o encontro entre Amado e o babalaô em Salvador, intermediado por Edison Carneiro. Naquele momento, Martiniano falara de suas lembranças sobre Nina Rodrigues, a quem ajudou na tradução de textos em nagô para o português. Em 1934, num pequeno artigo para a *Gazeta de Notícias*, Amado afirmou que o filho de africanos, influente nos candomblés da Bahia desde o final do século XIX, teria lido *Os Africanos no Brasil* e afirmado poder provar que Homero Pires havia deturpado os escritos do “mestre” por ignorância sobre a língua africana. No ambiente descontraído, marcado pelo contato entre o literato, o jornalista e o pai de santo, as afinidades e confiança mútua são firmadas por trocas

de informações e de livros. Na ocasião em que escutava as histórias de Martiniano, Amado emprestou-lhe o livro *Casa-Grande & Senzala*³⁵⁷.

Em 02 de fevereiro de 1936, Jorge Amado voltaria a fazer menção a conversa como Martiniano e, novamente, sublinhou a leitura crítica deste em relação à apresentação do nagô “estropiado pelo revisor do texto”. As ponderações de Martiniano sobre a revisão do livro gozavam de autoridade, visto que “o professor” fora:

Companheiro e guia de Nina Rodrigues pelas macumbas e candomblés da Bahia. Do mestre guarda muita coisa preciosa e rara. Inclusive lembranças de conversas curiosíssimas como o primeiro encontro entre os dois. Martiniano trabalhava então no Museu de Artes e Offícios e um dia aquele professor Nina Rodrigues invadiu o local onde elle trabalhava e perguntou:

-O senhor é o prof. Martiniano?

Sou eu mesmo, ás suas ordens...

Não houve outras apresentações nem outras frases, Nina Rodrigues sacou do bolso um caderno e imediatamente começou a perguntar a Martiniano a traducção de termos nagôs. E nunca mais largaram o prof. da Faculdade de Medicina e aquelle que viria a ser o maior dos paes de santo do Brasil³⁵⁸.

Conhecedor da língua nagô, Martiniano auxiliara Nina Rodrigues, depois Edison Carneiro, Ruth Landes, Donald Pierson e outros estudiosos. Assumia, portanto, a posição de informante-chave, detentor de um conhecimento sobre a linguagem e as práticas rituais, com o qual os pesquisadores e os literatos precisam negociar. Esse lugar de tradutor lhe permitia transitar entre o mundo das práticas e da ciência. Situadas nesta região intermediária entre a experiência e o saber formal, as ponderações de Martiniano sobre a edição de *Os Africanos no Brasil*, relatadas nos jornais da Bahia por Jorge Amado, funcionavam com componente de legitimidade a reforçar as ressalvas sobre a qualidade do trabalho de revisão empreendido por Homero Pires. Isto é, na medida em que as falhas identificadas na apresentação final deste trabalho foram sugeridas por “um dos homens mais sábios do Brasil”, elas tornam-se legítimas. Em tom de provocação ao leitor, Amado arrematava a descrição sobre a “cultura do preto velho vestido num camisú bordado, a carapinha”:

Talvez que algum dos meus leitores que leiam estas coisas sobre um pae de santo pensem que se trata de um preto analphabeto, sem instrucção entregue às práticas de um fetichismo barato. Muito longe disso está o professor Martiniano, homem instruído e inteligentíssimo.

³⁵⁷ **Gazeta de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 59, n.53. p.2, 24 de nov.,1934.

³⁵⁸ **Diário Carioca**. Rio de Janeiro, ano VIII, n.2.314, p.17, 2 de fev/1936.

Quando eu o conheci elle acabara de tomar uma aula de allemão e sabem como pagava essas aulas? Ensinando inglez ao seu mestre de allemão³⁵⁹.

Além de ser proficiente em nagô, Martiniano conhecia o alemão e começava a aprender inglês. Dessa forma, o velho “preto” se destacava para Jorge Amado por sua instrução e por dominar uma língua pouco conhecida. Ambos os elementos construíam um capital simbólico elaborado sobre a zona intermediária entre o conhecimento letrado (que facilitava a interlocução) e o mistério da linguagem dos candomblés. Foi assim que, no jogo de negociações, Amado declarou na matéria do Diário Carioca a pretensão em desenvolver trabalhos futuros com Martiniano e Edison Carneiro. Estava lançada a promessa de que o pai de santo podia tornar-se autor, ocupando uma posição diferente do auxiliar, objeto, informante e leitor. Segundo Amado, Martiniano era bem informado e lia “toda obra interessante que se pública no Brasil”, entre eles Casa Grande & Senzala, os trabalhos de Arthur Ramos, Mario de Andrade, Edison Carneiro, Renato Mendonça, Jacques Raymundo, Ulysses Pernambuco, Octavio Freitas e outros.

De fato, Edison Carneiro intermediava para que tais livros chegassem às mãos do Babalaô, como demonstra em carta de 06 de junho de 1936 endereçada à Arthur Ramos. Através desta missiva pedia ao destinatário o envio dos seus estudos publicados a fim de encaminhá-los à Martiniano que teria manifestado interesse em conhece-los³⁶⁰. A partir do contato com escritores e estudiosos, Martiniano acessou a produção bibliográfica produzida no período sobre o negro no Brasil Apresentando-se como leitor, dava o seu aval acerca do conteúdo dos livros, como fizera com a revisão de *Os Africanos no Brasil*.

Edison Carneiro compartilhava com Martiniano as críticas ao trabalho de Homero Pires, por ele alcunhado de “o mero pires”, em tom de franca ironia. Importava, portanto, enfatizar o caráter inaugural do livro na retomada de estudos sobre os africanos no Brasil e minimizar a importância do trabalho de Homero Pires. Não foi por acaso que Jorge Amado tornou pública a crítica feita pelo velho informante de Nina Rodrigues. Homero Pires não procurou informações junto ao babalaô na edição do livro, ao passo que, para outros estudiosos a interlocução com Martiniano converteu-se em condição ao desenvolvimento do trabalho.

³⁵⁹ *Idem*.

³⁶⁰ OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo da Costa. **Cartas de Édison Carneiro à Arthur Ramos: De janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938**. São Paulo: Curripio, 1987, p. 115.

Por isso, a ênfase na troca de conversas e de livros com um filho de africanos conhecedor dos segredos da língua nagô, transformado em elemento capaz de ligar a experiência religiosa ao conhecimento formal. Como já afirmamos, Martiniano era apresentado como uma figura situada na intercessão entre o conhecimento formal (dava aulas de alemão ao professor de inglês e lia textos sobre o negro no Brasil) e o universo dos candomblés. Em metáfora, podemos dizer que funcionava como uma espécie de exú, orixá da comunicação, capaz de mediar a relação entre os cientistas sociais e o objeto pesquisado, estabelecendo relações de trocas simbólicas. Ou seja, Martiniano mediava a relação entre dois mundos: o da experiência religiosa nos candomblés e o da ciência.

A condição de auxiliar de Nina Rodrigues compunha o capital simbólico de Martiniano junto aos estudiosos e escritores. Ao propor retoques ao “nagô” impresso em *Os Africanos no Brasil*, Martiniano estava, também, lidando com uma memória em disputa, cujo livro será apenas um elemento. Trata-se, mais uma vez, da contenda pelo legado, expressa através da produção, lançamento e recepção de livros. Mais uma vez, *Os Africanos no Brasil* se torna fragmento, não apenas porque foi uma obra póstuma montada a partir de folhas dispersas, deslocadas entre Salvador e o Rio de Janeiro. Ela foi composta por uma profusão de tempos: o da produção, capaz de revisar manuscritos, o trabalho tipográfico, as querelas pela posse do documento, a fortuna crítica, capaz de diferenciá-la do processo de revisão.

3.2.2 A exumação de uma obra e a psicologia social

A disputa pelo espólio científico de Nina Rodrigues deixa entrever situações ambivalentes e conflituosas, a demonstrar o inventário particular das notas, materiais de estudo e escritos do “velho mestre”, repartidos entre seus ex-alunos, amigos, o Instituto Nina Rodrigues e a viúva. No espaço destinado aos agradecimentos pela publicação de *As colectividades Anormaes* em 1939, Ramos conciliou toda essa rede de pessoas e instituições que, segundo ele, contribuiu para a organização do livro através da disponibilização de materiais originais, datilografias e edições esgotadas de *O Brasil Médico* e *GMD*. Depois do agradecimento especial à sua esposa pelo

trabalho de organização, cópia e revisão das provas, Ramos citou Afranio Peixoto, a viúva de Nina Rodrigues, Luís Sodré, Aristides Novis, Homero Pires e “outros dedicados amigos da Bahia e do Rio, intermediários nos entendimentos havidos, e nas consultas às coleções bibliográficas do Instituto Nina Rodrigues e da Faculdade de Medicina da Bahia”³⁶¹.

Último livro “inédito” atribuído à Nina Rodrigues lançado postumamente no final dos anos de 1930, a publicação de *As coletividades anormais* representava, para Ramos, a continuidade de um processo de recuperação iniciado cerca de dez anos antes. Portanto, aparecia como mais uma parte a ser recomposta no amplo espectro de exumação dos textos perdidos com a morte de Nina Rodrigues. Este empreendimento guarda semelhanças com aquele realizado por Homero Pires, especialmente porque ambos os livros não foram concluídos pelo autor. Entretanto, para a composição de *As coletividades anormais*, Ramos tivera em mãos apenas o esboço geral da obra que não começara a ser produzida.

Se Pires justificava sua empreitada através da continuidade do trabalho interrompido duas vezes pela morte, Ramos pretendia recuperar um projeto perdido de publicação sobre as manifestações patológicas da multidão, dos criminosos e dos loucos. Almejava-se, assim, inventar uma tradição de estudos de psicologia coletiva, fixada pela produção do livro. Com o esquema geral em mãos, Ramos reuniu artigos de Nina Rodrigues de acesso restrito e disperso em anais de periódicos científicos. A partir de sua experiência como primeiro professor da cadeira de Psicologia Social ministrada entre 1935 e 1937, na Universidade do Distrito Federal, Ramos lançou-se ao que chamava de exumação e recomposição dos “textos esquecidos” do antigo professor através da reunião e tradução de estudos dispersos, de modo a construir uma referência para a disciplina em processo construção, de institucionalização das ciências sociais e de reorganização do ensino universitário que, com a centralização crescente do Estado, assumia um caráter cada vez menos independente.

Nesse momento, a cadeira de Psicologia Social, ministrada por Ramos, fora suprimida do programa da Universidade em virtude da reforma educacional ocorrida no limiar do Estado Novo, fechando as portas desta instituição e transferindo, gradualmente, seus cursos para a Universidade do Brasil. Tratava-se de um projeto

³⁶¹ RAMOS, Arthur. Prefácio. In: NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* 1939, p. 21.

voltado a centralização universitária, baseada na ideia de educação para a nacionalidade³⁶². Sobre o fim da disciplina, Arthur Ramos afirmava que:

A nossa modesta tentativa na Universidade do Distrito Federal não foi infelizmente compreendida, sendo supressa uma possibilidade de reconhecimento oficial de estudos desta natureza. Restam as iniciativas privadas. E é uma destas que intentamos com a publicação de velhas páginas esquecidas de Nina Rodrigues, reunidas neste volume³⁶³.

A institucionalização seria o reconhecimento oficial da *Psicologia Social*, a organização do livro a partir de textos dispersos a possibilidade de definir um começo para estes estudos no Brasil, a transformar a obra em lápide depois da exumação dos vestígios escritos. Assim, podemos afirmar que, com a finalidade de situar seus trabalhos psicanalíticos no tempo e em relação a um passado, Arthur Ramos seguiu a “consultar as notas” no Instituto, a “folhear velhas revistas, já esgotadas e de difícil consulta, e copiar antigos trabalhos esquecidos; dirigir-me a amigos dedicados e discípulos de Nina Rodrigues à busca de material porventura existente...”³⁶⁴. Dessa forma, tal como ocorrera em *Os Africanos no Brasil*, a publicação do livro *As coletividades anormais* encontrou-se com o topos da morte, do esquecimento e da ação direcionada a noção de resgate de uma memória fundadora. Nesta narrativa, a criação da coletânea aparece como resultado da atuação presente de um grupo em busca do passado enquanto elo de ligação a transformar seus componentes em membros de uma “escola”, no âmbito da qual Afrânio Peixoto teria tido a iniciativa de reeditar os trabalhos de Nina Rodrigues, que, segundo ele “jaziam em primeiras edições ignoradas ou dormiam um sono de muitos anos em pastas intocáveis, pelo sopro da superstição”³⁶⁵. Como vimos, o esquecimento foi associado às histórias de maldição e morte que rondavam o espólio de Nina Rodrigues, criando

³⁶² A Universidade Federal do Distrito Federal foi criada em 31 de Julho de 1935, na gestão do prefeito Pedro Ernesto, por obra de Anísio Teixeira, Secretário Municipal de Educação. Nesse mesmo ano, ambos seriam afastados do poder público Municipal. Com a proposta de fomentar a produção do conhecimento independente e leigo, oposto a proposta do ensino católico, o desenvolvimento da UDF foi afetado pela emergência do Estado Novo. A incorporação de seus cursos à Universidade do Brasil começou na reitoria de Amoroso Lima. Porém, a extinção definitiva da instituição ocorreu por meio do Decreto nº 1.063, de 20 de janeiro de 1939 que, segundo o Ministro Gustavo Capanema visava garantir a ordem e a disciplina. Cf. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Castelos de Areia: Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. BIB, Rio de Janeiro, n. 24, p.46-7, jul-dez/1987; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade do Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba/PR, n. 28, p.25-7, 2006.

³⁶³ RAMOS, Arthur. Prefácio. In: NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* p. 20.

³⁶⁴ *Idem*, p.8

³⁶⁵ *Idem*, p.5

uma aura mística em torno da manipulação daquele material. Ramos apontava uma causa para o esquecimento destes textos: a amnésia da “pobre ciência nacional”. Segundo ele:

Nina Rodrigues, já apontado como o iniciador dos estudos de ethnografia e psychologia social do negro, no Brasil, já conhecido como estudioso de nossos problemas de raça e de cultura, aclamado como uma das autoridades em criminologia e sciencia penal... talvez não fosse lembrado, pela nossa pobre sciencia nacional, tão esquecida dos precursores, como um dos pioneiros do movimento da psychologia collectiva³⁶⁶.

Mais uma vez, em narrativa, afirma-se o caráter original e internacional dos trabalhos de Nina Rodrigues a romper com os limites da ciência produzida no Brasil. A criação de uma tradição e de uma memória sobre a Psicologia Social a situar Nina Rodrigues numa geografia do conhecimento estava, portanto, presente na atividade de recuperação dos estudos esquecidos. Nas palavras de Arthur Ramos, “foi elle um dos primeiros a realizar observações e commentários scientificos sobre phenomenos brasileiros de psycho-pathologia gregária, trazendo assim contribuições fundamentaes à nova ciência em elaboração pelos theoreticos europeus”³⁶⁷.

Na tarefa de edição de *O Animismo Fetichista dos negros Bahianos*, Ramos encontrou menos dificuldade, pois o trabalho fora totalmente publicado na Revista Brasileira e em francês. Para a edição de *As Coletividades anormais*, ele tinha em mãos o sumário esboçado como roteiro para a composição e edição de novo livro a partir de estudos publicados em revistas estrangeiras como os *Annales médico-psychologiques*, de Paris, *Archives d'Anthropologie Criminelle*, de Lyon, do *Archivio de Psichiatria, scienze penali et antropologia criminale*, de Turim e da *Revista Brasileira*. Na defesa do livro, a raridade dos documentos ajudava a promover o trabalho de reunião de fragmentos.

No final desta atividade de exumação de páginas e de ideias, Ramos entregou ao público um novo livro de Nina Rodrigues. Mas, a memória do morto e de seus vestígios trazia um inconveniente a ser exorcizado: a explicação dos desajustes sociais pela degenerescência da mestiçagem. No prefácio, Ramos demarca a diferença entre a separar o “pioneiro” da geração que o exumara baseada na bastante conhecida oposição entre ordem biológica e cultural. O destaque a explicação da

³⁶⁶ *Idem*, p.6

³⁶⁷ *Idem*.

degenerescência, considerada intolerável no período da publicação, permite situar a escrita dos artigos no tempo. Tornar Nina Rodrigues um homem, rigorosamente, de seu tempo, delimita um ponto de ruptura que inventa gerações.

Em resposta aos críticos e quase como uma alteração à Nina Rodrigues, Ramos afirmava, contundente, a inexistência de um mal orgânico a ser atribuído à mestiçagem. A causa dos problemas de psicologia coletiva deveria deslocar-se biologia para as deficientes estruturas sociais e higiênicas. Sendo assim, Ramos propôs uma mudança dos termos da discussão, de modo a substituir “raça” por “cultura e “mestiçagem” por “aculturação”. O estudo das interações se deslocaria do corpo para a sociedade através da mudança conceitual. De forma mais aguda, a defesa da publicação dos estudos de Nina Rodrigues se operaria a partir da ideia da originalidade, a deslocá-lo, no século XIX, sinuosamente dos pressupostos da antropologia física francesa e da criminologia italiana.

Nesse ponto, a leitura realizada por Arthur Ramos sobre os textos de Nina Rodrigues apresenta uma ambivalência, de modo a atualizá-lo e, simultaneamente, datá-lo no seu tempo. Para provar que o “mestre” não desprezara o ambiente social em seus estudos, citou o ensaio acerca Antônio Conselheiro e a Loucura epidêmica de Canudos, no qual o diagnóstico sobre o delírio do líder e a predisposição dos seus seguidores ao fanatismo colocaria em primeiro plano "o advento da república, os conflitos de concepção política, as lutas feudais nos sertões, etc.”³⁶⁸. Além deste trabalho, Nina Rodrigues dava indícios de sua ambígua relação com os modelos teóricos baseados na medição de cabeças no artigo sobre Lucas da Feira, negro criminoso e organizado em bando, cuja capacidade craniana superior impressionara o atento leitor de Lombroso e Lacassagne, fazendo-o duvidar das teorias que o inspiravam. Fazendo malabarismos com os pressupostos científicos de sua época, Nina Rodrigues teria elaborado “um esboço da história psicho-social dos quilombos e insurreições negras no Brasil. De um modo mais geral, é esta também a história dos cangaceiros do Nordeste. Nada de mais anti-lombrosiano”³⁶⁹. Nesta leitura, a ambivalência de Nina Rodrigues indicaria uma possibilidade de afastamento futuro das teorias de Lombroso caso não tivesse morrido aos 43 anos. O desenrolar incerto da obra de Nina Rodrigues compõe um elemento significativo na atividade de atualização. A tentativa de conciliar as teorias sobre a degenerescência orgânica da

³⁶⁸ *Idem*, p.13.

³⁶⁹ *Idem*, p.16.

raça e as explicações sociais deixaria em aberto a obra de Nina Rodrigues, permitindo transformá-la na memória de uma herança capaz de ser atualizada.

As leituras operadas sobre os textos do “mestre” visavam criar uma genealogia dos estudos sobre os negros no Brasil, no qual encontrava em Nina Rodrigues o ascendente mais notável. Adota-se um tempo linear do texto e da pesquisa, forja-se uma geração que se diferencia de seu passado e, ao mesmo tempo, o converte em referência. Na genealogia do texto, o tempo da pesquisa é diacrônico, enquanto, o tempo do Outro tomado como objeto é recusado enquanto diacronia. Não constituindo, portanto, o tempo da história, mas a sobrevivência primitiva do outro. A partir dos anos de 1930, intelectuais e literatos estavam convencidos de que a leitura e escrita sobre o negro no Brasil passavam, necessariamente, pelas releituras sobre as obras de Nina Rodrigues. Releituras crivadas por muitos tempos. O tempo de Nina, o tempo da sua atualidade, o tempo da sua superação, o tempo da sua retomada, o tempo de Nina fora do tempo do “rigoroso” lombrosionismo; o tempo que corre em sintonia como os postulados do professor de Turim.

Sobre a construção da noção de geração e de legado, concordamos com a conclusão de Mariza Correa sobre a retomada dos estudos acerca do negro no Brasil como objeto de uma disputa político-intelectual tramada durante a década de 1930, emergindo na esteira de uma renovação geral da curiosidade pelas coisas brasileiras. Segundo ela, a relação de Gilberto Freyre com a obra de Nina Rodrigues oscilava entre o reconhecimento e a tentativa de superação. Nessa perspectiva, os estudos científicos que colocaram o negro na ordem do dia foram forjados num ambiente de disputa entre Freyre e Arthur Ramos na definição de quem teria sido o responsável pela reintrodução do problema do negro no Brasil e pelo resgate da obra de Nina Rodrigues. Uma memória e uma história estavam, então, em disputa. A cronologia aparece como um instrumento importante a nomear o tempo destes estudos. Dessa forma, Arthur Ramos delimitava em 1936 a “escola Nina Rodrigues” através de uma linhagem de herdeiros. Para Correa, no âmbito dessa disputa, Ramos recuperou e publicou textos de seu velho professor com a intenção de enquadrá-lo às explicações culturalistas e distinguir seu próprio trabalho dos estudos de Gilberto Freyre³⁷⁰. Se não era possível reabilitar o determinismo biológico nem o extirpar da

³⁷⁰ CORREA, Mariza. *Op. cit.* p. 283-290.

obra do médico maranhense, parecia viável minimizar sua influência a partir de uma releitura dos “estudos memoráveis de Nina Rodrigues”³⁷¹.

A atitude de Arthur Ramos não era apenas memorialista. Ele associou a construção de um passado para as áreas disciplinares nas quais circulava a partir da ideia de superação, a colocar em marcha a ciência pela assimetria com o passado. Ao mesmo tempo, a própria ação reparadora de uma memória, materializada na publicação dos textos esquecidos de Nina Rodrigues e de novos autores apontava do presente ao futuro. Procedia-se uma divisão temporal tripartite, na qual a primeira fase fora caracterizada pelo começo dos estudos na área, com o trabalho seminal de Nina Rodrigues, o segundo representava o tempo do vazio, marcado pela ausência de interesse científico sobre o tema, e o terceiro o presente como época das realizações, a apontar para o horizonte³⁷².

Na área dos estudos antropológicos do negro no Brasil, o valor atribuído às descrições de Nina Rodrigues, assim como o elogio ao seu método de trabalho, explicaria porque o trabalho deste foi visto como material científico de caráter inaugural, anterior às mudanças paradigmáticas assumidas por intelectuais interessados, durante os anos de 1930, nas relações raciais no Brasil, quando se trocou o topos da “raça” pelo de “cultura”. Almejamos, pois, demonstrar como a apropriação feita aos estudos desenvolvidos por Nina Rodrigues – definido enquanto um pessimista típico do século XIX e, portanto, cheio de polêmicas, mas sem um projeto concreto de nação, tal qual um médico na identificação de uma doença incurável – ocorreu exatamente quando, na década de 1930, os intelectuais assumem uma missão, um projeto, e que acreditavam estar em curso.

Pensavam residir aí o seu quinhão de originalidade. Ou seja, o que se realizou anteriormente não podia ser entendido, se não como ponto de partida, discussão inacabada e, no curso do tempo, encontraria intérpretes capazes de ajustá-las ao Brasil real, cuja realização futura não estava ameaçada por um presente idealizado, ilusório, mas estava em curso. Na linha temporal, demarcavam-se os começos, de modo a situar-se e estabelecer diferença (nesse caso entre o tempo da ação e da retórica) e a referência. Enquanto ponto referencial, capaz de fundamentar uma tradição, o passado abria espaço ao original, à novidade, à mudança.

³⁷¹ RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise**. 2. ed. Fac-Similar (1934). Recife: Fundaj, Massagana, 1988, p. 14.

³⁷² CORREA, Mariza. *Idem*.

Considerando que o regime temporal moderno pressupõe a novidade como condição do movimento a partir da proliferação dos originais em cada presente, as próprias noções de passado e futuro se orientam na relação ao novo. Portanto, estabelecer as ausências pretéritas significa, por um lado, montar uma genealogia, por outro, criar as possibilidades de ação, de modo a transformar as afirmativas presentes em novos “originais”.

3.2.3 *Edições e disputas pela ciência*

A demarcação de posições, a disputa por objetos e a contenda pela sua descrição materializada nos livros, ocorre, também, nos espaços privados, nas sutilezas aparentemente pouco dignas de nota, como presentes nas negociações pela escolha de livros e de autores, pela revisão dos escritos até a formatação final, pelo pagamento de direitos autorais e pelos bastidores das organizações de encontros científicos. Nas cartas remetidas, entre 1936 e 1938, por Edison Carneiro à Arthur Ramos aparecem detalhes mais íntimos da relação entre editores, autores, edições e a necessidade de situar-se em um campo de embates pelos objetos de pesquisa, neste caso, o negro. Os livros fechados, postos em catálogos, têm uma duração anterior e fragmentária, marcada pela escrita e reescrita. Em missiva de 27 de março de 1937, dizia Carneiro:

O meu NEGROS BRANTOS está quase completo. Faltam uns três capítulos só. Haverá lugar para elle, este anno, na Bibliotheca? (...) O Jorge Amado quer que eu publique na Documentos Brasileiros, do Gilberto Freyre. Eu não vou nisso. Estou muito melhor com você³⁷³.

Em processo de negociação com o Diretor da BDC para o lançamento de seu livro, Edison Carneiro sublinhara a sugestão de Jorge Amado sobre a possibilidade de publicá-lo na coleção organizada por Gilberto Freyre. Nesta fala, Carneiro demonstrava, ao destinatário, que seus escritos estavam em disputa. Assim,

³⁷³ OLIVEIRA, Waldir Freitas, LIMA, Vivaldo Costa. *Op. cit.* p. 138-139.

poderia articular com maiores argumentos o lançamento de *Negros Bantus*, situando-se ao lado de Arthur Ramos na contenda científica com Freyre.

Depois de mudar-se para o Rio de Janeiro, Arthur Ramos passou a dispor dos meios para publicação de seus textos e dos livros de outros autores, através da coleção por ele dirigida em um dos grupos editoriais mais prestigiados do país àquela época. Note-se, os livros escolhidos por Ramos para integrar BDC dedicavam-se, basicamente, à produção acerca dos estudos afro-brasileiros, antropologia, folclore, alimentação e linguagem, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 5 – Títulos publicados pela BDC (1934 e 1938)

Títulos publicados na BDC (1934-1938)		
Ano	Autor	Título
1934	Arthur Ramos	O Negros Brasileiro
	Nina Rodrigues	O Animismo Fetichista dos Negros Baianos
1935	Bastos de Ávila	Questões de Antropologia Brasileira
	Arthur Ramos	O Folclore Negro no Brasil
	Josué de Castro	Alimentação e Raça
1936	Octaviano Domingues	Hereditariedade e Eugenia
	Edison Carneiro	Religiões Negras
1937	Rui Coutinho	Valor Social da Alimentação
	Gilberto Freyre e Outros	Novos Estudos Afro-Brasileiros (Anais do Congresso de Recife)
	Renato Mendonça	O Português no Brasil
	Alfredo Brandão	A Escrita Pré-Histórica no Brasil
	Arthur Ramos	As Culturas Negras no Novo Mundo
	Gonçalves Fernandes	Xangôs no Nordeste
	Edison Carneiro	Negros Bantos
1938	Manuel Querino	Costumes Africanos no Brasil
	Djacir enezez	Preparação ao Método Científico
1939	Nina Rodrigues	As Coletividades Anormais
1940	Edison Carneiro e Outros	O Negros Brasileiro (2º Congresso em Salvador)

A partir do quadro de publicações da coleção podemos observar, não apenas os temas dos títulos selecionados por Arthur Ramos, mas também, os autores e os jogos articulados no âmbito da política intelectual. Veja-se, por exemplo, que em 1937, quando registra-se o maior volume de publicações, integrou a coleção o livro com a reunião dos textos do Primeiro Congresso Afro-brasileiro de Recife. Nesse mesmo ano, Freyre deu declarações polêmicas por ocasião do Segundo Congresso na Bahia, em janeiro daquele mesmo ano. Neste Congresso, a busca pela demarcação de posições entre dois grupos, um de Recife e outro da Bahia, ocorreu no âmbito público e nos bastidores durante o ano de 1936. Na correspondência enviada a Arthur Ramos, em 30 de novembro de 1936, Edison Carneiro prestava informações sobre os preparativos para o evento e ressaltava as críticas de Gilberto Freyre em entrevista no Recife, na qual “escangalhava” “o Congresso, falando em coisa improvisada e não sei o que mais”³⁷⁴. Trata-se de considerações feitas por Freyre ao Diário de Pernambuco, republicadas pelo jornal *O Estado da Bahia* em novembro de 1936. Nessa entrevista, ele insinuava a possibilidade de faltar ao evento o peso dos “verdadeiros estudiosos”. Segundo ele:

Pouco lhe posso adiantar sobre o assunto. Só há dois ou três dias soube, por uma carta do escritor Edison Carneiro que ia realizar-se um segundo Congresso Afro-brasileiro na Bahia. Receio muito que vá ter todos os defeitos das coisas improvisadas. Deveria ser muito maior o prazo para os estudos, para as contribuições dos verdadeiros estudiosos. Os verdadeiros estudiosos trabalham devagar. A não ser que os organizadores do atual Congresso só estejam preocupados com o lado mais pitoresco e mais artístico do assumpto: as “rodas” de capoeira e de samba, os toques de “candomblé”. Este lado é interessantíssimo e na Bahia terá decerto um colorido único. Mas, o programa traçado no 1º Congresso foi um programa mais extenso e incluindo a parte árida, porém, igualmente proveitosa, pra os estudos sociais, de pesquisas e de trabalhos científicos³⁷⁵.

Freyre colocava o Congresso da Bahia em suspeição quanto ao seu aspecto científico, não somente em relação ao programa e ao tempo hábil para a escrita e envio das contribuições às sessões do evento, indo além do pitoresco, como também, discordava da subvenção do Governo do Estado da Bahia para a realização do evento como ameaça a sua independência:

³⁷⁴ *Idem. Op.cit.* p.125 .

³⁷⁵ O Estado da Bahia. Em torno do segundo Congresso Afro Brasileiro, 13 de novembro de 1936. In: OLIVEIRA, Waldir de Freitas, LIMA, Vivaldo da Costa. Op. cit. p. 128.

Creio que esses Congressos de estudiosos deviam ser como foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido no Recife, inteiramente independente dos Governos ou de qualquer organização política com interesses partidários ou fins imediatos (...) eu e alguns outros tivemos de propor a resistência enérgica aos que pretenderam deformar aquela reunião de pesquisadores e de estudiosos, prestigiada pela colaboração de africanologistas como o professor Herskovits, num ajuntamento demagógico e de cor partidária³⁷⁶.

Na nota introdutória aos anais do Segundo Congresso, Edison Carneiro e Aydano do Couto Ferraz, organizadores do evento, reagiram à crítica de Freyre, reforçando o sucesso obtido pelo certame da Bahia como resultado do recolhimento, pela comissão, de três contos em moeda através de lista distribuída entre amigos e a ajuda do Governo do Estado, no valor de um conto e quinhentos mil réis, empregado exclusivamente em despesas de mobilidade e comunicação, como o envio de correspondência aérea para o estrangeiro, convites e informações sobre o encontro, viagens de automóvel pelas distantes casas de culto e “os ‘agrados’ naturais devidos aos nossos colaboradores populares”. Segundo Edison Carneiro, a disponibilização desses recursos públicos não implicou em qualquer interferência oficial ou política sobre as diretrizes do congresso³⁷⁷.

Outro ponto levantado por Gilberto Freyre e rebatido pelos organizadores do evento foi o receio do encontro não possuir caráter científico suficiente, pois teria sido organizado ao improviso, sem que os “verdadeiros estudiosos” tivessem tempo de produzir seus trabalhos, tornando-se uma apresentação simplesmente folclórica sobre os negros brasileiros. Em resposta, Carneiro enfatizava a qualidade inédita das teses apresentadas no encontro, incluindo os estudos estrangeiros. Note-se, a capacidade de intercambiar a apresentação de estudos oriundos de universidades internacionais agregava capital simbólico na afirmação da pertinência científica ao evento e ao grupo responsável por sua realização. Por isso, o agradecimento ao apoio de Donald Pierson, da Universidade de Chicago “companheiro de todos os minutos em excursões científicas e nos trabalhos de realização do Congresso”. Por outro lado, Edison Carneiro e Aydano do Couto Ferraz enfatizavam a participação de grupos ligados ao mundo dos candomblés como singularidade e novidade introduzida pelo encontro na Bahia. Os terreiros foram convidados a participar, com a contribuição

³⁷⁶ *Idem.* p. 129.

³⁷⁷ **O negro no Brasil:** trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-brasileiro (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940, p.10.

direta de pais de santo e de pessoas interessadas no assunto, “pesquisadores de suas próprias seitas” colocados ao lado dos maiores estudiosos da época em “pé de igualdade”. Carneiro destacou o apoio de Bernardino do Bate-Folha, Falefá do Formiga, Vavá Pau Brasil e Aninha, a “camaradagem da velha Maria Bada” a mais sábia de todas as negras velhas dos candomblés do Brasil”. Além disso, destacou o notável espetáculo dos praticantes de capoeira, samba e batuques “apresentado aos congressistas por Samuel Querido de Deus, Barbosa, Bugaia, Zéppelin, Abêrrê e pelas filhas de Santo de João da Pedra Preta” que repetiam “toadas e passos para os estudos de musicologia do maestro Camargo Guarniere e alguns curiosos³⁷⁸.

As estratégias para a organização deste congresso apresentam os dilemas e relações tecidas entre os diferentes grupos para ocupar a posição de verdadeiros promotores do “renascimento” dos estudos no campo precariamente chamado de “africanologia”. Residente no Rio de Janeiro, Ramos recebia, constantemente, informações da Bahia enviadas por Edison Carneiro através de telegramas e correspondências. Em uma delas, Carneiro compartilhava com o seu “amigo/editor” os detalhes sobre a execução do Congresso, cujas sessões iriam ocorrer no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, presidido por Theodoro Sampaio. Os jogos de capoeira teriam lugar no *court de tennis* do Club Itapagipe. Duas festas estavam programadas, uma no candomblé do *Gantois*, outra no *Gamé*. Em seguida, convidou o “amigo” a ouvi-lo falar do Congresso pela Rádio Commercial no dia 15 de dezembro, às 7h 30min da noite, “antes que João da Pedra Preta comece, *With his orchestra*, a cantar os cânticos do candomblé³⁷⁹.

Na mesma carta, o remetente dizia ter acolhido as sugestões do amigo sobre a realização de uma homenagem à Nina Rodrigues e informava ter enviado ofício ao diretor da Faculdade de Medicina da Bahia e ao Instituto Médico Legal daquele Estado a fim de conseguir colaboração dessas instituições. Edison Carneiro indagou se Arthur Ramos aceitaria ler a sua tese sobre Nina Rodrigues na Faculdade, onde ocorreria a homenagem. Pedia, ainda, sugestões quanto aos detalhes da organização, tal como o momento ideal para a realização da homenagem, se durante a abertura ou no encerramento do Congresso³⁸⁰. A publicação dos textos e a divulgação dos anais pelos jornais, estavam entre demandas de Carneiro ao editor:

³⁷⁸ *Idem.* p. 10-11.

³⁷⁹ OLIVEIRA, Waldir de Freitas, LIMA, Vivaldo da Costa. *Op. cit.* p. 131.

³⁸⁰ *Idem.*, p. 125.

Quero saber uma coisa. Os direitos autorais dos “Novos estudos” são do Congresso? Quando sae o livro? Quem collabora no livro? – Tudo isso é necessário (e você deve responder imediatamente, por avião), pra gente anunciar pelos jornais. Serve para a Civilização e para nós manter acesa a expectativa³⁸¹.

O acesso aos meios de publicação pelo contato com o amigo do Rio e o peso da circulação desse material bibliográfico, através do noticiário, garantiriam a propaganda positiva tanto para o grupo promotor do evento, quanto para a editora. Como indicamos anteriormente, os jornais e o rádio foram mobilizados para dar visibilidade a ideias e opiniões, lá onde a estrutura fechada, perene e densa dos livros não permitia movimentos. Mesmo considerando a existência de leitores dos jornais na capital federal, em Pernambuco ou na Bahia, que sequer lessem os livros publicados, eles poderiam conhecer os principais autores. Não bastava a produção maciça de livros, era preciso divulgá-los a partir de outros dispositivos e ocupar o lugar simbólico no panteão dos intelectuais nacionais. Os jornais e, mais ainda, o rádio cumpriam a função de dar a conhecer, em frases curtas, descrições rápidas, as atividades daqueles entendidos como os principais curiosos pelas coisas brasileiras. Através dos jornais propagavam-se nomes, eventos, livros e ideias, não pelo espetacular, mas pelo cotidiano da atividade, da notícia repetida. A notícia e notas jornalísticas conferiam publicidade aos grupos de estudiosos e seus projetos, os congressos alimentavam a notícia.

O Segundo Congresso realizou-se sem a presença de Arthur Ramos e o encerramento não ocorreu na Faculdade de Medicina, como pretendia Carneiro, mas no Instituto Geográfico e Histórico. A sessão de encerramento, dedicada a Nina Rodrigues, começou às 19 horas com a leitura do texto de Ramos, intitulado Nina Rodrigues e os estudos Afro-brasileiros, por Reginaldo Guimarães, um dos organizadores do evento. Em seguida, falaram Edison Carneiro, com a Homenagem à Nina Rodrigues, Estácio de Lima, em nome da Faculdade de Medicina, e Alfredo Brito, o “Alfredinho”, sobrinho da viúva de Nina Rodrigues e docente da Faculdade de Medicina, falou em nome da família³⁸². Na homenagem, o Instituto, o *Club*, as capoeiras, a Faculdade, os candomblés, o rádio e os jornais foram mobilizados pelos organizadores do evento com o objetivo de superar o primeiro congresso ocorrido na

³⁸¹ *Idem.* p. 131.

³⁸² LIMA, Lamartine de Andrade. **Roteiros de Nina Rodrigues**. Salvador/BA: Centro de Estudos Afro-Orientais/UFBA, 1980. 135.

capital pernambucana em 1934, cujo discurso assumia caráter inaugural de retomada dos estudos sobre a população negra e de interesse em relação ao espólio intelectual de Nina Rodrigues.

No plano da disputa entre os estudiosos sobre a prevalência nos estudos de “africanologia”, Carneiro referia-se à Gilberto Freyre, em tom de crítica, como um “dono do assunto”. Em contrapartida, o sociólogo expunha suas ressalvas em relação ao evento realizado na Bahia, por oposição ao ocorrido em Recife. Essa situação não impedia o trânsito e o reconhecimento do crítico como autor. Em carta de 12 de dezembro de 1936, Edison Carneiro destacava a importância de ter Gilberto Freyre entre os integrantes do Congresso, adiando-o em função da ausência deste, de Arthur Ramos e de Mário de Andrade. Além disso, ainda não havia recebido as teses prometidas dos pesquisadores estrangeiros, tal como Howard Odum, Garcia Agüero e Fernando Ortiz. Diante da dificuldade de contar com a presença do autor de *Casa Grande & Senzala* no evento, Carneiro pediu, então, a Arthur Ramos para utilizar sua influência a fim de conseguir o apoio de Freyre: “o Gilberto não zangou com a gente. Escrevi para elle, ele respondeu explicando. Aperte-o para elle mandar os originaes dos ‘Estudos’, digo, as provas, e para que elle collabore com o Congresso”³⁸³.

Em 1937, a publicação dos anais do Primeiro Congresso Afro-brasileiro no âmbito da BDC fazia parte dessa relação de oposição e negociação entre os editores e escritores Gilberto Freyre e Arthur Ramos. Sendo assim, buscava-se capitanear alguma aproximação em relação à Freyre, visto que, desde *Casa-Grande & Senzala* ele havia se constituído em autor renomado. Arthur Ramos dispunha, na editora Civilização Brasileira, de um lugar privilegiado para falar, selecionar leituras consideradas pertinentes, negociar publicações e compor um catálogo, a sedimentar alguns temas de estudo, no qual ele próprio afirma-se como autor. Portanto, não foi fortuita a presença de *O Negro Brasileiro*, livro escrito por Ramos, como primeiro volume publicado pela coleção da qual assumia funções de diretor, seguido pelo *Animismo Fetichista dos Negros Bahianos* de Nina Rodrigues, cujo prefácio e anotações foram da lavra do diretor. Não deixa de ser curioso o fato de, nas últimas páginas do livro, após o índice, Arthur Ramos preocupar-se em apresentar a recepção do seu livro *O Negro Brasileiro*, através da exposição, em anexo, de opiniões de diferentes estudiosos, retiradas de notas publicadas na imprensa diária entre os anos

³⁸³ OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo da Costa. *Op. cit.* p. 131.

de 1934 e 1935, em jornais como A Noite, A Nação, Boletim de Ariel, Jornal do Comércio, Rio Magazine e Diário de Notícias.

A reedição do livro de Nina Rodrigues foi arrematada com notas sempre elogiosas à Arthur Ramos. No Boletim de Ariel, Roquette-Pinto afirmava que, “em matéria de sciencia o Brasil precisa muito mais de quem divulgue de que mesmo de quem se dedique à pesquisa”. Assim, situava os resultados da pesquisa de Arthur Ramos sobre o “problema psycholgico e religioso dos nossos negros” entre os melhores estudos produzidos no país sobre o assunto. Jaques Raymundo, em nota ao Jornal do Comércio, colocava o livro ao lado de Casa Grande & Senzala de Gilberto Freyre, lançado no ano anterior, e enaltecia a atividade de observação e erudição do autor. No Diário de Notícias, Augusto Frederico Schmidt não destoaria do tom de favorável à produção e aos métodos de Arthur Ramos, uma vez que:

Não se trata de um livro de consideração puramente theorica e livresca, mas de um trabalho de observação pessoal, pois o autor estuda os fenômenos que analisa nas próprias fontes, procurando na observação das praticas religiosas, macumbas, candomblés, etc. material para sua dissertação... O que desejo ressaltar neste me registro é a importância do livro, a escolhida bibliografia do autor, sua intimidade com os negros, e a compreensão das mentalidades primitivas nas suas manifestações religiosas e psychicas, de que dá provas abundantes³⁸⁴.

As notas sobre O Negro Brasileiro, publicadas por Arthur Ramos, transformavam o livro de Nina Rodrigues em uma espécie de espaço privilegiado para a promoção pessoal, na medida em que o ligava, por laços de afinidade científica, ao velho “mestre”. Tratava-se de afirmar um tipo de ciência, distinta do puramente teórico, retórico e baseado na observação, na busca da verdade pela prova inequívoca das fontes. A proximidade com os sujeitos de culto seria capaz de situá-lo, em condição de igualdade, à Gilberto Freyre, cujo nome ganhava projeção nos estudos sobre a formação do Brasil com sua recente publicação.

Mas, a fortuna crítica de O Negro Brasileiro apresentou outros matizes. Enquanto as notas recortadas por Ramos destacavam o “contato íntimo” de Arthur Ramos com os “candomblés e macumbas”, sem apego à observação direta e pessoal, em novembro de 1935, Edison Carneiro duvidava de tal “intimidade” e publicou, no Jornal da Manhã a seguinte crítica: “em Arthur Ramos o negro, a bem dizer se despersonaliza, vale apenas como objeto de estudo”. Aqui, Carneiro parece sugerir a

³⁸⁴ **Diário de Notícias**, Salvador/BA, 23 de dez/1934, In: Nina Rodrigues, Raymundo. *Op. cit.* 1935.

existência de um distanciamento profundo em O Negro Brasileiro entre o pesquisador e a realidade das práticas transformadas em objeto. Enuncia-se a crítica em relação ao distanciamento clássico entre observador (o olhar penetrante e colonizador da ciência) e observado (passivo, ou como prefere Carneiro “despersonalizado”). Ora, em sua atividade de jornalista e curioso, Carneiro não economizou esforços em apresentar sua relação próxima aos praticantes do candomblé.

Para ele, o Segundo Congresso Afro-Brasileiro em 1937 encontrava singularidade, justamente, nesta aproximação. Por essa razão, os organizadores do evento teriam incluído pais e mães de santo dos principais candomblés de Salvador e os espaços de culto na programação. O jovem jornalista empenhava-se em demonstrar a diferença entre a sua concepção de congresso científico e os certames dos “homens de ciência”, organizados no século XIX. Para ele, no campo da cultura, os “objetos” deveriam, de alguma forma, tomar parte do estudo. Embora, os pais e mães de santo entrassem em cena, mostrassem-se vivos além do texto e da observação solitária exposta numa tese, a distância entre a atividade antropológica, tradutora com seus jargões da experiência observada, e o objeto antropológico não foi apagada por Edison Carneiro. Havia uma tentativa de idealizar a existência de harmonia na relação entre objeto e pesquisador e homogeneizar os praticantes do Candomblé. Foi nesse sentido e com o apoio do babalaô Martiniano Bonfim, que Carneiro propôs a fundação de uma associação entre os terreiros da Bahia, à exemplo do ocorrido com a União dos praticantes de capoeira. Porém, as divisões entre lideranças do candomblé e a textura das relações entre grupos impediram a realização dessa união. A proposta de fundação do grupo deixava aparente as arestas de relações conflituosas entre terreiros diferentes. No relato de Ruth Landes esta tensão fica evidente. Quando a americana procurou Carneiro para facilitar o contato com a Mãe Menininha do Gantois durante a realização de sua pesquisa na Bahia, foi aconselhada a procurar outra pessoa. A famosa Mãe de Santo havia se desgastado com Carneiro em razão de problemas na União dos candomblés³⁸⁵. No mundo cotidiano das comunidades de terreiros a harmonia idealizada e encenada no Congresso Brasileiro implicou num arranjo dos próprios grupos intelectuais responsáveis por sua realização, cujo objetivo era demonstrar a unidade idílica do “Outro”, transformados em objeto de curiosidade.

³⁸⁵ LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 82.

Deve-se, portanto, considerar que os espaços de mediação entre pesquisador e objeto são artificialmente criados para construir uma tradução das práticas pela ciência. No Congresso Afro-Brasileiro da Bahia, a transformação da experiência performatizada em linguagem formal, especialmente encenada para aquele momento, se expressa na separação entre o “eles”, a dançar e entoar cantigas, e o “eu” pesquisador, a observar e anotar,

Assim, nas correspondências trocadas com Arthur Ramos, Edison Carneiro sugere que as relações estabelecidas entre os candomblés da Bahia e estudiosos, interessados nas práticas religiosas vividas em espaços de culto como terreiros, também, foram mobilizadas em proveito dos praticantes. A dificuldade declarada por Edison Carneiro para reunir, em um mesmo grupo, as diferentes representações dos candomblés de Salvador expressam os limites e os termos de uma negociação, nem sempre articulada pacificamente com as lógicas e a vida cotidiana dos negros baianos. Foi preciso, portanto, encenar e minimizar conflitos para construir uma imagem harmoniosa em relação aos sujeitos do culto e entre objeto de pesquisa/estudioso.

Embora tenha se indisposto com Arthur Ramos, por considerar seu trabalho excessivamente desencarnado e friamente científico na crítica ao livro *O Negro Brasileiro*, pouco tempo depois, Edison Carneiro dava ciência ao, agora, amigo e diretor de coleção da *Civilização Brasileira* sobre os passos da produção de um novo livro, com o sugestivo nome de *O fetichismo negro na Bahia*. A semelhança deste título com *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos* não seria fortuita e demonstra a intenção de seu autor em aproximar-se de Nina Rodrigues. Tamanha proximidade parecia causar algum incômodo à Arthur Ramos e, por isso, sugeriu à Edison Carneiro a alteração do título. O livro foi, enfim, lançado com o nome de *Religiões Negras*. Duas preocupações podem ser presumidas dessa mudança: a de prosseguir com os estudos iniciados por Nina Rodrigues e, ao mesmo tempo, não se confundir com o velho mestre, nas suas conclusões, no seu tempo, na sua criação. Ou seja, mostrar-se original.

A maturação do texto, a duração da escrita, a transcrição datilográfica, os acréscimos, as reduções, os retoques, a formatação, a publicação e a fortuna crítica apresentam intervalos e mudanças, tornando a escrita um processo repleto de caminhos imprevistos. As interferências e alterações não aparecem na apresentação final do texto, pois no livro fechado o processo produtivo deve figurar de forma

coerente. Antes da publicação as negociações vão da formatação e rearticulação do texto até a demanda pelos direitos autorais, como vimos na empreitada de D^a Maricas, a viúva de Nina Rodrigues, em busca da venda dos direitos autorais para o Estado. Nas cartas de Edison Carneiro à Arthur Ramos as barganhas em torno dos direitos autorais foram constantemente sublinhadas. Tema ausente na impressão final do livro, talvez por ser considerado pouco importante, assunto meramente de foro pessoal que remete o livro a sua face menos heroica e mais terrena, remetendo-o ao mundo do negócio. Mas, até que ponto, as demandas pelo pagamento também não interferem no processo de produção, no adiantamento de provas, na escolha dos editores com os quais é possível negociar?

Certamente, a esse processo absolutamente fluido, de incertezas da escrita e produção do “monstrengo”, “monstro”, “bicho”, ou “troço”, como dizia Edison Carneiro, segue-se as mutações operadas pela leitura. Separação, no entanto, didática, pois a leitura e escritura habitam um emaranhado de identificações sem começo, no sentido atribuído por Chartier em relação ao mundo criado pela leitura, cujas apropriações nem sempre coincidem com as pretensões do autor. Ressalte-se ainda, este, também, figura como leitor de outros textos³⁸⁶.

Leitor de Nina Rodrigues, Manuel Querino e Arthur Ramos, Edison Carneiro estabelecia estratégias na barganha pela publicação de seu primeiro livro pela Civilização que encontrava em Jorge Amado um intermediário. Segundo ele:

Caro amigo sr. Arthur Ramos,
O meu amigo Jorge Amado ganhou. Afinal, sempre me decidi a escrever o livro sobre os negros que ele reclama insistentemente há coisa de anos. Estou a escrevê-lo aqui no Mar Grande, neste ano de graça de 1936, já tenho mesmo escrito dois capítulos. Não pasme! (Estou desocupado...). Naturalmente, V. será mais do que citado nesse O fetichismo negro na Bahia, V., o velho Nina e esse incrível Mané Querino... Estou trabalhando apenas com isso, sendo que, sobre os candomblés de caboclo, estou absolutamente desajudado. Não sei como vai ser. Mandei ao Jorge Amado um projeto de esquema, já agora modificado. O livro terá dez capítulos, uma introdução, vários apêndices, inclusive um sobre criminalidade negra, estudo que o velho Nina deixou incompleto – com estatísticas da Bahia). Vou fazer o possível para não citar o velho Marx. Se lhe dou todos esses pormenores sobre o monstrengo foi porque o Jorge Amado me falou no seu provável interesse pelo livro, para a Biblioteca de Divulgação Científica. Será que esse interesse existe mesmo?³⁸⁷

³⁸⁶ Ver CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1980.

³⁸⁷ OLIVEIRA, Waldir F. Lima, Vivaldo da Costa. *Op. cit.* p. 79.

Nesta carta, Carneiro descreve o processo de confecção do “monstrengo” ao amigo Arthur Ramos, não só para verificar o interesse da Civilização Brasileira pelo livro que, então, escrevia no Mar Grande, mas, igualmente, para cercar Ramos das garantias de que seu texto cumpriria alguns requisitos básicos para a futura publicação. De início, declara a disposição em citar os estudos de Arthur Ramos, Nina Rodrigues e Manuel Querino. A tessitura de um livro e as referências neles impressas não constituem obras do acaso e do reconhecimento ingênuo da pertinência de um trabalho, ou outro. Há a intenção de situar-se na relação a uma literatura, ao passado/presente e ao presente/futuro, transformando citações em moeda de troca intelectual. Para viabilizar seu trabalho, Carneiro promete completar em apêndice o estudo do “velho Nina” sobre a criminalidade negra.

Em seguida, com alguma ironia, tranquilizava seu interlocutor admitindo não pretender utilizar citações de Karl Marx. Simpatizante das ideias comunistas e, não raro, referindo-se, por meio de cartas, à condição de insegurança por ele vivida nos anos do governo Vargas, Edison Carneiro empenhava-se em demonstrar a inexistência de implicações políticas ou a possibilidade de prejuízos à Editora, caso fosse confirmado o interesse pelo livro. Depois disso, põe-se, a agradar seu amigo do Rio de Janeiro, e dizia desejar, há tempos, presentear Ramos com o envio de um caderno pertencente à Martiniano, a quem Arthur Ramos encaminhava livros de sua autoria. Mas, provavelmente, nem ele, nem Ramos, poderia ler, pois estava escrito em língua muçulmana. Em outra carta adverte: “Não é árabe, e nem há árabe que o entenda – vou logo lhe avisando pra você não perder tempo”³⁸⁸

Em carta do dia 11 de junho de 1936, Carneiro informava à Ramos que finalmente o livro com escrita árabe havia desencantado e seria enviado por seu irmão, Ivan de Souza Carneiro. Diante da dificuldade de leitura do material, recomendou à Ramos procurar um tradutor na França ou Inglaterra, como teria feito Nina Rodrigues. Por fim, solicitou ao editor a inclusão, em *As religiões negras*, de clichês da página 37 do livro presenteado, com a legenda “escrita mussulmi” e abaixo a indicação “coleção do autor”. Este último pedido foi feito com ressalvas, pois o livro era objeto de troca entre Edison Carneiro e Arthur Ramos.

De forma geral, as correspondências serviam para a articulação da edição dos livros a serem publicados pela Civilização, envios de fotografias e provas

³⁸⁸ *Idem*, p.113.

impressas dos textos, pedidos de opinião, sugestões de publicações futuras, críticas, solicitação de adiantamentos financeiros em razão dos direitos autorais. Todos estes elementos compõem o processo de produção do livro e da escrita sem o tom ritual dos congressos ou dos prefácios. Tratava-se da descrição cotidiana dos itinerários de escrita, pesquisas e negociação, impublicáveis na formatação final dos livros e dos discursos públicos. Edison Carneiro solicitava, ainda, alguns favores monetários ao amigo de prestígio no Distrito Federal. Em abril de 1938, comunicava à Ramos a despesa referente a participação em concurso de livre-docente na área de Direito Internacional Público na Faculdade de Direito da Bahia. Em razão disso, pediu “uma forcinha” para que a Civilização Brasileira adiantasse, em valor aproximado, os direitos autorais imediatamente após a aprovação da publicação de *Os negros Bantos*. Carneiro não concorreu ao concurso, pois não preenchia possuía três anos de formação, conforme exigência do processo seletivo. Disse ele, com certo constrangimento:

Pensando em poder fazer o concurso, meti você numa situação esquisita. Falo do pagamento adiantado, e etc. e tal. Felizmente, isso já não é mais preciso (...). De modo que fica o dito por não dito – e se você não falou com o Bertrand, não fale mais. Fico a espera que cobre, quando o livro sair³⁸⁹. Em janeiro de 1938, escrevia que agora “eram dois a chatear” Ramos em busca de informações sobre os direitos autorais e a quantidade de volumes que seriam publicados dos textos do 2º Congresso, em *O Negro no Brasil*. Aydano estava desiludido com a Bahia e desejava “se jogar para o rio”, porém, “elle tem uma vida complicada, like me. Não tem dinheiro”³⁹⁰.

As questões financeiras referentes aos direitos autorais de livros e dos anais do Segundo Congresso Afro-Brasileiro, as dificuldades e os deslocamentos entre a Bahia (lugar de origem) e o Rio (lugar da oportunidade) são componentes marginais não inseridos nos prefácios, porém, essa arquitetura cotidiana do trabalho incide na negociação de temas, de abordagens conceituais, de referências e no ritmo da construção do livro. Ou seja, participa da criação de condições para a existência material de uma obra no não-dito dos prefácios, destinados a ressaltar as afinidades intelectuais e o trabalho como missão científica.

³⁸⁹ *Idem*. p. 147

³⁹⁰ *Idem*. p. 141.

3.3 Nina Rodrigues, o cientista. Manuel Querino, o autodidata

A narrativa da antropologia sobre o negro nos anos de 1930 recuperava Nina Rodrigues como um fundador, também, por uma questão de estilo a separá-lo de Manuel Querino. Nesse esquema, o primeiro, localizável no tempo dos pressupostos científicos do final do século XIX, teria produzido uma obra de caráter científico, enquanto o segundo escrevera sobre os negros na Bahia sem teoria e sem hipóteses de forma autodidata. Nina representaria a razão do método, mesmo se este fosse questionável, de forma a compor o hall dos cientistas. Enquanto Manuel Querino teria escrito sobre os seus irmãos e sobre si mesmo, como dizia Arthur Ramos. Detenhamo-nos, agora, sobre esta diferença, pois ambos os autores tiveram seus textos exumados, como se dizia, juntamente com os descendentes de africanos, recuperados e reconfigurados, transformando-se em objetos de estudo nos idos da década de 1930. Assim, como os fragmentos textuais e as obras de Nina Rodrigues foram republicados em formato de livro, o túmulo escrito de Manoel Querino fora remexido e reeditado.

Em 1938, Arthur Ramos organizou uma coletânea de textos produzidos por Querino em diferentes momentos, reunidos sob o título geral de *Costumes Africanos no Brasil*. Interessava-lhe congregar trabalhos do “franzino” e “modesto” funcionário público direcionados à etnografia religiosa, folclore e tradições do negro no Brasil. Para realizar este projeto organizou o livro em quatro partes, articuladas de acordo com os temas tratados por Querino. Para o primeiro capítulo Ramos escolheu *A raça africana e seus costumes na Bahia*, memória apresentada e publicada nos anais do 5º Congresso Brasileiro de Geografia de 1916, realizado na Bahia. No segundo, republicou *O colono preto como fator da civilização brasileira*, trabalho impresso em 1918, apresentado como memória ao 6º Congresso de Geografia, de Belo Horizonte. No terceiro capítulo, introduziu o livro póstumo publicado em 1928, como homenagem à memória de Manoel Querino, por iniciativa de seu filho Paulo Querino e de seu admirador Alberto Moraes Martins Catharino. Ramos juntou a este texto, ainda, o discurso do professor de Geografia, Bernardino de Souza, realizado no ano de 1923

em sessão do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, utilizado como prefácio ao livro *A arte culinária na Bahia*³⁹¹.

A parte final do livro foi intitulada por Ramos de *Notas do Folclore Negro* e referia-se a fragmentos do opúsculo *A Bahia de Outrora*, publicado em 1922, cujo editor da coletânea declarou não hesitar incluí-lo no volume por ele organizava, pois trazia “muita coisa de tradições e sobrevivências folclóricas ameríndias e branco-europeias peninsulares, mas com aporte negro em quase tudo”³⁹².

Com todo o excerto reunido, Arthur Ramos assinou o prefácio à primeira edição do volume, no qual situava aquela publicação no ambiente de crescente interesse pelo “problema do negro” de modo a ressaltar a contribuição de Manuel Querino que, no vazio deixado pelo silêncio em torno dos trabalhos de Nina Rodrigues nas duas primeiras décadas do século XX, teria se levantado como “única voz (...) cheia de entusiasmo e emoção em defesa do negro brasileiro”³⁹³. Esta voz, tomada por euforia e solidão, ressoava da narrativa de Ramos como impregnada de empatia e dor, toda ela corporal e genética, laboral e intuitiva. Enfim, autodidata e frouxa em relação à razão científica, tratada como a imagem invertida do professor da Faculdade de Medicina, ao lado do qual tivera seu retrato inaugurado em 13 de maio de 1928 como homenagem realizada pela Casa da Bahia por ocasião das comemorações pelo quadragésimo aniversário da abolição da escravidão no Brasil.

Neste mesmo ano fora publicado o livro póstumo do professor Querino *A arte Culinária na Bahia*. Uma década depois, novamente em data comemorativa pelo cinquentenário da Lei Áurea, Ramos editara *Costumes Africanos no Brasil* e, em 1988, a Fundação Joaquim Nabuco traria a lume a segunda edição com prefácio e comentários de Raul Giovanni da Motta Lody. As edições seguiram, portanto, um calendário de celebrações pelo fim do regime escravocrata. Neste processo, a obra de Querino tornava-se marco e suporte de memória a reabilitar, com matizes folclóricos, o negro.

Com base na biografia publicada em 1932 por Gonçalo de Athayde Pereira sobre Querino, bem como, em textos da Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o prefaciador encontrava um personagem politicamente engajado, classificado

³⁹¹ QUERINO, Manuel. **Arte Culinária na Bahia**. Salvador/BA: Papelaria Brasileira, 1928; RAMOS, Arthur. Prefácio à primeira edição. In: QUERINO, Manuel. **Costumes Africanos no Brasil**. 2. ed. Recife/PE: FUNDAJ, Ed. Massagana, FUNARTE, 1988.

³⁹² RAMOS, Arthur. Prefácio. In: QUERINO, Manuel. Op. cit. p. 17.

³⁹³ *Idem*, p.13.

como “republicano, liberal e abolicionista” que, ao lado do grupo da Sociedade Libertadora Sete de Setembro (composta por figuras como Virgílio Damásio, Lelis Piedade e Spinola de Athayde), assinara o Manifesto Republicano de 1870, tendo sido responsável pela criação de dois periódicos *A Província e O trabalho*, além de ser classificado com um dos mais “ativos trabalhadores” em prol do abolicionismo ao lado de Panphilo de Santa Cruz, diretor da *Gazeta da Tarde*, Eduardo Carigé, Sérgio Cardoso, Anselmo da Fonseca, Frederico Lisboa, Rogaciano Teixeira, Cesar Zama e outros. A militância operária e atuação na Câmara o teria posto em posição contrária...

(...) ás leis de excepções, ás reformas injustas, descontentando aos senhores da situação, mas ao mesmo tempo ganhando as sympathias daqueles que seriam prejudicados por taes reformas, que apenas serviam para accommodate a amigos e protegidos da situação dominante³⁹⁴.

Esse tipo de posicionamento teria lhe custado a reeleição. Tendo vivido, segundo Arthur Ramos, como funcionário público médio, sem qualquer pistolão, levantara bandeiras políticas e circulava nos meios acadêmicos, como indica a folha de rosto do livro *A Arte Culinária na Bahia*, na qual Manoel Raymundo Querino fora apresentado como “Sócio Fundador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, membro do Instituto do Ceará, Sócio da Academia de História Internacional de Paris e de outras associações artísticas e de letras, etc., etc.”³⁹⁵.

Nas descrições biográficas sobre Querino lançava-se menos peso à participação em tais sociedades e focava-se com mais densidade nos obstáculos sociais por ele enfrentados para a construção de seus estudos. Destaca-se desta forma, uma trajetória engajada, marcada por condições modestas vividas pelo autodidata para a produção de seus estudos. “Sem o rigor metodológico de um Nina Rodrigues”, seu mérito seria o mostrar-se como “um pesquisador honesto, um trabalhador incansável, impulsionado por aquele interesse insuspeito que provinha das suas próprias origens africanas”³⁹⁶. Em busca do passado e das tradições teria seguido, a “exemplo de muitos outros negros ilustres do Brasil”, o desejo de “reconhecer as raízes remotas da sua filiação étnica”. Seu impulso ao pretérito teria

³⁹⁴ PEREIRA, Gonçalo de Athayde. **Prof. Manuel Querino: sua vida e suas obras**. Salvador/BA: Imprensa Oficial do Estado. 1932, p. 2.

³⁹⁵ QUERINO, Manuel. Op. cit. 1928.

³⁹⁶ RAMOS, Arthur. Prefácio. In: QUERINO, Manuel. Op. cit. p. 13.

um caráter quase familiar de identidade íntima e coletiva, na qual conseguia enxergar a própria face refletida.

Com um trocadilho, sem muita sofisticação, poderíamos dizer que para Ramos, Querino falava do outro lado da ciência formal, portanto, do lado do “Outro”, sem a agudeza e o distanciamento “beneditino” da ciência. A partir desse lugar, teria se dedicado a estudar problemas de psicologia e de sociologia do negro brasileiro, escrevendo sobre religião, costumes e tradições, folclore, sobrevivências sociais, culinárias. O seu trabalho não seria uma obra estritamente científica, mas um documento “honesto” sobre o negro no Brasil, sempre apresentada com ressalvas em relação às suas “falhas”, algumas taxadas de “graves”. Tratado como porta-voz dos fracos não apenas no campo das relações étnicas, como também, nas demandas da classe operária, as alegadas falhas não teria impedido o abolicionista negro de um trabalho com informações inéditas. Assim, Ramos apresentava o ponto de redenção, ou uma pequena vitória daquela obra enaltecida como documentário e questionada como científica, comparando-a, mais uma vez, com os trabalhos de Nina Rodrigues. Segundo ele, “muita coisa mesmo que se tinha passado despercebida ao próprio Nina Rodrigues não escapou ao olhar investigador do modesto professor negro”³⁹⁷, cujos métodos de pesquisa confundiam-se com sua vida familiar e social, ao embrenhar-se pelos “desvãos ignorados do candomblé do Gantois ou diretamente em sua residência no Matatu Grande”, onde:

(...) se rodeava de velhos africanos, pais e mães-de-santo, que o fizeram senhor dos mistérios das suas práticas religiosas e mágicas, das tradições do Continente Negro aqui diluídas, ou os segredos desta culinária esquisita que impressionou, desde a infância, o paladar brasileiro.

Manuel Querino ouvia-os com uma imensa simpatia humana, a mesma que congregou na campanha da abolição, ou nos movimentos e defesa dos fracos e dos humildes, na velha capital baiana³⁹⁸.

Essa identidade transformava os relatos em fontes para um estudo a confundir-se com o investigador. Ramos arremata esta ideia psicologizando a atividade pesquisadora de Querino. Reformado em 1916 como 3º Oficial da Secretaria da Agricultura em 1916 teria passado a dedicar-se com afinco aos estudos “da sua raça” como forma de evasão. Em fuga, pesquisou em condições precárias, “sem estímulos do ambiente, isolado com seus segredos e suas decepções” e encontrara

³⁹⁷ *Idem.* p. 13-14.

³⁹⁸ *Idem.*

“no recôndito dos candomblés, auscultando os velhos pais-de-terreiro do Gantois³⁹⁹, ele voltava as costas ao mundo que lhe fora quase hostil” Por isso, Ramos assevera, de forma a promover o livro, que as falhas oriundas da independência metodológica de Querino em relação à escola baiana, não lhe tiravam o “exato sabor científico”.

A vida e a obra do infausto professor compunham, então, uma memória sobre a contestação ao regime escravocrata, a partir da narração da superação de um sujeito localizado contra um sistema abstrato, diluído e atroz, sem nomes. Em nota bibliográfica à coletânea, publicada um dia antes do comemorativo “13 de maio de 1938”, Nelson Weneck Sodré repetia, com ares dramáticos, a descrição oferecida por Arthur Ramos e pelos biógrafos daquele que classificava como “uma das figuras mais curiosas do meio bahiano de seu tempo. Suas origens, sua condição social, sua inferioridade de nascimento pretendiam-no às camadas mais ínfimas da sociedade”:

Manuel Querino vinha da camada mais inferior na escala social. A sua ascensão fora uma luta contínua. Para travá-la e vencer os obstáculos inúmeros que se lhe impuzeram fôra necessário que lançasse mão duma força de alma verdadeiramente notável. Quando conseguiu redimir-se das suas origens humildes, não esqueceu que a sua tragédia era a de uma colectividade inteira (...) Manuel Querino teve uma formação intelectual cheia de falhas de hiatos profundos como quase todos os autodidactas. Isso tirou do seu trabalho muito do cunho científico, fel-os perder, com o passar do tempo, os traços precisos⁴⁰⁰.

Nestes relatos, os estudos de Querino encontravam na superação aos antagonismos de uma época a redenção e a perdição, conservando o “exato sabor da ciência” e sendo corrigido a cada assertiva considerada inadequada, como verificamos na análise das notas inseridas por de Ramos à coletânea. Garantindo que iria manter inalterado o corpo do texto, o editor utilizou as notas como instrumento orientado à correção das “imprecisões” apresentadas por Querino, vinculando-as às condições de produção da época, marcada pela ausência de estudos sobre os africanos e seus descendentes. Ao fazê-lo Ramos reforçava a ideia de avanço experimentado no campo dos estudos sobre a religiosidade africana associados a chamada Escola Nina Rodrigues.

³⁹⁹ É importante notar que até *City of Women*, livro de Ruth Landes (1947) sobre o matriarcado nos candomblés baianos, a referência aos pais-de-santo ou pais-de-terreiros era extensiva às lideranças femininas.

⁴⁰⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. **Correio Paulistano**. São Paulo, ano LXXXVI, n.25.190, p.9, 12 de maio/1938.

Os “retoques” referiam-se à confusão em relação aos nomes de tribos, nações e designação de lugares tais como Mina, Iorubá, Ige-bu e Egbá⁴⁰¹ ou a falta de informações, afirmando ser o culto religioso dos africanos no Brasil uma variante “confusa” e “bizarra” do sabeísmo⁴⁰². Em outras partes, Ramos destacava a contestação feita por ele em face da hipótese de Querino sobre a relação entre o Senhor do Bonfim e Oxalá no culto dos iorubanos. Além disso, colocou em relevo o reparo à assertiva de que “o africano é um espírita por natureza”⁴⁰³. Nesta última contraposição, Ramos acusa Querino de produzir uma generalização, pois desconsiderava o sincretismo secundário das práticas religiosas do negro brasileiro. Os reparos e as correções ganhavam corpo, e Ramos conduzia o leitor desejoso de informar-se com mais precisão sobre o tema a debruçar-se sobre seus livros. As notas constituíam, assim, um espaço de promoção do editor enquanto autor.

Enquanto Arthur Ramos referia-se de forma ambígua aos textos de Manuel Querino apontados como documento de investigação autodidata destituída da precisão advinda do rigor do método e, paralelamente, dizia se tratar de trabalho que, dadas as condições de produção, guardava heroicamente o “sabor exato da ciência”. Por seu turno, Edison Carneiro dirigia à Querino ácidas críticas, não apenas encerradas no espaço privado das cartas, mas, nas páginas públicas de seus livros e dos jornais. Em 27 de janeiro de 1936 indagava a Arthur Ramos: “E por que você não tenta a segunda edição do livro de Manuel Querino? Os herdeiros vivem aqui e é fácil encontrá-los... O livro é mal-escrito, mas serve”⁴⁰⁴. Se nesta correspondência Carneiro colocava em suspeição a forma da escrita, em *Negros Bantus* (1937) atacava

⁴⁰¹ Em nota à segunda edição de *Costumes Africanos no Brasil*, Raul G. da M. Lody situava estas e outras nomenclaturas apresentando um pequeno glossário com informações indicadas em seu livro *Um documento do Candomblé na Cidade de Salvador*, de 1985. Esclareceu, assim, ao leitor que *Mina* constitui a “designação geral ocidental da África, compreendendo o Golfo do Benin. *Iorubá* é um povo que ocupa “o sudoeste da Nigéria, regiões orientais do Benin, antigo Daomé, estando também no Togo, países que ocupam o Golfo do Benin, África Ocidental (...). O fundamento da civilização iorubá é depositado em Ifé, centro irradiador da religião e da arte, mostrando uma nítida expansão na própria África, nas Américas e no Caribe”; *Ige-bu* e *Egbá* são grupos culturais que vivem na atual Nigéria e pertencem ao povo iorubá. (LODY, Raul G. da M. In: QUERINO, Manuel. *Op. cit.* p. 81-3).

⁴⁰² Em 1760, Charles de Brosses organizou, em sua obra *Du Culte des Dieux Fétiches*, uma escala que o ajudaria a pensar as diferenças entre práticas religiosas de diferentes povos. Nela propôs um critério de explicação que baseado no grau de sofisticação das experiências religiosas, na qual a adoração às divindades terrestres inanimadas (fetichismo) ocupava posição inferior, sendo seguida pelo culto ao sol e aos astros (sabeísmo), depois pelo politeísmo e, por último, aparecia o monoteísmo. Esta última entendida como forma superior de crença. Cf. PIREZ, Rogério Brittes W. **O Conceito Antropológico de Fetiche: Objetos Africanos, Olhares Europeus**. (Dissertação), Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2009, p. 23-4.

⁴⁰³ OLIVEIRA, Waldir de Freitas, LIMA, Vivaldo da Costa. *Op. cit.* p. 90.

⁴⁰⁴ Parcialmente privadas, uma vez que as correspondências passavam por vistoria pelos censores do governo Vargas.

implacável, o conteúdo e duvidava do conhecimento de Querino sobre as divisões existentes entre os povos da África:

Peior que Nina foi Manuel Querino que nem sabia dessas divisões dos negros da África. Ele foi noticiando o que via em torno de si, com a falta de inteligência que sempre o caracterizou, sem indagar nada, mas tentando explicações pueris para os casos observados. De maneira que a gente, hoje, apenas pôde utilizar o material eterno por ele produzido à ethnografia e à psychologia social do afro-brasileiro re-interpretando à luz dos novos conhecimentos, actuaes, sobre o continente africano⁴⁰⁵.

Para Edison Carneiro o “modesto professor negro” não tinha o rigor do método e por isso a reutilização de suas informações implicava em uma revisão e depuração por meio da ciência para tornar-se viável. De forma geral, as referências à Querino foram sublinhadas por termos como “falha”, “hiato”, “falta de inteligência” e os textos por ele produzidos apareciam como expressão da militância subjetiva, da proximidade afetiva com a matéria investigada, da busca pelo passado e pelas tradições, numa evasão do “presente hostil” para o pretérito, no qual encontraria reconciliação com suas origens.

Por outro lado, as narrativas sobre Nina Rodrigues destacam a objetividade, a atitude desencarnada, o rigor da forma, das provas e das descrições, enfim, imiscuído em um tempo meticuloso, em movimento, vocacionado ao futuro. Apesar de carregar “suspeitas teorias”, como disse Jorge Amado (1968) a propósito da Faculdade de Medicina da Bahia⁴⁰⁶, o médico curioso em relação ao mundo dos candomblés era legível enquanto cientista, orientado por métodos científicos reconhecidos em seu tempo, dotado de originalidade e racionalidade, a negociar com os padrões e jargões científicos de uma época e, desta forma, de compor a história de um campo. Por isso, não deixa de ser interessante o fato de Nina Rodrigues a associação entre a trajetória de Nina Rodrigues e a história da Antropologia. Ora, ao ser definido, nos anos de 1930, como homem de seu tempo a manejar teorias raciais, ele encontrava lugar no passado narrado pela Antropologia do início do século XX de caráter culturalista, cujo discurso colocava em relação de alteridade as teorias do chamado racismo científico do século anterior. Este figurava como oponente a ser superado, e assim, a ciência antropológica era posta em marcha. No Brasil, Ramos

⁴⁰⁵ CARNEIRO, Edison. **Negros Bantus: notas de ethnographia religiosa e folk-lore**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937, p. 20.

⁴⁰⁶ Ver AMADO, Jorge. **Tenda dos Milagres**. São Paulo: Martins, 1971.

operou uma distinção baseada nessa dicotomia passado (raça) e presente (cultura) ao tentar demonstrar-se distante dos estudos biológicos, dotando a etnologia do negro de movimento e almejando criar condições para a sua institucionalização.

Nina Rodrigues seria, então, o “racista científico” ideal a partir do qual os chamados culturalistas poderiam enxergar, no retrovisor, um passado e uma herança. A figura fundadora aparece como metáfora ao movimento de construção da Antropologia, do topos do biológico ao cultural, criando uma narrativa a separá-los em um abismo epistemológico. Nesse recorte dramático Nina Rodrigues figura como personagem racional de um método suspeito e de pesquisas originais. O rigor científico como emblema a demarcar Nina Rodrigues foi constantemente evidenciado pela geração de 1930, ciosa em construir uma diacronia para o conhecimento antropológico. Em fevereiro de 1943, Gilberto Freyre fez a seguinte descrição ao prefaciá-la biografia, publicada em 1945 por Augusto Lins e Silva:

Nina viera para a Bahia do Maranhão; e ninguém menos baiano no físico que o maranhense magro, anguloso que recebia as visitas não a charuto de Maragogipe ou mandando vir de dentro da casa vinho do Pôrto da clássica hospitalidade baiana, mas de relógio na mão como um beneditino atento à liturgia do tempo, como um homem de negócios norte-americano guloso até dos segundos e dos minutos. Êsses minutos e êsses segundos que nós, latinos da América, deitamos fora com as pontas de cigarro e os restos de charuto⁴⁰⁷.

Aqui, Gilberto Freyre insere Nina Rodrigues em uma temporalidade que se funda na razão moderna, do tempo medido, do tempo que não podia ser perdido. O homem, assim como relógio, calculava o passar das horas e dos minutos com exatidão e seguia em ritmo constante e mecânico para não o deixar se esvaír. Uma sensibilidade austera e precisa contraposta aos excessos, aos desperdícios e a lentidão do baiano, com seus hábitos afetivos. A fuga para o passado e o retorno às origens associada à Querino, contrapõe-se, portanto, ao movimento do tempo acelerado do cientista. Esta descrição de Freyre baseia-se no relato de Lins e Silva sobre como conheceu Nina Rodrigues em 1901 e as constantes visitas à casa do professor, na Rua São Pedro, em Salvador, tendo raras vezes o “prazer de uma palestra”, pois: “(...) Nina costumava aparecer ao ‘calouro’ que tanto lhe admirava o

⁴⁰⁷ FREYRE, Gilberto. **Euclides e Outros Perfis**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. p. 212; *Prefácio*. In: LINS E SILVA, Augusto. **A Atualidade de Nina Rodrigues**, Rio de Janeiro: Leitura, 1945. p. 12.

gênio, com o relógio na mão (...) Não tinha tempo a perder. Era sempre absorvido pelo estudo”⁴⁰⁸.

Na leitura de Gilberto Freyre a pressa de Nina Rodrigues demarcava uma diferença essencial a opor o descompasso temporal entre Oriente (lentidão) e Ocidente (rapidez). Em sua narrativa, o tempo “oriental” dos “baianos lentos do tipo de Leão Veloso e Pereira Teixeira”, a movimentava-se, sem pressa, em dias ou horas. No mundo do cientista, tal duração equivalia a aos minutos e segundos. Nina Rodrigues emerge enquanto estranha figura, tipo “exótico” como “toda aquela sua magreza feia” em uma “Bahia redondamente maternal de 1900”, cheia dos salamaleques e “zumbaias do Oriente”. O tempo se expressaria, então, nas formas corporais, evocadas por Freyre como sintoma e metáfora dos diferentes ritmos a separar os vagarosos baianos do apressado cientista. Tudo a compor um quadro geral, que passava pela inferência acerca do “seu cabelo todo branco sôbre o rosto ainda moço de sábio de trinta e tantos anos que talvez desse a ideia de cabelo postiço em contraste com o farto bigode inteiramente preto”, e a exposição do “seu método, seu rigor, sua disciplina quase de beneditino germânico no estudo e de protestante anglo-saxão no trabalho”⁴⁰⁹. Para o *habitus* oriental da Bahia, Nina Rodrigues se convertia em um estrangeiro do Ocidente.

Não seria casual o uso de termos como “inglês”, “germânico”, “americano”, “beneditino” por parte de Gilberto Freyre. Ele estava, sem embargo, a afirmar a diferença entre o tempo racionalizado da ciência e aquilo que acreditava como traço comum do tempo baiano: a lentidão. Assim, como fizera Arthur Ramos, Gilberto Freyre olhava para Nina Rodrigues a partir do tempo e não do espaço. O tempo atribuído à Nina Rodrigues o aproximara mais das redes internacionais de ciência, do que dos intelectuais brasileiros⁴¹⁰. Agindo como um “estrangeiro”, ele teria condições, portanto, de descobrir “na Bahia um mundo ignorado – a vida afro-brasileira ou afro-baiana – com toda a sua riqueza de valores e mistérios”. A transformar negros e mestiços escravizados, crédulos, possuídos, criminosos e loucos em objetos de pesquisa encontrava-se com o tempo naturalizado nas permanências atávicas e nas sobrevivências. Razão pela qual acreditava que a elaboração da verdadeira história sobre a formação do povo brasileiro seria concretizada, apenas, quando tais

⁴⁰⁸ LINS E SILVA, Augusto. *Op. cit.*, p. 34.

⁴⁰⁹ FREYRE, Gilberto. *Op. cit.* 1944, p. 212-3.

⁴¹⁰ Ver CORREA, Mariza. *Op. cit.* 1998.

diferenças fossem expostas pela ciência. Para ele, a historiografia então existente pouco contribuiu para a compreensão das questões sobre o problema das configurações raciais no país, portanto, Nina Rodrigues se autoatribui a missão de reparar erros e lacunas presentes na história dos africanos e de seus descendentes depois de findada a escravidão e procurava se inserir no debate sobre o lugar do negro na sociedade brasileira.

Na literatura de Jorge Amado, marcada pela associação entre crítica social, busca da descrição militante da realidade e a idealização heroica das personagens⁴¹¹, esta oposição entre o cientista e o autodidata ganha formas alegóricas no embate entre mulato José Arcanjo e o professor de Medicina Legal, Nico Argolo. Narrativa construída como um elogio à mestiçagem e denúncia do preconceito, *Tenda dos Milagres*, livro publicado em 1968, conta uma história em dois tempos: o final dos anos de 1960, quando teria desembarcado no Brasil James D. Levenson, professor da Universidade de Columbia e Prêmio Nobel de Ciência, com o objetivo de recuperar e divulgar as obras do mulato que desde moço tinha “mania de anotar histórias, acontecidos, notícias, casos, nomes datas, detalhes, tudo quanto se referisse à vida popular”⁴¹², e os anos vividos por Pedro Arcanjo entre o final do século XIX e as quatro primeiras décadas do século XX em meio a um cenário no qual o Pelourinho é descrito como universidade vasta e vária, com a Igreja do Rosário dos Pretos, a Escola de Capoeira, a arte de curar, a arte de moldar orixás em madeira, a arte de curar através de raízes e folhas, com batuques, ganzás e pandeiro, no qual a reitoria é a Tenda dos Milagres, oficina onde o mestre Lídio Corró e Pedro Arcanjo constroem e imprimem um livro sobre o viver baiano. Próximo dali, no Terreiro de Jesus “ergue-se a Faculdade de Medicina e nela igualmente se ensina a curar doenças, a cuidar de enfermos. Além de outras matérias, da retórica ao soneto e suspeitas teorias”⁴¹³. Assim, foi montado por Jorge Amado o cenário no qual o viver cotidiano, com seus saberes e magia, diferenciava-se e encontrava-se com a austera Faculdade, colocando em paralelo o tempo da redescoberta de um autor desconhecido e o tempo de sua reparação e construção como autor e fundador a deixar discípulos. Não por

⁴¹¹ DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado**: Romance em tempo de utopia. Rio de Janeiro: Record, Natal/RN: UFRN, 1996, p. 34.

⁴¹² AMADO, Jorge. *Op.cit.*, 1971, p. 70.

⁴¹³ *Idem*, p.10.

acaso, Arthur Ramos, professor do Rio de Janeiro, autor e editor de livros, figura entre os personagens do romance.

Porém, aqui não se trata de transformar em figura fundadora o estudioso em diálogo com as teorias raciais de Gobineau, a escola criminalista italiana e a antropometria francesa, mas em narrar o caráter original do autodidata mestiço, a desafiar tais teorias raciais e a elogiar a mestiçagem como fundador da Antropologia. Arcanjo, cujo nome nagô era Ojuobá, aparece na narrativa como sensual, rodeado por mulheres, popular entre os alunos da Faculdade de Medicina, onde exercia a função de bedel, frequentador de terreiros. Uma figura contraposta à de Nico Argolo, seco, brusco, o “Monstro”, sem tempo a perder, “não era apenas um teórico, era um profeta, um líder”⁴¹⁴, comparado à Savonarola da Inquisição. No encontro entre ambos, a publicação de Arcanjo foi questionada pelo professor pela falta de rigor científico:

Li sua brochura e, tendo em conta que a escreveu – novamente o examinou com olhos fulvos e hostis -, não lhe nego certo mérito, limitado a algumas observações, bem entendido. Carece de qualquer seriedade científica e as conclusões sobre a mestiçagem são necessidades perigosas e delirantes (...) Seu alfarrábio não contém uma única citação de tese, memória ou livro, não se apoia na opinião de nenhuma sumidade nacional ou estrangeira, como ousa dar-lhe a categoria de científica. Em que se baseia para defender a mestiçagem e a apresenta-la como solução ideal para o problema das raças no Brasil? Para atrever-se em classificar como mulata nossa cultura latina? Afirmação monstruosa, corruptora⁴¹⁵.

Desafiado e incomodado com a recomendação feita por Argolo sobre a leitura de Gobineau pelo “reitor” da Tenda dos Milagres e com aquela “maligna pregação” sobre os mulatos, Pedro Arcanjo embrenha-se pela leitura do diplomata francês, Lombroso, Ferri, Garolofalo, Boas, Voltaire, Alberto Torres Evaristo de Moraes e outros. Tentava acessar o conhecimento científico e desmontar as conclusões oferecidas por Nico Argolo, cuja origem mestiça foi encoberta, relegando ao esquecimento um ancestral negro. No romance, o bedel mulato e o professor mestiço inconfesso figuram como alegorias à ciência, produtora de teorias suspeitas, e ao trabalho do autodidata, popular, do qual emana um autor. Nessa narrativa do tempo dual, repartido entre o presente da narrativa demarcado nos anos de 1960 e a história do embate, Arcanjo não aparece apenas como figura heroica a desmontar teorias

⁴¹⁴ *Idem*, p.104.

⁴¹⁵ *Idem*, p.106.

consideradas falsas, mas como fundador de uma ciência, de um modo de ver o viver baiano. A reparação de sua memória pelo cientista estrangeiro, “genial”, “fotogênico” e “sensual” colocara em ação os intelectuais e a imprensa baiana, até então, indiferente quanto ao escritor mulato. Enquanto, o rigoroso e pedante professor da Faculdade perde-se lugar nas brumas do tempo, localizado nos limites de sua produção acadêmica, encerrada nos meios científicos.

3.4 História, memória e fabulações:

Foi na condição de cientista que Nina Rodrigues pode ser conduzido ao lugar de ponto de origem na trajetória de diferentes campos. O seu nome dava conta de um passado, de modo a justificar a ação presente. Tal passado e alteridade ensejava a atualização de seus trabalhos e exigia um exorcismo voraz. Visto por Arthur Ramos como autor obscuro para a “pobre ciência nacional”, seria pouco compreendido mesmo por Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, que não teria lido os textos de Nina Rodrigues sobre Antonio Conselheiro publicados no estrangeiro. Porém, reconhecido nos círculos interacionais e comparado a eles, Nina Rodrigues poderia ser alçado à condição de sábio:

(...) o seu nome fora apontado pelos estudiosos europeus, como um dos fundadores da psicologia das multidões, um dos criadores da psicologia gregária, normal e patológica, ao lado dos Rossi, dos Sighele, dos Tarde, dos Le Bon, dos A. Marie... Na história das epidemias religiosas, o seu nome é citação obrigatória, pois foi ele um dos primeiros a realizar observações e comentários científicos sobre fenômenos brasileiros de psicopatologia gregária, trazendo assim contribuições fundamentais à nova ciência em elaboração pelos teóricos europeus (...).

Ora, é o próprio Nina Rodrigues, quem naqueles tempos de rígido lombrosianismo, se encarregou de nos dar a chave do problema dos místicos, beatos e fanáticos dos sertões brasileiros. Não há necessidade de invocar a intervenção de “degenerescência de mestiçagem” e ação nefasta de “raças inferiores” e outros prejulgados desta natureza, para o diagnóstico dos meneurs e das epidemias místicas do Brasil. Nina Rodrigues diagnosticou o Conselheiro, como indivíduo “degenerado”, portador do “delírio crônico” de Magnan, ou de “psicose sistemática progressiva”, o que vale dizer de paranóia sistematizada⁴¹⁶.

Nina Rodrigues aparecia, portanto, como a síntese de um passado e, a referência a ele permitia não apenas justificar a ação dos chamados discípulos, mas, torna-lo em personagem de uma narrativa histórica sobre a ciência, de modo a marcar

⁴¹⁶ RAMOS, Arthur. Prefácio. In: NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* 1939, p. 6-15.

um estilo de escrita baseado na investigação e no rigor do método, transformando espaços de rito, tais como os terreiros, em laboratório privilegiado de pesquisa. Por isso, a atualização do trabalho implicou em reconhecer, reagir e espantar o pecado fundamental de Nina Rodrigues: a teoria biológica sobre a inferioridade/superioridade racial. Em 1937 Arthur Ramos acreditava ter conseguido resolver este problema, uma vez que:

A reinterpretação de Nina Rodrigues tem sido hoje a preocupação dominante dos seus discípulos, no setor dos estudos sobre o Negro. Mesmo porque já ninguém vai perder mais tempo em trazer à tona das discussões pontos científicos, passados em julgado, como estes da superioridade ou inferioridade de raças, que constituem um lugar comum de todo o estudante de antropologia...⁴¹⁷

Ramos demarcava a proximidade (legado) e a distância (teorias raciais), dessa forma, reagia à acusação de Gilberto Freyre sobre o caráter evolucionista dos usos da psicanálise no estudo sobre o negro. Vale salientar, a reação às teorias raciais do século anterior como condição do movimento da ciência não singulariza o grupo que reclamava uma herança. Ela foi mobilizada, igualmente, para demarcar uma oposição radical, o exorcismo completo deste morto exumado a exaustão nos anos de 1930. Em 1910, Edgard Roquette-Pinto procurava demarcar sua atividade como antropólogo na superação das teorias raciais e na oposição ao pessimismo. Segundo ele, os “excessos da biometria” não resistiam às evidências oferecidas pela antropologia brasileira, cujas conclusões comprovavam que, em vez de substituído, o homem brasileiro precisava ser educado:

Aos responsáveis pelos destinos deste país presta, assim, a Antropologia, um enorme serviço, apresentando-lhes os documentos que não devem ser desprezados em benefício de fantasias retóricas desanimadoras. O processo geral de adaptação das raças aos diferentes meios brasileiros segue de acordo com o que a ciência pode desejar. A antropologia do Brasil desmente e desmoraliza os pessimistas⁴¹⁸.

Roquette-Pinto objetivava distanciar-se daqueles dos chamados pessimistas, entre os quais podemos incluir Nina Rodrigues, recorrendo à H. S. Jennings (1925) em seu trabalho *Prometheus or Biology and the Advancement of*

⁴¹⁷ RAMOS, Arthur. **As culturas Negras no Novo Mundo**. *Op.cit.*, 1946, p. 11.

⁴¹⁸ ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Ensaio de Antropologia Brasileira**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1933, p. 172.

man, com o objetivo de afirmar o caráter extraordinariamente mutável e melhorável da humanidade, desde que as condições de vida sejam modificadas (invenções, disseminações do saber, etc.). Nesse processo, sozinha a biologia não permitiria prever nada em relação ao futuro humano, pois era “preciso ir acima: entender o próprio homem” na sua generalidade⁴¹⁹. Se Roquette-Pinto exorcizava o chamado determinismo biológico pelo contraponto, a demarcar o abismo entre ele e os deterministas do século XIX, a geração de 1930 mobilizou este ponto de diferenciação em relação aos pressupostos biológicos, sem deixar de reforçar uma ideia de legado. Assim, criticados ou entendidos como herança, os livros de Nina Rodrigues serviam à construção de uma história tornada coerente a diferenciar duas gerações: a das teorias biológicas e a dos estudos culturais.

Foi a partir das práticas de publicação, da arquitetura das coleções, das negociações cotidianas entre autores e sujeitos dos cultos que certa literatura sobre a questão do negro e da própria constituição de uma área disciplinar voltada para os estudos antropológicos foi afirmada, encontrando em Gilberto Freyre e Arthur Ramos figuras articuladoras entre a pesquisa e a edição de coleções, em busca da própria originalidade. A construção de uma literatura de “africanologia”, baseada na recuperação dos textos esquecidos de Nina Rodrigues e na publicação de novos autores encontrou a fortuna crítica, ora a reafirmar o lugar ocupado pelos ditos discípulos de Nina Rodrigues, ora a questionar a validade de suas interpretações.

Enquanto Gilberto Freyre acusava Arthur Ramos de ser excessivamente psicanalítico, de modo a forjar uma diferença entre ambos⁴²⁰, em 1942, José Lins do Rego, ao tratar dos estudos de Donald Pierson no Brasil, não deixou de retomar a narrativa construída de maneira a opor o negro presente em Nina Rodrigues, do negro como objeto de análise dos anos de Freyre e Ramos. Assumindo esse mesmo arranjo histórico. O “pioneiro” teria, assim, recuperado vasto material sobre o tema movido por um sentimento piedoso a transformar o negro em fraco, enquanto a geração seguinte teria promovido uma inflexão e uma reparação, transformando o negro em forte⁴²¹.

⁴¹⁹ *Idem*. p. 86.

⁴²⁰ Ver SAPUCAIA, Antônio. Antonio (org.). **Relembrando Arthur Ramos**. Maceió: Ed. UFAL, 2003.

⁴²¹ REGO, José Lins. O professor Pierson e o negro no Brasil. **A manhã**. Rio de Janeiro, ano 1, n.168, p.4, 1941.

Nesse sentido, José Lins do Rego asseverada: “apesar” do professor da Faculdade de Medicina ter tratado das práticas e da origem dos povos africanos escravizados “com rigor científico para a época” e de ser o seu grande tema, o negro aparecia como “uma natureza quase inferior” que prescindia da proteção do branco para que suas manifestações culturais não se perdessem em virtude da morte dos últimos africanos, como alertara Sylvio Romero na segunda metade do século XIX. Por isso, destacava o corte radical operado por Arthur Ramos na maneira de enxergar o negro, de modo a enfatizar um corte epistemológico na medida em que “Ramos avançava na ciência, seria um interprete mais realista, mais crente do valor cultural do negro”. José Lins do Rego não deixaria de inserir outro personagem conhecido desta história. E eis que ele fala de Gilberto Freyre que “muito antes em ‘Casa-Grande & Senzala’ tratara das culturas negras, indígenas e brancas com rigor científico, destruindo os racismos de nossa sociologia de arianos exigentes”⁴²². A fábula de uma ciência estava montada com todos os seus personagens: o fundador, os herdeiros e a superação do passado pela nova geração.

Sérgio Buarque de Hollanda ofereceu um balaço ligeiramente diverso deste ao tratar da literatura dedicada à etnologia dos africanos no Brasil nos anos de 1930. Considerou a flagrante opção por abordagens pitorescas, folclóricas, anedóticas e exóticas como componente limitador destas pesquisas. Mesmo sem deixar de sublinhar o valor a importância de tais estudos no amplo espectro de referências etnológicas nacional, ressaltou que o enfoque dirigido exclusivamente aos pormenores da diferença, transformada em espetáculo não romperia com a forma tradicional de encarar a questão, marcada pelo esquecimento deliberado e pela indiferença institucionalizada⁴²³.

Nessa linha de raciocínio, a marcha da chamada “africanologia” não caminharia em direção a um rompimento em relação à apatia científica sobre o tema. Quase como a alegoria da “morte” física e simbólica do negro, os estudos dos anos de 1930 teriam, segundo Sérgio Buarque de Hollanda, recaído em uma forma mais elaborada de distanciamento, ao tentar “exumar” o objeto esquecido, dizendo-se tributária de uma nova atitude científica, produziria, sem embargo, uma maneira

⁴²² *Idem*.

⁴²³ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Negro. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n.5.128, Rio de Janeiro, p. 17, 16 de Jul/1939.

sofisticada de afirmação da diferença essencial entre o “nós” da história e a singularidade do “outro”. Em suas palavras:

No momento em que a influência do negro deixa de ser coisa pouco confessável para se tornar simplesmente coisa interessante afastamolo naturalmente de nós, sem truculência e sem humilhação, mas com uma curiosidade distante e sobranceira. Encarado com atenção científica e benévola nos seus batuques e macumbas, nas suas superstições, na sua religiosidade, nos seus costumes civis e domésticos, nos seus “mores”, o negro pode ser ostentado até vaidosamente a Estrangeiros. É a maneira adequada de mostrar que também somos diferentes d'elle, que o encaramos como phenomeno singular e de digno de contemplar-se. Mas considerado em seus verdadeiros, em seus obscuros motivos, não haveria antes um desvio ou uma substituição do verdadeiro problema? Estudando o negro apenas naquillo em que se distingue minuciosamente da nossa civilização branca e brancarana, naquillo em que deixará de influir sobre ella ou influirá sómente de maneira indirecta ou negativa e em que a faz por consequente mais segura de si, mais capacitada de sua distincção não nos recusamos a considerar no que ele realmente é para a nossa nacionalidade?
A limitação que a meu ver encerra esse interesse recente pelos estudos em torno do negro brasileiro vem do facto de encararem a questão não como um problema, mas antes como um espetáculo⁴²⁴.

No prefácio à segunda edição de *O Negro Brasileiro - Ethnographia Religiosa*, de 1940, cujo subtítulo foi alterado em relação à primeira edição de 1934, suprimindo o termo *Psicanálise*, provavelmente em reação à crítica de Gilberto Freyre sobre o excessivo matiz psicanalítico de seus trabalhos, Arthur Ramos se posicionava em relação ao debate sobre o estatuto da produção de estudos acerca dos afro-brasileiros. Segundo ele:

Já não podemos perder tempo com as discussões inoperantes de certos círculos de opinião literária do país, quanto à oportunidade ou não de tais estudos. Eles estão definitivamente dentro dos nossos interesses e das nossas cogitações. Agora cabe a ordenação sistemática dos esforços até então isolados de abnegados autodidatas⁴²⁵.

Aqui já não se tratava de afirmar uma ausência, mas de demonstrar como os espaços vazios foram ocupados em defesa do próprio empreendimento de reparação e produção científica, construída sobre a inserção das próprias referências em catálogo pela atividade editorial. A fortuna crítica destes livros nas décadas seguintes foi marcada pela oposição aos pressupostos raciais do século XIX e aos estudos culturais da chamada “escola Nina Rodrigues”. A partir dos anos de 1950, a

⁴²⁴ *Idem*.

⁴²⁵ RAMOS, Arthur. *Op.cit*, 1940, p. 9.

institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e definição do seu campo de atuação, capitaneada por estudiosos como Florestan e Nelson Werneck Sodré, figuras como Gilberto Freyre e Arthur Ramos foram deslocadas, enquanto seus trabalhos receberam crítica ácida⁴²⁶, a dar lugar a análises voltadas para as classes sociais e ideologia como pontos de partida interpretação do Brasil. Em *Caráter Nacional Brasileiro*, livro publicado com base em tese defendida no ano de 1954 e orientada por Florestan Fernandes, Dante Moreira Leite acusava Arthur Ramos de não entender o conceito de cultura e feito usos suspeitos da teoria freudiana, de forma a situar o negro numa fase pré-lógica oposta a uma “cultura verdadeira” e confundir “a psicanálise como método de cura e a psicanálise como interpretação da cultura”. Para Moreira Leite, apesar de Ramos superar o racismo de Nina Rodrigues, continuava a concluir que o negro não podia acompanhar a civilização, pois deixou de observar as condições que o levaram a não ter acesso à cultura⁴²⁷. As teses de Arthur Ramos sofreram sistemáticas críticas no momento de constituição das Ciências Sociais. Estas, também, construía as suas narrativas sobre o passado, encontrando em estudiosos como Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Oliveira Vianna o ponto de diferença, do qual almejava diferenciar-se, recuperando autores como Manuel Bonfim⁴²⁸.

Se, como objeto de crítica acadêmica, Arthur Ramos passou a ocupar o mesmo lugar de Nina Rodrigues: o das teorias superadas, a contenda pelo passado e pela memória do professor da Faculdade de Medicina permaneceu difusa e diluída no elogio e nas celebrações em Congressos. Nesse jogo pela memória, em 1976, o médico Renato Tourinho Dantas buscou reconciliação institucional com o morto Nina Rodrigues e publicou, na GMD, a *Memória Histórica de 1896*, rejeitada pela Congregação em 1897. Estácio de Lima escreveu o prefácio, no qual dizia “a História não pode ser lacunar” e advertia seus leitores da necessidade de se cuidar do presente, visualizar o futuro, “sem esquecer, nem omitir o pretérito”⁴²⁹. Para ele, era

⁴²⁶ NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de História: a viagem, a memória e ensaio: *Sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado***. (Tese) Porto Alegre/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. p. 56-7.

⁴²⁷ LEITE, Dante Moreira. **O caráter Nacional Brasileiro: História de uma ideologia**. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Ed. 1969, p. 241.

⁴²⁸ Ver SÜSSEKIND, Flora. VENTURA, Roberto. **História e dependência: cultura e sociedade em Manuel Bonfim**. São Paulo: Moderna, 1994

⁴²⁹ LIMA, Estácio de Prefácio. NINA RODRIGUES, Raymundo. *Memória Histórica apresentada à Egrégia Congregação da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia*. **GMB**. Salvador/BA, v.73, p.10, out/1976.

imperativo “corrigir as falhas” e suprir o “vazio” deixado pela recusa do texto. Lima afirmava, ainda, não ter encontrado naquelas páginas qualquer conteúdo nocivo à dignidade da Faculdade. Tratava-se de apaziguar a memória de Nina Rodrigues e a história daquela instituição de ensino, ou seja, exorcizar pela palavra impressa a lembrança do morto para situar os vivos no mundo⁴³⁰.

Esse novo exorcismo do morto, “mal interpretado” em seu tempo, consistia em produzir o reconhecimento póstumo a fim de reconciliar a Faculdade com sua memória. Outros tantos rituais a celebrar a memória deste “morto” foram realizados com a finalidade de reverenciá-lo como fundador da Medicina Legal e da Antropologia sobre a população negra no Brasil. Memória dividida entre a busca por reforçar um legado e atualizar, em cada presente, o mito de fundação, ritualizada em muitos suportes. Sendo assim, institutos médico-legais, grêmios literários, hospitais psiquiátricos, ruas e comissões de estudos receberam o nome de Nina Rodrigues.

Se a nomeação de espaços constrói sepulturas, os eventos comemorativos participam desse processo de ritualização da memória e de seus mortos, como uma “encenação formal do passado”, ou produção social do pretérito que forja um consenso celebrado em relação ao passado. Dessa forma, livros, objetos e colóquios são os monumentos na construção da memória, um “gesto de sepultura” para evocarmos a leitura de Fernando Catroga, recuperando Michel de Certeau, para o qual o “simbolismo funerário” simula a “presença” do ausente “a partir de traços que, em simultâneo, dissimulam o que se quer recusar: a putrefação do referente”⁴³¹. A construção da lápide e da memória de Nina Rodrigues não foi monopólio dos seus autoproclamados discípulos, ela foi pulverizada em diferentes momentos e em muitas comemorações. Entre os dias 17 e 21 de julho de 1956 no auditório da Biblioteca Municipal de São Paulo, realizou-se a Semana Nina Rodrigues, organizada por Henrique L. Alves em celebração ao cinquentenário da morte do autor de *Os Africanos no Brasil*. Em 1962, a Associação Cultural do Negro publicou o texto da conferência de abertura, artigos publicados no jornal *A Gazeta* e outras pequenas considerações sobre Nina Rodrigues feitas por Alves na década de 1950, como forma de comemorar o centenário do nascimento do professor de Medicina Legal. A celebração, demarcada através da organização do evento e da publicação deste opúsculo está inscrita nos textos, cuja narrativa exalta os feitos intelectuais do “médico de fama internacional”

⁴³⁰ CERTEAU, Michel de. *Op. cit.* p. 109.

⁴³¹ CATROGA, Fernando. *Idem.* p. 38.

responsável por “estudos básicos para dissecar” os problemas sobre Etnologia, Folclore, Sociologia, Medicina Legal e História⁴³².

Também em homenagem aos cinquenta anos de morte de Nina Rodrigues, foi organizado evento entre os dias 14 e 17 de julho de 1956, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, com o apoio do governo do Estado e da Prefeitura de Salvador. Nesta ocasião, Abelardo Duarte apresentou memória sobre a experiência de africanos muçulmanos em Alagoas, publicada em 1959 e apresentada por este como “modesta homenagem” à Nina Rodrigues. Partindo de um dos seus objetos: o islamismo entre os negros baianos, Duarte tratava de evocar a memória, não apenas do estudioso, mas de seus objetos⁴³³.

O nascimento, a morte e a noção de pioneirismo fomentam estes eventos comemorativos. Em 2006, centenário da morte de Nina Rodrigues, a Associação Brasileira de História da Religião organizou o *Colóquio do centenário da morte de Nina Rodrigues*⁴³⁴, cujos textos, reunidos em coletânea, tratava de temas como raça, identidade e religião. A primeira parte do livro foi dedicada exclusivamente às conferências sobre a trajetória e a produção intelectual de Nina Rodrigues. Partiu do antropólogo Kabengele Munanga a discussão sobre a necessidade de uma crítica objetiva ao trabalho do professor da Faculdade de Medicina da Bahia, a quem reputa o caráter de fundador da Antropologia da População Negra no Brasil⁴³⁵. Lília M. Schwarcz articulou uma análise sobre o uso das teorias do darwinismo social em As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil, bem como, discutiu a tentativa de nomeação da diferença, levada até as últimas consequências pelo professor de Medicina Legal, defensor da irreduzibilidade essencial entre as raças⁴³⁶, tema tratado pela autora em *O espetáculo das raças* (1993). Neste livro, Schwarcz aborda a construção histórica do discurso científico acerca das populações brasileiras, através da atividade dos chamados “homens de ciência” e das instituições, recortada entre os

⁴³² ALVES, Henrique L. **Nina Rodrigues e o negro Brasileiro**. São Paulo: Associação Cultural do Negro, 1952, p.27.

⁴³³ DUARTE, Abelardo. **Negros muçulmanos nas Alagoas (os Malês)**. Maceió/AL: Edições Gaeté, 1958, p. 6.

⁴³⁴ Colóquio foi realizado junto com o VIII Simpósio de História das Religiões da Associação Brasileira de História da Religião ocorrido em maio de 2006 em São Luiz/MA.

⁴³⁵ MUNANGA, Kabengele. Negros e mestiços na obra de Nina Rodrigues. In: ALMEIDA, Adroaldo J. S.; SANTOS, Lyndon de A. FERRETTI, Sérgio (Orgs.). **Religião, raça e identidade: Colóquio do Centenário da Morte de Nina Rodrigues**. São Paulo: Paulinas, 2009, p. 15-35.

⁴³⁶ SCHWARCS, Lília Moritz. Nina Rodrigues e o direito penal: mestiçagem e criminalidade. In: ALMEIDA, Adroaldo J. S.; SANTOS, Lyndon de A. FERRETTI, Sérgio (Orgs.). **Religião, raça e identidade: Colóquio do Centenário da Morte de Nina Rodrigues**. São Paulo: Paulinas, 2009, p.37-52.

anos de 1870 e 1930, quando o conceito biológico de raça orientava proposições sobre questões de ordem social⁴³⁷. A antropologia religiosa foi analisada por Wagner Gonçalves da Silva em artigo sobre a constituição da pesquisa participante nos espaços rituais, presentes nos estudos de Nina Rodrigues, feito *Ogã de Oxalá* no terreiro do *Gantoais*, sob a liderança da mãe de santo Pulquéria. Esse texto trata, portanto, da relação ativa estabelecida entre o pesquisador e o seu objeto no campo da antropologia brasileira⁴³⁸.

Seguindo o mesmo formato comemorativo, a GMB publicou uma edição especial reunindo especialistas de diversas áreas que trataram de vários temas presentes na obra de Nina Rodrigues. O caráter comemorativo da publicação está expresso no título do editorial, escrito por Antônio Carlos Nogueira Brito, presidente do Instituto Baiano de História da Medicina e Ciências Afins: A genialidade e a contemporaneidade de Nina Rodrigues. Em seu texto, Brito procura expor a relevância dos estudos de Nina Rodrigues a partir da ideia de herança e contemporaneidade⁴³⁹. Algo semelhante ao que Augusto Lins e Silva (1905) fizera mais de meio século antes no livro *A atualidade de Nina Rodrigues*. Obviamente, os artigos publicados nesta edição da GMB não apresentavam um discurso tão copiosamente laudatório. De forma geral, os trabalhos impressos nesta edição tratam da obra de Nina Rodrigues a partir de diversos matizes, assumindo uma postura analítica com base nas discussões sobre a Psicologia Social, o Direito, a História da Arte, a Arquivística e a Antropologia.

Nessa publicação comemorativa os estudos nos campos do Direito, da Psicologia e da Psiquiatria aparecem em três artigos: primeiro no comentário sobre o livro *Os Alienados no Brasil*, realizado por Maria Thereza de Medeiros Pacheco, segundo na análise de Ronaldo Ribeiro Jacobina acerca da Psiquiatria forense, clínica e social⁴⁴⁰ e, por fim no trabalho de Nádia M. D. Rocha, Bianca B. Lepikson e Maria M. Brandão que contextualizam o campo da psicologia em fins do século XIX para verificar as possíveis influências que atuaram sobre a produção de Nina Rodrigues⁴⁴¹.

⁴³⁷ Ver SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁴³⁸ SILVA, Wagner Gonçalves da. *O etnógrafo e os animistas: Nina Rodrigues e a formação da etnografia religiosa afro-brasileira*. *Op. cit.* 2009, p. 53-68.

⁴³⁹ BRITO, Antônio Carlos Nogueira. A genialidade e a contemporaneidade de Nina Rodrigues; Nota histórica: a Faculdade de Medicina na época de Nina Rodrigues. **GMB**, Salvador/BA, v.76, p. 1, dez/2006.

⁴⁴⁰ PACHECO, Maria T. de Medeiros. Nina Rodrigues e o Direito civil brasileiro; JACOBINA, Ronaldo. Psiquiatria: contribuições de Nina Rodrigues nos campos da psiquiatria clínica, forense e social. *Idem*. p. 3-22.

⁴⁴¹ ROCHA, Natália M. D. *et al.* A psicologia no tempo de Nina Rodrigues. *Idem*. p. 42-46.

Um conjunto de estudiosos do grupo de pesquisa Memória da medicina brasileira nos primeiros tempos do Instituto de Ciências da Informação e da Faculdade de Medicina da Bahia produziu o artigo Raimundo Nina Rodrigues: resgate da memória na documentação arquivística da Faculdade de Medicina da Bahia, sobre a importância da conservação dos documentos referentes à história da medicina no Brasil e da trajetória de Nina Rodrigues⁴⁴². O último texto da publicação também se refere ao passado da atividade profissional do médico maranhense. Trata-se de uma Nota Histórica escrita por Antônio Carlos Nogueira Brito sobre a estrutura da Faculdade de Medicina no tempo de Nina Rodrigues⁴⁴³. Vejamos que nessa parte da publicação os usos da história indicam a permanência de disputas pela memória do médico-cientista, ligadas à Faculdade de Medicina da Bahia. À sua maneira, no prelúdio do século XXI continua a ser comemorado.

⁴⁴² DUARTE, Zeny. *et al.* Raimundo Nina Rodrigues: resgate da memória na documentação arquivística da Faculdade de Medicina da Bahia. *Idem.* p. 35-41.

⁴⁴³ BRITO, Antônio Carlos. Nogueira. Nota histórica: a Faculdade de Medicina na época de Nina Rodrigues. *Idem.* p. 63-79.

4 NINA RODRIGUES E A ESFINGE DO FUTURO: ENTRE A PROSA DO TEMPO E A POÉTICA DA DURAÇÃO.

A rigor, nos capítulos anteriores optamos por criar duas narrações em paralelo: uma pode ser definida como o tempo de Nina Rodrigues e as múltiplas experiências com a duração, e a outra como a exumação, exorcismo e invenção de um legado. Pois bem, colocadas uma após a outra, tais dimensões do texto podem sugerir uma sequência retilínea para pensarmos os ritmos e durações da ciência, em especial, dos estudos etnológicos no Brasil, na medida em que inserimos o fundador e depois sua escola. Afirmaríamos, assim, como Arthur Ramos, a trajetória consagrada ao estudo sobre o negro que identifica o tempo de fundação e o sujeito fundador, do qual emana uma herança e uma diferença a colocar em marcha a ciência.

Com certa agudeza, podemos dizer que diversa foi a nossa intenção. Pretendíamos, pois, nos capítulos anteriores, demonstrar como a ciência, em particular aquela que se dedicou a estudar os africanos e seus descendentes, elaborou narrativas temporais a inventar narrativas para a própria trajetória. Se para Nina Rodrigues importante era desatar o problema da realização de um saber verdadeiramente científico no Brasil, inserindo-se de alguma forma como um exilado solitário em busca da originalidade, na primeira metade do século XX, especialmente a partir dos anos de 1930, encontraremos, igualmente, a fábula dos homens excepcionais, em busca da novidade fundada no rigor do método científico e na construção de uma tradição sobre os estudos que denominavam de “africanologia”, a destoar no marasmo da inexistente ciência nacional, empenhados na articulação, em catálogo, das referências que constituem a história do legado e, ao mesmo tempo de tornarem-se conhecidos como autores a partir da publicação dos seus próprios livros.

Ao trabalhar com esta sequência, não estamos, portanto, reafirmando uma estrutura do legado, mas traçando uma maneira de pensar o tempo do trabalho antropológico institucionalizado ou em processo de institucionalização, pautando as classificações do tempo do “Outro”. Partindo dessa premissa, convidamos o leitor a enxergar narrativas em paralelo e, por isso mesmo, a deixar em suspenso a presunção da sequência geracional durante a emergência dos estudos etnológicos sobre o negro no Brasil.

A partir desta ideia, poderemos investigar mais de perto as narrativas temporais sobre o “Outro” e sobre o “Nós”, admitindo que o corte paradigmático assumido a partir da primeira metade do século XX entre o chamado racismo científico do século XIX e as explicações culturalistas compõem, igualmente, narrativas sobre a ciência, concebendo a noção de ruptura como condição do deslocamento de um paradigma a outro, mas que, em última análise, manteve a mesma relação com o tempo a recusar a diacronia como fundamento para a explicação do Outro.

Grosso modo, a criação de uma ficção sobre a própria ciência constituiria parte de um problema geral: a impossibilidade de definir o povo e a nação, atentando para a convulsão ou desordem do tempo, causada pela presença renitente do “Outro” sem história e, portanto, sem futuro. A concepção hegeliana de tempo e de história ronda esta forma de olhar o outro destituído de diacronia, a separar sociedades com história e povos sem história. O primeiro constitui o reino do tempo (zeit), do espírito, da consciência, da prosa histórica, no segundo figuram apenas a duração (Dauer), o vazio sincrônico, a natureza irrefletida, a não-escrita, a imaginação, o torpor, o desejo, a poesia. Nesse sentido, o estudo da História apenas teria lugar “lá onde a racionalidade começa a penetrar no mundo, jamais onde ela é apenas uma possibilidade”⁴⁴⁴ e o selvagem corresponderia ao grau-zero da consciência diacrônica, sem conhecer o devir, sem representar o passado. Os americanos e os africanos aparecem como crianças insensatas, vivendo ao sabor do instante, ingenuamente presos à natureza, fora da evolução que produz a História.

Essa maneira de pensar a História nos conduz a diferenciação entre civilização e barbárie. Jean Starobinski trata da emergência do conceito moderno de civilização século XVIII, associado a ideia iluminista de progresso material e histórico, em oposição aos bárbaros, infantis e grosseiros⁴⁴⁵. No Brasil o termo civilização aparece no início do século XIX. Em estudo comparativo sobre as representações da nação entre Brasil e a Argentina depois do processo de independência, a historiadora Maria Elisa Noronha de Sá afirma que o conceito de “civilização” foi adotado na língua portuguesa por intermédio de fontes francesas e apareceu pela primeira vez na quarta edição do Dicionário Moraes, publicada em 1831. Neste documento, o verbete civilização comportava dois sentidos não excludentes: no primeiro referia-se ao “ato de civilizar”, isto é, de prestar obediência à ordem, e, no segundo, tratava do estado

⁴⁴⁴ ARANTES, Paulo Eduardo. **Hegel: A ordem do tempo**. São Paulo: Polis, 1981, p. 148.

⁴⁴⁵ Ver STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

dos povos civilizados, pressupondo superioridade moral e estágio avançado e progressivo de aprimoramento presente nas sociedades ocidentais. A autora nota que na sexta edição de 1858 do mesmo dicionário foi incluído o verbete “civilizador” a sugerir a existência de um agente que civiliza, materializado pela ação do Estado Imperial do tempo Saquarema. Segundo ela, a demarcação dessa antinomia entre civilização e barbárie, expressa nos dicionários, caracteriza as representações políticas sobre a nação no século XIX em solo latino-americano. A Europa e os Estados Unidos transformaram-se em parâmetro para a civilização, a formar uma comunidade da qual políticos e estudiosos brasileiros almejavam participar⁴⁴⁶. Uma crise na ordem do tempo aparece pela coexistência tensa entre o desejo de inserção no mapa das comunidades civilizadas e a existência impertinente do Outro interno, selvagem e bárbaro, verdadeira imagem invertida do progresso, apreendida como ser persistente do passado.

Assim, em paralelo e localizado no pretérito, o “Outro” passa a ser tomado como objeto de ciência descrito a partir de categorias temporais a demarcar uma distância. Com base na compreensão de ser tempo histórico centrado no Ocidente, foi possível olhar para os demais povos a partir de noções como “estágios”, “atavismo”, “sobrevivência” e “primitivo” como forma de explicar o descompasso existente entre estes e o tempo da civilização. Tais conceitos operam uma distância, não somente em Nina Rodrigues, o notável racista, como, também, nos estudos de Arthur Ramos, prócere do culturalismo, e Edson Carneiro, pretensamente próximo ao mundo dos candomblés.

O antropólogo Johannes Fabian chamou essa compreensão assimétrica do tempo de “alocrônica” ou de “usos esquizofrênicos do tempo” e entranhada no projeto antropológico pela construção do distanciamento em relação ao “Outro”. Atitude tributária de um tempo secularizado, naturalizado e, progressivamente, espacializado entre os séculos XVIII e o XIX e não deixou de fazê-lo no século XX, mesmo quando se afirmava a ruptura clássica com o evolucionismo. A História passava, então, a ser escrita a partir de uma geografia que garantia a descrição assimétrica dos povos. Compreensão espacial do tempo ancorada, não somente na descrição do Outro, mas na maneira como os europeus olhavam para si. Bakhtin observou esta emergência da relação entre tempo e espaço nos romances de Goethe

⁴⁴⁶ SÁ, Maria Elisa Noronha de. **Civilização e Barbárie**: A construção da ideia de nação – Brasil e Argentina. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 46-48.

sobre os diferentes tempos da natureza inscritos na vida dos homens, no movimento dos astros e na aparente imobilidade das montanhas. A inseparabilidade entre tempo e natureza marcaria a atitude dos filósofos e literatos diante da História durante o iluminismo apresentado no século XIX como a-histórico e abstrato. A atitude de Goethe aparece em Bakhtin como profundamente histórica, pois a relação entre passado, presente e futuro produzira nele a certeza de que o cerne do tempo histórico não poderia ser encontrado no “fantasmagórico” passado insular, mas na ligação entre diferentes dimensões temporais no espaço. Por isso, em viagem à Roma, Goethe sentiu que aquela cidade comportava a essência do tempo histórico, na coexistência das três instâncias temporais. Numa perspectiva cronotópica, Roma aparecia-lhe, portanto, como um lugar eivado de tempos⁴⁴⁷. Johannes Fabian percebeu igualmente a emergência desse tempo espacializado marcado pela ideia da viagem a diferenciar-se do tempo sagrado e de seus deslocamentos em forma de peregrinações, cruzadas e missões, estabelecendo uma relação íntima com a divindade. A viagem burguesa se expressa como atitude secular, científica, na qual o deslocamento e a descrição do espaço tornam-se obsessão⁴⁴⁸.

O problema do tempo na construção antropológica marcada pelo topos da viagem científica nos conduz, assim, a os meandros da escrita e da representação a distribuir diferentes povos no globo em distintas durações, de modo a transformar o Ocidente em legítimo filho de Cronos, capaz de representar o próprio passado e projetar o devir. Mais uma vez, eis que emerge a distinção hegeliana entre povos no limiar da história e povos verdadeiramente temporalizados. Não seria, portanto, a prosa da História o campo escolhido para lançar os tentáculos da ciência sobre aqueles povos vistos como imersos em durações e sobrevivências. Para apreender existências não coincidentes com a experiência Ocidental foi preciso construí-la à distância, lança-las aos confins da não-história.

Ora, a elaboração de uma classificação em termos temporais não seria o antecedente de uma ilação científica, apresentando a realidade tal e qual existe. Ela consiste em uma atitude de nomear e classificar o tempo de maneira geográfica. Isto é, “não é a dispersão das culturas humanas no espaço o que leva a antropologia a ‘temporalizar’ é Tempo naturalizado-espacializado, conferindo sentido à distribuição

⁴⁴⁷ BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 225-256.

⁴⁴⁸ FABIAN, Johannes. *Op. cit.* p. 201.

da humanidade no espaço”⁴⁴⁹. Essa espécie de geografia temporal divide povos, articula comparações, estabelece assimetrias, postula o afastamento territorial e temporal entre culturas. Em estudo sobre a Antropologia europeia e norte-americana, Fabian trata esta relação geográfica com o tempo como integrante de um projeto político a promover o colonialismo, demarcando a maneira pela qual o “Ocidente” institui a diferença em relação ao “Restante”. No caso dos nossos estudos sobre o tempo, essa concepção é particularmente importante, visto que a distância temporal sugerida não está centrada, apenas, na viagem espacialmente, localizada da Europa para as outras partes do mundo, mas na reapropriação desta ocidentalidade em diferentes espaços. Assombrados por Tylor, Lombroso, Malinovski, Bhuril e outros, os estudiosos brasileiros olhavam para o “Outro” de um lugar deslocado e interno, onde a distância era embaralhada pela proximidade daqueles povos entendidos como exóticos e sem história. Deste lugar, do sul do mundo, a Europa convertia-se de alguma forma em Outro. Inconveniente barafunda de identidades para aqueles que desejavam compor a plêiade dos modernos. Neste sentido, a construção de uma explicação para o nacional (Nós) confrontava-se com o “Outro” interno e incômodo, numa construção temporal angustiada entre dois pontos: falar de um lugar que almejava o ser moderno e, ao mesmo tempo, confrontar-se com o “Outro” disseminado e singular. A angústia de um tempo onde a viagem pode ser a metáfora da viagem da ciência ao Outro, não como um passeio estetizante ou de devaneio “filosófico”, mas um deslocamento rigorosamente científico.

A análise sobre os usos do tempo na construção do Outro como objeto de estudo nos oferece algumas indicações sobre as ficções temporais criadas por Nina Rodrigues e Arthur Ramos, não apenas em face da questão ampla sobre o que é o brasileiro, mas, especialmente, a partir da indagação sobre o que será o Brasil em autores que não se dedicarão a fazer qualquer ucronia. Isto posto, interessa-nos analisar como, na construção do “Nós”, assombrado pelo “Outro” sem história, o futuro torna-se um fardo na explicação sobre o nacional. Para Nina Rodrigues o enigma do porvir encontraria uma primeira evidência na passagem do século XIX para o XX: a ausência de unidade na composição as populações brasileiras. Neste esquema de pensamento, o índio foi identificado como o elo mais frágil no caldeamento de diferentes raças, fadado ao desaparecimento. Enquanto o negro, disseminado,

⁴⁴⁹ *Idem.*

aparece como problema de interrogação científica. Para desatar tal enigma embaralhado pela mestiçagem, Nina Rodrigues utilizou os métodos da História a fim de conhecer as condições e localizar a origem dos africanos que entraram como escravos no Brasil, e da etnologia para estudar as suas práticas e as sobrevivências morais e psíquicas na constituição futura do povo brasileiro. Por seu turno, Arthur Ramos não apenas adotara os objetos de pesquisa indicados nos estudos de Nina Rodrigues, a transformar a Bahia em local privilegiado de pesquisa, como partia de igual ideia sobre a existência de um tempo das permanências marcada pelo topos da sobrevivência como entidade que subjacente ao pensamento folclórico. A expulsão retoricamente voraz dos pressupostos biológicos, não impediu que o Outro fosse postulado como elemento destituído de diacronia, distante e incomodamente próximo.

4.1 O futuro como um fardo e a alegoria da esfinge

É bastante extensa a historiografia sobre a construção de um discurso acerca da identidade nacional na fronteira do século XIX para o XX a partir da razão e do espectro demográfico da raça⁴⁵⁰. A conhecida sequência temporal diz que, no início do oitocentos, os românticos encontravam no índio e na natureza a alma da nação, a inventar uma tradição, onde Antônio Cândido encontraria o primeiro momento de mudança decisiva na produção literária brasileira⁴⁵¹. Porém, na segunda metade do século XIX, a imagem dos “selvagens” pacificados e síntese da nação sairia gradualmente de cena, enquanto o discurso literário/científico/político voltava-se com vigor ao negro e aos dilemas da sociedade escravocrata, tornados agudos a partir de 1850, quando chegara ao fim o tráfico interoceânico de africanos escravizados.

Antes naturalizada, a escravidão passa a ser condenada sistematicamente. Em geral, 1870 aparece enquanto marco ou ponto de inflexão em duas dimensões: a incorporação do negro como tema frequente na pauta intelectual e as alterações

⁴⁵⁰ Ver SCHWARCZ, Lília Moritz. Op. Cit. 1993; SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁴⁵¹ CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

experimentadas na maneira de interpretar a vida brasileira apoiada na razão científica e no caminhar pelas texturas dos problemas sociais, a encontrar o seu oposto numa atitude taxativamente denominada de lirismo romântico do indianismo, no qual o “nativo” aparecia como fator de unidade mítica. Certamente a escrita da história não é uma construção feita de continuidades e rupturas nítidas como a apresentada neste esquema retilíneo. Nessa narrativa, José de Alencar seria então, uma figura de fronteira entre o abstrato e o vontade da representação realista. Posição que lhe rendera algumas polêmicas com Joaquim Nabuco no jornal O Globo por ocasião da exibição da peça O Jesuíta.

Este embate deu-se no âmbito da discussão sobre o lugar ocupado pelo africano e seus descendentes na sociedade brasileira e a necessidade de uma apresentação realística ao tematizar a escravidão. Nabuco contrapunha-se ao realismo e a posição dúbia assumida por Alencar ao lidar com o regime escravocrata. A defesa da escravidão como político (votou contra a Lei do Ventre Livre de 1871), destoava do tratamento sentimental oferecido às personagens escravizadas na ficção de Alencar. Em Cartas de Erasmo, Alencar julgava o escravismo como um fato social necessário a manutenção do império e de sustentação da economia agrária, sua abolição precoce conduziria ao desajustamento das instituições brasileiras. Para evitar a ameaça futura do caos, a abolição deveria fazer-se, segundo ele, naturalmente, no tempo lento e gradual das mudanças históricas⁴⁵².

A proliferação de polêmicas desta categoria em estudos e narrativas vacilantes entre a nobreza do cativo e sua influência deletéria para a civilização estavam presentes em debates que opunham ou aproximavam os poemas de Castro Alves, Gonçalves Dias e Fagundes Varela, o romance de Bernardo Guimarães e Joaquim Manuel de Macedo, a crítica literária de Sylvio Romero e a ciência de Nina Rodrigues. Nesse sentido, o discurso abolicionista, folclórico e etnológico constituiu um ambiente propício à inclusão dos povos de origem africana no discurso cultural e político dos escritores brasileiros, bem como no debate sobre a natureza da nação, sobretudo nas últimas décadas do século XIX. Essas ficções sobre a nacionalidade informam tensões na ordem do tempo entre o estágio idealizado da civilização e do progresso e a visualização angustiante do presente donde cruzam-se a velocidade e a lentidão.

⁴⁵²VENTURA, Roberto. *Op. cit.* p. 44-6.

Á despeito dos diferentes posicionamentos destes letrados que poderiam opor uma interpretação da origem igual ou desigual das raças a encontrar-se pelas contingências da colonização em um mesmo território, subjazia um regime de temporalidade cujo parâmetro de medida era o “homem, branco e civilizado”, pleno na possibilidade de realização futura. Com base nessa premissa fundamental, a comparação feita a partir de uma perspectiva do desejável orientava o estabelecimento da distância, identificava as defasagens, classificava os estágios de desenvolvimento. Porém, a contemplação à distância desse “Sujeito” moderno colonizador pleno de realização, visto de um lugar sempre colocado como o “Outro”, assombraria os nossos letrados transformando o futuro em um fardo interior a ser carregado. As lentes neutras da ciência seria a sua redenção e, ao mesmo tempo, a sua danação.

Ainda sobre a crítica ao realismo de Alencar, a irritação de Joaquim Nabuco dá-nos o tom deste desconforto: “já é o bastante ouvir nas ruas a linguagem confusa, incorreta dos escravos: há certas máculas que não devem trazer ao teatro”⁴⁵³. As “certas máculas” que não deveriam ser dramatizadas eram máculas no tempo, perturbado pela presença do Outro a chocar os ouvidos daquele que se percebia como moderno diante da impertinência dos modos de falar “cômicos e incorretos” a traduzir a sensação de atraso. A incerteza quanto a realização futura da nação atravessa visceralmente os debates sobre a escravidão e sobre a presença de homens e mulheres embarcados ao Brasil na condição de cativos. Tanto o chamado indianismo, acusado de sentimentalista por autores como Nina Rodrigues, quanto a tendência pretensamente realista, tateavam sobre as pressões do tempo no encontro com o Outro. Sem dúvida, o enigma mais profundo nas duas formas de pensamento seria o do futuro.

No Romantismo, tratava-se do pressuposto da realização de uma retórica sobre a nação, transformando o elemento nativo em mito de origem legítimo, portador de brasilidade, diferente dos europeus e os africanos classificados como estrangeiros. Disputas pela história que equivalia a Nação à civilização e ganharia terreno não apenas na literatura romântica, como no processo de construção de uma narrativa histórica para o novo país. Manuel Luiz Salgado destaca como passo importante neste processo a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro dezesseis anos após

⁴⁵³ *Idem*, p.45.

a Independência, cujas atividades pretendiam lançar luzes, invadir o escuro e desatar o caos que, segundo os seus membros, pairava sobre a história nacional. Iluminação lançada de um presente auto imbuído da missão de enxergar a história de forma clara, ordenada e legítima, na qual o grande marco ou ponto de inflexão seria a constituição do Estado nacional, forjado através da Independência ocorrida em 1822. Com a promoção de um fato digno de nota a compor a História geral do Brasil, o IHGB legitimava-se como lugar privilegiado para a escrita da história nacional, chegando a publicar, em 1844 a obra *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Von Martius⁴⁵⁴. Neste texto, o autor partia de pressupostos humanistas e iluministas sobre a necessidade de aperfeiçoamento futuro dos homens e orientava que os estudos históricos sobre o Brasil deveriam considerar, como componente fundamental de análise, a dimensão das três raças, elementos entendidos por ele como importantes para o entendimento da formação do brasileiro. União entre três elementos que causou a sensação de estranheza a Von Martius, pois, para ele, tal arranjo não encontraria par na história conhecida do Ocidente. Aqui a rachadura no tempo se apresenta profunda e a sugestão de análise das condições de perfectibilidade dos três elementos étnicos unidos de uma forma singular não deixaria de ser uma expressão dessa ideia de descompasso pela singularidade da constituição heterogênea das populações brasileiras, pois pressupunha a comparação⁴⁵⁵.

As disputas pela escrita da história da nação se expressam no interior do IHGB e um dos seus mais notáveis membros, Francisco Adolfo de Varnhagen (depois Visconde de Porto Seguro), assumiu postura polêmica no trato do indígena ao questionar sistematicamente a teoria da natividade do índio desde 1840, quando se propôs a localizar os pontos de origem do “selvagem” brasileiro. Ele chegou à conclusão de que os índios seriam os primeiros invasores do país, sendo os tupis descendentes dos cários, povo da Ásia Menor “de filiação turaniana ou oral-altaica, e teriam, em grande parte, emigrado para a América Central, e povos indígenas, pertencentes à grande família mongólica”⁴⁵⁶. Essa tese sobre o lugar do índio na história da nação teria desagradado escritores como Joaquim Manoel de Macedo, de

⁴⁵⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011, p. 115-28.

⁴⁵⁵ MARTIUS, Karl Friedrich Phillipp von. *Como se deve escrever a História do Brasil (1845)*. **Revista de História da América**, Cidade do México, n.42, p. 443-4, dez/1956.

⁴⁵⁶ CEZAR, Temistocles. A retórica da nacionalidade em Varnhagen e o mundo antigo. In: GUIMARÃES, Manoel Luíz Salgado. **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 31.

quem Varnhagen recebeu duras críticas em 1878, quanto aos seus procedimentos metodológicos. Segundo Macedo, como mestre, Varnhagen foi um produtor de sentenças, não discutia, não averiguava suas premissas⁴⁵⁷.

A polêmica conclusão de Varnhagen realizava metodologicamente a ligação entre os tupis e o mundo antigo, não a partir dos procedimentos de uma ciência dos fatos no tempo, mas, com a adoção do estudo comparado, calcado na filologia e na etnografia, pois, em sua concepção, povos na infância não possuíam história. Ele lançava-se ao embate com o indianismo, sobretudo o de Gonçalves de Magalhães, e associava os povos supostamente nativos e os fenícios para desalojar o índio da categoria de autóctone e transformá-lo em estrangeiro⁴⁵⁸.

Para ele, as metodologias da história não serviam a estudo deste outro antigo e distante, de existência persistente e incoerente ao tempo diacrônico e acelerado da civilização. Clara estava ao investigador a impossibilidade de atribuir coetaneidade a povos considerados selvagens e bárbaros. A narrativa histórica sobre o passado nacional estava em disputa e o futuro entrava na contenda diante da presença do outro infantil, “selvagem”, “bárbaro”. É precisamente nesta tensão que o futuro foi concebido como fardo e o Outro em esfinge. Para o bem, ou para o mal, acreditava-se que as respostas sobre o futuro não seriam encontradas na metafísica indianista, mas na ciência.

Dessa forma, Nina Rodrigues parte de uma experiência temporal historicista e orientada para o progresso que transforma o passado insistente e repetitivo em anacronia indesejada. Não por acaso, a Independência aparece como elemento importante em seus escritos e nos trabalhos de outros estudiosos do século XIX. A formação da “nova nação” implicou na descontinuidade de uma experiência temporal cíclica, baseada na ideia de restauração e herdeira da noção clássica do tempo enquanto retorno. Segundo Valdeci Lopes de Araújo, este processo significou “a fragmentação do campo discursivo herdado do século VIII, e possibilitou a consolidação de uma série de novos conceitos orientados pelo movimentos de historicização da realidade”⁴⁵⁹. As ideias de restauração e regeneração presentes no sonho lusitano de retorno à Idade do Ouro, encontrava conceitos concorrentes,

⁴⁵⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Op. cit. 2011, p. 166.

⁴⁵⁸ CEZAR, Temístocles. Op. cit. p. 32-4.

⁴⁵⁹ ARAÚJO, Valdeci Lopes. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2008. p.85.

especialmente a partir dos anos de 1830, quando tornou-se fundamental construir uma narrativa sobre a *nação* brasileira.

O médico que pretendia oferecer explicações sobre a composição racial brasileira era leitor de Martius e Vanrhagen e, tal qual estes estudiosos, procurava situar-se no debate sobre a formação da nação no tempo. Além de opor-se ao lirismo indianista como fizera o Visconde de Porto Seguro, denunciava a heroicização do negro. Interessava-lhe desmascarar o sentimentalismo estéril em nome da apreensão da realidade pela ciência. No início do século XX, Nina Rodrigues propugnava a “injustiça flagrante” cometida pela depreciação da herança lusitana, identificada como oriunda “da baixa estirpe dos degradados, galés e prostitutas mandados para colonizar o paíz”⁴⁶⁰, e adotavam uma atitude, ao menos nos espaços públicos, de enaltecimento do indígena, do negro e do mestiço. Nina Rodrigues voltava ao processo de independência para situar historicamente tal posição de antagonismo em relação aos portugueses como resquícios psicológicos de um empreendimento que buscava alcançar o sentimento de autonomia a romper com os laços de continuidade afetiva entre a ex-colônia e a metrópole. Para ele, essas ideias produziram uma resposta equivocada em relação ao futuro da nação, pois pressupunham a existência metafísica de uma alma unitária a formar o povo brasileiro. Em suas palavras:

Era a vasta elaboração inconsciente, na alma do futuro povo, desse elemento sentimental promotor de todas as acções humanas e o único capaz de trazer as idéas da região fria e indiferente da simples verificação intellectiva, para o terreno da volição executora⁴⁶¹.

O retorno ao índio seria resultado da necessidade de fazer um contraponto à Portugal, encontrando no nativo um emblema de resistência ao julgo metropolitano e a transformá-lo em elemento nacional por excelência. Sintomático disto foi, segundo Nina Rodrigues, a adoção de nomes tupiguaranis para nomear famílias nobres no contexto de afirmação da independência. Nesta fábula indigenista da nação, os negros não teriam lugar uma vez que eram considerados, apenas, “máquinas ignóbeis” de trabalho e não havia a “consciência da intervenção e influência futuras do Mestiço”, mote fundamental na prosa cientificista de Nina Rodrigues.

⁴⁶⁰ NINA RODRIGUES, Raimundo. *Op. cit.* 1935, p. 16.

⁴⁶¹ *Idem*, p.17.

Localizando-se à distância temporal das bandeiras e da independência, interessa-lhe demonstrar como a permanência latente do “antagonismo” e do “sentimentalismo” não foi superada no período republicano. Tal anacronismo poderia ser verificado em romances que explorariam o sucesso no filão literário de culto ao “índio emblema, o índio convencional, de mera fantasia”. Nina Rodrigues partia da seguinte premissa: mesmo com a alteração constante dos acontecimentos políticos na história, havia heranças recebidas, restos de passado a persistirem em outra duração que não segue ritmos cronológicos: a do mundo moral que, à semelhança do mundo físico, conservaria, na inércia da longa duração, o movimento recebido como herança.

Nina Rodrigues denunciou a mesma disposição sentimental de interpretação fabulosa da nação na campanha pela abolição da escravidão no Brasil, quando “foi necessário ou conveniente emprestar ao Negro a organização psíquica dos povos brancos mais cultos. Deu-se-lhe a supremacia no estoicismo do sofrimento, fez-se delle a vítima consciente da mais clamorosa injustiça social”. Opondo a realidade apreendida pela ciência e aparência construída abstrata e poeticamente, Nina Rodrigues pretende deslocar uma interpretação baseada, segundo ele, no subjetivo sentimento de simpatia e piedade em relação ao negro que resultou na atribuição de “qualidades, sentimentos, dotes moraes ou idéas que elle [o negro] não tinha, que elle não podia ter”⁴⁶². Do ápice da verve cientificista e acreditando estar ao lado da verdade histórica, julgava ser uma fábula sentimentalista considerar que, depois de egresso da escravidão, o negro estaria apto a tornar-se cidadão.

Para ele, o destino da nação não seria encontrado na fantasia, na poética, na atitude sentimental “à mercê das simpatias ou dos ódios de uma geração”, ou pela dissimulação das vontades privadas, mas no mundo imparcial e objetivo da prosa científica. A observação a partir da ciência lhe dizia, friamente e sem paixões, que os negros não conseguiriam constituir-se em povos civilizados pelo arranjo poético de escritores bem intencionados. Com Hovelacque, afirmava que os negros não eram nem melhores nem piores, mas, pertenciam a outra fase de desenvolvimento intelectual e moral. Portanto, tal inferioridade, postulava Nina Rodrigues, não aparece como uma questão, mas enquanto evidência científica irretocável. No mundo das

⁴⁶² *Idem*, p.18.

constatações ditas objetivas, esta conclusão não serviria de justificativa ao regime escravocrata, mas refletia um fenômeno de ordem natural, resultante da “marcha desigual do desenvolvimento phylogénico da humanidade nas suas diversas divisões ou secções”⁴⁶³. Isto é, Nina Rodrigues evocava a autoridade da ciência como instrumento capaz descobrir, sem floreios, a realidade evidente da miscigenação em um país, cuja nacionalidade estaria em processo de formação.

Desconfiava da eficácia das políticas voltadas à imigração de brancos nesse processo. Enfim, enunciava um projeto de escrita, no qual o trabalho sobre as relações raciais no Brasil significante para a atividade científica, como um convite a olhar o passado e o futuro com as lentes do método científico, resignadamente, tal como essas dimensões do tempo se apresentavam na realidade observada. Concebia, assim, a existência de etapas de desenvolvimento e de processos de transição entre os diferentes povos como categorias autoevidentes:

Sob pena de fazermos um estudo destituído de todo o interesse e sem aplicação possível, devemos aceitar os factos como são atualmente e não como virão a ser no futuro. Os typos mestiços de hoje talvez desapareçam amanhã, passando ainda por diversas formas de transição para chegar a um producto final, e é certamente pouco razoável pretender identificar todos esses estadios da evolução ethinologica. Proceder por este modo é querer correr o risco de ver contraditas pela observação desse produto final as conclusões que lhe quisermos impor em nome da observação das suas phases de transição⁴⁶⁴.

Em artigo publicado no mês de março de 1890, na GMB, Raymundo Nina Rodrigues expressava as incertezas em relação ao futuro do Brasil mestiço e a impossibilidade de construir um trabalho científico fundamentado em suposições do devir. Contando com 28 anos de idade, o jovem professor adjunto de Clínica Médica da Faculdade de Farmácia e Medicina da Bahia, começava a se confrontar com as questões raciais depois que seu trabalho sobre a lepra no Maranhão foi criticado pelo Dr. Júlio de Moura em 1890 por desconsiderar a influência das diferentes raças na configuração da doença.

Nesse momento, Nina Rodrigues parecia incrédulo quanto à possibilidade de encontrar respostas cientificamente válidas baseadas em prognósticos sobre o “produto final” da mestiçagem no Brasil. Para ele, lançar-se às expectativas de futuro

⁴⁶³ *Idem*, p.20.

⁴⁶⁴ NINA RODRIGUES, Raymundo. Os mestiços brasileiros. **GMB**, Salvador/BA, ano XXI, n.9, p.402, mar/1890.

implicaria em risco, uma vez que o processo de transição em seu movimento evolutivo era a única certeza tangível ao cientista. O vir a ser das raças mestiças constituía, assim, um mistério indecifrável imerso na dinâmica do tempo. À ciência cabia apontar para o futuro, mesmo encontrando, no horizonte, a possibilidade de realização do não desejado⁴⁶⁵.

Mais de uma década depois, nos escritos para o livro que não chegou a ser completamente impresso em 1906, algumas certezas sobre o vir a ser começam a se insinuar na atividade do então Professor de Medicina Legal, ancoradas numa certeza: os brancos crioulos e os mestiços constituiriam, no futuro, a massa demográfica de uma nação precocemente decaída, pois o negro seria um elemento imanente a justificar a inferioridade do brasileiro. O futuro se transformaria em fardo, na medida em que o cruzamento biológico e moral teria unido grupos temporalmente distintos e irreduzíveis entre si. O destino dos povos mestiços aparecia, assim, enquanto um dado identificável na realidade observada e, igualmente, temível. Entre o medo e a possibilidade de um destino degenerado, Nina Rodrigues denunciava a ameaça representada pelas raças mestiças caso nenhuma intervenção fosse produzida no sentido de frear a união física e cultural entre brancos, negros e índios, ao mesmo tempo, parecia incrédulo quanto à eficácia das políticas voltadas para a imigração europeia, direcionadas para as regiões mais ao sul do país.

Propunha, então, a solução preventiva do juízo científico, na qual o negro tornava-se um problema a ser entendido pela razão. Uma vez identificado e justificado o “problema”, o “Dr. Nina Rodrigues” atribuía a si próprio uma missão: entender as propriedades do problema racial para, posteriormente, combatê-las. Todavia, não oferecia indicativos claros de como promover a “higiene social” da qual falava. Certo era que a ciência ajudaria neste processo e a consciência sobre a patologia inerente a constituição das raças misturadas serviria a uma “profilaxia” do porvir:

Bem arredio do meu espírito, andava, por certo, o pensamento de que os modestos ensaios, tentados em 1890 a benefício da clinica sobre as imunidades mórbidas das raças brasileiras e, mais tarde, prosseguidos nas suas applicações medico-legaes ás variações ethnicas da imputabilidade e resposabilidade penal, viessem collocar-me um dia face a face com essa esphinge do nosso futuro – o problema “o Negro” no Brasil. Mas a ampliação do quadro não fez ao médico perder de vista o seu objectivo. Ao contrario, foi este que, como fio conductor, o levou a sentir e a tocar no âmago de uma população de aparências juvenis e vigorosas, possíveis germens de precoce

⁴⁶⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Op. cit.* 2006, p. 310.

decadência que mereciam sabidos e estudados, em busca de reparação e *pophylaxia*⁴⁶⁶.

Para Nina Rodrigues, lançar-se cientificamente em direção ao horizonte da nação implicava em considerar a importância de uma análise rigorosa sobre o problema da “raça negra”, que se apresentava como uma “esfinge” a transformar as expectativas em um campo perigosamente aberto. Isto é, tal questão constituía um enigma ainda não resolvido pelos estudiosos brasileiros e ameaçava devorar o futuro da nação, impedindo-a de caminhar em direção ao progresso e a civilização. À ciência cabia, então, tatear sobre os mistérios da realização futura na descrição rigorosa do passado e do presente, em vez de seguir a tendência de ajustar artificialmente o tempo vivido por diferentes povos. Imerso no tempo, Nina Rodrigues evoca a metáfora da esfinge, sugerindo um enigma do tipo “decifra-me ou te devoro”. Diante desse inquietante mistério que, paradoxalmente, carregava consigo a possibilidade concreta da degradação futura, caberia ao cientista dedicar sua mais profunda erudição ao conhecimento das “raças inferiores” para reparar a história e produzir, no futuro, uma “higiene social”.

A utilização de uma linguagem médica e evolucionista para o estudo de assuntos nacionais não singularizava Nina Rodrigues. Muitos estudiosos que se dedicaram a estudar a natureza das populações brasileiras a partir dos anos de 1870 eram leitores de Darwin e de sua teoria divulgada em 1859 com a publicação de *A Origem das Espécies*. A fortuna crítica e a recepção do evolucionismo darwinista oscilaram entre o acolhimento e a rejeição, como podemos observar nos estudos produzidos no âmbito do Museu Nacional, onde pesquisadores como Fritz Müller, João Batista Lacerda e Rodrigues Peixoto produziram diferentes interpretações acerca do evolucionismo e dialogavam diretamente com Armand de Quaterfages, crítico assaz de Darwin. Além da leitura, apropriação e crítica das teorias de Darwin, muitos estudiosos brasileiros, nesse momento, liam, comentavam, criticavam e se inspiravam nos estudos evolucionistas de Ernest Spencer e Ernest Haeckel. A posição de Sylvio Romero em relação a este último é sintomática de como a fortuna crítica das teorias evolucionistas tiveram no Brasil uma recepção cambiante. Para Romero as teses de Haeckel pecavam pelo excesso ao postularem a recapitulação das fases anteriores quando cada povo evoluía. Segundo as historiadoras Heloisa Dominguez

⁴⁶⁶ NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* 1935, p. 15.

e Magali Romero Sá, Romero partia das teorias de Spencer e Schäffe quando defendeu o desdobramento e não a existência de retorno nas várias fases de desenvolvimento das raças⁴⁶⁷.

Em 1894 Nina Rodrigues lançou-se à leitura de Ernest Spencer, especialmente em *Princípios da Sociologia* (1874-96), para escrever *As Raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Neste livro, o empregou das teorias spencerianas ao logo do texto como discurso autoridade a comprovar a inexistência de liberdade de vontade no âmbito da discussão sobre a imputabilidade jurídica das “raças” consideradas primitivas e bárbaras; definir a influência da mestiçagem na natureza mental dos grupos humanos, gerando um abismo de incompatibilidades profundas entre os modos de vida descritos como “superiores e inferiores”; afirmar a imprevidência, impulsividade e desejo pela ostentação como traços psicológicos de uma inércia constitucional presente entre povos ditos “selvagens”, tal como os nativos americanos, e postular a existência de diferenças irredutíveis entre a duração no processo de desenvolvimento mental dos povos, no qual os grupos civilizados gozariam de um tempo maior para atingir a maturidade, enquanto os mais simples atingiam-no rapidamente, pois o seu percurso seria menos longo. Além de utilizar Spencer para comprovar suas hipóteses, Nina Rodrigues empregou as teorias do estudioso inglês para criticar a posição do médico Batista Lacerda sobre a constituição muscular inferior do indígena em relação ao negro como causa da melhor adaptação deste às atividades agrícolas. Com Spencer, Nina Rodrigues concluía que o problema de adaptação não era de natureza muscular, mas estaria associado ao sistema nervoso. Enquanto trechos inteiros dos textos de Spencer são incluídos no texto de forma constante e direta, as referências à Darwin aparecem de maneira indireta na crítica às leituras de Tobias Barreto e José Veríssimo sobre a teoria evolucionista⁴⁶⁸.

Se as teorias evolucionistas circulavam em diferentes grupos de estudiosos, entre os anos de 1870 e 1930 não foram raros os médicos que, tal como Souza Lima, Campos Seabra, Franco da Rocha e Rodrigues Doria, acreditavam conseguir diagnosticar e, conseqüentemente, propor reparação aos problemas morais

⁴⁶⁷ Ver DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero. Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. In: _____; SÁ, Magali Romero, GLICK, Thomas. **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1993, p. 117-9.

⁴⁶⁸ Ver NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* 1938.

e sociais da nação⁴⁶⁹. Transformado em apanágio da ciência humana, as explicações oferecidas pelos esquemas conceituais do saber médico orientavam-se pelo paradigma naturalista. O temor em relação à possibilidade concreta de um futuro doentio, justificava a necessidade de prevenção e de reparação e legitimava atividade do médico como analista das coisas nacionais.

A formação de Nina Rodrigues em medicina e a importância do paradigma naturalista pautavam o tratamento do futuro semelhante a identificação de uma patologia e o prognóstico sobre a sua evolução. Não deixa de ser significativo o fato de Nina Rodrigues ter utilizado termos como “reparo”, “profilaxia” e “higiene” para tratar da grande esfinge que, para ele, constituía o negro, como quem descreve a progressão de um problema médico, cujos efeitos deveriam ser enfrentados pela razão. Os ritmos e duração da doença impunham incertezas em relação ao futuro e produziam um diagnóstico cujos efeitos começariam a ser combatidos pela identificação de suas propriedades por meio das lentes da ciência. Patológico ou atravessado por esperanças, o futuro escapa à experiência, diferente do que ocorre com a projeção sobre o passado. Dessa forma, a noção de porvir e o desejo de prognóstico em Nina Rodrigues não estão distantes das considerações de Hobbes e Kant sobre o horizonte, na medida em que estes autores situam a experiência e a vontade de previsão entre a ciência e o pavor. Para Koselleck, o futuro é sempre um jogo de azar, um campo aberto, no qual a produção de prognósticos em relação às experiências temporais às vezes se cumprem, outras vezes não. Para apresentar a relação entre o prognóstico e os estratos do tempo, o autor apresenta a previsão de Diderot sobre a Revolução Francesa e a de Wieland que previu a implantação de uma ditadura por Napoleão Bonaparte. Estas expectativas foram formuladas não ao acaso ou por forças ocultas, mas pelo conhecimento da Revolução Inglesa e da história Antiga. A ideia de revolução enquanto singular, pressupunha o retorno do olhar para o passado. Para Koselleck, o infortúnio de Wieland foi prever que a Revolução Francesa ocorreria de forma branda, prognóstico não realizado. Essas previsões no campo político realizando-se ou não, são construções pressionadas pelas diferentes camadas do tempo que lida, ao mesmo tempo com a experiência verificada empiricamente e com a expectativa de algo ainda não realizado e singular⁴⁷⁰.

⁴⁶⁹ Ver ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, leis e moral**: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: UNESP, 1999.

⁴⁷⁰ KOSELLECK, Reinhart. *Op. cit.* 2014, p. 190-1.

Nos estudos de Nina Rodrigues, a projeção do medo em relação a um horizonte degradado e doentio aparece em pesquisas sobre o crime, a loucura e, fundamentalmente, a mestiçagem, temas inseridos em um esquema no qual o passado e o presente estavam pressionados pelo futuro, subordinados ao desejo pela previsão, mas em paralelo com a necessidade de identificação da realidade passada e presente, empiricamente verificável. Em verdade, experiência aqui assume uma característica naturalizada, nos tempos do corpo e da psique. Assim, como Diderot e Wietland se referendavam na história romana e na revolução inglesa para realizarem suas previsões políticas, Nina Rodrigues enfocava evidências biológicas e psicológicas sobre os povos para chegar às suas conclusões sobre o futuro:

Abstrahindo, pois, da condição de escravos em que os negros foram introduzidos no Brasil, e apreciando as suas qualidades de colonos como faríamos com os que de qualquer outra procedência, extremado as especulações theóricas sobre o futuro e o destino das raças humanas, do exame concreto das conseqüências imediatas das suas desigualdades atuais para o desenvolvimento do nosso país, consideremos a supremacia imediata ou mediata da Raça Negra nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em todo o caso à sua influência não soffreada aos progressos e à cultura de nosso povo. (...)

O problema “o Negro” no Brasil possui, de facto faces diversas: uma do passado (estudo dos Negros que colonisaram o país) e outra do presente (Negros creoulos, Brancos e Mestiços), e última do futuro (Mestiços e Brancos creoulos)⁴⁷¹.

Em suma, com o paradigma da história natural, Nina Rodrigues observava e classificava racialmente tipos humanos, apoiado numa ordem baseada na naturalização do tempo do Outro. Portanto, o “vir a ser” da nação deveria passar pelas questões raciais, a projetar um futuro mestiço e branco crioulo, cotejado em sua relação com o passado do colonizador africano e, conseqüentemente, com o presente negro crioulo/mestiço/branco. Assim sendo, na linha reta do tempo, a projeção do futuro transformava o pretérito e o presente em laboratório de pesquisa, ambiente no qual o cientista deveria se confrontar com as diferentes faces do problema social e histórico representado pela descendência africana. A degradação futura do Brasil poderia ser suposta pela origem e textura de sua composição racial que, no desenrolar da história formaria um povo mestiço e portador de uma patologia inerente: a impossibilidade de igualar-se às sociedades ditas civilizadas

⁴⁷¹ NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op.cit.* 1935. p.24-8.

Portanto, o tempo secularizado pela racionalidade da ciência moderna desde o iluminismo alçava-se ao futuro, subordinando ao espaço aberto do porvir o passado e o presente. Isto é, o pretérito afetava o vir a ser sem que a experiência vivida retornasse no futuro. Segundo Fernando Catroga, esse movimento do tempo comum ao século XVIII e XIX parte de uma recusa da circularidade e a afirmação de uma meta em direção à qual a história segue como realização de “um sujeito coletivo (espírito do mundo, espírito da humanidade, luta de classes, luta de raças)”⁴⁷².

Inserido no esquema de pensamento no qual o sentido da história é o futuro, Nina Rodrigues inferia como objetivo central de sua produção a elaboração de estudos sistemáticos e rigorosos, atribuindo a si a tarefa de cumprir uma “emissão franca e leal, não só ao mais rudimentar dever de uma convicção científica sincera como aos dictames de um devotamento respeitável ao futuro de minha pátria”⁴⁷³. O futuro da pátria deveria constituir, assim, o fim último da atividade de pesquisa. Era em nome do porvir da nação que a escrita sobre os povos negros e mestiços se orientava como em movimento retilíneo, cujo sentido carregava prognósticos desastrosos. Nina Rodrigues operava uma secularização do tempo, mesmo sem definir claramente a solução para a patologia histórica, biológica e social diagnosticada. No horizonte aberto ao perigo, o saber científico sobre os africanos e seus mestiços no Brasil aparecia como passo fundamental para o processo terapêutico de uma nação, cujo presente se manifestava doentio.

Em sua narrativa científica está presente, portanto, um desejo pela previsão, pelo diagnóstico, num processo unívoco, seguindo em direção ao progresso. Dilacerado, Nina Rodrigues constatou que, no Brasil, a realização da utopia futura seria incerta e, talvez, impossível. Essa incredulidade quanto ao futuro pode ser compreendida, em parte, pela adoção das explicações da corrente poligenista, cuja teoria postulava a existência de diferenças inerentes e irredutíveis entre as raças em oposição ao monogenismo e a noção de unidade dos povos. Segundo Nina Rodrigues:

En acceptant piour criterium fondamental de l'espèce la fécondité indéfinie des croisements, el était naturel que les polygénistes soutinssent l'hybridisme

⁴⁷² CATROGA, Fernando. Ainda será a história Mestra da Vida? In: FURTADO FILHO, João Hernani; RIOS, Kênia Souza (Orgs.). **Em tempo**: história, memória e educação. Fortaleza/CE: Imprensa Universitária-UFC, 2008, p. 21.

⁴⁷³ NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op.cit.* 1935. p.24.

des croisements humains contre les monogénistes que s'efforcent de démotrer la parfaite viabilité de tous le métis⁴⁷⁴.

O monogenismo foi definido por Nina Rodrigues enquanto identificação de uma unidade metafísica a juntar as diversas raças humanas. A união entre a tradição do humanismo iluminista (fundamentada no postulado da “perfectibilidade” intrínseca ao ser humano) e os princípios do monogenismo criavam postulados considerados insustentáveis pelos poligenistas, pois pressupunha a existência de uma essência universal a juntar toda a humanidade, diferenciada, apenas, pelas escalas de evolução. Para Lílian M. Schwarcs: retomando a Hipócrates, o poligenismo insistia na ideia de que as diferentes raças humanas constituiriam “espécies diversas”, “tipos” específicos, não redutíveis, seja pela aclimatação, seja pelo cruzamento, a uma única humanidade⁴⁷⁵.

Como já destacamos, a teoria das desigualdades ontológicas entre raças circulou no Brasil junto com os ideários naturalistas, positivistas e evolucionistas. O ensaio de Gobineau sobre as desigualdades das raças humanas de 1854 inverte a imagem do homem natural e puro preconizado por Rousseau, que atribuía a disparidade entre os povos a causas históricas resultantes do estabelecimento do contrato social e do direito de propriedade. Gobineau naturalizou as diferenças em esquemas raciais e postulou, com Agassiz, o poligenismo em oposição ao unitarismo de Cuvier, Humboldt e Quatrefages. Além de Gobineau, estudiosos como André Retzius, Lapougue, Gustave Le Bon e Spencer partiram de postulados raciais e cientificistas para desenvolver seus estudos sobre o evolucionismo⁴⁷⁶.

No Brasil, a utilização das teorias raciais como fundamento para as explicações sobre o tempo, a história e a duração, mais do que lançar-se ao tempo pretérito e à sincronia do Outro, prestava-se, sobretudo, a uma disputa pelo fluido futuro. Tensão na ordem do tempo presente nos escritos de intelectuais como Sylvio Romero e Nina Rodrigues, notada por Dante Moreira Leite a partir da seguinte pergunta: como povo considerado inferior interpreta a própria inferioridade?⁴⁷⁷ Nestas condições, elaborar interpretações sobre o desdobramento da história da nação tornava-se fardo e a conhecida indagação sobre o que é o Brasil se articula a outra

⁴⁷⁴ NINA RODRIGUES, Raymundo. Métissage, dégénérescence et crime. **Annales médico-psychologiques, de Paris, Archives d'Anthropologie Criminelle**. Lyon, p.1-40, 1889;

⁴⁷⁵ SHWARCZ, Lília Moritz. *Op. cit.* 1993, p. 49.

⁴⁷⁶ VENTURA, ROBERTO. *Op. cit.* p. 56.

⁴⁷⁷ LEITE, Dante Moreira. *Op. cit.* 1969, p. 184.

pergunta: o que será o Brasil? O enigma do futuro feito de incertezas, mas também de expectativas, suscitou algumas respostas articuladas em termos de um tempo racializado a partir de combinações entre heranças, de forma a propor explicações para a fábula das três raças à luz da ciência. Mesmo com o horizonte deslizando, era possível construir alguma tendência para o porvir. E, assim, Romero tece a sua famosa proposta do branqueamento futuro da nação, Nina Rodrigues apresenta o, não menos conhecido, prognóstico da degradação futura do mestiço e Euclides da Cunha articula a tese da conversão do mestiço do interior em raça, futuramente apta ao desenvolvimento mental⁴⁷⁸.

No opúsculo de 1894, composto pela reunião de lições de Medicina Legal ministradas na Faculdade de Medicina da Bahia, sobre a relação entre as raças humanas e a imputabilidade no Direito Penal, Nina Rodrigues colocou em evidência a ideia de que o tempo das heranças naturais e psíquicas impunha a diferença ontológica entre povos inferiores e superiores. Esta sua concepção, bastante conhecida pela literatura antropológica⁴⁷⁹, pode ser agora abordada a partir dos usos de um tempo naturalizado e racializado inspirado, principalmente, nos estudos de Spencer, na criminologia e na antropologia. Assim, livro *As raças humanas e a responsabilidade no Brasil* foi dedicando, não por acaso, a Lombroso, Enrico Ferri e Garofalo. Entre os rituais de formatação do livro e na construção do texto está presente a certeza sobre a influência condições da raça como determinantes para a noção de crime e justiça.

Para operacionalizar esta afirmativa, Nina Rodrigues opõe-se à metafísica espiritualista como um “engano” posto à prova pelas evidências “dos conhecimentos científicos modernos”. Tratava-se de opor-se a premissa de que partilhando alma una, todos os povos humanos, mesmo os “inferiores”, poderiam alcançar estágios “superiores” de evolução. Com base no poligenismo a pressupor a existência de diferenças irreduzíveis entre povos, essa crítica ao monogenismo implicava, portanto, em um posicionamento contra a supressão do tempo do tempo naturalizado:

Não só, portanto, a evolução mental presuppõe nas diversas fases do desenvolvimento de uma raça, uma capacidade cultural muito diferente embora de perfectibilidade crescente, mas ainda afirma a impossibilidade de suprimir a intervenção do tempo nas suas adaptações e a impossibilidade,

⁴⁷⁸ *Idem*, p. 215.

⁴⁷⁹ Ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.* 1993; CORREA, Mariza. *Op. cit.* 1998.

portanto, de impor-se, de momento, a um povo, uma civilização incompatível com o gráo do seu desenvolvimento intelectual⁴⁸⁰.

A concepção espiritualista figura, dessa forma, como formulação não verificável pela experimentação científica. Em vez de verdade, esteve associada ao mundo metafísico, tendendo a igualar o que, para os poligenistas como Nina Rodrigues, não poderia ser igualado e a desconsiderar as forças “poderosas e inexoráveis” do tempo, no qual o “aperfeiçoamento lento e gradual da actividade psychica, intelligencia e moral não reconhece, de facto, outra condição além do aperfeiçoamento evolutivo da serie animal”. O tempo exposto foi, sem embargo, o tempo da natureza, entendido como coextensivo ao domínio social a caminhar pelas “adaptações lentas”.

À guisa de exemplo, Nina Rodrigues citou um episódio ocorrido na Argélia, onde grupos políticos tentaram expor a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão através da leitura deste documento para massas que, segundo ele, nada entenderam e não poderiam compreender além da “pompa e do espetáculo”, pois existiam em uma outra ordem do tempo. Nina Rodrigues seguia a ironizar as empresas coloniais na experiência das missões jesuíticas e perguntava: “Onde estão as colônias prosperas e civilizadas dos selvagens brasileiros que a abnegação sincera e convencida dos nossos missionários se gloriava, em santa ingenuidade, de haver conquistado para o rebanho do Senhor?”⁴⁸¹ Para ele, esta era mais uma “falsa promessa” da metafísica espiritualista, pois esta não poderia modificar a tendência selvagem à fuga da civilização e impedi-lo de retornar ao seu tempo próprio, no qual se desenharia a “incapacidade orgânica dos aborígenes para a adaptação social que se exigia delles”.

(...) fazer um povo selvagem, ou bárbaros transpor, no curso da vida de uma geração, o caminho percorrido pelas nações civilizadas durante seculos, como se fosse possível supprimir a lei da herança, dispensar as lentas accumulações hereditarias e prescindir da acção necessaria do tempo⁴⁸².

Uma civilização apenas retórica e não concreta comprovada pelo retorno do indígena dito civilizado à vida selvagem, seguindo a força de uma herança inexorável. Neste quadro de irredutibilidade das diferentes durações, as legislações

⁴⁸⁰ NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* 1938, p. 31.

⁴⁸¹ *Idem*, 32.

⁴⁸² *Idem*, 33.

penais no Brasil teriam, para Nina Rodrigues, partido da mesma premissa equivocada dos missionários ao generalizar, para todos os povos, o conceito de crime. A seguir as premissas de determinação do criminoso presente em Cesare Lombroso, Nina Rodrigues julgava o direito e o crime como conceitos relativos. O autor evocava o método comparativo para demonstrar formalmente sua verdade sobre os tempos variados da raça, no qual cada povo corresponderia, portanto, a uma criminalidade própria, pois encontrava-se em um estado mental particular. A partir deste princípio, o médico brasileiro fundamentou a sua crítica ao postulado do livre arbítrio na legislação penal brasileira do Império e da República baseadas na explicação espiritualista e inspiradas nas legislações europeias.

Nina Rodrigues entrou, então, na polêmica com o evolucionismo e monismo de Tobias Barreto, da escola de Recife, que adotou posição eclética em relação as teorias espiritualistas e deterministas para tratar do livre arbítrio no livro *Menores e Loucos* (1889). Em face dessa ideia, o médico da Faculdade de Medicina da Bahia entendia a liberdade de vontade como uma “pura ilusão”. Novamente, evocava a inexorabilidade do tempo natural, no qual a escolha sempre “exprime a natureza do indivíduo, num momento dado, em circunstâncias dadas, em um grão dado”⁴⁸³. Desconsiderar este dado, implicaria, segundo ele, na impunidade das chamadas raças inferiores. Nessa perspectiva, quanto mais informada e ancorada em postulados teóricos sobre a desigualdade das raças, o cientista poderia entender as configurações assumidas pelas populações de um país mestiço e determinar as razões atávicas do crime.

Em suas atividades como professor de Medicina Legal, Nina Rodrigues encontraria nos estudos de caso a confirmação do caráter degradante da mistura das raças. A individualidade das situações pesquisadas comprovava a tese geral de que a mestiçagem conduziria à degenerescência. Um exemplo claro disso pode ser encontrado na parte final do livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, no qual Nina Rodrigues descreve a trajetória de três menores reclusos na penitenciária da Bahia, “uma escola perigosa de criminosos temíveis”⁴⁸⁴. Na casa de detenção, Nina Rodrigues analisou e comparou a conduta de José d’Araújo, Inácio José da Silva e José Joaquim Caetano, presos por assassinato em fins do século XIX. O autor objetivava identificar a diferença de conduta desses delinquentes juvenis na

⁴⁸³ *Idem*, p.60.

⁴⁸⁴ *Idem*, p. 198.

prisão e demonstrar que, apesar de todos partilharem as mesmas condições no meio carcerário, apenas o último sofria com menor intensidade as influencias deletérias da penitenciária.

Nina Rodrigues iniciou sua descrição com a análise do caso de José d'Araujo, órfão de mãe, agricultor, vivia com o pai e mais cinco irmãos no município de Santo Antonio das Queimadas/BA. O jovem foi condenado, aos nove anos de idade, por assassinar o pai, permanecendo na casa de correção até os dezessete anos, quando foi recolhido à penitenciária do Estado da Bahia. Ali, o professor da Faculdade de Medicina estudou a personalidade do delinquente e ressaltou a sua indiferença descrever o crime cometido, relatando “sem revelar o menor sentimento de pesar” que um inimigo de seu pai havia lhe oferecido a recompensa de quarenta réis pelo assassinato do desafeto⁴⁸⁵. O parricídio ocorreu na choupana onde vivia a família e a vítima foi atingida por tiros de espingarda à noite, durante o sono. Além desse relato, José d'Araujo apresentou outras versões sobre as causas do assassinato. Nos dois primeiros meses de prisão o jovem órfão não denunciou o mandante do crime.

O médico seguia a investigar o delinquente, não apenas interrogando-o, mas hipnotizando-o. Nina Rodrigues desejava fazer o recluso confessar o que secretava dentro de si, declarar o real motivo do ato criminoso e revelar sua personalidade intrinsecamente perigosa. A história de José era exemplar de outras histórias, por isso era preciso escutar o sujeito por completo e encontrá-lo indefeso, confessando-se intimamente diante do cientista. Com alguma dificuldade Nina Rodrigues conseguiu hipnotizar o jovem recluso e, agora, o relato ganha novos contornos. José afirmou não ter sido estimulado por terceiros para cometer o parricídio, o verdadeiro motivo do crime teria sido a “circumstancia de ter elle, na ausencia do pai, cortado um pé de mandioca e promettido um tio que assim que o pai chegasse lhe havia de communicar o facto para que elle castigasse o filho”⁴⁸⁶. Com o objetivo de evitar o castigo José matou o pai.

Diante da confissão, o médico diagnosticou o caso da seguinte forma: “o criminoso tem dezoito annos, é ladrão, pederasta passivo, jogador, bebado, um ser completamente desmoralizado, enfim, um incorrigível temível”⁴⁸⁷. Na descrição de

⁴⁸⁵ *Idem*, p.199.

⁴⁸⁶ *Idem*, p.202

⁴⁸⁷ *Idem*, p.200.

Nina Rodrigues, José foi classificado como criminoso nato, precoce e dissimulado. Embora não possuísse grandes estigmas físicos, considerados pela antropologia criminal do século XIX como indícios reais sobre a essência de um criminoso, o médico apontava a conjugação de traços do mulato e do mameluco como evidência de que a conduta delinquente do jovem estava marcada em seu corpo e em sua origem.

Analisando as características físicas de outro detento, Nina Rodrigues encontrou signos corporais mais evidentes da face de um verdadeiro criminoso. Com “caracteres inferiores muito acentuados”, um “arco parietal fraco”, orelhas malformadas, destacando-se de um crânio assimétrico, o mulato claro, Inácio José da Silva, carregaria marcada, nas deformidades da face, a tez de um criminoso nato. O jovem foi condenado em 1889 pelo júri de Brotas de Macahubas, aos 12 anos de idade, por ter assassinado outro garoto. Aos olhos de Nina Rodrigues, em depoimento José Inácio demonstrava “um cinismo a toda prova” quando falava de seu crime. Além de ser classificado como assassino frio o jovem foi visto como “pederasta passivo, bêbado, jogador e ladrão”, todos os elementos que fariam dele um criminoso por natureza.

Tais práticas, consideradas avessas às normas e à moral, denunciavam as predisposições atávicas do recluso, expostas nos seus traços fisionômicos e em sua história de vida. José Inácio era filho natural, morava com cinco irmãos na casa da avó materna, vivia das práticas agrícolas e era sustentado pelo pai que, após ter sido abandonado pela mãe do jovem, casou-se com outra mulher. Há, portanto, traços em comum na trajetória desse detento e de José d’Araújo. Ambos não tinham instrução, eram pobres, agricultores, mestiços, “pederastas passivos”, ociosos e as relações de solidariedades familiares nas quais estavam inseridos destoavam de um modelo padrão. Esses dados são fundamentais para a análise de Nina Rodrigues, pois a população atávica e criminosa era vista, sobretudo, como miserável, analfabeta e moralmente patológica.

No mesmo livro, havia um caso a destoar das duas situações descritas. Trata-se do crime cometido pelo menor José Joaquim Caetano, preto, filho natural de escravos, foi preso por assassinar uma mulher que desejava castigá-lo. Diferente das outras situações apresentadas acima, este prisioneiro possuía bom comportamento e era sensível aos castigos. Na cadeia tornou-se jogador, embriagava-se, mas não roubava, e aprendeu o ofício de sapateiro. Segundo Nina Rodrigues, “attendendo aos

vícios inerente à sua condição de escravizado, é possível que este menor seja antes um criminoso de ocasião do que um criminoso nato”⁴⁸⁸. Note-se, neste caso não há indícios profundos de mestiçagem, os pais de José Joaquim eram da mesma “raça”, diferente dos casos anteriormente descritos.

A conclusão de Nina Rodrigues sobre o três Josés reclusos oferecia um exemplo da influência nociva do cruzamento entre raças para o futuro da nação e reforçava as teses da antropologia criminal italiana sobre a individualidade biológica na gênese do criminoso. Os jovens foram colocados na penitenciária em condições semelhantes, porém, apenas aquele que não possuía o sangue mestiço não degenerou por completo. Mais uma vez o mestiço – de corpo tão híbrido quanto a esfinge, monstro da mitologia antiga – ameaçava o porvir da civilização no Brasil.

O problema da exequibilidade do direito era uma questão do presente e, para Nina Rodrigues, poderia ser pensada, apenas, a partir do estudo dos diferentes tempos a compor um caldeamento de raças. Encontrando-se no Brasil pelas contingências da colonização e do regime escravocrata, estes tempos raciais deveriam ser localizados espacialmente. Em busca de precisão científica, o médico compunha uma cartografia da distribuição das raças, na qual a maioria branca encontrava-se em São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, os negros africanos e seus descendentes não mesclados estavam majoritariamente na Bahia e no Maranhão, enquanto o grande contingente do brasílio-guarani estava a vaguear pelos estados do Oeste e extremo Norte. Reportava a distribuição desigual das raças no território brasileiro às configurações assumidas desde a história colonial do povoamento do português, nas contingências dos negócios da escravidão e a inserção do imigrante europeu em determinadas áreas.

Já, o mestiço disseminado seria de difícil apreensão, visto que lhe faltava, segundo Nina Rodrigues, unidade antropológica, estando divididos entre “mulatos”, “mamelucos” ou “caboclos”, “curibocas ou cafuzos” e “pardos”. Todas estas descrições pretendiam demonstrar como a variedade da combinação do cruzamento entre as raças implicaria em movimentos de alteração e de retorno aos traços hereditários das raças envolvidas na mistura e propor que, no futuro, a manter-se a textura demográfica do Brasil verificada em fins do século XIX, o branco poderia

⁴⁸⁸ *Idem*, p.206.

predominar nas áreas de colonização como o Sul, porém, nas outras regiões a persistência dos caracteres “inferiores” seriam mais fortes.

No horizonte, o mestiço se constituiria o “brasileiro por excelência”, “muito mais numeroso do que realmente se supõe”. Ao afirmar sua pretensão por demonstrar “em trabalho ulterior que, mesmo naquelles pontos em que predominou o cruzamento luso-africano, como na Bahia, os caracteres anthropologíeos do indio se revelam a cada passo nos mestiços”, estaria a sugerir um futuro pardo? Seja como for, neste ponto impõe-se da seguinte forma a disputa por um entendimento cientificamente fundado sobre o futuro, na famosa querela com Sylvio Romero:

Não acredito na unidade ou quasi unidade ethnica, presente ou futura, da população brasileira, admittida pelo Dr. Sylvio Romero: não acredito na futura extensão do mestiço luso-africano a todo o territorio do paiz: considero pouco provavel que a raça branca consiga fazer predominar o seu typo em toda a população brasileira⁴⁸⁹.

Ora, como nosso médico se propunha a pensar o futuro de uma nação mestiça se acreditava na deletéria força da diferença ontológica entre as raças humanas misturadas no Brasil e na degradação biológico-moral dos corpos híbridos seguindo a teoria poligenista e o paradigma naturalista? Neste ponto estamos diante de um problema sobre o tempo, no qual a identificação das desigualdades essenciais de origem dos tipos demográficos, a compor a nação, implica em uma tensão na experiência temporal moderna ou, como conceitua François Hartog, no regime de historicidade moderno, uma vez que, a parcela indígena e, sobretudo, africana na formação do mestiço, em seu atavismo, seria perigosamente resistente “à modernização e ao progresso e incapaz de ingressar, como sujeito, na ordem liberal e no trabalho assalariado”⁴⁹⁰.

Nelson Werneck Sodré (1961) e Dante Moreira Leite (1969) entenderam que o uso das teorias raciais em autores como Sylvio Romero e Nina Rodrigues constituíam elementos de uma ideologia de colonização europeia, expondo a vocação mimética dos letrados brasileiros em sua subserviência no uso de teorias europeias. Curiosamente, corroboravam com a mesma crítica de Nina Rodrigues sobre a ciência nacional e acusavam-no de ter recaído no pecado que tanto questionava. De alguma forma, em defesa da particularidade de apropriação de teorias estrangeiras pelos

⁴⁸⁹ *Idem*, p.90.

⁴⁹⁰ VENTURA, Roberto. *Op. cit.* p. 53.

letrados brasileiros do século XIX, Roberto Ventura discordou desta posição, afirmando não ter havido uma “transplantação cultural”. Os sistemas europeus teriam sido incorporados de “forma crítica e seletiva segundo os interesses culturais das camadas letradas preocupadas em articular os ideários estrangeiros à realidade local”. Sendo assim, o chamado racismo científico assumia uma “função interna” e fora apropriado como “instrumento conservador e autoritário de definição da identidade social da classe senhorial e dos grupos dirigentes, perante a uma população considerada étnica e culturalmente inferior”⁴⁹¹.

Deixando de lado a discussão sobre o mimetismo e a originalidade dos letrados brasileiros, é importante reter a proposição de Ventura no que tange aos usos empreendidos sobre teorias para justificar hierarquias que, aqui propomos, se expressam na ordem do tempo e carrega os esquemas assimétricos da experiência temporal do Ocidente, a transformar em espectro obscuro a existência etnológica e sincrônica das raças consideradas inferiores, em descompasso com um ritmo acelerado do tempo moderno.

4.2 Os usos da história:

Assim como os monstros alados gregos propunham enigmas aos viajantes, empregamos, até aqui, a metáfora da esfinge enquanto portadora de um mistério sobre o tempo. Agora, orientemos o uso desse termo para outra direção: a imagem híbrida da esfinge que, na mitologia egípcia, representava um monstro fabuloso, com ou sem asas, de corpo leonino e cabeça humana, esculpido e erguido como guarda de túmulos e santuários. Na imagem fantástica do mito, emerge um ser colossal e misto que unindo estranhamente elementos oriundos de espécies distintas, gestando um ser deformado e anômalo, semelhante ao mestiço brasileiro descrito por Nina Rodrigues.

Se em 1890 pairava a incerteza sobre o futuro da nação, posteriormente, no calhamaço guardado por Oscar Freire no Instituto Nina Rodrigues, o professor da Faculdade de Medicina estava certo de que, sem qualquer intervenção, o ser híbrido e degradado, forjado pelos sucessivos cruzamentos entre raças, constituiria um

⁴⁹¹ *Idem*, p.60-1.

monumento deformado ao futuro tumular da pátria, assim como as esfinges do antigo Egito.

Diante dessa situação, Nina Rodrigues atribuiu a si, enquanto cientista, o dever de produzir uma descrição rigorosa das relações raciais no Brasil, encontrando no campo de pesquisa os exemplares vivos da influência de seres híbridos seria deletéria e frearia a marcha do progresso nacional. A certeza da miscigenação levava o estudioso a sugerir a inexistência, naquele momento, de um povo brasileiro unificado do ponto de vista sociológico e antropológico. Segundo ele, o tipo mestiço, predominante em grande parte da população, não possuía características definidas, estava fisicamente e moralmente repartido entre brancos, negros e índios.

A distinção irreduzível entre raças repercutia, também, no trato com o método histórico, pois, para Nina Rodrigues, grupos em estágios inferiores de desenvolvimento não compartilhavam com os civilizados os mesmos códigos morais e escapavam à ciência histórica. A coexistência de diversas raças em um mesmo país comportavam tempos de diferenças inerentes e irreduzíveis demarcadas no âmbito da produção científica. Nesse sentido, declarou guerra aos intelectuais que, na sua concepção, construíam uma imagem exageradamente positivada do índio e do negro. Como afirmamos o primeiro oponente a ser atacado seria o romantismo literário de caráter nativista, fortemente acentuado nos meios intelectuais e políticos durante os tensos anos que marcaram a declaração e consolidação da independência do Brasil. Depois, se confrontava com a literatura abolicionista de Castro Alves e Joaquim Nabuco que, em meio aos embates pelo fim da escravidão, promovia a apologia ao negro e às suas raízes africanas⁴⁹².

Refutando esse duplo movimento do romantismo do século XIX, Nina Rodrigues acusava a exaltação do índio e do negro como fator a encobrir as diferenças presentes na composição racial do Brasil, criando a ilusão de uma coesão utópica. Poucos anos após a proclamação da República, o autor afirmava, em artigo para o *Achivio de Psichiatria Scienze et Antropologia Criminale*, que “só podemos falar de um povo brasileiro do ponto de vista político. Do ponto de vista sociológico e anthropológico, muito tempo se passará antes de podermos considerar unificada a população brasileira”⁴⁹³.

⁴⁹² BOSI, Afredo. **História concisa da literatura brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 16; BASTIDE, Roger. **Estudos Afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 119.

⁴⁹³ NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* 1939, p. 153.

Numa época em que as doenças contagiosas e os miasmas de toda sorte causavam pavor, Nina Rodrigues se debruçava sobre outras ameaças epidêmicas a afligir o corpo social. Era urgente conter a patologia moral que produziria a degeneração futura pela mistura das raças e pela vesana incontrolada da multidão. Com esse argumento, o professor de Medicina Legal lançou-se ao estudo do negro denunciando os limites das interpretações literárias e científicas que circulavam nos meios intelectuais brasileiros.

Para Nina Rodrigues a elaboração de um estudo cientificamente denso sobre os negros e sua influência na gênese do povo brasileiro, era imperativo atingir e conhecer com precisão as origens dos africanos que chegavam aos portos da colônia como escravos desde os primeiros anos da conquista portuguesa. Assim, caberia ao cientista lançar-se em direção a um começo, ainda nebuloso e inexplorado pela escrita da história. Em suma, Nina Rodrigues acreditava poder corrigir os erros divulgados pelos intelectuais brasileiros, refutar suas reticências e identificar suas ausências para colocar um ponto final na questão da formação das raças no Brasil. Para ele, o rigor da ciência desvendaria uma verdade encoberta e intrínseca deformada pelo vício e pelo romantismo dos literatos e dos “homens de ciência”. A história entrava em disputa, uma vez que o futuro da nação estava ameaçado.

A compreensão das características dos negros e de seus mestiços implicaria, assim, na historicização rigorosa das condições em que os africanos entraram no Brasil através do empreendimento escravista e, por consequência, a análise profunda das sobrevivências disseminadas pela mistura física e moral, a transformar o Brasil em um país sem povo definido no presente. A persistência de traços nocivos herdados dos primeiros africanos foi verificada pelo médico em estudos de caso sobre a loucura e o crime, cuja conclusão era quase sempre a mesma: a condição mental dos africanos escravizados explicava as suas concepções de justiça e os atos criminosos cometidos por negros e mestiços aparecem como um legado. Nesse sentido, a presença de elementos culturais, como o uso da noção de justiça baseada nos princípios da lei de talião entre os negros e seus descendentes, expressaria a inadequação das “raças inferiores” ao sistema jurídico de populações autoproclamadas civilizadas.

Entre os vários casos concretos apresentados pelo estudioso para confirmar seu argumento sobre a violência inerente dos negros destacamos a história, não identificada, de um menino que teve suas mãos queimadas em uma panela de

água fervente, por roubar comida de uma marmita. Em outro caso, “uma mulher mulata, de certa posição, que puxou fora e deu um largo talho na língua de uma menina por essa ter cometido ligeira indiscrição”⁴⁹⁴. Diante de tais casos, o médico concluía: os negros carregavam um legado de seus ancestrais africanos, revelado na permanência de hábitos e atitudes perante ideia de justiça. Segundo ele, essa herança era nefasta para o futuro da nação e transformava a questão do negro em problema social e histórico.

Argumentando sobre a urgência no processo de recuperação e prevenção do povo brasileiro diante da degeneração futura, Nina Rodrigues lançou-se ao estudo do negro, não apenas nos campos da Medicina Legal, da Psicologia e da Antropologia, mas, também da História recente. Era preciso considerar, com rigor científico, o problema das “raças inferiores”, em especial dos descendentes de escravos africanos, uma vez que:

(...) no Brasil não nos temos limitado a desprezar o conhecimento dos povos negros que tanto concorreram para a colonização do paiz e a manter a mais completa ignorância sobre tudo o que lhe diz respeito; vão se acreditando, mesmo entre nós, idéas errôneas sobre a ideias erroneas sobre a procedência de nossos Negros, sobre o gráu e as manifestações de sua cultura. E tudo isto bem nos pode condemnar a não ser possível fazer-se mais tarde uma idéa justa da influencia por elles exercida no nosso povo⁴⁹⁵.

Olhando para o futuro, Nina Rodrigues pretendia, de um lado, reparar os erros cometidos pela historiografia brasileira do século XIX sobre os negros escravizados e, por outro, criar condições para a criação de estudos etnológicos sobre os descendentes de africanos. Nesta última questão, evocava o apelo “justo e patriótico” de Sylvio Romero feito em 1879, quando este afirmava ser “uma vergonha para a ciência do Brasil que nada tenhamos consagrado de nossos trabalhos ao estudo das línguas e religiões africanas”⁴⁹⁶. Para Nina Rodrigues os limites e fragilidades presentes nos estudos até então realizados eram flagrantes e justificavam a realização de novas pesquisas, na medida em que:

Tanto quanto sei do assumpto, não me consta já a tivessem tentado no Brasil e tenho que destes estudos ethnographicos se habilitará a receber a justa interpretação da História patria abundantes esclarecimentos. Documentos dos tempos colniaes, por ventura existentes nos archivros portuguezes ou fluminenses, poderão completar alguns pontos que, á minguá

⁴⁹⁴ NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* 1935, p. 408-407.

⁴⁹⁵ *Idem*, p.37-8.

⁴⁹⁶ ROMERO, Sylvio *Apud* NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* 1935, p. 35.

delles, foram aqui isuficientemente explanados. Mas não acredito possam mudar as linhas geraes do trabalho, nem modificar suas conclusões⁴⁹⁷.

Nina Rodrigues disputava a história dos africanos no Brasil com os historiadores, entrando em confronto direto com viajantes Spix e Martius, cujos estudos apontavam para exclusividade do tráfico de escravos de origem banto, desconsiderando a influência de grupos como os sudaneses na composição dos cativos brasileiros. O autor de *Os Africanos no Brasil* não questionava a superioridade numérica dos povos bantos, mas, reclamava a consideração devida aos sudaneses, aos quais, segundo ele, “cabe incontestemente a primazia em todos os feitos em que, da parte do Negro, houve na nossa historia, uma afirmação da sua acção ou dos seus sentimentos de raça”⁴⁹⁸. Nessa polêmica, Nina Rodrigues expressava suas visões sobre a história, as fontes e a verdade científica. Partia da crença de que o trabalho empírico denso traria respostas críveis, revelando uma verdade encoberta pelo descaso da ciência brasileira.

Portanto, era preciso mostrar as ausências da história escrita e recuperar informações a partir de um exame renovado e sistemático sobre as fontes, tais como: “a estatística do trafico, a história do commercio de escravos de Portugal e do Brasil, os feitos dos africanos na historia patria, o estudo dos seus últimos representantes na América portuguesa como da sua influência nos nossos habitos e costumes”⁴⁹⁹. O passado e o presente compunham o ambiente de pesquisa observável e classificável, não para servir a exemplaridade do porvir, mas, para denunciar a ameaça representada pelo cruzamento das raças para o futuro da nação.

Na escrita cientificista, atravessada por termos técnicos e por longas citações de estudiosos do velho e do novo mundo, como Sighele, Tarde, Maradon de Montyel, Charcot, Lombroso, Sylvio Romero e de outros autores, citados para conferir legitimidade ao seu trabalho e para criar um espaço de diálogo, Nina Rodrigues apresentava, como prova irrefutável da validade de seus argumentos teóricos a manifestação concreta do atavismo entre grupos “inferiores” descritos nos seus estudos de caso. Ao focar esses tipos raciais, Nina Rodrigues entrou em contato com o tempo do Outro, classificando-o como lugar do atraso e da lentidão. Embora a experiência da temporalidade vivida entre nativos e descendentes de africanos fosse

⁴⁹⁷ Nina Rodrigues. *Op. cit.* 1935, p. 28.

⁴⁹⁸ *Idem*, p.40.

⁴⁹⁹ *Idem*, p.43.

qualificada à luz do pensamento evolucionista, esse encontro entre os sonhos de um futuro projetado pelo cientista e o tempo do Outro colocava Nina Rodrigues diante do desafio de lidar com populações cujos referenciais de moral, de justiça e de tempo eram percebidos como completamente diversas da experiência europeia.

Tal diferença aparece nos relatos sobre a vida dos negros baianos nos espaços do crer, a degradação dos delinquentes infantes recolhidos nas casas de correção, os desvios dos criminosos presos nas penitenciárias, a vesania epidêmica dos cultos populares e de seus líderes insanos, a tensão entre métodos higiênicos adotados pelas autoridades republicanas e o fetichismo de uma população crédula, desejosa de aplinar a ira dos orixás. Em suma, na construção de seu objeto de pesquisa, Nina Rodrigues se confrontou com a diferença, construindo-a como a esfinge híbrida, anômala e misteriosa que impunha sobre o tempo uma fissura: se em 1890 o médico acreditava na possibilidade de aniquilação das raças híbridas, no desenrolar do seu trabalho ele parece esperar pelo inverossímil, na medida em que a desejada realização futura estava ameaçada pela mistura de raças. Mas, a história da escravidão poderia trazer alguma esperança, ao revelar a colonização de parte do Brasil por africanos considerados superiores.

O estudo raça com seus desdobramentos constitui o principal eixo dos trabalhos de Nina Rodrigues – especialmente a partir de 1890⁵⁰⁰ – como, também, das leituras e análises subsequentes sobre seus estudos. Não raro, sua narrativa sobre a mestiçagem é identificada como um exemplar do desencantamento em relação ao futuro da nação brasileira em formação, onde as sucessivas misturas entre diferentes raças produziriam um tipo degenerado no devir da história. Razão pela qual Homero Pires reconhecia, em 1933, que “as conclusões de Nina Rodrigues [...] são por demais pessimistas” e, portanto, “não seria leal a tantos annos de distancia, discutir agora as consequencias a que chegou o mais notável frequentador dos estudos sobre o negro no Brasil”⁵⁰¹.

Nos limites do pessimismo se encerram qualquer reflexão mais densa sobre a relação dos seus enunciados científicos com a história e, sobretudo, com o tempo. Sendo assim, nessa experiência temporal, o pessimismo em relação ao vir a

⁵⁰⁰ Em artigo publicado no mês de maio de 1890, na GMB, com o título de “*Os Mestiços Brasileiros*”, Nina Rodrigues começa a admitir a importância da raça enquanto elemento fundamental para a análise dos problemas clínicos e jurídicos que caracterizam a população brasileira

⁵⁰¹ *Idem*. p. 10.

ser – que aparece como inerente ao discurso do médico por este se opor à ideia de perfectibilidade das raças humanas – constitui apenas uma face, talvez a mais evidente. De forma geral, tratar do duplo otimismo/pessimismo significa sempre falar do horizonte e de colocar as expectativas no centro do debate. O trato dos povos africanos como diferentes entre si e a inserção dos sudaneses na Bahia, poderiam abrir alguns fios de esperança no horizonte.

Nesse esquema temporal, baseado em assimetrias e hierarquias, o parâmetro de comparação baseado nas medidas do tempo das sociedades ditas civilizadas poderia positivar a presença sudanesa e camita no Brasil, diferenciando estes povos dos bantos e indígenas, considerados inferiores. A prática científica e sua capacidade de classificação trariam, então, algum alento:

Dada a sua absorção na população compósita do país, e por outro lado dadas as diferenças de capacidade e graus de cultura entre os povos negros importados, está claro que a influência por eles exercida sobre o povo americano que ajudaram a formar será tanto mais nociva quanto mais inferior e degradado tiver sido o elemento africano introduzido pelo tráfico. Ora, os nossos estudos demonstram que, ao contrário do que se supõe geralmente, os escravos negros introduzidos no Brasil não pertenciam exclusivamente aos povos africanos mais degradados, brutos ou selvagens. Aqui introduziu o tráfico poucos negros dos mais adiantados e mais do que isso mestiços chamitas convertidos ao Islamismo e provenientes de estados africanos bárbaros sim, porém dos mais adiantados.

(...). No entanto, se se comparam os povos Bantús aos Sudaneses, tem-se a impressão de que, através de toda a cultura e sanguinária barbárie dos últimos, povos há no Sudão que atingiram a uma fase de organização, grandeza e cultura que nem foi excedida, nem talvez atingida pelos Bantús⁵⁰².

A ciência, portanto, poderia encontrar a diferença entre os negros introduzidos no Brasil e desfazer o “equivoco” sobre a homogeneidade banto. Embora não tivesse um projeto claro para o futuro da nação, distinguindo-se dos projetos eugênicos da primeira metade do século XX, o médico apresentava o conhecimento científico como a primeira medida a orientar, no presente, a ação futura, levando a racionalização da administração pública, da legislação e dos serviços públicos de assistência. O uso racional da ciência, baseada no método experimental, e do Estado acabaria por reconciliar o tempo e manter alguma possibilidade de realização do progresso no horizonte das expectativas futuras para o Brasil.

Nesse sentido o diálogo com Sylvio Romero torna-se operacional, pois este qualificou como vergonhoso o desprezo da ciência do Brasil em relação estudos sobre

⁵⁰² NINA RODRIGUES, Raymundo. Op.cit.1935. p.399-401.

as línguas e as religiões africanas, como fizeram os portugueses na Índia, onde permaneceram por dois séculos e nada descobriram sobre o sânscrito e os livros bramânicos. Dizia Romero que os brasileiros deixariam morrer os negros da Costa com seus dialetos, entregando-lhes como tema de estudo para estrangeiros. Categórico afirmava: “o negro não é só uma machina econômica; elle é antes de tudo, e mau grado a sua ignorância, um objecto de sciencia”.

Quando escreveu estas linhas, a Lei Eusébio de Queiroz havia sido aprovada há cerca de trinta anos, crescia o tráfico interprovincial⁵⁰³ e o contingente de africanos envelhecia. Em face disso, convocava os especialistas a apressarem-se diante da morte do “manancial para o estudo do pensamento primitivo” que se esvaía com o corpo dos “pobres moçambiques, benguelas, monjolos, congos, cabindas, caçangas...”⁵⁰⁴. A metáfora da viagem ao “primitivo” nas senzalas e nas selvas ocupa posição central na convocação de Romero que, não por acaso, compara-a à atividade dos ingleses na Ásia e na África refugiados no estudo dos mitos e da língua dos “povos sem história”. No corpo do texto, Nina Rodrigues inseriu na íntegra esta referência, posteriormente destacada em forma de preâmbulo ao livro póstumo, pretendia demonstrar ter escutado o alerta de Romero, confirmada, segundo ele, em sua experiência como professor de Medicina Legal. Diferente da viagem dos europeus, o deslocamento do cientista brasileiro seria, então, operado em casa, no desconhecido mundo dos africanos que desapareciam.

A Bahia foi identificada como único espaço onde tal estudo poderia ser plenamente realizado e a História com suas fontes tornam-se úteis, na medida em que serviriam para localizar os processos constituintes da entrada dos africanos no Brasil enquanto escravo. Para Nina Rodrigues a construção de um estudo cientificamente

⁵⁰³ A Lei de 1850 será decisiva para o fim do tráfico, embora não tenha impedido de imediato a atividade clandestina de traficantes enriquecidos e nem tão pouco fosse a primeira Lei editada com este objetivo. Pressionada pela Inglaterra, a Regência decretou a Lei de 7 de novembro de 1831, pela qual consideravam-se livres todos os indivíduos que desembarcassem no Brasil a partir daquela data. Colocados na ilegalidade, os traficantes receberiam sanções baseadas no artigo 179 do Código Criminal do Império, que dispunha sobre a penalização para a redução de pessoas livres as condições de escravidão, além de multa de 200 mil-réis por escravo importado e o ônus do reenvio dos africanos traficados ilegalmente. Tais medidas foram ineficazes para coibir o tráfico transoceânico de cativos para o Brasil, que se intensificou até 1850, ano da aprovação da Lei Eusébio de Queirós. A pressão internacional e o apoio de grupos agrários endividados pela compra de escravos dariam efetividade a esta Lei. Embora permanecessem com certa leniência das autoridades imperiais, os desembarques clandestinos de africanos passaram a ocorrer em escala menor. PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 152; COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1998, p. 76-92.

⁵⁰⁴ ROMERO, Sylvio. *Apud* NINA RODRIGUES, *Op. Cit.*, p. 11-12.

denso sobre os negros e sua influência na gênese do povo brasileiro, era imperativo atingir e conhecer com precisão as origens dos africanos que chegavam aos portos da colônia desde os primeiros anos da conquista portuguesa. Assim, caberia ao cientista se lançar em direção a um começo, ainda nebuloso e inexplorado pela escrita da história.

Mas, para este trabalho acreditava ser necessário corrigir os “erros” divulgados pelos historiadores, refutar suas reticências e identificar suas ausências. Empenhado nesta tarefa, lançou-se à disputa pela história dos africanos e do tráfico, combatendo o que considerou como o “grande erro” presente em estudiosos como Sylvio Romero, João Ribeiro e o Dr. Sá de Oliveira, propagado, desde os anos de 1820, pelos naturalistas bávaros Carl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix em seus relatos registrados na obra *Reinse in Brasilien* (Viagem pelo Brasil)⁵⁰⁵: a premissa da exclusividade banto no tráfico de escravos africanos para o Brasil. Isto é, estes autores pressupunham que a procedência dos negros brasileiros se circunscrevia à África Meridional e as Ilhas do Golfo da Guiné, desconsiderando o contingente de sudaneses a desembarcar nos portos brasileiros.

Mesmo viajando para a Bahia durante a expedição ao Brasil, realizada entre 1817 e 1821, Spix e Martius não identificaram a presença dos sudaneses e atribuíram aos bantos “Auzazes” e “Schéchés” os levantes que ocorreram no início do século XIX nesta província. Eis que Nina Rodrigues situa estes conflitos como manifestação dos Haussás, Nagôs e outros sudaneses. A hierarquia entre povos orienta a interpretação do professor com o objetivo, não apenas de comprovar a existência dos sudaneses e camitas no Brasil, mas, a qualidade superior destes em relação aos africanos de origem banto.

Contraopondo-se a Spix e Martius, lançara-se à leitura da segunda edição do livro *História Geral do Brazil* de Vanrhagen, “muito argumentada e melhorada pelo autor”, que, entre os acréscimos à edição de 1850, trazia informações sobre a origem dos africanos introduzidos na América portuguesa. Com base nas descrições do Padre Alonso de Sandoval, publicada em 1687, acerca dos africanos importados para

⁵⁰⁵ Spix e Martius integraram a comitiva da Arquiduquesa da Áustria, D. Leopoldina, esposa de D. Pedro I. Seguiram nesta expedição autorizada por Francisco I, Rei da Áustria, outros naturalistas, como Rochus Sehüch, Johann Nafterer, Johann Emanuel Pohl, Giusepe Radi e Johann Christian Mika, além dos pintores Thomas Ender, Johann Buchberger e Franz Joseph Frübeck, o preparador Ferdinand Dominik Schor e o jardineiro Heinrich Wilhelm Schott. Cf. LISBOA, Karen Mcknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na “Viagem pelo Brasil” (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1997, p. 21.

Cartagena de Índias, e dos desenhos presentes no relato de viagem do Capitão Wilkes, de 1845, Varnhagen afirmava serem os escravos introduzidos no Brasil oriundos de quase toda a África – da Guiné, do Congo, de Moçambique e da Costa da Mina. Estes últimos concentrados na Bahia “aprendiam menos o portuguez, entendendo-se uns com os outros em nagô”⁵⁰⁶. Diante dessa consideração geral, o autor não buscava, naquele momento, aprofundar as descrições sobre tais populações em face dos estudos até ali realizados e fazia “votos” para que, no futuro, “as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer”:

Não é nosso intento entrar aqui em explicações anatômicas sobre a apparencia physica dos povos d’África; nem nos interessa agora indagar como a pelle parece preta, como o cabelo se apresenta em fôrma de carapinha (o que aliás não é symptoma infallivel das raças pretas), nem qual seja a theoria dos ângulos faciaes, tudo o quê deve ainda ser submettido a novas observações para dar resultados seguros e simples, capazes de serem aproveitados em uma historia civil. Tão pouco temos por essencial dar um extenso catalogo das differentes nações de raça preta, que os novos colonos preferiram nesta ou naquella época, e para esta ou aquella provincia⁵⁰⁷.

Varnhagen indicava a insuficiência de estudos justamente onde Nina Rodrigues encontraria um filão: a análise anatômica. Mais que isso, o diálogo com a literatura sobre os africanos evidenciava a ausência de conclusões densas que representavam o espaço de análise no qual o professor de Medicina Legal pretendia atuar. Se Varnhagen oferecia uma descrição breve e concluía que, no futuro, os descendentes de africanos presentes no Brasil desapareceriam, Nina Rodrigues encontraria um trabalho mais minucioso, porém, não menos insuficiente, em Elisée Reclus, especialmente em *Nouvelle Géographie Universelle: L’Afrique occidentale*, obra composta por dezenove volumes e escrita entre 1875 e 1892.

Reclus foi empregado no texto de Nina Rodrigues não somente como interlocutor no confronto com a historiografia para afirmar a procedência dos africanos, demarcada a partir de diversas regiões africanas, como também, ofereceu suporte a sua hipótese geral sobre a superioridade dos sudaneses ao propor que os povos Minas eram mais fortes e belos, possuíam qualidades morais mais elevadas, sublevavam-se, teriam contribuído com maior vigor para a mestiçagem no Brasil. O fato dos africanos de origem sudanesa que retornaram ao continente africano atuarem

⁵⁰⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brazil (Tomo II)**. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877, p. 220.

⁵⁰⁷ *Idem*.

no comércio, especialmente com a Bahia, na condição de intermediários e importadores, seria mais uma evidência da tese sobre suas qualidades superiores.

Apesar dos posicionamentos de Varnhagen e de Reclus serem colocados como contraponto aos relatos de Spix e Martius, Nina Rodrigues encontrava um espaço vazio onde poderia insinuar-se com a desejada “originalidade”: a discriminação das raças e povos africanos, dos seus feitos e características sociais com olhar horizontal, nos pontos tateáveis do passado (pela história recente do tráfico através da análise dos vestígios documentais escritos e dos “feitos dos Africanos na História pátria”) e do presente (a produzir uma viagem científica para onde encontravam-se os “últimos representantes” dos africanos introduzidos no Brasil⁵⁰⁸, leia-se dos africanos entendidos como primitivos superiores, cujas sobrevivências poderiam lançar, do seu ponto de vistas, luzes sobre o devir).

O ponto de vista do futuro orienta o retorno “a uma história que data de ontem” e o deslocamento do saber científico a transformar o Outro, em vias de desaparecimento. No corpo e nas práticas dos antigos africanos, a fonte documental precisava, assim, ser resgatada. Na construção de um fato científico que adota o negro como problema, Nina Rodrigues realizava a crítica documental e identificava a ausência de dados precisos sobre a origem dos povos escravizados nas estatísticas aduaneiras e a tentativa de apagamento da história pela queima dos papéis, livros de matrícula e documentos relativos a escravos no âmbito do Ministério da Fazenda em 1891 depois que entrou em vigor a Lei de 13 de maio de 1888⁵⁰⁹:

Destruíu-as a preocupação, tão sentimental quanto improfícua, da actual geração brasileira, de apagar da nossa história os vestígios da escravidão, fazendo consumir pelo fogo documentos em que continha aquela verdade histórica, a que mais de um respeito, nenhum povo se pode furtar, nem é lícito procurar iludir. Se o fogo a que se mandou entregar o archivo da escravidão não é capaz de cancelar a historia impressa desta instituição, mais impotente há de ser para esgotar o sangue africano que, nas veias do nosso povo (...). Certamente no decreto que a ordenou não havia não havia de estar essa intenção de uma piedosa, mas ingênua mentira histórica⁵¹⁰.

⁵⁰⁸ NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* 1935, p. 43.

⁵⁰⁹ Sobre a eliminação dos documentos sobre a escravidão presentes no Ministério da Fazenda de Ruy Barbosa, em livro de 1924, Evaristo de Moraes justificava a ação como orientada para evitar pedidos de indenização pela perda da propriedade adquirida, através dos comprovantes de natureza fiscal, por parte dos senhores que se sentiram prejudicados com o final do regime escravista.

⁵¹⁰ NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* 1935, p. 45.

Afirmava não ter a intenção de meter-se a “escavação dos arquivos”, pois na Alfândega da Bahia nada encontrara. Numa época em que os documentos oficiais eram fetiche para o historiador, Nina Rodrigues empenhava-se em justificar a sua escolha pelos materiais impressos a partir dos quais poderia ter acesso às fontes do Estado, tratados como resquícios de informações que não puderam ser apagadas. Na disputa pela história da escravidão lançou-se a atividade de coligir informações sobre o movimento do porto da Bahia presentes no jornal *Idade do Ouro* que comprovariam a intensa entrada de negros do norte da África na província entre 1812 e 1815. Operando uma crítica aos dados para demonstrar a sua hipótese, recortou este período de tempo em que aparecem o registro de 17.307 sudaneses e 3.645 bantos.

Era preciso ajustar os números e fazer as estatísticas atestarem a sua premissa fundamental, em confronto com a interpretação de Spix e Martius, Varnhagen e de seus leitores como João Ribeiro. Por isso, Nina Rodrigues atribuiu aos tratados assinados por pressão da Inglaterra que, a partir de 1816, colocaram na ilegalidade o comércio de escravos e o cerco dos britânicos na costa da Guiné, uma resposta para o desaparecimento dos sudaneses dos documentos oficiais. Conjecturou, então, que se o comércio de escravos a partir da região setentrional da África deixava de ser oficialmente registrada, não cessava de ocorrer clandestinamente. Nina Rodrigues recortou o tempo no amplo espectro de dados coligidos através do jornal entre os anos de 1812 e 1820, no qual o montante de escravos oriundos da África meridional (Congo, Zaire, Cabinda, Angola, Moçambique, Quilemani, Cabo Lopes, Malambo, Rio Ambris e Zanzibar) era calculado em 20.841 peças, enquanto, os provenientes do Castelo da Mina, Ajudá, Bissau, Oorin, Calabar e Camarões foram de 17.691.

O objetivo era claro. Não se tratava, apenas, de demonstrar a maioria numérica dos sudaneses na Bahia na colônia, mas, também, a extensão histórica dessa presença durante o período Imperial. Além dos registros do porto da Bahia, colocados em suspeição pela clandestinidade não documentável oficialmente, e da história do tráfico, iniciada com a ilegalidade do comércio de escravos, o combate à “mentira histórica” poderia se acercar de outros documentos. No Arquivo Público analisou os autos de apreensão de escravos fugidos, com o objetivo de comprovar a permanência do comércio clandestino. Os volumes do livro *Costa da Mina* ali depositado, composto por alvarás de concessão para navegar em resgate de escravos na África, datados de 1678 a 1787, atestavam a antiguidade do comércio de

escravos Minas para o Brasil. Na história encontrava a presença portuguesa na Costa do Ouro desde o final do século XV e a gradual extensão dos portos lusitanos ao logo do Golfo da Guiné, transportando povos de diferentes origens para a colônia na América.

Ao refutar o exclusivismo banto, podemos dizer que, grosso modo, Nina Rodrigues tornava significativa a divisão do mapa da África transportada nos navios negreiros para o Brasil em dois polos de colonização: um meridional, dos bantos, e outro, setentrional (centro-norte), dos sudaneses. Essa divisão implicou, também, na constituição de hierarquias temporais entre esses dois grupos. No combate ao que qualificava como “erros” cometidos por estudiosos contemporâneos, tais como Sylvio Romero e João Ribeiro, atribuiu o equívoco à autoridade exercida pelos escritos de Varnhagen e a generalização produzida por leituras de realidades locais baseadas, sobretudo, em dados do Rio de Janeiro e de Pernambuco, regiões onde entraram grandes contingentes de escravos bantos. Nina Rodrigues, sugeria, ainda, que a entrada de africanos do Norte não se limitava aos portos da Bahia. A carta de Henrique Dias de 1648, enviada de Pernambuco para os Holandeses referindo-se aos “bravos” Minas e os “fogosos” Ardas, e os escritos de Barlei sobre os negros da Serra Leoa e Guiné, representados como polidos, elegantes e belos, constituíam materiais apresentados por Nina Rodrigues como provas cabais de sua verdade.

Colocada sobre o signo da ameaça pelo “erro”, a História deveria ser resgatada, reparada e definitivamente reescrita. Nessa perspectiva, somente haveria espaço para a verdade revelada através dos documentos, da observação e da verificação dos fatos. A história aparece, assim, como imanente à própria história, dotada de verdade. No fetiche cientificista pela realidade, os fatos eram como eram e deveriam se impor. Uma oposição fundamental se insinua em todo o trabalho de Nina Rodrigues, a diferenciar ilusão, responsável pelo apagamento e manipulação da história, e verdade expressa pelos fatos históricos verificáveis e temporalmente situados a lançar luzes sobre um prognóstico futuro. Não haveria espaço para mais de uma versão, a verdade histórica era apenas uma e deveria se impor, assim, como a contingência do tempo natural, para lançar luzes de um prognóstico de futuro. Não seria outra a sua intenção no contraponto à definição presente em Oliveira Martins e Rocha Pita sobre a epopeica “República rústica” de Palmares, comparada aos povos antigos.

O “erro” denunciado por Nina Rodrigues sobre as conclusões desses estudiosos residiria no fato de que as populações da África não poderiam encontrar-se em paralelo com a Antiguidade. Constatava, então, que, sendo formado por africanos de origem banta, Palmares nada mais reproduziria do que as formas “selvagens” das regiões de origem. A troia negra: erros e lacunas na história de Palmares, este foi o título empregado por Nina Rodrigues para nomear o artigo publicado em 1905 no Diário da Bahia, integrado ao livro que estava em processo de impressão tipográfica no ano de 1906, em clara referência irônica a versão de Oliveira Martins que, em 1880, considerava ser Palmares uma Tróia de negros. Nas palavras do historiador português:

Estas modernas formas de um constante protesto contra a civilização não valem, porém, em nobreza, as antigas; mas de todos os exemplos históricos do protesto do escravo, Palmares é o mais bello, o mais heroico. É uma Troya negra, e a sua história uma Ilíada. (...). Como os romanos, raptaram as sabinas, índias e mestiças dos arredores. Principiaram por viver da razzia das plantações próximas, do saque dos fazendeiros. Assim viviam os romanos. Palmares era o azylo dos escravos fugitivo, como também fora Roma e os concelhos medievaes (...).

Caiu a república, destruída pelas armas portuguezas, mas caiu épicamente como uma Troya de negros voltados à vida barbara. Vencidos, mortos, esmagados pela força (...)

A Troya dos negros foi arrasada, mas a memória dos seus heroes ficou e ficará como um nobre protesto da liberdade humana contra a dura fatalidade da natureza, cujas ordens impozeram à exploração da América a condição do trabalho escravo⁵¹¹.

Datado do século XVII, Palmares foi situado por Oliveira Martins à distância temporal em um tempo antigo, através da comparação com a epopeia de Homero, a história romana e o medievo. O “selvagem”, em confronto com a civilização, participaria de outro tempo, estaria no passado, por isso comparável à lenda antiga e às histórias pretéritas. Enfim, na perspectiva do estudioso estes Outros não compartilhavam a ele a mesma temporalidade. Por isso, as suas vivencias eram apreendidas a partir de uma analogia com o passado mais familiar ao Ocidente. Assim, Martins lançou mão das referências, para ele familiares, sobre a história antiga através da Ilíada. Nina Rodrigues, também, situava Palmares à distância no tempo, mas a partir de uma temporalidade naturalizada que não poderia encontrar semelhanças com a história greco-romana. A sua crítica residia, portanto, na

⁵¹¹ MARTINS, Joaquin Pedro de Oliveira. **O Brazil e as colônias potuguezas**. 5, ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1920, p. 65-66.

associação entre a trajetória dos bantos rebelados e os começos da história ocidental. Descalabro para um poligenista que enxergava a diferença fundante entre os povos e encontraria na própria natureza dos negros agrupados no quilombo e embrenhados nos matos o indicativo de que estes não estariam em luta por ideais de liberdade, mas, em busca de sobrevivência. Particularizados por sua origem, os bantos reproduziram as mesmas estruturas vividas no seu continente de origem, em retorno “a barbaria africana”, oposta à noção de república, à civilização e sem epopeias, comparável, enfim, ao Haiti. Uma ameaça ao futuro repelida pela ação dos portugueses:

A todos os respeitos menos discutível é o serviço relevante prestado pelas armas portuguesas e coloniaes, destruindo de uma vez a maior das ameaças à civilização do futuro povo brasileiro, nesse novo Haiti, refractário ao progresso e inacessível à civilização, que Palmares victorioso teria plantado no coração do Brasil. E esse sucesso não foi produto de uma acção fácil e sem perigo. Custou ao contrário à tenacidade e previdência do governo colonial grandes sacrifícios de homens e de dinheiro⁵¹².

Não deixa de ser curiosa a comparação entre este elogio de Nina Rodrigues em relação à destruição de Palmares, entendido como um serviço ao futuro da nação, e a sua condenação a ação violenta da polícia no combate aos candomblés na Bahia, apoiada pela imprensa baiana “que neles vê um motivo de gracejo inofensivo”. Por que Nina Rodrigues entendera Palmares como inimigo a ser vencido e os cultos gêge-nagôs como vítimas da brutal e abusiva violação dos agentes do Estado, empenhados em prender líderes de terreiro e destruir ídolos e imagens? Essa distinção é indicativa de uma representação temporal baseada em assimetrias, dividindo, em termos de espaço, o tempo no interior do continente africano.

Nesse esquema de hierarquias, Palmares representava o perigo banto refratário à civilização, uma subversão ao constructo do estado moderno, enquanto os candomblés originavam-se de cultos africanos que estariam na passagem do fetichismo ao politeísmo e viviam, segundo Nina Rodrigues, um estágio mais elevado na escala evolutiva, régua que mede o tempo em termos geográficos. A destruição dos candomblés seria, então, um erro de procedimento e de teologia, pois “a estratificação das sobrevivências morais africanas aqui [na Bahia] se descobre de um modo positivo e em estado de admirável pureza”.

⁵¹² NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* 1935, p.124.

O médico não deixaria de diagnosticar como patologia mental os atos envolvendo as violações aos terreiros e aos praticantes dos cultos aos orixás. A ação policial seria, então, atentado à “pureza” de tais cultos e resultaria de “um estado rudimentar do senso jurídico, tomado diretamente às raças inferiores que colonizaram o Brasil e cujo sangue corre ainda quente e abundante nas veias de muitos dos executores de tais violências”. Curiosamente, o desrespeito aos terreiros partia, a seu ver, da permanência atávica da “prepotência cega, apaixonada e violenta dos pequenos potentados e régulos africanos”. Encontrava no diagnóstico destas permanências psíquicas o desrespeito à Constituição Republicana de 1891, cujo garantia a liberdade de culto. Esta situação levaria:

(...) ao escarneo público de uma procissão carnavalesca, mais deprimente dos nossos fóros de povo civilizado do que as práticas religiosas dos pobres negros, apenas demonstra que ellas não fazem mais do que copiar o modo de proceder dos régulos e chefes africanos. Seria fácil confrontar a processualística bahiana com a da África selvagem, para mostrar que a nossa polícia obedece inconscientemente a uma impulsão atávica. Mas, em rigor a atividade é ociosa⁵¹³.

O combate à Palmares seria, portanto, de outra natureza, opunha o estado moderno a uma rebelião promovida por povos da “África selvagem”, já a ação policial contra os candomblés aparece como a expressão do atavismo pela mestiçagem, que trazia à tona características vistas como “primitivas”, ao mesmo tempo em que visavam destruir expressões consideradas, pelo crivo do cientista, como portadoras de algum grau de evolução. O ponto de vista do futuro orienta a exultação de Nina Rodrigues diante da destruição de um agrupamento que comprovava como banto, escravista, violento e selvagem. Assim, Palmares transformava-se em uma ameaça abortada, um inimigo da civilização e do futuro eliminado. Interpretação que ganha sentido na tensão do enigma do futuro, na constatação da força de um tempo naturalizado. Palmares seria, então, um resto da “África selvagem” no Brasil, carregando as marcas indeléveis das suas origens inferiores.

A viagem transatlântica não seria, então, suficiente para marcar uma ruptura de identidade, entendida como essência, mobilizada pelas mudanças lentas da natureza física e psicológica. Nina Rodrigues tateava, assim, numa dupla dimensão do tempo: a da história e a das sobrevivências. Utilizava-se do método histórico no

⁵¹³ *Idem*, p.367.

tratamento dos contextos e fatos decorrentes do contato da África, não apenas com o mundo cristão, mas, com o islâmico, e da etnologia para responder as condições de retorno a um sentimento primitivo. Compreendia, em suma, que os africanos levavam, para o além-mar, a África dentro de si. Apenas na segunda geração e no curso da mestiçagem, o continente africano distanciava-se gradualmente, sem desaparecer por completo, permanecia sub-reptício, imiscuído nas sobrevivências biológica e psicológica.

No estudo sobre os levantes haussá, nagô e malês, no Brasil essa conclusão parece clara. Ora, para ele, a compreensão histórica sobre tais conflitos deveria remontar as “transformações étnicas e político-sociais” ocorridas no continente africano no início do século XIX e o traslado de “fragmentos de nações negras” que tentariam “reproduzir” suas vivências no Brasil. As revoltas dos negros foram analisadas sobre o signo das sobrevivências e não explicadas como “explosões acidentais do desespero de escravizados contra a opressão cruel e tirânica de senhores desumanos”. Elas têm, portanto, significado na “sucessão histórica”, pois “filiam todas às transformações políticas operadas pelo Islamismo no Haussá e no lorubá sob a direção dos Fulos ou Fulahs”. A duração da lenta propagação do islamismo em terra dos hauçás dataria do século XIV, porém, apenas no início do século XIX começara uma guerra santa que pretendia converter infiéis e fundar um império.

A tendência de desaparecimento do islamismo verificada entre negros crioulos brasileiros constituía, na visão de Nina Rodrigues, uma evidência da resistência da herança anterior à islamização. Nina Rodrigues apontava como causas para a extinção paulatina dos cultos muçulmanos no Brasil “a proteção isoladora das línguas africanas, em geral sempre desconhecidas da população crioula”. No silêncio, ou restrita aos seus círculos, a religião deixava de ser propagada pela linguagem como estratégia de proteção em face da violência da sociedade escravocrata. Os africanos islamitas encontrariam refúgio espiritual nos segredos da língua.

Por outro lado, acreditava que os africanos preferiram aderir ao cristianismo pela proximidade entre os orixás nagôs e os santos católicos. Essa seria uma indicação da derrota da catequese frente a imposição da herança fetichista, o que Nina Rodrigues chamaria de as ilusões da catequese no Brasil. Mas, essa não se constituiria em resistência heroica, ou fruto de uma ação consciente em busca de

afirmação, mas na imposição do tempo do retorno ao ponto de partida, artificial e provisoriamente alterado pelo contato.

Assim, tal qual o cristianismo, o islã era visto como um credo superior imposto aos negros, portadores de capacidade religiosa classificada como inferior. A compreensão do tempo naturalizado impõe uma interpretação sobre o refluxo a uma condição temporal própria, localizada à distância. Sendo assim, as religiões monoteístas, “apesar das transações feitas com o fetichismo, só se podem manter com o recurso de circunstâncias todas exteriores, especialmente mediante uma propaganda continua”, não poderiam ser, de fato, interiorizadas. Sem o trabalho artificial de pregação, os crioulos voltariam a sua natureza, embarcariam de volta ao fetiche africano. Esse tempo em retorno, faz com que os últimos africanos se transformem em objeto privilegiado do olhar científico, isto é, criam a condição para uma viagem científica com destino à África, sem sair do Brasil. O deslocamento da Faculdade de Medicina para os candomblés do Gantois ou Engenho Velho constituiria, então, uma verdadeira viagem à África, ao outro misterioso, temporalmente distante, destituído de contemporaneidade.

4.3 Desterrados e sobreviventes: sobre a duração lenta e a ausência de coetaneidade do Outro

“Primitivo”, “selvagem”, “barbárie”, “sobrevivências” são categorias que remetem, grosso modo, a uma maneira etnocêntrica de enxergar a realidade, mas, sobretudo, informa uma relação com o tempo, ao estabelecer hierarquias de durações. A sequência dos fatos históricos segue numa velocidade acelerada em relação ao tempo das sobrevivências morais, psicológicas, linguísticas, religiosas, artísticas. Avesso à civilização ou distinto dela, o chamado “primitivo” carregaria uma tendência intrínseca à perenização de suas heranças. Diante da permanência, o tráfico negreiro e a escravidão seriam incapazes de apagar as marcas de uma origem, a viagem forçada para o novo espaço não implicaria numa viagem produzida no tempo interior.

Tirando o peso da determinação exercida pelo novo espaço, Nina Rodrigues assevera que os africanos não teriam se nacionalizado. Apenas na geração

de negros nascidos no Brasil, os crioulos identificavam este país como sua pátria. O africano aparece, assim, como aquele que não mudara frente à submissão ao cativo e deseja a volta. Por manter a África dentro de si, preservariam a língua e as tradições na esperança do retorno. As essências intocadas e sub-reptícias, quase estáticas, permitiam a viagem do cientista ao outro, formulada às pressas em face do desaparecimento físico dos africanos no Brasil. Identificar as particularidades dos povos africanos permitiria entender os caminhos da mestiçagem em face das sobrevivências. A esfinge do futuro poderia, enfim, revelar parte de seu segredo.

Tal viagem teria como instrumentos de análise a filologia e, sobretudo, a etnologia. No primeiro campo Nina Rodrigues admitia não dispor de conhecimentos linguísticos suficientes para uma análise aprofundada das línguas africanas, e lançou-se a coligir documentos para mapeá-las e lançar luz acerca de sua influência sobre a língua portuguesa. Assim, destacou as variedades de línguas faladas originalmente pelos africanos que desembarcavam nos portos brasileiros. Multiplicidade que conduziu os escravos a adotar uma língua africana como geral a fim de se comunicarem entre si, enquanto, o português tornava-se o idioma precariamente aprendido, corrompido e direcionado ao diálogo com senhores, mestiços e negros crioulos.

Apesar de considerar o fim do tráfico como fator a dificultar os estudos acerca de tais línguas seriam dificultados, Nina Rodrigues atribuiu a carência de informações sobre a influência linguística dos negros no Brasil a ausência de interesse pelo estudo sistemático e classificatório do “conjunto das línguas africanas introduzidas no país, com a origem dos vícios do nosso falar, a determinação da influência por elas exercida como fator de corrupção sobre o português da antiga metrópole”⁵¹⁴. Eis que, mais uma vez, Nina Rodrigues segue a apontar como “erro” a ser reparado a conclusão sobre a influência decisiva do banto e nas expressões linguísticas do brasileiro. Mais uma vez, ele combate, de um lado, a ausência e, de outro, a presença banta, especialmente nos estudos de João Ribeiro.

A ampliação do espectro das línguas estudadas, de modo a lançar-se ao passado em busca das línguas africanas faladas no Brasil, articulando esta informação geral aos estudos contemporâneos sobre elas realizados na África para, enfim, analisar a influência exercida por estas sobre o português falado no país. O

⁵¹⁴ NINA RODRIGUES, Raymundo. *Op. cit.* 1935, p.192.

tempo das sobrevivências demarcaria, também, uma relação com a língua e, por isso, interessava desenvolver um trabalho de caráter apenas descritivo pois, na falta de uma classificação sistemática destas línguas, poderia ser estabelecido por dados sobre a distribuição geográfica das línguas.

Com o objetivo classificatório, Nina Rodrigues buscava conhecimento sobre as línguas que tiveram lugar no Brasil a partir da distribuição geográfica proposta Lepsius, cotejando informações de outros estudiosos das línguas africanas, como Hovelacque. Sendo assim, estabeleceu o seguinte quadro classificatório: línguas do Norte (camitas); línguas do centro (sudanesas), compreendendo doze grupos, entre eles o haussá e egbê, este último inclui o nagô, e, por fim, as línguas do Sul (bantos). Além de uma localização externa, apresentou uma análise interna das línguas faladas no Brasil, a tratar das sílabas, verbos, substantivos, adjetivos e sistema de numeração, além de apresentar um vocabulário de cinco línguas africanas.

Nina Rodrigues defendia a pertinência dos seus estudos no reconhecimento da temida imprecisão dos resultados obtidos pelo intento de entender, de forma exata, a psicologia social dos africanos. Encontraria a saída para espantar o fantasma das suas limitações filológicas ao considerar a importância da associação entre o conhecimento amplo da língua, da arte, do folclore e das práticas religiosas. Para ele, estes elementos poderiam oferecer respostas sobre o problema amplo da extensão da influência africana na formação da população brasileira. Isto é, desde que cada uma dessas expressões de cultura demonstrasse a sobrevivência moral renitente no tempo próprio das heranças, deveriam ser compreendidas pelo estudioso. Nesse processo, o desvendar das maneiras de ser do Outro – ou sua “situação mental” para utilizar os termos próprios de Nina Rodrigues – a língua ocupa um espaço primordial enquanto instrumento de expressão. Seria, enfim, a “trama com que se tecem ou bordam as duas revelações primordiais, o mito e os costumes”. Revelação, também captada pelas “múltiplas e variadas manifestações do sentimento religioso” e da arte.

Para acessar as maneiras como se expressavam tais condições mentais, apenas o recurso da filologia seria insuficiente em face dos mecanismos oferecidos pelo método etnológico, especialmente para o estudo dos mitos, uma vez que permitiria a comparação entre povos que compartilhassem de uma temporalidade semelhante. O caso concreto apresentado por Nina Rodrigues para tratar desta questão foi o problema da origem indígena ou africana do conto da tartaruga.

Certamente, Nina Rodrigues mostrará maior inclinação pela segunda opção, refutando as possibilidades de que parte dos escravos em retorno à África teriam levado contos aprendidos no contato com os indígenas, com os quais manteriam relações antigas, segundo Couto de Magalhães.

A parte desta polêmica, presumira que o negro, independente do índio, difundiu tais contos no Brasil. Mesmo resolvido para este caso concreto, o problema da aparição independente dos mitos colocava em suspensão a hierarquia do tempo, da qual Nina Rodrigues estava rigorosamente convencido. Sendo assim, era preciso ressaltar que os “primitivos”, isto é, aqueles que permaneciam no passado ou em processo de retorno, não poderiam ser comparados às sociedades complexas, cujo movimento lançava-se ao futuro. Por isso, com base em Lang, adotou uma posição cambiante sobre a existência e difusão de histórias análogas em diferentes lugares do mundo não irradiadas de um ponto, pois:

Quando se trata de histórias complexas e situações baralhadas, tem sido impossível até hoje decidir se ellas se desenvolveram espontaneamente, se procederam de um centro comum, ou se passaram de raça em raça e assim se estenderam por todo o mundo⁵¹⁵.

A impossibilidade de determinar o surgimento de certas manifestações não representaria perigo ao saber etnológico sobre os povos e, para Nina Rodrigues, substituíria com vantagens o método linguístico. A duração das estruturas mentais coletivas, marcada por ritmos não apreendidos na diacronia, é o ponto subjacente à sua interpretação do tempo e o recurso à etnologia. A categoria de sobrevivência torna-se fundamental por enunciar as permanências em face do contato entre diferentes culturas. Nina Rodrigues deixava clara a diferença entre os conceitos de sobrevivência e atavismo em resposta à crítica recebida do psiquiatra russo Dr. Jacoby que acusava Nina Rodrigues de se contradizer ao associar atavismo e sobrevivência em *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos* (1900). Dizia Nina Rodrigues, que a crítica ao seu trabalho se confundia por unificar dois fenômenos psíquicos distintos, desconsiderando a fronteira a separar natureza e sociedade. Segundo ele, o atavismo pode ser entendido como “phenomeno mais organico, do domínio da acumulação hereditária, pressupondo uma descontinuidade na transmissão, pela herança, de certas qualidades dos antepassados, saltando uma ou

⁵¹⁵ *Idem*, p.294.

algumas gerações”. Nos estudos sobre criminalidade, por exemplo, a reversão atávica seria, então, uma degeneração de ordem psíquica, ou anormalidade orgânica, expressando a incompatibilidade corporizada em relação às condições sociais de existência. Isto é, tratava-se da “inadaptação do indivíduo à ordem social adotada pela geração a que elle pertence⁵¹⁶”.

Por outro lado, a sobrevivência constituiria, para Nina Rodrigues, um fenômeno do contato, das relações de “coexistência, numa mesma sociedade de povos ou raças em phases diversas de evolução moral”, pertence ao domínio do social e caracteriza-se por uma relação temporal de continuidade e permanência, exercida sem saltar gerações, são “resquícios de qualidades moraes que se acham ou se devem suppor em via de extinção gradual”, porém, permanecem no tempo “ao lado, ou associados aos novos hábitos, às novas aquisições moraes ou intellectuaes”⁵¹⁷. A sobrevivência seria, em última análise, a expressão daquilo que deveria tornar-se ausência, mas resistiu como resíduo do tempo e da sociedade a desafiar, pelas permanências, a História. O discurso que separa o biológico do cultural não muda a relação com o tempo, marcada pela lógica do retorno através das heranças físicas e das sobrevivências morais.

As sobrevivências instituem a percepção da permanência não diacrônica dos costumes, a persistência latente do passado, a desafiar os cortes cronológicos, a caminhar na contramão do tempo da civilização. O encontro entre distintos povos ou raças no tempo foi representado, basicamente, enquanto fissura entre as sobrevivências, sempre como um retorno pálido ao primitivo, e o desejo pelo futuro. O Brasil e sua composição mestiça expressaria, de forma radical, tais fissuras na ordem do tempo, confusa entre as sobrevivências do Outro e a vontade do progresso. Para termos uma ideia de como Nina Rodrigues articulava tal arranjo temporal, pressionado pelas sobrevivências, observemos sua conclusão acerca da influência do conceito de justiça das sociedades africanas na determinação dos crimes praticados pelos negros brasileiros. Observava ele que a forma assumida pela criminalidade teria origem estágio de evolução jurídica e/ou nas práticas religiosas dos povos africanos. Em diálogo com Letourneau e Binger, inferiu que, a considerar o uso comum da Lei de talião na África, não seria estranho encontrar a sua permanência como explicação para “um grande número de crimes da nossa população negra e mestiça”.

⁵¹⁶ *Idem.* p. 405-6.

⁵¹⁷ *Idem.*

As práticas religiosas africanas, transmitidas entre gerações, apresentariam maior resistência, no tempo lento das sobrevivências, com a predominância dos cultos gêge-nagôs. Com Ellis, autor incorporado por Nina Rodrigues nos seus últimos escritos, voltava-se a África para representar a superioridade do culto gêge-iorubano na organização do sacerdócio e no avanço gradual dessas culturas ao politeísmo, a generalização do culto a partir da dualidade de Olorum. A noção de haver um tempo repartido entre inferiores e superiores com base nas práticas religiosas seguia a mesma classificação feita em 1760 por Charles de Brosses, separando numa linha evolutiva o fetichismo, politeísmo e monoteísmo⁵¹⁸. A partir dessa comparação hierárquica, Nina Rodrigues representava os diferentes povos negros e identificava a primazia da cultura sudanesa na África através da difusão da língua nagô para outras regiões. Postulava, então, a diferença em termos temporais, na representação do desnível entre de evolução dos grupos que encontraram-se na América através comércio de escravos.

Para o Brasil, o desatar da esfinge do futuro com base na análise científica faria Nina Rodrigues separar heurísticamente, em 1905, as camadas espirituais fundidas pela mestiçagem. Descrevera, então, o Brasil como palco de um “espetáculo vivo” para a análise da relação entre diferentes níveis mentais do sentimento religioso. Com base nas classificações de Tylor, Nina Rodrigues dividiu as religiões em escalas hierárquicas, nas quais o monoteísmo católico ocupava a região mais elevada da evolução, embora não conseguisse ser interiorizado por parte significativa da população brasileira; no plano intermediário figuraria a idolatria dos santos católicos (Branços, Mestiços e “Negros inteligentes e cultos”); associação entre orixás e santos (negros crioulos) e, na parte inferior da escala, o “fetichismo estreito e inconvertido dos africanos das tribos mais atrasadas, dos Índios, dos Negros creoulos e dos Mestiços do mesmo nível intelectual”⁵¹⁹.

Esforçou-se por demonstrar a persistência das práticas religiosas africanas na Bahia nos termos do encontro entre diferentes tempos. O catolicismo não sairia vencedor em seu projeto de catequese e as práticas religiosas dos irubanos se impunham, apresentadas como superiores, não apenas em relação ao sentimento religioso banto, mas, também, aos cultos classificados como “supernaturalista” dos

⁵¹⁸ PIRES, Rogério Brittes Wanderley. **O conceito antropológico de fetiche: objetos africanos, olhares europeus.** (Dissertação) Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2009, p. 23.

⁵¹⁹ *Idem.* p. 321.

nativos. Enquanto os iorubanos formulavam a dualidade entre Obatalá, o deus-céu antropomórfico, e Odudua, a terra, os índios descritos por Couto de Magalhães e José Veríssimo adorariam a natureza, ocupando, portanto, o lugar temporal mais afastado numa escala na qual o monoteísmo figura como superior do sentimento religioso. E asseverava:

Para confundir, pois, Negros e Índios brasileiros na mesma inferioridade religiosa, como faz o Sr. Sylvio Romero, é preciso que se considerem todos os nossos Negros de procedência bantú, porquanto são estes dentre os Negros são de pobreza mytica reconhecida⁵²⁰.

Nessa representação temporal encerrada no esquema da diferenciação entre graus de evolução, Sylvio Romero perdera, na leitura de Nina Rodrigues, a régua do tempo, não porque deixasse de partir de igual premissa sobre hierarquias temporais, mas por considerar a unidade banto dos negros brasileiros, neste caso, sinônimo da máxima selvageria. Ora, Nina Rodrigues considerava que entre os cultos africanos transplantados para o Brasil, as práticas religiosas dos negros baianos foram vistas como evidência concreta de que os chamados nagôs se impuseram entre os grupos negros, disseminando e afirmando sua língua e as suas crenças. Associados aos cultos gêge carregariam a marca da resistência à “conversão catholica a chicote nas fazendas e plantações”⁵²¹.

O fetichismo sobreviveria, assim, nas exterioridades da conversão católica. Nina Rodrigues joga com as escalas temporais de forma a localizar as diferentes origens dos africanos trazidos para o Brasil e situá-las em relação as sobrevivências em termos psíquicos no pensamento religioso, na dança, no folclore, nas noções de crime e justiça, nos gestos, nas superstições e magias, na arte, nas práticas de cura, na disposição mental ao totemismo, na culinária e em outros usos e costumes, muitas vezes “disfarçados em nossa vida ordinária”. Portanto, ele lidava com uma dupla dimensão do tempo: a da história e a das permanências mentais, desafiando as diacronias e compreendidas por uma atitude entendida como rigorosamente científica que ao classificá-las, não cessava de inventá-las como diferença no tempo por meio de categorias classificatórias.

Em suma, a narrativa de Nina Rodrigues passava pela elaboração de um jogo de escalas temporais, de modo a espacializar o tempo através da busca pelas

⁵²⁰ *Idem.* p. 329.

⁵²¹ *Idem.* p. 363.

permanências na identificação dos lugares de origem dos africanos escravizados, discriminando as influências consideradas atrasadas e, portanto, fadadas ao retorno residual a um estado temporal originário. Mantendo a dicotomia civilizado/primitivo, criava outra dualidade no interior daqueles que foram representados temporalmente à distância enquanto inferiores, a separar os selvagens (índios e bantos) e os “primitivos” em estado de transição entre o fetichismo e o politeísmo (sudaneses). Conclusão que significaria, neste esquema de pensamento baseado nas assimetrias temporais, uma disposição psicológica mais elevada em relação aos outros elementos étnicos.

Assim, o jogo de escalas do tempo impõe a diferença através de uma geografia temporal, cujas categorias ganhavam foro de verdade evidente, na qual, a ciência é enunciada como instrumento de resgate racional da realidade. A diferença de estágios ou de grau de desenvolvimento, localizáveis em termos de regiões do globo, tornava-se ponto de partida para a análise do encontro entre povos e da formação do mestiço brasileiro, intercambiado por elementos originários, com base nos quais a ciência sonhava em identificar e classificar as sobrevivências, diluídas na psicologia coletiva. A constatação de que os povos negros constituíam um mistério em face do desinteresse dos cientistas pátrios e explicariam a formação futura da nação, pontos de defesa de Nina Rodrigues em relação ao seu trabalho de desvendar o que chamou de esfinge do porvir.

4.4 As sobrevivências e o inconsciente folclórico

Substituir o inventário das raças pelo das culturas, a teoria animista de Tylor pelo arcabouço conceitual de Lévi Bhrul sobre a psiquê primitiva, questionar a tese da degenerescência do mestiço e combater a teoria da inferioridade/superioridade antropológica das raças humanas, ou seja, passar de Cesare Lombroso à Franz Boas. Tal era o projeto assumido por Arthur Ramos, assombrado e deferente em relação ao que definia como legado de Nina Rodrigues, do qual aproximava-se e distanciava-se na construção da ideia de geração, como já vimos no segundo capítulo.

Admitir estas inflexões implicaria em uma relação com o tempo totalmente diferenciada daquela que orientara Nina Rodrigues? A partir desta questão geral,

pretendemos sugerir que, embora Arthur Ramos assumisse um corte paradigmático com as teorias do determinismo racial do século XIX e presente em estudiosos coetâneos como Oliveira Vianna, havia duas direções para onde segue a lógica das durações em Ramos: na primeira, não há inversões na ordem do tempo baseada na conclusão de que há um pensamento primitivo, localizado em um tempo anterior e distante. Por outro lado, a ideia de “aculturação” elaborou uma reconciliação com o tempo, ao suspendê-lo pelas sobrevivências e deslocar o foco do futuro para um passado sempre prestes a emergir como permanência.

Antes, porém, de nos determos no distanciamento temporal como fundamento de uma escrita sobre o “Outro”, neste caso o africano e seus mestiços, preconizada a partir da ideia de cultura, voltaremos à análise sobre a elaboração da ideia de que houve um corte paradigmático. Questão importante para entendermos como, sob o agenciamento dos pares opostos velho/novo da ciência, foi possível inverter um discurso sem arranhar um constructo sobre o tempo baseado na não coetaneidade do Outro, ainda que os jogos com as durações mudassem, apenas, conceitualmente. Isso não nos remete a um legado mais a constatação de que Nina Rodrigues e Arthur Ramos compartilhavam de uma mesma ordem do tempo. Começamos, pois, a tratar dos combates assumidos por Arthur Ramos em face de algo que lhe parecia anacrônico para os anos de 1930 por estar fora do verdadeiro da ciência no qual operava: a linguagem racial.

Em primeiro lugar, deve-se considerar o seu empenho, quase dramático, em destronar a teoria da degradação das raças através das misturas, resultante do “pessimismo” e o seu deslocamento para um relativo “otimismo” sobre a mestiçagem. Pessimismo e otimismo são termos que encetam, no interior da mesma ordem do tempo, uma expectativa de futuro em contraste, com prognósticos diferentes. Passar de um ao outro implica em realinhar as outras dimensões temporais, sem abandonar o vetor comum. Em vez do ponto de partida raciológico, partiu-se para o topos da cultura no entendimento das relações étnicas, de modo a transformar a mestiçagem em signo positivo e singular. Este seria, de acordo com Lurdes Martínez-Echazábal, o tema a conferir um estilo e uma estética à literatura latino-americana dos anos de

1920 e 1930, através da proliferação de produções artísticas e científicas baseadas na premissa da “mestiçagem positiva”⁵²².

Nesse esquema estilístico, emergem a antropofagia proposta no movimento modernista de 1922; a teoria de José Vasconcelos que, em 1925, propunha a existência de uma “raça cósmica” e “sintética”, a análise histórico-sociológica de Gilberto Freyre (1933) a postular o brasileiro como homem novo, formado de “fusões” constituídas historicamente no cotidiano; a poesia de Nicolás Guillén (1931), transformando em verso a mestiçagem e seus versos em “mulatos”, o “color cubano” como dizia, seria a metáfora ao espírito misturado da ilha, para ele uma “tierra mulata / de africano y español / Santa Barbara de un lado, / del otro Changó”⁵²³. Quanto a categoria de aculturação em Fernando Ortiz, também cubano, e em Arthur Ramos fundamenta-se, igualmente, na noção de uma fusão positiva e não conflituosa para postular a cultura latino-americana enquanto um “cadinho de raças” e destituir antagonismos que colocam em pares opostos, ou em regime de dualidade, a região e a nação, o branco e os demais, a colônia e a metrópole, a cidade e o campo, o litoral e o sertão, a civilização e a barbárie. A mestiçagem confere estilo à escrita latino-americana, sem abandonar o pressuposto da “raça biológica” como mote para a explicação das relações étnicas, mesmo quando mostrava-se crítica em relação a tal ideia⁵²⁴. Nesse espectro de análise, nos parece bastante didática e precisa a seguinte frase de Guilherme Gutman: “se Ramos procura expulsar a noção de ‘raça’ pela porta da frente, ela retorna pela porta dos fundos”⁵²⁵.

A passagem do topos da cultura para o da raça e a permanência subjacente desta última nos trabalhos de Artur Ramos não constitui a questão para o escopo deste trabalho. O que pretendemos é entender, como falando em cultura, Arthur Ramos operou seus estudos sobre uma ordem temporal baseados em assimetrias. Quanto ao futuro, tornava-se mais cômodo suspendê-lo, pois difícil seria prevê-lo em termos de biológicos, pois postular o “branqueamento” ou a “negralização” do

⁵²² Ver MARTINEZ-ECHAZÁBEL, Maria de Lourdes. O culturalismo nos anos 30 no Brasil e na América latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.) **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

⁵²³ GUILLÉN, Nicolás. **Sógoro, Cosongo**. Quito/Equador: Agencia Literária Latinoamericana, 1997, p. 43.

⁵²⁴ Ver MARTINEZ-ECHAZÁBEL, Maria de Lourdes. *Idem*; CORREA, Mariza. *Op. Cit.* 1998, SANTOS, Ricardo Ventura. *Op. cit.*, 2010, p. 102.

⁵²⁵ GUTMANN, Guilherme. Raça e psicanálise no Brasil. O ponto de origem: Arthur Ramos. **Rev. Latinoamericana Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 10, n. 4, p.722, dez. 2007.

futuro seria um ato “preconceituoso”⁵²⁶. Então, ele se volta para o tempo das sobrevivências, relacionando os antecedentes e a sua transformação não conflituosa no curso do contato.

A tentativa de postular um corte paradigmático através da expulsão relativa da “raça” e da noção de inferioridade biológica, funcionou como uma narrativa temporal sobre os estudos étnicos nos anos de 1930, objetivando inventar a própria geração. Embora, do ponto de vista da ordem do tempo, não cessou de produzir readequações, novas formas de dizer a mesma coisa, ou de atualizar uma mesma premissa geral: a certeza de que, na textura do tempo, há povos primitivos, localizados em uma anterioridade temporal, de tal modo que entre os africanos era possível distinguir a rusticidade ou complexidade de seus rituais, a contrastar sudaneses e bantos.

É, portanto, necessário desconfiar dos cortes presentes nos termos da diferença ou de legado assumidos pelos próprios autores em relação ao passado quando historiam o seu trabalho e atribuem a pecha de anacrônicas a algumas ideias que estariam fora do tempo, no passado⁵²⁷. Partindo dessa premissa, analisaremos, para os propósitos desse trabalho, as conexões entre Nina Rodrigues e Arthur Ramos em relação à ordem do tempo, não para encenar a epifania da herança, ou as viagens do filho pródigo ao pai, ou, ainda, o empenho abnegado do “mais humilde dos discípulos”⁵²⁸, mas para problematizar uma dada maneira de ver o Outro a partir do tempo, como portador de sobrevivências primitivas disseminadas com a mestiçagem. Pretendemos inferir, por fim, que, mesmo simulando a inexistência de assimetrias do tempo naturalizado, de modo a demarcar uma diferença com o chamado racismo científico e de vincular-se aos esquemas conceituais da teoria cultural, Arthur Ramos, não deixará de usá-las em seus estudos.

Vejamos, então, mais de perto esta hipótese de que mesmo assumindo a eliminação das escalas evolutivas e afirmando a inexistência de povos biologicamente superiores e inferiores, Ramos não deixaria de espacializar o Outro, isto, é de estabelecer uma geografia do tempo. Porém, agora, com base no método comparado e através da identificação de sobrevivências, vestígios de um “pensamento primitivo”

⁵²⁶ CORREA, Mariza, *Op. cit.* 1998, p. 287.

⁵²⁷ Dante Moreira Leite atribuiu a teoria racial de Oliveira Viana de anacrônica, por postular o determinismo racial nos anos de 1930. Cf. LEITE, Dante Moreira. *Op. cit.* 1969.

⁵²⁸ Ver GUTMANN Guilherme; *Idem.* CORREA, Mariza. *Op. cit.*

potencialmente disseminado nos meandros do inconsciente coletivo ou inconsciente folclórico. Considerando essa premissa, não é de se estranhar o empenho de Ramos na realização de um inventário das origens como condição do trabalho sobre o “contato”, seguindo o postulado das sobrevivências mentais fundamentada no esquema de pensamento psicanalítico. A proposta era então operar uma inversão no campo da antropologia, de modo a substituir uma análise das raças essencialmente diferentes, pelo estudo das culturas distintas.

O evolucionismo clássico pressupunha um processo numa só linha, se ele se processasse numa só tribo, por exemplo. Mas a evolução realmente não se dá numa só linha genética; cada um dos estágios pertence a várias séries históricas. Combatendo o evolucionismo linear, porém, psicólogos sociais e antropólogos culturais não condenam o evolucionismo, como supõem certos culturalistas apressados. Os critérios evolucionistas puros de sobrevivência, de atrofia, de complexidade e de perfeição, com efeito, ainda subsistem; apenas, em vez de considerarmos uma evolução linear, estudamos agora evolução de estruturas⁵²⁹.

Tratava-se portando de afastar-se do chamado evolucionismo linear, identificado, por exemplo, nas Idades da civilização propostas por Spengler⁵³⁰, que inseria na história geral humana etapas de desenvolvimento no tempo, ou as clássicas divisões entre civilização e barbárie. Nesse esquema, refazia-se as escalas de modo a reduzi-las: em vez da história universal, a África e a textura de suas diferenças. A novidade em sociologia e antropologia seria, assim, operar um deslocamento, ou “corrigir” a “anacrônica” linearidade evolutiva baseada na história Ocidental, a partir do cotejamento das variedades interiores dos tipos semelhantes, isto é, na “comparação dos conjuntos entre si”.

Ramos retornava a Paideuma de Leo Forbenius e seu postulado sobre a cultura enquanto “existência super-individual (...) como expressão de um tempo e de um lugar de civilização”, para associá-la a definição de “foco cultural” da antropologia americana, pela qual preconiza-se que as ações individuais somente poderiam ser entendidas no interior de uma cultura. A “alma da cultura” seria composta de uma personalidade integrada em determinada área cultural. Um exemplo empregado por Ramos para esclarecer o seu posicionamento pode ser didático. Trata-se da centralidade do gado na vida sócio-cultural dos povos da África oriental, cujo sentido

⁵²⁹ RAMOS, Arthur. Op.cit. 1946, p. 44-45.

⁵³⁰ Ver SPENGLER, Oswald. **A decadência do Ocidente**: esboço de uma morfologia da história universal. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

seria encontrado na construção de uma lógica interna capaz de ordenar instituições, interesses e atitudes⁵³¹.

Na elaboração de um todo cultural interno, o africano continua um distante ou um não coetâneo daquele que escreve, seu tempo somente pode ser entendido como a duração em suspenso ou como tempo dos traços sobreviventes. Abolir as escalas e trocar o diacrônico linear pelo sincrônico nada mais fizera do que afastar o “Outro”, a partir de instrumentos retóricos ou teóricos renovados, fazendo retornar o esquema da diferença, sem que este nunca tivesse ido embora, como uma diferença em si mesmo.

A relação com o Outro funda-se, portanto, no distanciamento, que questionava as etapas evolutivas comuns aos estudos do século XIX, mas, não deixava de operar sobre as assimetrias temporais. Mas, agora tais assimetrias não estariam inseridas em um tempo fixado pela natureza, mas, no interior do mundo irracional, onde habita o inconsciente coletivo. A partir dessa assimetria original, seria possível encontrar as sobrevivências mentais dos negros africanos no Brasil, porém, com o abandono da teoria de Lang sobre o pensamento selvagem e com o uso da psicanálise.

Decompondo a obra de Nina Rodrigues, mesmo ao assumir-se como discípulo (conclusão apresentada por Mariza Correa se empenhou em demonstrar em tese defendida nos anos de 1980) profanando ou não o túmulo do antigo mestre, sem sequer ter sido seu aluno, o fato é que Arthur Ramos se apropriará das metodologias, problemas e temas trabalhados por Nina Rodrigues para pensar as relações étnicas no Brasil. O retorno à Nina Rodrigues garantiria autoridade sobre o tema, em primeiro lugar, no entendimento do negro como um problema para a ciência, desdenhado pelos estudiosos brasileiros; segundo, a percepção de que o sentimento religioso ofereceria um ambiente profícuo para medir o grau de avanço cultural de um povo, através do mapeamento das regiões originárias dos povos africanos vendidos como escravos no Brasil e da espacialização das heranças, aceitando a divisão de Herskovitz, a retalhar a África em sete regiões distintas, separada a partir das diferenças classificadas pelo autor como significativas: “Hotentotes, Bochimanianos, área oriental do gado, a área do Congo e a sub-área do Golfo da Guiné, O Sudão Oriental e Sudão Ocidental”⁵³².

⁵³¹ RAMOS, Arthur. *Op. cit.* 1946, p. 46.

⁵³² *Idem.* p. 27.

Sendo assim, Arthur Ramos admitia haver algo como culturas “transplantadas” da África para o Brasil em um passado escravista e, no contato, teriam sofrido alterações, perdendo a “pureza” de suas “características primitivas”. Voltando a visada para a África, tais culturas seriam localizáveis, ao passo que na mistura ou “fusão” no Novo mundo, partes destes caracteres não poderiam ser identificados com precisão. Mas, o estudioso conseguiria encontrá-los em algumas práticas e no inconsciente coletivo. O “contato” e “aculturação” seriam, a prima facie, a grande vedete teórica e empírica dos seus argumentos sobre a mestiçagem, em diálogo com a antropologia americana de Robert Redfield (Chicago), Ralph Linton, (Columbia), e Herskovits (Northwestern University).

Em estudo sobre a chamada “Escola Nina Rodrigues”, Mariza Correa considera o uso do conceito de “aculturação” como instrumento de reconciliação entre diferenças que, no século XIX, apareciam como conflito de raças. Isto é, “aculturação” tornava-se sinônimo de “acomodação social”, de modo a eliminar diferenciações entre as raças em termos hierárquicos baseados em escalas evolutivas universais, de forma a desatar um nó górdio da noção de conflito⁵³³. Se, de um lado, buscava-se produzir a reconciliação na textura social, por outro, a concepção da mistura seria manejada através da identificação e classificação dos elementos originários que se confundiram na “fusão”, mas, deixaram vestígios ou restos aparentes e verificáveis de seus traços “puros”. E assim, reconcilia-se, também, o tempo.

Ao referir-se a teoria genética de Mendel como prova cabal a não existência da degradação das raças mestiças e ao considerar, do ponto de vista das culturas e dos encontros biológicos, o contato enquanto a condição de existência de todos os povos, desde que um ancestral comum teria se dispersado pelo globo terrestre, partindo, portanto, da premissa sobre a hibridação humana seria universal, Ramos tratava as permanências, no tempo, de características culturais como objetos de ciência analisados numa viagem de retorno. Nesse deslocamento, de alguma forma, seria possível encontrar, à distância, no negro brasileiro, vestígios do continente africano. Em suas palavras: “no Brasil temos um pedaço da África. Dentro de nós há um velho arokin a contar histórias”⁵³⁴.

⁵³³ *Idem*, p. 285-7.

⁵³⁴ RAMOS, Arthur. **A aculturação negra no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 83.

Nesse tempo que não cessava de produzir hibridações, os candomblés baianos seriam lócus de pesquisa privilegiado para o antropólogo, porém, não pela mistura, mas pelas sobrevivências. Por isso, em diversas passagens de seus trabalhos, Ramos apresentava sentenças remetendo-se a pureza das práticas religiosas em espaços de culto aos orixás: “Os ‘candomblés baianos’ o ‘pai de santo’ conserva o seu privilégio primitivo, como depositário dos segredos do culto, continuados das tradições como homem-magia ou homem medicina”⁵³⁵. Busca da pureza no discurso do contato que o fizera se opor a conclusão de Ruth Landes sobre a existência, nos candomblés da Bahia, de um matriarcado feminino e de uma homossexualidade ritual a travestir homens com roupas femininas para o culto⁵³⁶. Segundo Arthur Ramos esta hipótese, publicada nos anos de 1940, era inaceitável e representava a ignorância da antropóloga americana em relação aos cultos iorubanos baseados no domínio masculino.

Sobre a força assimiladora da cultura gêge-nagô em relação as outras culturas, mais uma vez, apresentam-se as assimetrias na clássica comparação dos sudaneses com os bantos. Esta dualidade, enunciada por Nina Rodrigues, foi assumida por Ramos, nos seguintes termos: “Os iorubas também chamados de nagôs, eram altos, robustos, corajosos e inteligentes e foram preferidos na Baía. Os iorubas deixaram no Brasil uma herança cultural das mais interessantes”, enquanto, os angolas destinados ao Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e parte significativa do Nordeste, eram “fisicamente mais fracos que os sudaneses”⁵³⁷ e turbulentos. A textura desta diferença pode ser encontrada na comparação entre os “candomblés” e a “macumba”, definida como:

(...) a expressão da religiosidade primitiva dos negros do Brasil, herdeiros dos seus antepassados do continente negro. Até se pode afirmar que a ‘macumba’ dos Negros cariocas é a menos interessante dessas sobrevivências religiosas, tal seu grau de diluição, sua rápida transformação no contato com a civilização do litoral⁵³⁸.

A comparação estabelecida no nível religioso tornava significativo um contraste e uma assimetria, cuja particularidade negativa, ou “menos interessante”,

⁵³⁵ *Idem.* p. 184-6 .

⁵³⁶ Ver LANDES, Ruth. A cult matriarchate and male homosexuality. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, Washington, USA, v. 35, n.3, p.386-97, jul/1940.

⁵³⁷ RAMOS, Arthur. *Op. cit.* 1946, p. 333.

⁵³⁸ RAMOS, Arthur. *Op. cit.* 1942, p. 145.

das práticas herdeiras dos bantos seria exatamente a diluição no contato, a sobrevivência deficiente. Na textura das culturas, as sobrevivências seriam, assim, uma relação de forças na qual postula-se a intensidade e a capacidade de imposição de determinadas características em relação às outras. Propunha, então, que, se a linguagem, pesquisada por Sylvio Romero, e outros hábitos bantos teriam prevalecido sobre os sudaneses, isto devia-se a maior disseminação dos primeiros. Por outro lado, enfático, concluía que, do ponto de vista mágico-religioso a situação era inversa e reivindicava para si o privilégio de ter identificado, em *O Negro Brasileiro*, a “pobreza mítica dos bantos”, baseada no culto do grande ancestral e dos espíritos.

Qual o fundamento da dualidade pobreza/riqueza mítica? Numa ordem do tempo baseada em hierarquias a separar práticas “rudimentares” de “práticas complexas” através método comparado que, segundo ele, corrigiria o histórico e consistia em cotejar diferenças no interior da mesma “alma cultural”. Esta mesma premissa aparece na comparação de Arthur Ramos sobre a influência na “civilização brasileira” da culinária indígena, considerada “primitiva” e “rudimentar”, e da africana, descrita como “maior e mais complexa”. Estas assertivas que medem graus de complexidade na cultura culinária ou no pensamento mítico-religioso seriam mais um elemento a compor “o grande laboratório da civilização”, descrevendo, segundo Ramos, sem retoques, o que é o Brasil.

O uso da psicanálise de Freud, Adler e Jung, bem como, da ideia de “pensamento primitivo” de Levi Bruhl em substituição ao conceito de “pensamento selvagem” pode nos ajudar a pensar a relação de Arthur Ramos na construção das distâncias em relação ao tempo do Outro. Antes de lançar seus primeiros livros sobre o negro brasileiro nos anos de 1930, publicou *Primitivo e Loucura* – tese apresentada em 1926 à Faculdade de Medicina da Bahia, remetida a Viena e comentada por Freud em carta de 11 de março de 1933, na qual afirmava estarem aqueles estudos “em conformidade com os trabalhos psicanalíticos até agora conhecidos”⁵³⁹ – Arthur Ramos partia da premissa de Levi Bruhl sobre o mentalidade lógica (civilizada e adulto) e pré-lógica (primitiva e infantil), figuravam nesta categoria todos aqueles povos que compunham as culturas consideradas mais simples⁵⁴⁰. A velha máxima de Hegel sobre os povos no limiar da história e povos com história aqui se insinua, uma

⁵³⁹ FAILLACE, Vera Lúcia Miranda (Org). **Arquivo Arthur Ramos. Inventário analítico**. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004, p. 167.

⁵⁴⁰ LEITE, Dante Moreira. *Op. cit.* p. 238-9. CORREA, Mariza. *Op. cit.*

vez que para o filósofo do século XIX os primeiros diferiam-se fundamentalmente dos primeiros por não possuírem consciência e viverem mais próximos à natureza.

Nesse sentido, a psicologia deveria empregar a categoria de “primitivo” associada ao conceito de “mentalidade atrasada tanto na escala filogenética (raças selvagens que já desapareceram e só conhecidas por documentos históricos, ou as que existem ainda hoje em vários pontos do globo) como na escala ontogenética”. A psicanálise aparecia como a espinha dorsal desta trama, por ligar os pontos a aproximar o selvagem e a criança⁵⁴¹.

A criança, o louco, o selvagem, teriam em comum o fato de estarem no começo, a amadurecer no tempo, mas, sobrevierem na maturidade do tempo como vestígios de uma mentalidade anterior. Assim, a psicanálise encontrará no inconsciente do homem adulto as permanências infantis e Ramos procurará encontrar no inconsciente coletivo, ou como definia, inconsciente folclórico e sobrevivências primitivas. No tempo e em sugestão coletiva todos, incluindo o homem civilizado, estariam sujeitos ao retorno. O tempo perde capacidade de portar-se como uma flecha e fica em suspenso no fio subjacente das sobrevivências inconscientes e reconciliáveis a tatear entre os pontos de origem e as alterações promovidas pelo contato. Ramos, então, não aboliu apenas as contradições sociais que no século XIX poderiam ser enunciadas em categorias biológicas, ele reconciliou o tempo, encontrando na infinita duração das fusões e das sobrevivências o elo pacificador a situar o Brasil e o brasileiro, sem precisar articular qualquer projeção clara ou angustiada sobre o futuro.

⁵⁴¹ RAMOS, Arthur. **Primitivo e Loucura** (tese) Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1926, p. 4.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão nos propomos a voltar aos naufrágios do tempo e à esfinge do futuro, como expressões que tratam de uma impossibilidade: encontrar Nina Rodrigues como autor datado, encerrado em um passado coerente, enfim, encarcerado no espírito de uma época. Naufragar refere-se sempre ao insucesso, ao não realizado, mas, todo naufrágio precede uma esperança, aquela de chegar ao ponto de destino. Um barco, lançado às águas através da técnica e tecnologia náutica, não foi construído para perecer nas águas, assim como a atitude moderna em relação futuro não emerge para malograr no mar do tempo. Para os fins propostos nesta tese, o naufrágio, enquanto metáfora, possibilita a identificação de uma tensão no interior da categoria de pessimismo, comumente associada às conclusões de Nina Rodrigues. Tensão não apenas pressuposta pela ideia que uma atitude pessimista encerra: a perspectiva da não-realização. Mas, na relação conflituosa entre as expectativas e os terríveis prognósticos. Ora, o notável pessimista acreditava no conhecimento científico, capaz de descrever uma queda, mas também de repará-la. É, portanto, o enfrentamento dos mistérios da esfinge, através dos tentáculos da ciência, que possibilita a abertura do futuro à novidade.

Vale salientar, este trabalho não teve pretensão de ascender ao biográfico, foi um esforço de pensar o tempo e de rearticular questões envolvendo as experiências temporais a partir de diferentes suportes, leituras e narrativas. Nina Rodrigues não aparece como uma personagem, da qual poderíamos contar a vida e a morte, fazer da sua trajetória uma metáfora da sua prosa científica. O nosso objetivo aqui foi diverso, pretendemos ao longo do texto analisá-lo como um palimpsesto de camadas que se separam e se cruzam pelo tempo. Conduzindo, não somente ao século XIX e ao discurso científico de um professor ocupante das cátedras de Medicina Clínica e de Medicina Legal na Faculdade de Medicina da Bahia entre os anos de 1889 e 1906, resguardado no espaço do laboratório médico e social e produtor de pressupostos raciológicos, mas ao século XX inteiro e as camadas de narrativas que reinventaram, acrescentaram, retalharam através discurso científico, literário e pela memória a noção de que Nina Rodrigues poderia se transformar em ponto de referência e de distância. Na construção de uma antropologia sobre o negro brasileiro nos anos de 1930, por exemplo, emerge o problema de equacionar a relação

entre a utilidade dos objetos propostos por Nina Rodrigues e a patologia de suas conclusões. Foi preciso estabelecer a distância para encontrar a referência e a noção de legado, pois estava em jogo a autoridade sobre o saber científico acerca da raça e do negro. Não por acaso, o conhecimento sobre esse tema foi definido precariamente como africanologia. Por outro lado, era imperativo exorcizar suas hipóteses, para sugerir o não retorno em relação ao biológico. Na literatura de Jorge Amado tornava-se fulcral destacar a vitória do mestiço contra o seu algoz, de Arcanjo contra Nilo Argolo, do mulato autodidata contra o cientista das teorias raciais, da Tendas dos Milagres (universidade popular) contra a Faculdade de Medicina. Enquanto, outras camadas de tempo e de narrativas entraram em cena, expressas pela celebração e construção de memórias em palimpsestos a criar montagens sobre a imagem do cientista morto, de modo a reconciliar a trajetória da Faculdade de Medicina com o produtor de um relatório crítico sobre a instituição, recusada em 1897 pela Congregação.

Na primeira metade do século XX, o problema da autoridade científica sobre a raça, especialmente sobre o negro – eixo principal dos trabalhos de Nina Rodrigues, especialmente a partir de 1890 – encontrava ponto de alteridade diante do pronunciado desencantamento daquele que fora escolhido como pioneiro quanto ao futuro mestiço da nação. Além das questões envolvendo a mestiçagem e o lugar do negro na história brasileira, tema que ocupou parte da intelectualidade brasileira na década de 1930, sugerimos que as leituras realizadas a partir do trabalho de Nina Rodrigues e sobre os africanos escravizados no Brasil envolve outro problema: o do tempo. Ora, como se confrontar com um futuro produzido à beira do abismo da degenerescência? Os leitores de Nina Rodrigues optaram por substituir em suas interpretações, o termo raça por cultura, inverter a atitude por eles definida como pessimista, por outra, fundada no elogio à mestiçagem. Ao mesmo tempo, interessados em legitimar suas escritas, intelectuais como Arthur Ramos e Edson Carneiro se valiam dos objetos e das metodologias indicados nos estudos de Nina Rodrigues. Estes leitores-autores não são, portanto, o resultado de uma herança, como eles mesmos postulavam a fim de inventar a geração, são os construtores de uma narrativa acerca do legado. Neste jogo, Gilberto Freyre figura como autor-redator à ser confrontado, pois desde *Casa-Grande & Senzala* ele se inseria no campo de disputa pela recuperação do negro como tema de análise. No âmbito desta contenda, os chamados discípulos, em particular Arthur Ramos, elaboraram e situaram o ente

fundador através de práticas editoriais e dos reparos realizados nos prefácios. Apresentaram-se como autores, através da publicação dos próprios estudos tornaram-se bibliografias, ao mesmo tempo em que materializaram, em livros, o ponto de referência e de fundação.

A missão de revalidar o negro como objeto e de reunir textos dispersos, pode ser exemplificada pela trajetória de escrita e impressão/reimpressão de *Os Africanos no Brasil*, livro maldito, que segundo Homero Pires era como o tesouro de *Nibelungen*⁵⁴², para Estácio de Lima havia sido protegido pelos orixás⁵⁴³ e na concepção de Arthur Ramos havia sido legado ao esquecimento por uma absurda atitude mística⁵⁴⁴. Pairavam sobre as narrativas acerca dos infortúnios da obra as mortes de Nina Rodrigues (em julho de 1906, no Novel Hotel de Paris⁵⁴⁵) e de Oscar Freire em 1923. Quando foi publicada em 1933, Homero Pires (revisor e editor) figurou como vitorioso diante do sortilégio e da dispersão, ao reunir no dispositivo durável do livro fragmentos impressos e manuscritos, espalhados entre o Rio de Janeiro e a Bahia. *Os Africanos no Brasil* constitui, portanto, um livro repleto de deslocamentos, sendo constituído aos pedaços, em diferentes presentes.

Nos prefácios dos seus livros Arthur Ramos situava os estudos etnológicos produzidos no âmbito da “Escola Nina Rodrigues”, enquanto nos prefácios às obras póstumas de Nina Rodrigues orientava a leitura, narrando a trajetória do encontro com os fragmentos textuais do proclamado “mestre”, além de produzir reparos às suas conclusões com a finalidade de atualizar a obra. Atitude que, certamente, nos coloca diante de uma questão sobre o tempo e sobre a linguagem: a re-presentificação dos estudos de Nina Rodrigues através de uma leitura orientada pelo topos da cultura.

A categoria de re-presentificação aqui empregada carrega o sentido que lhe atribui Fernando Catroga, para o qual esta atitude de memória implica em tornar presente o “ontologicamente ausente”⁵⁴⁶. A publicação e republicação frenética de seus textos nos anos de 1930 foi, sobretudo uma atitude de re-presentificação, no sentido de dar um lugar ao passado da produção sobre as relações entre brancos e negros através da transformação de Nina Rodrigues em referência.

⁵⁴² PIRES, Homero. *Prefácio*. *Op.cit.* 1935.

⁵⁴³ LIMA, Estácio de. *Op. cit.* p. 52.

⁵⁴⁴ RAMOS, Arthur. *Op.cit.* 1937, p. 202.

⁵⁴⁵ *Idem*, p. 30.

⁵⁴⁶ CATROGA, Fernando. **Os passos dos homens como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra: Edições Almeida, 2009, p. 39.

As diferentes edições, as revisões e as readequações não se limitaram, portanto, a atualização das regras gramaticais pertinentes em cada presente, mas se materializaram em reparos mais agudos que, se não entraram no corpo do texto, figuravam na apresentação. Esse esforço de atualização aparece claramente em *As Colectividades Annormaes*, coletânea composta por artigos publicados em revistas científicas. No prefácio à obra que editou, Arthur Ramos sentenciava a adequação entre os trabalhos de Nina Rodrigues e aqueles inspirados em Franz Boas, por meio da substituição do termo “raça” por “cultura”⁵⁴⁷. Mariza Correa observou com precisão este processo de reatualização no plano da linguagem, numa atitude por ela definida como anacrônica, pois teria deslocado Nina Rodrigues de seu tempo⁵⁴⁸. É curioso notar que esta autora operou, nos anos de 1980, uma divisão dos estudos de Nina Rodrigues em dois momentos, no qual ele teria passado do biológico ao social, do indivíduo patológico à sociedade, sugerindo, assim, a fuga de Nina Rodrigues do império das teorias raciais.

Note-se, as variadas leituras e narrativas sobre a trajetória de Nina Rodrigues não se referem apenas à ruidosa produção da chamada “Escola Nina Rodrigues”⁵⁴⁹. Podemos encontra-las disseminadas em outros estudos, biografias, edições comemorativas e eventos que ritualizavam a sua memória. Como, por exemplo, no opúsculo escrito por Augusto Lins e Silva, na década de 1940, na biografia *Roteiros de Nina Rodrigues*, publicado em 1980 por Lamartine de Andrade Lima, ou em 2006, no prefácio de Antônio Carlos Nogueira Brito à edição comemorativa da GMB, publicada em homenagem ao centenário da morte de Nina Rodrigues. Esse último texto procurava ressaltar a “genialidade e contemporaneidade” do pensamento do professor de medicina, comum em narrativas biográficas que tentam atualizar e, portanto, re-presentificar os estudos de Nina Rodrigues em diferentes presentes.

Não foi por acaso que Augusto Lins e Silva publicou em 1945 seu estudo com o título *A atualidade de Nina Rodrigues*. O texto se apresenta, sobretudo, como um elogio agudo à “flagrante originalidade” do fundador da antropologia criminal brasileira, responsável por estudos rigorosos sobre a “natureza humana” e “as

⁵⁴⁷ RAMOS, Arthur. Prefácio. In: NINA RODRIGUES, Raymundo. **As colectividades annormaes** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1939, p.14.

⁵⁴⁸ CORREA, Mariza. *Op.cit.*, 1998, p. 283-290.

⁵⁴⁹ A construção de uma memória positiva acerca de Nina Rodrigues por aqueles que se auto-definiram como seus discípulos foi densamente analisada na década de 1980 pela antropóloga Mariza Correa.

diferenciações étnicas no Brasil”⁵⁵⁰. Professor da Faculdade de Medicina do Recife, Lins e Silva pretendia identificar a pertinência do pensamento de Nina Rodrigues, em um momento no qual a assistência pública no país e por mudanças.

Certamente, narrativa sobre a sucessão, a separar Nina Rodrigues da geração dos seus discípulos, não esteve circunscrita somente aos círculos intelectuais, ela também foi vulgarizada em jornais de ampla circulação. Os escritos de Nina Rodrigues tornavam-se clássicos, mesmo quando questionados. Certamente, tal difusão lançará muitas camadas temporais sobre a montagem de sua autoria.

Durante a escrita da tese, fizemos, portanto, passagens em ziguezague pelas experiências temporais, na tentativa de escapar ao exclusivismo de uma narrativa cronológica. Por isso, partimos das múltiplas relações com o tempo estabelecidas por um *autor implicado*, com o interesse de criar argumentos de convencimento, “que toma a iniciativa do teste de força que subjaz à relação entre leitura e escritura”⁵⁵¹, a estabelecer seus leitores ideais. Nesse caso, o apagamento do autor como interessado ocorre através da própria evidência de que ele fala a partir de dados presentes na realidade nua, ou, em outras palavras, enquanto tradutor da natureza intrínseca das coisas. Ele precisa dizer o que vê como realidade concreta. Escapar a esta constatação do verdadeiro das coisas e considerar a mediação entre o referente e a tradução custaria caro para a realização científica, obscurecendo-a pelas nuvens pesadas da ilusão. Se as evidências poderiam carregar prognósticos carentes de esperanças, a fé depositada nos ritmos, instrumentos e objetos da razão, portadores da reparação pela ciência abrem espaço para o enfrentamento da queda anunciada, embaralhando as relações com o vir a ser. Nesse sentido, o prognóstico não implicaria em confundir futuro, no sentido moderno do termo, como espera a ser vivida enquanto padecimento de um porvir certo, marcado pela salvação e danação, ou como se possível fosse tocar o horizonte. O futuro permanece aberto e pressionado pelas ações do presente.

Quanto aos leitores-autores, estes figuram, a nosso ver, enquanto artífices das próprias referências. Afinal, como dissemos, recuperaram, editaram e fizeram circular escritos de Nina Rodrigues, construíram a fortuna crítica destas obras,

⁵⁵⁰ LINS E SILVA, Augusto. **A Atualidade de Nina Rodrigues**, Rio de Janeiro: Leitura, 1945, p. 39.

⁵⁵¹ RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa 3: O tempo narrado**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 262

colocando em catálogo as próprias referências. E, assim, construíram um túmulo para bem-dizer o cientista e maldizer o “racista”.

Tal lápide articulava o próprio status que se desejava atribuir aos estudos sobre a antropologia produzida até os anos de 1930, capaz de demarcar duas gerações, delineadas pela anterioridade do fundador e o presente dos seus discípulos. A partir da década de 1950 com a institucionalização da sociologia, a fortuna dessa narrativa sobre o legado encontrou nova lápide na recusa da perspectiva produzida pelos estudos antropológicos no âmbito da chamada “escola de Nina Rodrigues”.

No último capítulo, o percurso da nossa narrativa parece tomar um atalho ao retorno: do século XX ao século XIX, dos leitores ao autor-referência, dos discípulos ao fundador, da memória ao tempo do ausente. Esta é apenas uma impressão. Primeiro porque o proclamado autor-referência era igualmente um leitor, não somente da antropometria francesa, da escola italiana de criminologia e de Frazer, como também, de Spix e Martius, Reclus, Varhagen, Sylvio Romero, João Ribeiro e outros. Segundo, porque, nesse momento, o nosso texto trata do futuro enquanto fardo a partir do encontro entre o tempo da ciência e o tempo do Outro, da prosa do tempo à poesia da duração, da consciência do tempo na sua tripla dimensão às sobrevivências, categoria empregada, tanto por Nina Rodrigues, quanto por Arthur Ramos, no sentido de permanência.

As incertezas e expectativas do cientista tateiam no limite dessa tensão que, tornava urgente a rigorosa elaboração de uma história sobre as origens dos africanos estabelecidos no Brasil desde o período colonial e a descrição das formas de viver e de crer deste Outro em sua pureza. Com o fim da escravidão e a redução do trânsito de trabalhadores da África para o Brasil, a morte física dos últimos africanos torna-se índice da missão do cientista, enquanto avançam as sobrevivências através da existência mestiça. O ser híbrido, transformado em problema científico e em esfinge do devir, precisava ser investigado no seu ponto de origem, a partir do qual identificava-se a permanência de traços morais e estéticos. Precisamos olhar mais de perto as implicações oferecidas pela utilização da categoria de sobrevivência presente em Nina Rodrigues e nos seus chamados discípulos. De forma geral, esta noção se remete à permanência de traços do passado, de modo a afetar o presente. Trata-se da condição de continuar a existir apesar da cronologia, aquém do tempo que passa e pode ser medido. Porém, esse constructo heurístico sobre a permanência não serviu apenas na constatação da influência do passado “primitivo” sobre o

presente na psicologia e nas práticas de grande parte da população brasileira, ela foi agenciada para lançar o Outro, implacavelmente, ao pretérito, para dotar-lhe de um ritmo de tempo diverso daquele do progresso, distanciá-lo e transformá-lo em problema científico.

Como afirmamos, a ciência ofereceria mecanismos para prognósticos e tornava-se campo de ação. O presente assumia, então, lugar da mobilização racional e de elaboração dos instrumentos de prevenção diante das incertezas do futuro, no qual foram confrontados diferentes ritmos de tempo a opor noções de atraso e progresso. Tal questão aparece nos estudos de casos empreendidos por Nina Rodrigues, nos quais o tempo lento é atribuído como inerente ao Outro essencialmente patológico, e na ação do cientista, cuja obra e movimento implicariam na busca pelo ajuste do descompasso temporal, na aceleração do tempo e na prevenção de um futuro cadente. Foi a partir dessa noção de missão científica, semelhante àquela ligada a ideia de missão literária (analisada pelo historiador Nicolau Sevcenko a propósito de Lima Barreto e Euclides da Cunha) que Nina Rodrigues lançou-se à disputa pela verdadeira história da presença da “raça negra” no Brasil, em face das conclusões de literatos e historiadores, cujas obras teriam, a seu ver, produzido interpretações incompletas sobre as origens dos africanos trazidos como escravos aos portos brasileiros.

Nesse processo de revisão historiográfica, os primeiros elementos a serem combatidos foram o romantismo e a tese da superioridade numérica dos bantos entre a população escravizada. Segundo o professor de Medicina Legal que agora almejava reparar os “erros” e as “lacunas” deixadas pela história escrita até então, a intelectualidade brasileira havia elaborado explicações insuficientes e duvidosas sobre essa questão, tendendo a desconsiderar as diferenças inerentes às raças para criar uma imagem romântica do nativo, apresentado como bom selvagem, e do negro, redimido como grande herói da sua própria liberdade.

Foi a busca de uma descrição orientada pelo crivo da ciência que constituiu o passo principal para elaborar a prevenção em relação ao futuro da nação. Quais estratégias profiláticas seriam essas? Não se sabe, não se pode saber, talvez não existissem. Podemos concluir, entretanto, que em Nina Rodrigues a possibilidade de reparação estava associada ao conhecimento concreto sobre as causas da postulada inferioridade e, sem dúvidas, o médico ocuparia um lugar importante como agente desse processo. Por isso, ele descreve da seguinte o seu percurso para justificar a

pertinência de trabalhos sobre os africanos sobreviventes da escravidão e as sobrevivências de suas práticas: “ao restrito e primitivo intuito do perito, forrava agora uma transcendente questão de higiene social. E numa e noutra face o problema deixava ao médico a sua inteira liberdade de ação”. Liberdade para classificar, descrever, de modo diferenciar a estabelecer hierarquias temporais a partir de pares opostos, tais como: civilizado/primitivo, branco/negro, puro/mestiço, banto/sudanês, história/sobrevivências. Na passagem retórica do topos da “raça” para o de “cultura” a medida do tempo continua a mesma, embora o futuro já não fosse vivido como fardo.

Por fim, inspirados na metáfora tumular elaborada por Michel de Certeau presente ao logo desta tese, devemos admitir que este texto foi mais uma lápide, na qual cabem um cortejo de mortos e vários tempos. Certamente, não será a última.

REFERÊNCIAS E FONTES

ALBUQUERQUE Jr, Durval Muniz de. Esboços do Social: trabalho, Estado e regionalização no Brasil no início do século XX. **Revista Porto**, Natal/RN, n. 01, p.53-69, 2011.

_____. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012

ALMANAQUE BRASILEIRO GARNIER: Educação e ciência, Rio de Janeiro, 1907.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Castelos de Areia: Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 24, p.41-60, jul-dez/1987.

ALMEIDA, Marta. Circuito aberto: ideias e intercâmbios médico-científicos na América Latina nos primórdios do século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v.13 n.3, p.733-57, jul-set/2006.

_____. Congressos e exposições científicas: tema e fontes para a história. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. (Orgs.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. p.197-208.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de história intelectual. **Tempo Social – Rev. de Sociologia da USP**. São Paulo, v.19, n.1, p.09-17, 2007.

ALVES, Henrique L. **Nina Rodrigues e o negro Brasileiro**. São Paulo: Associação Cultural do Negro, 1952.

AMADO, Jorge. **Tenda dos Milagres**. São Paulo: Martins, 1971.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, leis e moral**: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: UNESP, 1999.

ARANTES, Paulo Eduardo. **Hegel: A ordem do tempo**. São Paulo: Polis, 1981.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Guerra e Paz**: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1994.

ARAÚJO, Valdei Lopes. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Ed. Hucitec, 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BARBATO Jr., Roberto. **Missionário de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura em São Paulo.** Anablume, Fapesp, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BASTIDE, Roger. **Estudos Afro-brasileiros.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

BAXANDALL, Michel. **Padrões de intensão: a explicação histórica dos quadros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BEGLEY, Louis. **O Caso Dreyfus: Ilha do Diabo, Guantánamo e o pesadelo da história.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). **Walter Benjamin: Sociologia.** Org. e Trad. São Paulo: Ática, 1985. p.30-43.

_____. **Magia e técnica, arte e cultura: ensaios sobre literatura e história da cultura.** 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BIGNOTTO, Cilza. Monteiro Lobato: editor revolucionário? In: In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Marcial. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros.** São Paulo: Ed. Unesp, 2010. p.121-37.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Zahar Ed. 2001,

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Português & Latino.** 1728. p. 119. **Acesso em:** 10 de outubro de 2012. **Disponível em:** http://www.ieb.usp.br/catalogo_eletronico/.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira.** São Paulo: Cultrix, 1994,

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia crítica do campo científico.** São Paulo; Ed. UNESP, 2004.

BRAUDEL, Ferdinand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II.** Lisboa: Martins Fontes.1983.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O chame da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre os interpretes do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

BRITO, Antônio Carlos Nogueira. A genialidade e a contemporaneidade de Nina Rodrigues; Nota histórica: a Faculdade de Medicina na época de Nina Rodrigues. **GMB**, Salvador/BA, v.76, p. 1-2, 63-79, dez/2006.

CÂMARA, Sonia. "Progredir ou desaparecer": o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 como itinerário para a construção do Brasil Moderno. In: MAGALDI, Ana Maria; GONDRA, José G. A. **A reorganização do campo educacional no**

Brasil: manifestações, manifestos e manifestantes. Rio de Janeiro:7letras, 2003. p.29-44.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade:** estudos de teoria e história literária. 10. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARNEIRO, Edison. **Negros Bantus: notas de etnographia religiosa e folk-lore.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

CARVALHO, Eugênio Rezende de. Leopoldo Zea e o movimento latino-americano. **Varia História**, Belo Horizonte/MG, v.26, n.43, p. 267-82, jan-jun/2010.

_____. A dupla dimensão do movimento latino-americano de história das ideias. **Rev. Brasileira de História**. São Paulo, v.31, n.61, p.297-315, 2011.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas** – o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CATROGA, Fernando. Ainda será a história Mestra da Vida? In: FURTADO FILHO, João Hernani; RIOS, Kênia Souza (Orgs.). **Em tempo:** história, memória e educação. Fortaleza/CE: Imprensa Universitária-UFC, 2008.

_____. **Os passos dos homens como restolho do tempo:** memória e fim do fim da história. Coimbra: Edições Almeida, 2009.

CEIA, Carlos. Sobre o conceito de alegoria. **Rev. Matraca**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 1-7, ago/1998.

CERTEAU, Michel de **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

_____. **História e Psicanálise – entre ciência e ficção.** Belo Horizonte/MG: Autêntica. 2011.

_____. **A cultura no plural.** 7ed, Campinas/SP: Papyrus, 2012.

CEZAR, Temistocles. A retórica da nacionalidade em Varnhagen e o mundo antigo. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p.29-37.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1980.

_____. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa dos séculos XIV e XVIII.** Brasília: Ed.UNB, 1994.

_____. **À beira da falésia:** a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre/RS: EDUFRGS, 2002.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Diccionario de Medicina Popular e das ciencias acessorias para o uso das famílias**. 6. ed. Paris: A Roger e F. Chernoviz. 1890, p. 313-4. (Vol. I)

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da educação**. Cortez. São Paulo, 2003.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.

CONI, Antonio Caldas. **A Escola Tropicalista Baiana**. Salvador/BA: Livraria Progresso ed., 1952.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil**. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 1998,

_____. Raimundo Nina Rodrigues e “a garantia da ordem social”. **Rev.USP**, São Paulo, n.68, p.130-9, dez-fev/2005-2006.

_____. “Nossos mulatos são mais exuberantes”. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.4, p. 1099-1103, out.- dez. 2008. Acesso em: 10/05/2014, Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000400012&lang=pt.

COSTA, Carlos. **Anuário Médico Brasileiro**. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & Comp., 1893.

_____. **Anuário Médico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Carlos Shimidt, 1895.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala à colônia**. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1998.

_____. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

COTTERELL, Arthur. **Enciclopédia da Mitologia: nórdica, clássica, celta**. China/Lisboa: Central Livros, 1998.

DE LUCA, Tania Regina. Monteiro Lobato: estratégias de poder e auto-representação n’A barca de Gleyre. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p.139-60.

DIDI-HUBERMANN, Georges. **Ante el tiempo: História del arte y anacronismo de las imágenes**. 3. ed, Buenos Aires: Adriana Hidalgo Ed., 2011.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero. Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero, GLICK, Thomas. **A recepção do Darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1993. p.97-123.

DUARTE, Abelardo. **Negros muçulmanos nas Alagoas (os Malês)**. Maceió/AL: Edições Gaeté, 1958.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Jorge Amado**: Romance em tempo de utopia. Rio de Janeiro: Record, Natal/RN: UFRN, 1996.

DUARTE, Zeny. *et al.* Raimundo Nina Rodrigues: resgate da memória na documentação arquivística da Faculdade de Medicina da Bahia. **GMB**, Salvador/BA, v.76, p. 35-41, dez/2006.

DUTRA, Eliana Regina. Entre a melancolia e a exaltação: povo e nação na obra de Plínio Salgado. **Rev. Brasileira de História**, São Paulo, v.19, n.37, 1999. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt , Acesso em: 03/04/2014.

EDELSTEIN, Ludwing. **The idea of progress in late of antiquity**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1967.

EDLER, Flávio Coelho. A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. **Rev. Asclépio**. Madrid, v. 50, n.2, p.169-186. 1998.

_____. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. **História, ciência e saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p.357-85, mai-ago/2002.

ELIAS, Nibert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FAILLACE, Vera Lúcia Miranda (Org). **Arquivo Arthur Ramos. Inventário analítico**. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2004.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o Outro**: Como a Antropologia estabelece seu objeto. Petropolis/RJ, 2013.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade do Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba/PR, n. 28, p.17-36, 2006.

FERREIRA, Luis Otávio; MAIO, Marcos Chor; AZEVEDO, Nara. A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa. **História, Ciências, Saúde— Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.4, n.3, 475-91, nov-fev/1997-1998.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. **Repensando o sincretismo**. São Paulo: Ed.USP; São Luís/MA: FAPEMA, 1995.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactun, 2010.

FOOT HARDMAN, Francisco. **Trem fantasma**: a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

_____. **O que é um autor?** 7.ed. Lisboa: Nova Veja, 2009.

FRANCO, A. e RAMOS, S. M. (orgs.) **Panteão médico rio-grandense; síntese cultural e histórica; progresso e evolução da medicina no estado do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Ramos, Franco Ed., 1943

FRANZINI, Fábio. Escrever textos, editar livros, fazer história: a coleção documentos brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1960) **Rev. Tempo e Argumento**, Florianópolis/SC, v.5, n.9, p.24-45, jan-jun/2013.

FREYRE, Gilberto. **Euclides e Outros Perfis**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

_____. **Nordeste**, 6. ed., Rio de Janeiro, Record, 1989.

_____. **Casa-Grande&Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 5.ed. São Paulo: Global, 2006.

GANGNEBIN, Jeanne-Marie. **História e Narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

GERTH, H.H; MILLS, C. Wright (Orgs). Introdução. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

GOMES, Ângela de Castro. **História, ciência e historiadores na primeira república**. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Passos. **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X, Faoerj, 2010. p.11-29.

_____, ABREU, Martha. Apresentação. **Tempo**, Rio de Janeiro, n.26, p.1-14, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Funarte, 1997.

GONES, Amanda Muzzi. Monarquistas restauradores e jacobinos: ativismo político. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 284-302, jul-dez. 2008.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUILLÉN, Nicolás. **Sógoros, Cosongos**. Quito/Equador: Agencia Literária Latinoamericana, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: tensões na escrita da história do Brasil oitocentista. In: _____. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p.68-85.

_____. **Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

GUTMANN, Guilherme. Raça e psicanálise no Brasil. O ponto de origem: Arthur Ramos. **Rev. Latinoamericana Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 10, n. 4, p.711-728, dez. 2007.

HARTOG, François. **O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

_____. Tempo, história e a escrita da História: a ordem do tempo. **Rev. de História**, São Paulo, n. 148, p.9-34, 2003.

_____. Tempos do mundo, história e escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p.15-25.

_____. **Regimes de historicidade** – presentismo e experiências do tempo, Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2012.

HERMANN, Jaqueline. Canudos destruído em nome da República: uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. **Tempo**, Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, p.81-105, 1996.

HOBSBAWN, Eric J. **A era dos Impérios – 1875-1914**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HORTA, Regina. “Com açúcar, com afeto”: impressões do Brasil em Nordeste de Gilberto Freyre. **Tempo**. Rio de Janeiro, n.19, p.125-47, set/2004.

JACOBINA, Ronaldo. Nina Rodrigues, epidemiologista: estudo histórico de surtos de beribéri em um asilo para doentes mentais na Bahia, 1897-1904. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p.113-32, mar.-jun/2001.

_____. Psiquiatria: contribuições de Nina Rodrigues nos campos da psiquiatria clínica, forense e social. **GMB**, Salvador/BA, v. 76, p.11-22, dez/2006.

JUNKES, Lauro. O processo de alegorização em Walter Benjamin. **Anuário de Literatura**, Florianópolis/SC, n.2, p. 125-137, 1994.

LISBOA, Karen Mcknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na “Viagem pelo Brasil” (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado** – contribuição à semântica dos tempos históricos, Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. **Estratos do Tempo – Estudos sobre História**. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014.

KUHN, Thomas S. **O caminho desde a estrutura**. São Paulo: UNESP, 2006.

KUHLMANN Jr. Moysés. **Congressos profissionais no final do século XIX: ciência e política.** In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Passos. **Ciência, civilização e república nos trópicos.** Rio de Janeiro: Mauad X, Faoerj, 2010. p.179-195.

KUDERA, Milan. **A insustentável leveza do ser.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LACAN, Jacques. **O Seminário, Livro 10: A angústia,** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LANDES, Ruth. A cult matriarchate and male homosexuality. **The Journal of Abnormal and Social Psychology,** Washington, USA, v. 35, n.3, p.386-97, jul/1940.

_____. **A cidade das mulheres.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos – ensaio de Antropologia simétrica.** Rio de Janeiro: ed.34, 1994.

_____. Os objetos têm história? Encontro de Pasteur com Witehead num banho de ácido láctico. **História, ciência e saúde – Manguinhos,** Rio de Janeiro, v.2 n.1, p.7-26, mar-jun/1995.

_____. **A ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora.** São Paulo: Ed. UNESP, 2000

LEDERMANN, Walter. El Progreso Médico y el Congreso de Berlim em 1890. **Rev. Chilena de Infectologia,** Santiago, v. 2, n. 22. p. 211-14, jun/2005.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter Nacional Brasileiro: História de uma ideologia.** 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Ed. 1969.

LEMME, Paschoal. **Memórias.** Brasília/DF, São Paulo: INEP/MEC; Cortez Ed. 1988.

LIGHTMAN, Allan. **Sonhos de Einstein.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LIMA, Estácio de. **Novo e velho Nina.** Salvador/BA: Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, 1979.

LIMA, Guilherme Cunha; MARIZ, Ana Sofia. Editora Civilização Brasileira: novos parâmetros na produção editorial brasileira. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Marcial. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros.** São Paulo: Ed. Unesp, 2010. p.251-88.

LIMA, Lamartine de Andrade. **Roteiros de Nina Rodrigues.** Salvador/BA: Centro de Estudos Afro-Orientais/UFBA, 1980.

LINS E SILVA, Augusto. **A Atualidade de Nina Rodrigues,** Rio de Janeiro: Leitura, 1945.

LODY, Raul. **Um documento do candomblé na cidade de Salvador**. Salvador/BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1985.

LUZ, Madel T. **Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MAGGIE, Ivnone; FRY, Peter. Notas e Apresentação. In: NINA RODRIGUES, **O animismo fetichista dos negros baianos**. Ed.fac-simile. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, Ed.UFRJ, 2006.

MAIO, Marcos Chor. A medicina de Nina Rodrigues: análise de uma trajetória científica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.2, n.11, p.226-37, abr-jun, 1995.

MARTINEZ-ECHAZÁBEL, Maria de Lourdes. O culturalismo nos anos 30 no Brasil e na América latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs.) **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p.740-8.

MARTINS, Hildebrando Vieira. **As ilusões da cor: sobre raça e sujeitamento no Brasil**. (Tese), São Paulo: USP, 2009.

MARTINS, Joaquin Pedro de Oliveira. **O Brasil e as colônias potuguezas**. 5, ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1920.

MARTIUS, Karl Friedrich Phillipp von. Como se deve escrever a História do Brasil (1845). **Revista de História da América**, Cidade do México, n.42, p. 257-676, dez/1956.

MASSARINI, Luisa, MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fátima (Orgs.). **Ciência e público: os caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ. Fórum de Ciência e Cultura, 2002.

MAUSS, Marcel. L'Anée Sociologique, 1900. GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa (Tradução), **Caderno Pós Ciências sociais**, São Luiz/MA, v.2, n.4, p.24-5, jul-dez/ 2005.

MORAES FILHO, Melo. **Curso de Literatura Brasileira ou Escolha de vários trechos em prosa e verso de autores nacionais antigos e modernos**. 3. ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, 1895.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1977.

MOURA, Júlio de. Congresso de Medicina e cirurgia: discurso inaugural.**GMB**, Salvador/BA, Ano XX, n. 5, p.217-27, nov. 1888.

MUNANGA, Kabengele. *Negros e mestiços na obra de Nina Rodrigues*. In: ALMEIDA, Adroaldo J. S.; SANTOS, Lyndon de A. FERRETTI, Sérgio (Orgs.). **Religião, raça e**

identidade: Colóquio do Centenário da Morte de Nina Rodrigues. São Paulo: Paulinas, 2009. p.15-36.

NAVA, Pedro. **Capítulos da História da Medicina no Brasil**. Cotia/SP: Ateliê Editorial; Londrina/PR: EDUEL; São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba Moraes, 2003,

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de História: a viagem, a memória e ensaio: Sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado**. (Tese) Porto Alegre/RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

NINA RODRIGUES, Raymundo. Conditions Psychologiques du dépeçage criminel. **Archives d'Anthropologie Criminelle – de criminologie et de psychologie normale et pathologique**. Lyon, p.1-29, 1898.

_____. Métissage, dégénérescence et crime. **Annales médico-psychologiques, de Paris, Archives d'Anthropologie Criminelle**. Lyon, p.1-40, 1889.

_____. Os mestiços brasileiros. **GMB**, Salvador/BA, ano XXI, n.9, p.402-7, mar/1890.

_____. A Epidemia de Influenza na Bahia em 1890. **GMB**, Salvador/BA, n.XXII, n.12, p.548-57, jun/1891.

_____. **L'Animisme Fétichiste des negres de Bahia. Bahia**. Salvador: Reis&Comp. Editeurs, 1900.

_____. Contribuição ao estudo dos índices osteométricos dos membros na identificação da raça negra. **Revista dos Cursos da Faculdade de Medicina da Bahia**. Rio de Janeiro, Ano I, Tomo I, p.55-77, 1904.

_____. **A assistência a alienados no Brasil: especialmente no Estado da Bahia**. Typ. Bahiana, 1905.

_____. **Os Africanos no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Companhia. Editora Nacional, 1935.

_____. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 3.e. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

_____. **O animismo fetichista dos negros bahianos**, 2. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1935.

_____. **As colectividades anormaes**. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 1939.

_____. **O alienado no direito civil brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, s/d.

_____. Memória Histórica apresentada à Egrégia Congregação da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia. **GMB**. Salvador/BA, v.73, p.5-30, out/1976

NUNES, Antonieta Aguiar. O primeiro projeto de reforma educacional republicana na Bahia: os atos de Manuel Vitorino Pereira. **Ensaio: avaliação, políticas públicas e educação**, Rio de Janeiro, v.8, n.28, p.226-37, jul/2000.

NUNES, Sérgio. **I Congresso Brasileiro de Geografia (1909)**: um “festival científico” no início do século XIX. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. (Org.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010. p.159-77.

OLIVEIRA, Eduardo de Sá. **Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, concernente ao ano de 1942**. Salvador: UFBA, 1992.

OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo da Costa. **Cartas de Édison Carneiro à Arthur Ramos**: De janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938. São Paulo: Currupio, 1987.

2º CONGRESSO AFRO-BRASILEIRO: O negro no Brasil – trabalhos apresentados (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

PACHECO, Maria T. de Medeiros. Nina Rodrigues e o Direito civil brasileiro. **GMB**, Salvador/BA, v. 76, dez. 2006, p. 3-10, dez/2006.

PASCUALI, Luiz. Psicometria. **Rev. da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, n. 43, p.992.9, 2009.

PEREIRA, Gonçalo de Athayde. **Prof. Manuel Querino: sua vida e suas obras**. Salvador/BA: Imprensa Oficia do Estado. 1932.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego**. Lisboa: Ática, 1982.

PINHEIRO FILHO, José Humberto Carneiro. **Um lugar para o tempo dos letrados: leituras, leitores e a Biblioteca Provincial do Ceará na segunda metade do século XIX**. (Dissertação). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2014.

PIRES, Rogério Brittes Wanderley. **O conceito antropológico de fetiche: objetos africanos, olhares europeus**. (Dissertação) Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2009.

POMPEIA, Raul. **O Ateneu**. São Paulo: Publifolha, 1997

PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: um estudo das editoras e dos editores, das editoras e das coleções. **Rev.BIB**, Rio de Janeiro, n.26, p.56-89, 1988.

PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981,

QUERINO, Manuel. **Arte Culinária na Bahia**. Salvador/BA: Papelaria Brasileira, 1928.

_____. **Costumes Africanos no Brasil**. 2. ed. Recife/PE: FUNDAJ, Ed. Massagana, FUNARTE, 1988.

RAMOS, Arthur. **Primitivo e Loucura** (tese) Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1926.

_____. Os horizontes mythicos do Negro da Bahia: introdução ao seu estudo. **Archivos do Instituto Nina Rodrigues**. Salvador/BA, n.1, p.48-96, 1932.

_____. **Loucura e crime**: questões de psiquiatria, medicina forense e psicologia social. Porto Alegre/RS: Globo, 1937.

_____. **O negro brasileiro**: – Ethnographia Religiosa. 2.ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

_____. **A aculturação negra no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

_____. **Culturas negras no Novo Mundo**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

_____. **O negro brasileiro**: etnografia religiosa e psicanálise. 2. ed. Fac-Similar (1934). Recife: Fundaj, Massagana, 1988.

RANCIÈRE, Jacques. **El espectador emancipado**. Buenos Aires: Manantial, 2010.

_____. O conceito de anacronismo e verdade do historiador. In: SOLOMON, Marlon. **História, verdade e tempo**. Chapecó/SC: Argos, 2011.

REGO, José Lins. O professor Pierson e o negro no Brasil. **A manhã**. Rio de Janeiro, Ano 1, n.168, 1941.

RIBEIRO, Marcos Augusto Pessoa. A morte de Nina Rodrigues e suas repercussões. **Afro-Ásia**, Salvador/BA, v.1, n. 16, p.54-69, 1995.

_____. **A Faculdade de Medicina da Bahia na visão de seus memorialistas (1824-1924)**. Salvador/BA: EDUFBA, 1997

RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro; Livraria Cruz Coutinho, 1901, p. 67. (Curso Superior).

RICOEUR, Paul. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

_____. **Tempo e narrativa 1** – a antiga narrativa histórica. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **Tempo e narrativa 3**: O tempo narrado. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010,

ROCHA, Natália M. D. *et al.* A psicologia no tempo de Nina Rodrigues. **GMB**, Salvador/BA, v.76, p. 42-45, dez/2006.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Ensaio de Antropologia Brasileira**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1933.

ROMERO, Sylvio. **Provocações e debates** – contribuições para o estudo do Brasil social. Porto: Livraria Chardon, 1910.

ROSAS, Paulo da Silveira. O dilema da psicologia contemporânea. **Rev. Psicologia e profissão**, Brasília/DF, v.30, n. esp., p.42-90, 2010.

RÜSEN, Jorn. **Reconstrução do passado** – Teoria da história II: princípios da pesquisa histórica. Brasília: EDUNB, 2007.

SÁ, Dominichi Miranda de. **A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1835)**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

SÁ, Guilherme e *et all.* Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p. 197-208, jan-mar/2008.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. **Civilização e Barbárie: A construção da ideia de nação – Brasil e Argentina**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SALGADO, Plínio. **Geographia sentimental**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

SAPUCAIA, Antônio. Antonio (org.). **Relembrando Arthur Ramos**. Maceió/AL: Ed. UFAL, 2003.

SARLO, Beatriz. **A paixão e a exceção: Borges, Eva Perón, Montoneros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

SERRES, Michel. **Hermes: Uma filosofia das ciências**. Rio de Janeiro: Graal, 1990

_____. **Julio Verne: a ciência e o homem contemporâneo** – Michel Seres: diálogos com Jean-Pierre Dekiss. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007.

SEVECENKO, Nicolau. **A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 1813. **Acesso em:** 10 de outubro de 2012. **Disponível em:** http://www.ieb.usp.br/catalogo_eletronico/.

SILVA, Wagner Gonçalves da. O etnógrafo e os animistas: Nina Rodrigues e a formação da etnografia religiosa afro-brasileira. In: ALMEIDA, Adroaldo J. S.; SANTOS, Lyndon de A. FERRETTI, Sérgio (Orgs.). **Religião, raça e identidade: Colóquio do Centenário da Morte de Nina Rodrigues**. São Paulo: Paulinas, 2009. p. 53-69.

SPENGLER, Osvald. **A decadência do Ocidente: esboço de uma morfologia da história universal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

STRATHERN, Marilyn. **Fora de Contexto: as ficções persuasivas da Antropologia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

SÜSSEKIND, Flora. VENTURA, Roberto. **História e dependência: cultura e sociedade em Manuel Bonfim**. São Paulo: Moderna, 1994.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Nina Rodrigues e o direito penal: mestiçagem e criminalidade. In: ALMEIDA, Adroaldo J. S.; SANTOS, Lyndon de A. FERRETTI, Sérgio (Orgs.). **Religião, raça e identidade: Colóquio do Centenário da Morte de Nina Rodrigues**. São Paulo: Paulinas, 2009, p.37-52.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. 4.ed. Brasília/DF: EDUNB, 1997.

TOLEDO, Marta Rita de Almeida. A Companhia Editora Nacional e a política de editar coleções: entre a formação do leitor e o mercado de livros. In: BRAGANÇA, Anibal; ABREU, Márcia. **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Ed. Unesp, 2010. p.139-156.

TOLMASQUIM, Alfredo Tiomno. **Einstein, o viajante da relatividade na América do Sul**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2003.

VALENTE, Waldemar. **Sincretismo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1955.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brazil (Tomo II)**. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: História cultural e polêmicas literárias no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERISSIMO, José. **História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)**. Brasília/DF: Ed. UNB, 1981.

VERNE, Júlio. **Viagem ao centro da terra**. Rio de Janeiro: Globo, 1994.

VIANNA, Francisco Vicente; FERREIRA, José Carlos. **Memória sobre o Estado da Bahia**. Bahia: Diário da Bahia, 1903.

WATT, Ian. **A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WHITROW, G. J. **O tempo na história: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ZOLA, Émile. **J'accuse...! a verdade em marcha.** L&PM Pocket, *E-book*.

- JORNAIS

A Federação – Orgam do Partido Republicano. Porto Alegre/RS, ano XXII, n.65, 17 de mar/1905.

A Noite. Rio de Janeiro, Ano XXVII, n.9.410, 24 de abr. de 1938; Ano XXIV, 24 de maio/1935.

Diário de Notícias. Rio de Janeiro, ano VI, n.2520, 05 de mar/1935.

Diário Carioca. Rio de Janeiro, ano XI n.3.102, 21 de jul/1938, ano VIII, n.2.314, 2 de fev/1936.

Gazeta da Tarde. Rio de Janeiro, ano XVIII, 6 de nov/1897; ano XVIII, n.15 nov/1897.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, ano 59, n.53, 24 de nov/1934.

GMB. Salvador/BA, ano XIX, n.12. jun/1888; ano XXI, n.10, abr/1890; ano XXII, n. 4, out/1890, n. 9, fev/1891, ano XXIII, n. 1. Jul/1891, n. 2. Ago/1891; ano XXIV, n.12. jun/1893; ano XXXII, n. 3, série 5, v. IV, set/1900.

GOUVEIA, Hilário. Segundo Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia: Discurso na sessão inaugural pelo seu presidente. **GMB**, Salvador/BA, Ano XXI, n.3, p.99-111, set/1889.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Negro. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n.5.128, p. 17, 16 de Jul/1939.

LIMA, José Francisco da Silva. Terceiro Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia: discurso inaugural do presidente. **GMB**, Salvador/BA, ano XXII, n.4, p.146-59, out/1890.

LIMA, José da Silva. Patologia experimental: Lister e Koch. **GMB**, Salvador/BA, ano XXII, n. 7, p.305-17, Jan. 1891.

Jornal de Notícias. Salvador/BA, ano XXVI, n.7515, 03 de mar/1905.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, ano XLV, n.118, 17 de mai/1934; ano XLV, n. 295, 11 de dez/1934; ano XLVII, n.274, 07 de nov/1937; ano XLIV, n. 276, 17/1934.

MELLO, Guedes de. Quarto Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia: Discurso do presidente do congresso. **GMB**, Salvador/BA, Ano XXXII, n.3, p. 143-5, set/1900.

MENEZES, Djacir. **A Manhã**, Rio de Janeiro, ano I, n.93, 23 de Nov/1941.

MOOG, Vianna. Os autóctones da Amazônia. **Diário Carioca**, ano VI, n.1.619, 12 de nov/1933.

O Negro Brasileiro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XLVI, n. 49, 28 de fev/1937.

PEREIRA, Pacífico. Terceiro Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia: discurso do orador oficial. **GMB**, Salvador/BA, Ano XXII, p. 193-204, nov/1890.

O Paiz. Rio de Janeiro, n.16.7256, 06 de ago/1930 e n.16, n.7257, 07 de ago/1930, Rio de Janeiro.

Revista Fonfon. Rio de Janeiro, ano XXVIII, n.25, 24 de jun./1933.

RIBEIRO, João. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Ano XXXVI, n. 34. 9 de fev/1926; Ano XXXVII, 4 de dez/1927.

_____. Registro Literário. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Ano XLV, n.109, 10 de maio, 1933.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Correio Paulistano**. São Paulo, ano LXXXVI, n.25.190, 12 de maio/1938.

Última Hora, Rio de Janeiro, n.26 de jun/1930; n.1.107, 10 de fev/1955.

- OUTRAS FONTES

ACTOS DO PODER EXECUTIVO. **GMB**. Salvador/BA, ano XXII, n.8, fevereiro de 1891.

ANAIS DO SEGUNDO CONGRESSO BRAZILEIRO DE MEDICINA E CIRURGIA – Medidas de saneamento para o Rio de Janeiro e outras cidades do Brazil – Assembléas geraes. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. (Primeiro fascículo).

CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA. Acta da Sessão da Congregação de 9 de Março de 1897.

_____. Acta da Sessão de Congregação em 1º de Março de 1904.

ESTATUTOS DO CONGRESSO BRAZILEIRO DE MEDICINA E CIRURGIA. **GMB**. Salvador/BA, ano XIX, n.9, março de 1888.

INVENTÁRIO DE NINA RODRIGUES (1906-1916). Salvador: Arquivo Público do Estado da Bahia, Núcleo: Tribunal de Justiça, Série: Inventários, Classificação: 01/58/68/05.

NINA RODRIGUES, Raymundo Nina. Memória histórica da Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia, 1896. (Manuscrito). 1897. Faculdade de Medicina da Bahia, documento n.00174.